

REVISTA
DO
INSTITUTO
HISTÓRICO
E GEOGRÁFICO
DO
RIO DE JANEIRO



IHGRJ



Ano 20 • Número 20
2013

REVISTA
DO
INSTITUTO
HISTÓRICO
E GEOGRÁFICO
DO
RIO DE JANEIRO



ano 20, número 20, 2013

I NSTITUTO HÍSTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO DE JANEIRO

Fundado em 1957

Diretoria

Biênio 2012-2013

Presidente: *Paulo Knauss de Mendonça*

Vice-presidente: *Esther Caldas Bertoletti*

1º Secretário: *Roberto Schmidt de Almeida*

2º Secretária: *Miridan Britto Falci*

1º Tesoureiro: *Fernando Tasso Fragoso Pires*

2º Tesoureiro: *Alex Nicolaeff*

Conselho Fiscal

Efetivos

Eliana Resende Furtado de Mendonça

Marco Aurélio Martins Santos

Roberto Guião de Souza Lima

Suplentes

Lúcia Helena Pereira da Silva

Rachel Esther Figner Sisson

Ronaldo Rogério de Freitas Mourão

Comissões Especiais

Admissão e Exclusão de Sócios

Lúcia Maria Paschoal Guimarães

Neusa Fernandes

Victorino Coutinho Chermont de Miranda

História, Geografia e Cartografia

Arno Wehling

Maria de Lourdes Viana Lyra

Nelson de Castro Senra

Ciências Auxiliares da História

Jaime Antunes da Silva

Ondemar Ferreira Dias Jr.

Vera Lúcia Bottrel Tostes

Redação da Revista e/ou Anuário

Angela Ancora da Luz

Olinio P. Gomes Coelho

Surama Sá Pinto Conde

REVISTA
DO
INSTITUTO
HISTÓRICO
E GEOGRÁFICO
DO
RIO DE JANEIRO



IHGRJ

ano 20, número 20, 2013

Rio de Janeiro
2013

REVISTA do INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO DE JANEIRO
ano 20, número 20, 2013

Copyright by Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro - 2013
Impresso no Brasil - *Printed in Brazil*

Editora Responsável

Miridan Britto Falci

Conselho Editorial

Angela Ancora da Luz

Olínio Gomes Paschoal Coelho

Surama Conde Sá Pinto

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

R349

Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro - V.1, n.1 (1987).-,-
Rio de Janeiro : IHGRJ, 1987-.

v. : il.

Descrição baseada em: V. 20, n. 20 (2013)

Inclui bibliografia

ISSN 1519-5678

1. Rio de Janeiro (Estado) - História - Periódicos. 2. Brasil - História - Periódicos. 3.
Cultura - Periódicos. I. Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro.
11-0722. CDD: 981.53

CDU: 94(815.3)

07.02.11 07.02.11

024393

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO DE JANEIRO

Av. Augusto Severo, 8, 12º andar – Glória

20021-040 – Rio de Janeiro – RJ

e-mail: ihgrj@ihgrj.org.br

home page: www.ihgrj.org.br

CNPJ: 01.469.848/0001-27

O Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro não é responsável pelas opiniões presentes nos artigos, sendo de inteira e exclusiva responsabilidade de seus autores, inclusive quanto aos direitos autorais de textos e imagens.



SUMÁRIO

Apresentação - 9

Miridan Britto Falci

ARTIGOS

O Rio em festa: a criação da Guanabara e as comemorações do IV centenário da cidade do Rio de Janeiro (1960-1965) – 13

Cláudia Mesquita

A arquitetura das exposições cariocas de 1908 e 1922: comemoração e efemeridade – 21

Ruth Levy

Entre relíquias e casas velhas: a arquitetura das reformas urbanas do prefeito Pereira Passos na Rua da Uruguayana – 35

Paula Silveira De Paoli

Do cortiço à favela: a segregação espacial dos pobres no Rio de Janeiro – 53

Vinck Vitorio Ribeiro de Carvalho

De governador a vice-rei: a dinâmica político-administrativa do Rio de Janeiro no contexto do Império português, século XVIII – 73

Mônica da Silva Ribeiro

A formação dos áulicos
na Corte Fluminense (1823-1826) – 95

Nelson Ferreira Marques Júnior

Casamentos de escravos em perspectiva atlântica:
os casos das freguesias de Campos dos Goytacazes
(Norte Fluminense) e Matanzas
(Ilha de Cuba) - 1790 a 1830 – 113

Sirlene de Andrade Rocha

Memória dos afrodescendentes no Brasil:
de colônia agrícola Nossa Senhora da Piedade a
Bairro de Vila Isabel/Três Rios - RJ (1932-1951) -
“lugar de memória”, história e esquecimento – 127

Isabela Torres de Castro Innocencio

A Defesa Passiva durante a Segunda Guerra:
uma experiência civil-militar na cidade
do Rio de Janeiro – 145

Carlos Eduardo Alves Barbosa

Lideranças estrangeiras na formação da Geografia
Brasileira: o exemplo do Rio de Janeiro – 171

Roberto Schmidt de Almeida

As sete faces de Manuel Francisco Correia – 193

Marco Santos

Euclides da Cunha: o intelectual fluminense – 213

Miridan Britto Falci

150 Anos com Ernesto Nazareth – 235

Marcelo Verzoni

Os Salesianos no Brasil a partir de Niterói (130 anos) – 255

Salvador Mata e Silva

A Revolta da Chibata – 265

Neusa Fernandes

Legado dos 450 anos da cidade e do acervo
do AGCRJ – 279

Beatriz Kushnir

Haddock Lobo ao olhar de Noronha Santos:
aproximações nos interesses, e nos métodos de trabalho.
E mais o 4º Censo da Cidade – 303

Nelson de Castro Senra

SAUDAÇÕES E DISCURSOS

Saudação à Maria da Conceição
de Moraes Coutinho Beltrão – 321

Rogéria de Ipanema

Uma história de milhões de anos – 333

Maria Beltrão

DOCUMENTOS

A posse da Primeira Câmara da Vila de São Salvador, Campos dos Goytacazes – 349

Larissa Manhães e Rafaela Machado

RESENHAS

Rio de Janeiro: os olhares no passado e no presente – 355

ABREU, Maurício de Almeida. *Geografia Histórica do Rio de Janeiro – 1502-1700*. Andrea Jakobson Estúdio, 2010.

CASTELAR, Armando e VELOSO, Fernando.(org.) *Rio de Janeiro: um estado em transição*. Instituto Brasileiro de Economia, FGV, 2012.

Roberto Schmidt de Almeida

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO DE JANEIRO

Discurso de posse de Diretoria – 367

Paulo Knauss

Relatório das atividades ano de 2012 – 377

Quadro Social – 403

Fundadores – 409

NORMAS DE PUBLICAÇÕES – 413

APRESENTAÇÃO

Uma Revista de uma agremiação cultural expressa, é certo, a produção de seus convidados e sócios. Produção de pensamentos, julgamentos, reflexões sobre a história de um lugar ou de uma pessoa.

Uns trabalhos podem trazer uma referência maior à “*escrita de si*”, como nos diz Angela de Castro Gomes.¹ Outros trabalhos, ficam “*longe de si*” e perscrutam os olhares de outrem, de coisas, de objetos, de casas, de ruas.

Mas todos nos fazem sentir quem somos e para que viemos e por que estamos aqui.

E temos, neste número, trabalhos que enfocam o século XVIII, como o de Monica da Silva Ribeiro mostrando a dinâmica político-administrativa do Rio de Janeiro. Outros trabalhos lembram situações e pessoas do século XIX, como o de Nelson Ferreira Marques Junior sobre a formação dos áulicos na corte fluminense, o de Paula Silveira De Paoli sobre a arquitetura das reformas urbanas do prefeito Pereira Passos e o de Neusa Fernandes sobre a Revolta da Chibata. Incorporamos dois trabalhos que nos lembram a escravidão e abolição, tema sempre alvo de novos olhares e compreensões, como o trabalho de Sirlene de Andrade Rocha sobre casamentos de escravos em perspectiva atlântica, analisando Havana em Cuba e Campos dos Goitacazes na província do Rio, e o artigo de Isabela Torres de Castro Innocencio sobre a doação de terras que constituem hoje a cidade de Três Rios no estado do Rio de Janeiro, doação feita pela condessa do Rio Novo aos afro-descendentes, seus ex-escravos. Há, também, trabalhos de memória, como o de Claudia Mesquita sobre as comemorações do IV Centenário da cidade do Rio em 1960 e de Beatriz Kushnir

¹ GOMES, Angela de Castro. *Escrita de si. Escrita da História*, FGV, 2004.

sobre o legado dos 450 anos da cidade e do acervo do AGCRJ. Apresentamos trabalhos que trazem visões no século XX e XXI sobre o Rio, como o de Vinck Vitorio Ribeiro de Carvalho sobre a segregação espacial dos pobres nas favelas e o de Carlos Eduardo Alves Barbosa sobre a defesa passiva da cidade do Rio durante a Segunda Guerra Mundial. Finalmente, dentre as várias abordagens a que a Revista se propôs, temos ensaios quase biografias, de Miridan Britto Falci sobre Euclides da Cunha, de Marco Santos sobre Manoel Francisco Correa, de Roberto Schmidt sobre as lideranças estrangeiras na formação da geografia brasileira e de Marcelo Verzoni sobre Ernesto Nazareth.

Mas o conteúdo deste numero 20, além da concentração em grandes núcleos ou seções – os artigos e/ou ensaios – possui a expressiva resenha de Roberto Schmidt analisando as obras produzidas sobre geografia histórica do Rio de Janeiro .

Apresenta ainda, esta Revista, o discurso de posse de Maria da Conceição Beltrão e a saudação que lhe foi feita, ao chegar a esta casa, pela sócia Rogéria de Ipanema; os informes administrativos contendo o registro da vida acadêmica e demais atividades institucionais, como a Sessão Magna, com o Discurso de Posse do presidente Paulo Knauss, o Relatório do Primeiro Secretário e outras atividades do IHGRJ e, finalmente, o quadro social, explicitando-se as cadeiras com seus patronos e os atuais ocupantes.

Que possa alcançar os objetivos do leitor, na compreensão da complexidade do que é a cidade do Rio de Janeiro, e que retrate, ainda que de modo fragmentário, a produção deste Instituto que preserva a sua memória, história e geografia.

Miridan Britto Falci

Diretora da Revista
do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro

REVISTA do INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO DE JANEIRO
ano 20, número 20, 2013



ARTIGOS

O RIO EM FESTA: a criação da Guanabara e as comemorações do IV Centenário da cidade do Rio de Janeiro (1960-1965)

*Cláudia Mesquita*¹

O nosso tema é Comemoração, portanto, gostaria de começar falando sobre a relação da Exposição de 1922 com as comemorações do IV Centenário da cidade do Rio de Janeiro, em 1965, tomando como elo entre esses dois eventos o Museu da Imagem e do Som da cidade do Rio de Janeiro (MIS).²

O MIS foi inaugurado em 3 de setembro de 1965, como parte das comemorações do IV Centenário, pelo então governador Carlos Lacerda, ocupando o prédio construído para abrigar o Pavilhão do Distrito Federal na Exposição de 1922. Por não se tratar de uma acomodação aleatória, a sede do MIS é uma das peças mais importantes do seu acervo, além de um documento raro sobre o antigo estado da Guanabara.

O edifício de linhas neoclássicas, de autoria do arquiteto italiano Sylvio Rebecchi, teve outros usos antes de se tornar museu. Após a sua ocupação original, foi utilizado como Instituto Médico Legal (1923 a 1944), Delegacia de Polícia e Serviço de Registro de Estrangeiros, até ser comprado em 22 de abril de 1964 por Carlos Lacerda, sob os auspícios do Banco do Estado da Guanabara (BEG), para sediar o MIS.

¹ Cláudia Mesquita é doutora em história social da cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e pós-doutora do programa de Memória Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

² Sobre a criação do Museu da Imagem e do Som, ver: Mesquita, Cláudia. *Um Museu para a Guanabara: Carlos Lacerda e a criação do Museu da Imagem e do Som (1960-1965)*. Rio de Janeiro. Editora Folha Seca/Faperj, 2010.

A instalação do Museu no prédio do antigo pavilhão correspondeu a um momento em que o Rio de Janeiro deixava de ser capital federal e buscava se fixar como capital cultural do país. Portanto, a resignificação desse prédio como primeiro, e único, museu da Guanabara, significou uma compensação simbólica para a perda real do estatuto de capital político-administrativa da cidade do Rio de Janeiro, com a criação de Brasília, em 1960.

“Vai-se a capital, mas o Rio será sempre o Rio”

Esse foi o título da campanha do jornal *O Globo*, por ocasião da transferência da capital. A intenção era mobilizar a população carioca na defesa e valorização da tradição cultural do Rio, à ameaça de esvaziamento causado pela transferência da capital federal e da ameaça de fusão com o estado do Rio de Janeiro.

A campanha *O Rio Será Sempre o Rio*, segundo o seu criador, o jornalista e publicitário Péricles de Barros, teve como fonte de inspiração uma crônica de Machado de Assis, na qual o escritor compara o Rio à Nova York, tomada como a mais cosmopolita cidade americana. Valendo-se dessa argumentação, Péricles idealizou essa estratégia de compensação e de valorização da autoestima carioca.

Uma vez afastado o perigo da fusão, e garantida a criação da Guanabara, a campanha lançou-se na mobilização popular para a festa de celebração do nascimento do estado recém-criado. De acordo com a tese machadiana de que não havia razões para tristezas em deixar de ser o Distrito Federal, a mobilização de *O Globo* exaltou a população a receber a Guanabara em festa, com “fogos, som, bandas de música”,³ repiques de sinos, e, como não poderia deixar de ser, muito samba.

Foi nesse clima de euforia instalado no país desde a posse de JK, em 1956, que os sinos das igrejas do Rio dobraram à zero hora do dia 21 de abril de 1960, como parte do, até então, maior evento da

³ BARROS, Péricles de. Depoimento. in: Mesquita, Cláudia. *Um Museu para a Guanabara: Carlos Lacerda e a criação do Museu da Imagem e do Som (1960-1965)*. Rio de Janeiro. Editora Folha Seca/Faperj, 2010.

história promocional do jornal *O Globo* e da maior festa popular já registrada na cidade, superada apenas pelo *Réveillon*, na avaliação de Péricles de Barros. Com notícias diárias de como seria a festa: “Que os sinos toquem à meia noite”; “A Mangueira vai descer para a Avenida”; “Vamos à meia-noite na Rio Branco receber o estado da Guanabara”, o resultado foi uma “explosão de alegria”, numa comemoração basicamente carnavalesca, com as escolas de samba, sem desfile organizado, descendo para a Avenida Rio Branco com as baterias, fazendo uma festa do “transbordamento do coração”, como relembra Péricles de Barros:

O Rio desceu, parou. Foi para a Avenida Rio Branco. Houve a posse do Sette Câmara, que foi o governador interino nomeado. À meia-noite ele tomou posse. Então criou-se o estado da Guanabara à zero hora. Os jornais saíram à meia-noite. O Globo deu até uns sinos assim...uns frades tocando. As escolas de samba desceram. A Riotur da época, que era a Secretaria de Turismo, instalou um som ao longo de toda a Avenida.⁴

A criação da Guanabara inaugura um ciclo comemorativo e memorialista que tomou conta da cidade com a transferência da capital, cujo ápice foi o IV Centenário, em 1965. Políticos, escritores, jornalistas, cronistas, artistas, todos tomaram parte de um grande empreendimento voltado para a valorização das coisas do Rio, seus mitos de origem, sua história local.

Com as comemorações do IV Centenário, a expansão da memória coletiva se acelera, com destaque para o papel exercido pela imprensa. Carlos Lacerda, então candidato à presidência da República, liderou esse empreendimento, inaugurando, além do MIS, uma série de obras públicas, entre as quais a Sala Cecília Meirelles, o Museu do Primeiro Reinado, a Escola de Desenho Industrial, o Aterro do Flamengo e o Guandu. Além da festa de inauguração do MIS, animada pelo concerto da pianista Guiomar Novaes, muitas festividades marcaram as comemorações do IV Centenário, envolvidas pelo *boom* memorialista que tomou conta da cidade na ocasião.

⁴ BARROS, Péricles. Depoimento. *op.cit.*

O Rio de Ontem e Hoje: A cidade comemora o seu IV Centenário.

*Muitas instituições notáveis, nações estrangeiras, reis, rainhas, presidentes, xás, clero, nobreza, povo, soldados, operários, marinheiros, almirantes, brigadeiros, e generais, têm tomado parte nas comemorações do Quarto Centenário da fundação da cidade do Rio de Janeiro, hoje conhecida como Guanabara.*⁵

A simultaneidade das comemorações com o auge da campanha de Lacerda à presidência constituiu uma excelente oportunidade para uma sucessão febril de eventos e inaugurações. A propaganda oficial anunciava uma “nova era” para o estado da Guanabara, graças à administração empreendedora e inovadora do governador candidato.

Em dezembro de 1964, Lacerda fez a abertura oficial do IV Centenário, com o lançamento de um bônus com direito a sorteio de prêmios mensais e entrada nos principais eventos e espetáculos da cidade. A Superintendência do IV Centenário e a Secretaria de Turismo, criados em janeiro de 1963, foram os órgãos responsáveis pela coordenação geral dos festejos. A logomarca de Aluísio Magalhães rapidamente se transformou na feição do evento, passando a ser impressa em toda e qualquer documentação oficial e fixada como adesivos nos carros e nas casas, como também nas capas e páginas das edições comemorativas. Dentre os principais lançamentos, destacam-se os da livraria José Olympio Editora: coleção Rio 4 Séculos, contendo *Aparência do Rio de Janeiro*, seguido de *Memórias da Cidade do Rio de Janeiro*, *Paquetá Imagens de Ontem e de Hoje* e *Rio de Janeiro do Século XVII*, todos de Vivaldo Coroacy, e *Rio de Janeiro em Prosa e Verso*, de Manuel Bandeira e Carlos Drummond de Andrade.

A população carioca pôde optar por uma gama enorme de eventos, variando entre sacros e profanos, eruditos e populares, oficiais ou não, entre os quais missa rezada aos pés do túmulo de Estácio de Sá, na Igreja dos Capuchinhos, a inauguração da estátua de D. João VI como homenagem ao “grande rei, o rei mais popular da

⁵ QUEIROZ, Raquel. Loucos do Quarto Centenário. *O Cruzeiro*, 17/7/1965.

dinastia nacional”,⁶ o concurso da “Rainha do IV Centenário”, o Baile das Nações, com representantes de todas as embaixadas, a estreia no Golden Room do Copacabana Palace de um musical de Carlos Machado chamado “Rio de 400 janeiros”, o espetáculo “Martírio de São Sebastião”, no Teatro Municipal, festivais de música, cinema e teatro, programas especiais de rádio e televisão, publicações extras de jornais e revistas. O carnaval carioca, naquele ano, teve como tema obrigatório o IV Centenário, para o deleite da criatividade e imaginação dos sambistas, normalmente interessados nos fatos heroicos de personagens e mitos do passado.

Na galeria dos santos e heróis reverenciados no IV Centenário, destacam-se as figuras de São Sebastião, padroeiro da cidade, e o seu fundador, Estácio de Sá. O padroeiro mereceu a inauguração de uma estátua-altar na Praça do Russel, local onde Estácio de Sá teria sido mortalmente ferido por uma flecha dos tamoios, cujo exemplo de coragem e heroísmo foi fartamente festejado em artigos de jornais e revistas, discursos e publicações oficiais, sendo até planejada a construção de uma estátua em sua homenagem.

A ampla programação que tomou conta do Rio no ano do seu IV Centenário buscou fixar e divulgar os elementos considerados constitutivos da identidade da cidade e do povo carioca, divulgando-os para dentro e fora do país, enaltecendo os “encantos naturais” da terra carioca, com o Pão de Açúcar – principal marca referencial da “cidade maravilhosa” –, e o Corcovado, onde o Cristo Redentor, iluminado pelo Papa Paulo VI por controle remoto, no dia 1º de janeiro, dava o tom religioso ao evento. O futebol, a decantada beleza da carioca e o tratamento da cidade como personagem-mulher, como “cidade miss”, aparecem massivamente na imprensa, onde a feliz coincidência da chegada da atriz Brigitte Bardot como turista é efusivamente saudada como a “boa estrela” do IV Centenário, como a maior propagandista na Europa da cidade do Rio de Janeiro. O Rio de Ontem e Hoje,

⁶ LACERDA, Carlos. Discurso de inauguração do monumento a D. João VI. In: Mesquita, Cláudia. *Um Museu para a Guanabara: Carlos Lacerda e a criação do Museu da Imagem e do Som (1960-1965)*. Rio de Janeiro. Editora Folha Seca/Faperj, 2010.

em referência ao passado da cidade e às transformações promovidas por Carlos Lacerda, constituiu o pano de fundo das comemorações, reforçando a ideia da tradição e do progresso associados à autonomia da cidade com a criação da Guanabara. Ideia essa materializada por meio da abertura oficial do Museu da Imagem e do Som.

Desse modo, o Museu da Imagem e do Som, e o prédio histórico da Praça XV que o abriga, materializam esse ciclo comemorativo da cidade do Rio de Janeiro iniciado com a criação da cidade-estado da Guanabara, em 1960, e concluído com as comemorações do IV Centenário, em 1965. Para usar as palavras de Jacques Le Goff, esse ciclo correspondeu a um período de “transbordamento da memória”, compreendido como momentos de grande expansão da memória coletiva.

Resumo

O texto aborda a questão das comemorações do IV Centenário da cidade do Rio de Janeiro, em 1965, no contexto da criação do estado da Guanabara, em 1960, e da transferência da capital para Brasília, nesse mesmo ano. Nesse contexto, as comemorações do IV Centenário correspondem a uma excelente oportunidade para o investimento simbólico da cidade do Rio de Janeiro como capital cultural do país, e ao projeto político do então governador da Guanabara, Carlos Lacerda, em declarada campanha à presidência da república. Cultura e política se fundem nesse momento de comemoração do IV Centenário, onde é possível observar os usos políticos da memória, nessa conjuntura.

Palavras-chave: Guanabara, IV Centenário, Comemorações.

Abstract

This paper addresses the issue of the fourth centenary celebrations of the city of Rio de Janeiro, in 1965, in the context of the creation of the state of Guanabara, in 1960, and the transfer of the capital to Brasília, in the same year. In this context, the fourth centenary celebrations represent an excellent investment opportunity for the symbo-

lic city of Rio de Janeiro as the cultural capital of the country, and the political project of the then governor of Guanabara, Carlos Lacerda, declared in campaign for president. Culture and politics merge at this time to commemorate the fourth centenary, where you can observe the political uses of memory at this juncture.

Keywords: *Guanabara, Fourth Centenary, Celebrations.*

A ARQUITETURA DAS EXPOSIÇÕES CARIOCAS DE 1908 E 1922: Comemoração e efemeridade

Ruth Levy¹

O Rio de Janeiro do início do século 20 foi cenário de dois grandes espetáculos: em 1908, a título de comemorar o Centenário da Abertura dos Portos, realizou-se, na Praia Vermelha, uma Exposição Nacional destinada, segundo seus organizadores, a “marcar no caminho dos séculos o primeiro estadio da vida do Brazil no mundo civilizado” (BOLETIM, 1908, p. V). E, em 1922, a cidade foi sede da Exposição Internacional Comemorativa do Centenário da Independência, que ocupou com seus palácios e pavilhões a grande área do centro da cidade que ia do Passeio Público à Ponta do Calabouço e de lá se estendia pelo espaço recém-conquistado com a demolição do morro do Castelo.²

Comemoração e efemeridade são duas questões intimamente ligadas ao tema das exposições. A escolha de datas e temas reflete a busca por enfatizar episódios marcantes da história da nação que permitam transmitir valores, reafirmar identidades e consolidar a memória coletiva. As Exposições Universais do século XIX adotaram com frequência as datas relevantes como tema e ocasião para suas realizações. A Exposição de Filadélfia em 1876 comemorava o Centenário da Independência norte-americana; em 1889, vem a Exposição Comemorativa do Centenário da Revolução Francesa, realizada em Paris, e em 1893 é realizada em Chicago a World’s Fair Columbus

¹ Doutora em História da Arte pelo Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais da Escola de Belas Artes da UFRJ. É museóloga da Fundação Eva Klabin.

² A autora tem dois livros publicados pela editora da EBA/UFRJ sobre estas exposições: *Entre palácios e pavilhões: a arquitetura efêmera da Exposição Nacional de 1908* e *A Exposição do Centenário e o meio arquitetônico carioca no início dos anos 1920*.

Exposition, comemorando, com um ano de atraso, o quarto centenário da descoberta da América.

As exposições cariocas também encontraram nas datas comemorativas sentidos para sua realização. Em 1908, comemorava-se o Centenário da Abertura dos Portos às Nações Amigas e o *Guia Oficial da Exposição* se referia à data escolhida afirmando que

(...) a idéia que inspirou a organização do grande certâmen foi do mais elevado e justo patriotismo: a comemoração do centenário de assinatura, por D. João VI, do decreto que abriu os portos do Brasil ao comércio de todas as nações amigas, - fato primordial e máximo da nossa história, e verdadeiro início do progresso brasileira. (GUIA, 1908, p. 3)

De fato, num sentido mais amplo, comemorava-se a vinda de D. João VI e da Corte portuguesa para o Brasil, o que representou um momento importante na inserção do país, e principalmente do Rio de Janeiro, em um modo de vida urbano, industrial e cosmopolita. Assim, a Exposição Nacional e seu tema de comemoração marcavam, no alvorecer do século XX, um momento culminante daquilo que a nação tinha vivido ao longo do século XIX, da Independência à República. Buscava-se ali mostrar uma nação que havia alcançado um verdadeiro estado de evolução, o que incluía uma cidade saneada e reurbanizada, enfim, uma capital civilizada e afinada com os ideais de modernidade pretendidos. Os demais estados da Federação que montaram pavilhões ou estandes na Exposição Nacional mostravam também seus avanços culturais e econômicos, na tentativa de imprimir a sensação de que toda a nação embarcara nesse trem da modernidade.

Reforçando a ideia da importância da comemoração para a memória coletiva e a identidade nacional, no recinto da Exposição de 1908 as ruas foram nomeadas com datas relativas a episódios da história do Brasil considerados notáveis. A Rua da Urca denominava-se Três de Maio e a da Babilônia, Doze de Outubro, relembrando a descoberta do Brasil e da América. Outras receberam os nomes de Sete de Setembro, Quinze de Novembro, Dezesesseis de Dezembro (data em que o Brasil se elevou de colônia a reino), Vinte e Oito de Janeiro

(Abertura dos Portos), Vinte e Oito de Setembro (Lei do Ventre Livre), Nove de Janeiro (Dia do Fico) Vinte e Seis de Janeiro (capitulação da Campina do Taborda, que pôs fim à guerra holandesa), Oito de Maio (ato do Marques de Pombal concedendo liberdade aos índios) e 21 de abril (comemoração dos próceres da República). A praça em frente ao Palácio das Indústrias recebeu a denominação de 13 de maio, “recordando o dia da confraternização de todos os brasileiros”. (GUIA, 1908, p. 107)

Em 1922, a nação completa cem anos e a Exposição do Centenário vai ser um instrumento poderoso de rememoração e comemoração do Sete de Setembro, entronizado como o mais importante “lugar da memória” da nação brasileira, apesar da difícil conciliação entre a memória monarquista e a republicana e graças aos esforços de romper a identificação entre Independência e Monarquia. Afinal,

(...) a celebração da nossa “data magna” não poderia passar em branco, e a antecedência com que foi pensada permite perceber a mobilização da parcela da sociedade dotada de meios poderosos de difusão de idéias (...) deixando claro que a comemoração do centenário da independência deveria constituir-se num importante momento de reflexão e debate sobre o Brasil. (MOTTA, 1992, p. 16-17)

O Centenário foi encarado então, para muito além de apenas a comemoração de uma data memorável, como um momento-chave para se colocar em discussão as razões do descompasso do país com a modernidade e os destinos da nação, “articulando presente/passado/futuro, arrasando antigas tradições e construindo outras novas, mobilizando diferentes vertentes do movimento intelectual na construção de modelos que finalmente garantissem a criação de uma nação ‘brasileira e moderna’”. (MOTTA, 1992, p. 5)

O programa para as comemorações do Centenário previa, além da Exposição, uma série de outras realizações que enfatizavam o caráter simbólico daquele momento, como a inauguração de monumentos e estátuas, a cunhagem de medalhas, a emissão de um selo postal, paradas militares, recepções, celebração de jogos olímpicos, ornamentação e iluminação da cidade, concertos por bandas musicais

em praças públicas e festejos populares, entre outras. Há registro de mais de duzentas solenidades e festas organizadas no espaço da exposição, e foi dali que se fez a primeira transmissão oficial de rádio no Brasil, com o discurso inaugural do Presidente da República.

Dentro desse espírito, da comemoração como afirmação de identidade, pode-se dizer que as exposições tiveram a produção arquitetônica como um elemento de fundamental importância. A arquitetura no cenário das exposições pode ser considerada ponto de partida no processo de sedução, com construções que vieram a ser “celebradas como maravilhas da época (...) as protagonistas da exibição, atrações especiais do espetáculo”. (HARDMAN, 1988, p.56)

Pelas dezenas e até centenas de construções dos mais variados portes, materiais e tipologias que uma exposição é capaz de produzir, ela representa, de certo modo, a mais convincente exposição de arquitetura que se possa imaginar.

Nesses eventos, a arquitetura parece encontrar condições muitas vezes sonhadas: a exceção, a ostentação, o jogo, a emulação, o prazer de criar. A monumentalidade e o grau de inovação estão, muitas vezes, na proporção inversa à curta duração. São construções que surgem “como por encanto, ao toque da vara mágica” (MEMORIAL, 1908, p. 3), mas que, assim como surgem, estão fadadas a desaparecer pela mesma mágica que as criou. A efemeridade é característica inextricável das exposições. E falar de pavilhões de exposição é falar dessa brevidade; é falar de ambiciosas estruturas de ferro, montadas em tempos recordes, para logo depois serem desmontadas e servirem a outros propósitos; é também falar de prédios materializados na madeira e no estuque, oferecendo ao visitante a aparência de perenidade, e que após uma breve existência podiam ser sumariamente abolidos do cenário. Cabe lembrar que várias dessas construções, a despeito de não possuírem pretensão à perenidade, acabaram por conquistá-la, tornando-se marcos, testemunhos, símbolos de uma época e de um espaço; talvez a Torre Eiffel seja o símbolo máximo dessa perenidade conquistada.

A preocupação com a representação pro meio do estilo é outra marca da arquitetura das exposições. E o ecletismo, que possuía uma

forma muito própria de compor o motivo, reinterpretando a arte do passado à sua maneira, foi o estilo por excelência da arquitetura de exposições em sua época mais significativa. O nacionalismo arquitetônico que serviu de pano de fundo a todo o século XIX mostrou-se de forma excepcional no cenário das exposições e muito especialmente nos pavilhões nacionais que, a despeito da multiplicação de pavilhões temáticos, sempre estruturaram o espaço da exposição e nos quais a arquitetura era instrumento de representação da cultura, do passado histórico, das tradições e, muitas vezes, do grau de desenvolvimento do país participante, buscando maravilhar o visitante com suas dimensões, formas e ornamentos.

As exposições cariocas do início do século XX também tiveram a arquitetura como protagonista, em cenários especialmente criados para deslumbrar o visitante. “Parece-nos, ainda, um sonho esse inesperado aparecimento da pequenina cidade de palacetes nos areais da Urca...”. Assim a revista *Kósmos* traduzia o sentimento de deslumbramento em relação ao cenário criado para a Exposição Nacional de 1908. Vários pontos da cidade haviam sido cogitados para abrigar a exposição, mas, nesse momento em que a capital só tinha olhos para o progresso e a modernidade, nada mais lógico do que a escolha de uma área nova, pouco explorada, e cuja utilização contribuiria para a expansão urbana. Além da existência de dois edifícios que podiam ser aproveitados, a área de 182.000 m² compreendida entre a Praia da Saudade e a Praia Vermelha oferecia um aspecto pitoresco, entre o mar e a montanha, e sua escolha apontava para a valorização da orla como espaço de lazer. Para facilitar o acesso, foi elaborado um esquema de transportes contando com bondes e barcas.

Os jardins e pavilhões se espalhavam pela Avenida dos Estados, que contava com 30 m de largura e 560 m de extensão entre a Porta Principal e o Château d’eau, e pelas demais avenidas e ruas que a cortavam. As avenidas de contorno margeavam as encostas dos morros da Urca e da Babilônia e uma pequena via férrea foi construída para a locomoção do público nesse cenário de encantamento.

Depois de transpor a imponente Porta Monumental, sempre presente como primeiro elemento de atração nesse tipo de exposição, o visitante se deparava com uma verdadeira vitrine da arquitetura eclética da virada do século. O Pavilhão dos Estados e o Palácio das Indústrias foram instalados em prédios já existentes, especialmente remodelados para a ocasião. Os principais estados construíram seus próprios pavilhões: Distrito Federal, São Paulo, Bahia e Minas Gerais. O Pavilhão Português, um amplo edifício em estilo manuelino, foi o único pavilhão estrangeiro.



Vista de Exposição Nacional de 1908 tendo o Pavilhão de São Paulo à direita e o de Minas Gerais à esquerda. (Augusto Malta/MHN)

Um imponente teatro com capacidade para oitocentas pessoas, denominado João Caetano, foi construído especialmente para o evento, com estrutura de madeira revestida de estuque. Para apresentações musicais, havia também o Pavilhão da Música, ou Pavilhão Egípcio, inspirado nos antigos templos daquela civilização.

Havia ainda pavilhões temáticos e de serviços, em estilos variados, como a Casa de Santa Catarina, um típico chalé construído por aquele estado, o Pavilhão das Máquinas, de inspiração medievalista, o Pavilhão da Fábrica Bangu, decorado com elementos do estilo mourisco, o Pavilhão da Inspetoria de Matas e Jardins, uma elaborada construção toda feita de madeira, o Pavilhão do Corpo de Bombeiros, o dos Correios e Telégrafos, o da Imprensa, o das Artes Liberais e o da Viatura, entre vários outros. Além disso, dois restaurantes atendiam aos visitantes, o Pão de Açúcar o Rústico.

Duas estações serviam o local: a Estação Marítima, na qual embarcavam e desembarcavam aqueles que chegavam pelo mar, e a Estação da Companhia Ferro-Carril Jardim Botânico, atendendo aos que chegavam por terra.

O conjunto composto pelo Cinematógrafo, Teatro de Variedades e Patinação garantia a diversão dos visitantes, alimentando o aspecto lúdico, parte fundamental do projeto conceitual desses eventos e que visava atrair mais público. Ao todo, a exposição contava com mais de trinta diferentes espaços.

Foram autores desses projetos profissionais renomados, como Raphael Rebecchi, René Barba, Francisco Oliveira Passos, Isidro Monteiro, Ramos de Azevedo e Ricardo Severo, entre outros, sendo que muitos deles tinham se destacado, anos antes, no Concurso da Avenida Central. Essa imensa vitrine do progresso teve vida efêmera, já que a exposição durou apenas três meses e a maioria dos prédios foi demolida em seguida, mas cumpriu papel determinante para a imagem da cidade naquele momento e para o seu desenvolvimento futuro.

Já a Exposição do Centenário, em 1922, um evento concebido inicialmente como mais uma exposição nacional, mas que previa, em um dos artigos de seu regulamento, “uma área especial, contígua à Exposição Nacional para cessão, a título precário, gratuito, aos governos ou industriais que quisessem participar” (LIVRO DE OURO, 1923, p. 303), acabou tornando-se uma exposição internacional, com a participação de diversos países estrangeiros.

O *Livro de Ouro da Exposição* assim descrevia o espaço destinado ao evento:

Do velho Passeio Público, o lindo e histórico jardim, até a ponta do Calabouço e daí demandando, após leve e graciosa curva, a esplanada do Mercado, estende-se a exposição por mais de dois mil e quinhentos metros, que o visitante percorre entre deslumbrantes monumentos arquitetônicos. Na sua primeira parte, inteiramente reta, constitui a Avenida das Nações, em que se alinham os palácios das representações estrangeiras, e que será mais tarde um dos trechos

mais famosos da nossa incomparável urbs. Ao fim dessa avenida, marcando o ângulo da curvatura, levanta-se o torreão do antigo forte do calabouço, transfigurado em portentosa obra de arte. Mais para além, feita a curva, e consistindo já na segunda parte do certamen, abre-se a magnífica praça em torno da qual se erigem os palácios brasileiros, mostruários majestosos de nossa riqueza e de nossa capacidade de trabalho. (LIVRO DE OURO, 1923, p. 303)

Nessa grande área foram construídos duas portas monumentais e grande número de palácios e pavilhões. Prédios já existentes, como o antigo Arsenal de Guerra e parte do Mercado Municipal, também foram aproveitados após sofrerem adaptações. Alguns dos mais proeminentes arquitetos da época foram convocados para idealizar e executar os projetos.



Vista da Exposição Internacional de 1922. (Augusto Malta/FAU-UFRJ)

O Relatório dos Trabalhos da Exposição traz uma lista de oitenta edificações que foram utilizadas para o evento, tanto as construídas especialmente para a ocasião quanto aquelas que surgiram de reformas e adaptações.

Considerada, na época, como “marco do renascimento arquitetônico no Brasil” (ARCHITETURA NO BRASIL, 1921, p. 95), a Exposição abriu, com a encomenda de projetos para seus palácios e pavilhões, oportunidades novas para os arquitetos que buscavam nesse momento um reconhecimento profissional que os distinguísse

mais claramente dos profissionais que com eles rivalizavam na arte de construir: os engenheiros e construtores.

A década de 1920 caracteriza-se também pela busca das raízes nacionais e por movimentos que tentavam afastar o país do forte estrangeirismo dominante. A defesa de um estilo ligado às tradições e ao ambiente brasileiro era um ponto crucial nesse momento e estava fortemente presente no contexto da Exposição do Centenário, já que vários pavilhões foram encomendados e construídos buscando um estilo nacional como caminho para o desenvolvimento da arquitetura brasileira.

Assim, apesar de ainda se verificar a permanência do ecletismo característico da virada do século em boa parte dos projetos dos pavilhões, o grande destaque será para o neocolonial, como “estilo” privilegiado que apareceu inclusive como exigência na encomenda de vários prédios.

Entre os pavilhões nacionais que foram construídos dentro da “moderna” tendência neocolonial, podemos destacar a Porta Norte ou Colonial, de Raphael Galvão; o Palácio da Fiação, de Morales de los Rios Filho; o Pavilhão de Caça e Pesca, de Armando de Oliveira; e o Pavilhão das Pequenas Indústrias, de Nestor de Figueiredo. Havia ainda o Palácio das Grandes Indústrias, que hoje abriga o Museu Histórico Nacional, e que surgiu de uma adaptação realizada no conjunto do Antigo Arsenal de Guerra, da Casa do Trem e do Forte do Calabouço pelos arquitetos Archimedes Memória e Francisque Cuchet.

Entre os pavilhões nacionais mais ligados ao ecletismo tradicional, destacavam-se a Porta Principal, de Mario Fertin de Vasconcelos e Edgard Vianna; o Pavilhão do Distrito Federal ou Administração, de Silvio Rebecchi; o Palácio dos Estados, de H. Pujol Junior; o Palácio das Festas, de Archimedes Memória e Francisque Cuchet; o Pavilhão de Estatística, de Gastão Bahiana; e o Pavilhão da Música, de Nestor de Figueiredo.



Vista da Exposição Internacional de 1922, tendo o Pavilhão do Distrito Federal à esquerda e o da Fiação à direita. (Augusto Malta/FAU-UFRJ)

O Parque de Diversões, de autoria de Adolfo Morales de los Rios, seguia, de acordo com a classificação do próprio arquiteto, os estilos pompeano e veneziano. Além desses, havia pavilhões de serviço, também seguindo estilos variados, como o Restaurante Oficial, de Andrade Lima e S. Martins de Souza; o Pavilhão das Indústrias Mata-razzo, de Ricardo Buffa e Alcides Ballariny; e o Pavilhão da General Electric, de Archimedes Memória e Francisque Cuchet.

Uma das alas do Mercado Municipal foi adaptada para abrigar o Pavilhão das Indústrias Particulares e, seguindo projeto de Nestor de Figueiredo e Armando de Oliveira, recebeu uma suntuosa fachada de linhas clássicas que cobria a fachada e os torreões de estrutura metálica.

Entre os países estrangeiros que construíram pavilhões estavam Argentina, Estados Unidos, Japão, França, Grã-Bretanha, Itália, Dinamarca, México, Tchecoslováquia, Noruega, Bélgica, Suécia e Portugal, que contava com dois pavilhões, o de Honra e o das Indústrias. Alguns países construíram ou ocuparam também pavilhões na Praça Mauá, em uma área destinada a expor produtos da indústria mais pesada, entre eles Argentina, Bélgica, Estados Unidos, França e Itália.

Desse cenário grandioso, poucos prédios sobreviveram até os nossos dias: o Pavilhão do Distrito Federal, hoje sede do Museu da Imagem e do Som; o Pavilhão de Estatística, que abriga o Centro Cultural da Saúde; o Pavilhão de Honra da França, sede da Academia Brasileira de Letras; e o conjunto do Antigo Arsenal de Guerra e Casa do Trem, hoje sede do Museu Histórico Nacional. Um dos antigos torreões do Mercado Municipal foi preservado quando da sua demolição na década de 1960 e abriga o restaurante Albamar. O Pavilhão das Indústrias de Portugal, de autoria de Carlos e Guilherme Rebello de Andrade, foi reconstruído em Lisboa, no Parque Eduardo VII, sendo um pavilhão de desportos.

Da arquitetura da Exposição Nacional de 1908 ficaram ainda menos registros: o Palácio dos Estados, edifício cuja construção iniciou-se ainda no século XIX e foi concluída para a exposição, não se enquadrando, portanto, na tipologia de arquitetura efêmera, permanece até hoje no cenário urbano, abrigando o Palácio da História Geológica Brasileira; e o Pavilhão das Máquinas, prédio que atualmente abriga dependências da Universidade do Rio de Janeiro. O edifício do Pavilhão de Minas Gerais foi bastante modificado para abrigar uma instituição de ensino, hoje a Escola Municipal Minas Gerais, e existe mais como uma referência ao local onde estava a representação mineira na exposição, uma vez que as reformas o afastaram completamente do seu aspecto original.

Comemoração e efemeridade andam juntas quando se trata de exposições. A urgência da comemoração, com datas precisas para celebração das efemérides, faz com que, muitas vezes, sejam realizados projetos sem o planejamento adequado. É preciso realizar algo espetacular e no menor prazo possível! Em relação à cidade, novos projetos, ou mesmo aqueles engavetados, esquecidos, são realizados “a toque de caixa”. O espaço para questionamentos e análises mais detalhadas fica comprometido.

Por outro lado, coloca-se em dúvida: qual será o destino de tudo aquilo que se produziu com tanto esforço? “Por que construir tão rápido, tão alto e tão sólido para demolir em seguida?” (ORY, 1982,

p. 138). Essa é a questão sempre posta em relação à arquitetura de exposições. E, por mais que se saiba que o destino da grande maioria dos prédios é sumir da paisagem, essa brevidade é fortemente lamentada e são lançadas ideias para evitá-la. Em 1908, lia-se no *Jornal da Exposição*:

Providenciando sobre o destino dos palácios e pavilhões de Exposição já dois projetos foram apresentados à Câmara dos Deputados. Um deles (...) autoriza o Governo a entrar em acordo com os Estados de Minas Gerais, São Paulo e Bahia para a aquisição dos respectivos pavilhões (...), sendo organizado um mostruário permanente da produção e indústria nacionais. (...) O outro (...) manda passar todos os edifícios da Exposição para o Ministério do Interior; a fim de neles serem instaladas as Escolas superiores do Distrito Federal.

Já aqui mesmo se escreveu que o melhor destino que se poderia dar a esta pequena cidade, quase instantaneamente criada à beira do oceano, seria transformá-la numa ilha balneária, cousa que no Rio não existe.

Afastada esta idéia, e não podendo admitir que estes palácios e pavilhões sejam demolidos, ou que fiquem abandonados até o apodrecimento e a ruína, é preciso estudar qual das duas idéias aventadas no seio da Câmara é a melhor. (JORNAL DA EXPOIÇÃO, 1908)

Já em 1922, O Livro de Ouro descrevia eloquentemente o encerramento da exposição e as expectativas de que nem tudo sumisse na poeira:

(...) esse conjunto deslumbrante de palácios, jardins, estátuas e pórticos da Exposição Internacional do Centenário terá que ruir à ação das mesmas forças que o elevaram um surto admirável de energia construtora. Erguido como um sonho, como um sonho desaparecerá o certamen glorioso. Mas, nem todos os seus grandes monumentos se confundirão, em destroços, na poeira das demolições. Alguns desses palácios ficarão como clara lembrança do que foi aquela festa maravilhosa da civilização. Incorporados para sempre ao esplendor da Urbs palpitante, serão eles para o futuro a memória viva, uns, da alma cavalheiresca dos povos amigos que no-os ofertaram, outros

da capacidade criadora do homem brasileiro. (LIVRO DE OURO, 1922, p. 322)

O fato é que, apesar de pouco conhecidas, essas duas celebrações são páginas significativas da vida carioca e deixaram um importante legado. Em relação à arquitetura, a efemeridade característica desse tipo de evento subtraiu do cenário urbano alguns significativos exemplares que, ao serem resgatados, podem ajudar a enriquecer o debate em torno da produção arquitetônica do período.

Referências bibliográficas:

HARDMAN, Francisco Foot. *O trem fantasma: a modernidade na selva*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

MOTTA, Marly Silva da. *A Nação faz 100 anos: a questão nacional no centenário da independência*. Rio de Janeiro: FGV-CPDOC, 1992.

ORY, Pascal. *Les expositions universelles de Paris*. Paris: Ransay, 1982.

Fontes:

ARCHITECTURA no Brasil: Engenharia/Construção: Revista ilustrada de assuntos técnicos e artísticos. Rio de Janeiro: M. Moura Brasil do Amaral, 1921-1926.

BOLETIM Comemorativo da Exposição Nacional de 1908, Rio de Janeiro, Typographia de Estatística, 1908.

GUIA Oficial da Exposição Nacional de 1908. Rio de Janeiro, 1908.

LIVRO de Ouro comemorativo do Centenário da Independência do Brasil e da Exposição Internacional do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro: Laemmert, 1923.

MEMORIAL Ilustrado da Exposição Nacional de 1908. Rio de Janeiro: Propaganda Industrial, 1908.

RELATÓRIO dos Trabalhos: Exposição Internacional do Centenário 1922-1923. Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1926. 2 vol.

Resumo

No início do século XX, o Rio de Janeiro sediou duas exposições inspiradas na tradição das Exposições Universais: a Exposição Nacional de 1908 e a Exposição do Centenário da Independência, em 1922. Símbolos do progresso da Nação, esses eventos de celebração tiveram como protagonista a arquitetura, materializada em palácios e pavilhões projetados por alguns dos mais proeminentes arquitetos da época, mas marcada por uma existência efêmera.

Palavras-chaves: exposições; arquitetura efêmera; comemoração.

Abstract

In the early 20th century Rio de Janeiro hosted two international events in the tradition of World Fairs: the 1908 National Exhibition and the Centennial Commemorative Exhibition of 1922, on the hundredth anniversary of Brazil's independence. In these celebrations, meant to showcase the country's progress, architecture took pride of place: their palaces and pavilions, designed by some of the foremost architects of the day, left a mark, in spite of their ephemeral existence.

Keywords: exhibitions; ephemeral architecture; commemorative architecture.

ENTRE RELÍQUIAS E CASAS VELHAS: a arquitetura das reformas urbanas do prefeito Pereira Passos na Rua da Uruguayana

Paula Silveira De Paoli¹

A administração do engenheiro Francisco Pereira Passos como prefeito do Distrito Federal (1902-1906) foi marcada pela realização de grandes reformas urbanas, que atingiram, sobretudo, a área central da cidade do Rio de Janeiro. As obras foram empreendidas por dois setores distintos da administração pública. O Governo Federal, sob o comando do Presidente da República Rodrigues Alves, ficou encarregado da remodelação do Porto do Rio de Janeiro, empreendimento que compreendia a construção do trecho final do Canal do Mangue, na região da atual Avenida Francisco Bicalho, e a abertura de uma avenida que conectava o porto ao centro comercial da cidade. Essa avenida, batizada de Central, foi a obra mais emblemática dentre todas aquelas realizadas na época, e tornou-se o grande símbolo das reformas urbanas. As obras a cargo da Prefeitura foram condensadas no Plano de Melhoramentos da Cidade do Rio de Janeiro, organizado pela Comissão da Carta Cadastral, repartição que integrava a Diretoria Geral de Obras e Viação. O Plano consistia na abertura de novas ruas e no alargamento e prolongamento de algumas ruas já existentes, localizadas, em sua maioria, na área central da cidade, com algumas ramificações para os bairros adjacentes. A obra mais emblemática realizada pela Prefeitura foi a construção da Avenida Beira-Mar, sobre aterro, ligando o centro à Praia de Botafogo. Embora se tratasse de dois âmbitos distintos da administração pública, ambos estavam bem sintonizados e afinados no principal aspecto do discurso, que era a necessidade de modernizar a então Capital da República, transformando-a numa cidade “civilizada”, símbolo do destino radioso que o Brasil desejava para si.

¹ Doutora em Urbanismo. Técnica do IPHAN.

O conjunto das obras projetadas iria atingir profundamente o centro da cidade, a área que concentrava os principais serviços e negócios, mas também a área de formação mais antiga, cujo traçado viário provinha do período colonial e não havia sofrido modificações substanciais desde então, apesar dos planos urbanísticos e dos numerosos projetos de alargamento de ruas elaborados ao longo do século XIX, mas nunca realizados. Além do traçado viário, considerado inadequado para a circulação do ar e do tráfego, o discurso técnico da época condenava as velhas edificações da cidade, dotadas de alcovas, cômodos de dormir que não recebiam ar nem luz diretamente do exterior. As alcovas foram consideradas o principal vilão da insalubridade daquelas edificações. Por esse motivo, uma das principais justificativas do Plano de Melhoramentos da Cidade foi a necessidade de sanear as edificações, o que deveria ser obtido por meio da demolição das casas mais antigas e sua substituição por edificações modernas. A escala urbana das intervenções e a escala da produção arquitetônica aparecem, portanto, intimamente ligadas no documento de exposição de motivos do Plano:

Certamente não basta obtermos água em abundância e esgotos regulares para gosarmos de uma perfeita hygiene urbana. É necessario melhorarmos a hygiene domiciliaria, transformar a nossa edificação, fomentar a construcção de prédios modernos e este desideratum sómente pode ser alcançado rasgando-se na cidade algumas avenidas, marcadas de forma a satisfazer as necessidades do tráfego urbano e a determinar a demolição da edificação actual onde ella mais atrazada e mais repugnante se apresenta. (PREFEITURA DO DISTRICTO FEDERAL, 1903.)

As reformas urbanas foram justificadas pro meio de um discurso que contrapunha nitidamente duas imagens: de um lado, a velha cidade colonial, com suas vielas estreitas e seus casarões insalubres e sem arte. E do outro lado, a nova cidade que estava sendo produzida, dotada de amplas avenidas para a circulação do ar e do tráfego, ladeadas por belos edifícios higiênicos. A construção de uma *nova imagem urbana* era um dos objetivos principais das reformas em curso no Rio de Janeiro durante a administração de Pereira Passos, e os discursos de saneamento da cidade e melhoramento da circulação viária estavam

estritamente associados à questão do embelezamento urbano. A imagem da cidade velha foi potencializada ainda pro meio da historiografia da década de 1980 a respeito das reformas urbanas, que construiu a ideia de que as “casas velhas” da cidade haviam sido transformadas em cortiços, ideia esta que não constava dos documentos oficiais da época das reformas, mas que povoa a concepção que temos hoje a respeito do período.

Em apenas quatro anos, milhares de pessoas tiveram de deixar suas casinhas em cortiços ou estalagens e seus quartos em casas de cômodos, que foram desapropriadas e demolidas por ordem da prefeitura. Em seu lugar surgem a Avenida Central e outras ruas no centro da cidade, valorizando assim ainda mais o espaço urbano e aumentando o processo de acumulação de capital por meio da especulação imobiliária. (CHALHOUB, 2001: p.135.)

Era a “regeneração” da cidade e, por extensão, do país, na linguagem dos cronistas da época. Nela são demolidos os imensos casarões coloniais e imperiais do centro da cidade, transformados que estavam em pardieiros em que abarrotava grande parte da população pobre, a fim de que as ruelas acanhadas se transformassem em amplas avenidas, praças e jardins, decorados com palácios de mármore e cristal e pontilhados de estátuas importadas da Europa. (SEVCENKO, 2003: p.43.)

Nesse quadro estariam inseridas as obras de alargamento da Rua da Uruguayana, incluída no Plano de Melhoramentos da Cidade. Ela foi, provavelmente, a rua mais importante, do ponto de vista comercial e simbólico, dentre aquelas melhoradas pela Prefeitura. Este trabalho tem por objetivo estudar o significado e o alcance das reformas urbanas, pelo estudo da produção arquitetônica na Rua da Uruguayana durante a administração Passos. O estudo foi feito pro meio das licenças de obras depositadas no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ).

A Rua da Uruguayana teve sua largura ampliada de seis² para dezessete metros, e o alargamento foi feito pelo lado ímpar. Para tanto,

² A medida de 6 m aparece em todos os termos de aruação que integram os

a maior parte dos edifícios daquele lado foi desapropriada e demolida. De acordo com o desiderato expresso no Plano de Melhoramentos da Prefeitura, de “determinar a demolição da edificação actual onde ella mais atrazada e mais repugnante se apresenta”, poderíamos supor que essa área tinha uma arquitetura degradada, correspondente à imagem da “cidade velha” frente à qual as reformas urbanas foram justificadas. No entanto, a análise de algumas obras feitas do lado ímpar da rua nos anos anteriores às reformas nos permite duvidar dessa imagem.

Em 1895, foi reconstruído o imóvel de nº75. No processo há menção ao alargamento da rua, pelo método do recuo progressivo, posteriormente descartado por Pereira Passos por não garantir o alargamento imediato das ruas atingidas (AGCRJ, cod.21.1.19, fl.14-17; fl.26). Em 1896, foi realizado o acréscimo de um andar de sobrado a uma edificação térrea, no nº17 (AGCRJ, L.O.1896, cx.06, doc.35). Em 1897, foi pedida a modificação das portas da loja de um edificio de dois pavimentos, localizado no nº31 (AGCRJ, L.O.1897, cx.09, doc.30). Em 1898, foram reconstruídos dois prédios nos nº11 e 91 (AGCRJ, cod.21.2.19, fls.401-402; fl.393 / L.O.1898, cx.04, doc.50). O sobrado de nº11 possuía uma bela fachada de inspiração francesa, com as escritas “Bazar”, “Brinquedos”, “Artigos de Paris”. Também em 1898, foi pedida a modificação das portas da loja do sobrado de nº53 (AGCRJ, L.O.1898, cx.04, doc.49). E em 1899, foram reconstruídos mais dois sobrados do lado ímpar, no nº63 e nº117 (AGCRJ, L.O.1899, cx.15, doc.07 / L.O.1899, cx.15, doc.08).

Em 1900, foi reconstruído um belo edifício dedicado a um “grande estabelecimento comercial” de roupas, tecidos e artigos de armarinho, na Rua da Alfandega, nº123 esquina de Uruguayana (AGCRJ, cod.21.3.19, fls.19-23). Também esse belo e novo imóvel, muito semelhante àqueles que seriam erguidos durante as reformas Passos, foi desapropriado.

Em 1901, foi reconstruído um pequeno prédio no nº3, e a fachada de outro pequeno sobrado, localizado no nº49 (AGCRJ,

processos de construção e reconstrução de edifícios na rua, antes do alargamento.

cod.22.1.2, fls.55-56 / cod.22.1.2, fls.60-61). Em 1902, foi reconstruído um único prédio ocupando os lotes nº131 e nº133, o que constituiu o remembramento desses lotes, um dos pouquíssimos remembramentos realizados na época (AGCRJ, cod.22.1.15, fls.118-125). Nesse caso, o proprietário entrou em acordo com a Prefeitura para não ser desapropriado, mas teve de ceder a frente do terreno para o alargamento da rua, de modo que foi obrigado a reconstruir o prédio novamente, pouquíssimo tempo depois. O mesmo acordo aconteceu com o imóvel nº43, de José Antonio Martins, que também fora reconstruído em 1902 (AGCRJ, cod.22.2.4, fls.81-85).

Essas obras foram as mais importantes realizadas do lado ímpar da rua, mas houve também diversas outras, menores, de manutenção dos imóveis existentes. A sequência de obras do lado ímpar da Rua da Uruguayana antes das reformas urbanas demonstra a sua vitalidade. Não se tratava de edificações decrépitas, pobres pardieiros encortiçados, mas de uma massa edificada que vinha sendo renovada continuamente, com edifícios em bom estado de conservação, muitos dos quais recentes. Isso quer dizer que as reformas Passos condenaram muitas belas casas novas, algumas recém-construídas, abrigando lojas elegantes... O que nos permite apontar que a imagem da “cidade velha” presente nos discursos de justificativa do Plano seria muito mais uma *imagem de efeito* (e esse efeito teve um alcance considerável, tanto que tal imagem permanece viva no imaginário das reformas urbanas até os dias de hoje), apta a construir um consenso em torno da necessidade das obras no momento de sua realização, do que propriamente um diagnóstico da massa edificada da cidade antes das reformas urbanas.

Quanto à cronologia das reformas, os planos da Prefeitura para os melhoramentos da cidade, que compreendiam o alargamento da Rua da Uruguayana, foram aprovados por meio do Decreto Municipal nº459, de 19 de dezembro de 1903. Portanto, embora os rumores a respeito das reformas urbanas tivessem acompanhado o prefeito Passos desde os primeiros dias de sua administração, e a elaboração dos planos tenha sido seguida pelo público por meio de diversas notícias sobre o assunto nos jornais, foi necessário esperar quase um ano inte-

ro para que se tivesse certeza do que realmente iria acontecer (Passos assumiu a Prefeitura no dia 29 de dezembro de 1902). No ano de 1904, ocorreram as desapropriações e acordos com os proprietários que mantiveram seus imóveis do lado ímpar da rua. A Prefeitura tomou posse dos imóveis, ainda ocupados, no segundo semestre daquele ano, e os ocupantes tornaram-se seus inquilinos, pagando aluguel durante alguns meses, até a desocupação definitiva dos imóveis, ocorrida nos primeiros meses de 1905. As demolições foram feitas rapidamente, e os novos lotes foram a leilão em meados daquele ano, com o compromisso, por parte dos proprietários, de que as novas edificações estivessem prontas no prazo de um ano, a contar da data da assinatura da escritura (o mesmo prazo valia para as reconstruções dos imóveis que foram fruto de acordos). Desta forma, 1905 foi o ano da aprovação dos projetos das novas edificações junto à Prefeitura, e concentrou a grande maioria dos pedidos de licenças de obras, restando apenas alguns “retardatários” em 1906, além de alguns pedidos de modificação de projetos anteriormente aprovados. E o prefeito Pereira Passos, que deixou o cargo em 15 de novembro de 1906, entregou todas as obras prontas ou em fase de finalização.

Como já foi visto, a Rua da Uruguayana foi alargada pelo lado ímpar. Para tanto, a maior parte dos edifícios daquele lado foi desapropriada e demolida. Após as demolições, as sobras dos terrenos que não haviam sido usados para formar o leito da rua foram loteadas e revendidas em hastas públicas. Para formar os novos lotes, o parcelamento do solo preexistente não foi conservado. A Prefeitura constituiu ali lotes mais largos, com intuito de que viessem a abrigar edifícios de caráter mais monumental. O novo parcelamento do solo contrastava abertamente com o preexistente, baseado em pequenos lotes longos e estreitos, provenientes do período colonial, que permanecia do lado par da rua. Na Rua da Uruguayana, os lotes preexistentes eram especialmente pequenos, com testadas médias entre 3,50 m e 4,50 m, sendo muito poucos os lotes com mais de 5 m de frente. Esses pequenos lotes foram considerados inadequados pelos reformadores para receber a arquitetura que desejavam para as novas avenidas, condizente com a imagem de opulência que queriam construir para a cidade. Mas pela própria natureza do empreendimento, que partia da decisão de

revender os terrenos, a Prefeitura delegava aos compradores a tarefa de produzir, em primeira pessoa, a nova arquitetura desejada.

Além disso, nem todos os lotes do lado ímpar da Rua da Uruguayana foram desapropriados. Houve casos de proprietários que negociaram a manutenção dos imóveis com a Prefeitura, comprometendo-se a ceder a porção do terreno necessária ao alargamento da rua – uma faixa de 11 m na frente dos lotes. Os únicos vestígios do parcelamento do solo preexistente podem ser encontrados nessas edificações que foram frutos de acordos. Seus proprietários foram levados à reconstrução compulsória dos imóveis, mas conservaram, algumas vezes, os cômodos dos fundos sem alterações, concentrando as obras na parte da frente do imóvel, que seria demolida. Isso mostra que, mesmo naquele momento em que a produção do novo se dava de maneira tão categórica, não houve uma tábula rasa absoluta da situação preexistente.

Esse aproveitamento dos fundos do imóvel preexistente foi até mesmo aconselhado pela Prefeitura em alguns casos, como fica evidente no pedido de indenização feito pelo Club Militar à Prefeitura (AGCRJ, *Aforamentos*, cx.U6, Rua da Uruguayana, nº41 (antigo)). O clube havia feito recentemente obras de manutenção em sua sede, localizada à Rua da Uruguayana nº41, portanto, na área atingida pelo alargamento da rua, e pedia um ressarcimento das despesas feitas, já que o prédio seria demolido:

Ill^{mo} e Ex^{mo} Snr. D^r Francisco Pereira Passos, Prefeito do Districto Federal

O General João Vicente Leite de Castro, Presidente do “Club Militar” avisado pelo procurador do prédio á Rua da Uruguayana nº41, onde o Club tem sua séde, de que em breve seria demolido o mesmo prédio para alargamento da rua, vem expôr a V.Ex^a o seguinte:

Por ocasião de sua reabertura o “Club Militar” fez, no edificio em que funcçiona, obras na importância de 8.491\$740, conforme consta de contas que possuímos. Estas contas são referentes somente á obras de que, com a nossa mudança, vamos ter total prejuízo.

Sendo o Club ainda devedor da maior parte d'essa quantia, venho pedir a V.Ex^a uma indemnização que attenuue, ao menos, o grande prejuízo que vamos soffrer com a mudança a que o Club é obrigado em vista da demolição da casa onde funciona.

Ficará ad libitum de V.Ex^a fixar o quantum da indemnização a que, supponamos, o Club tem direito; e confiado na rectidão que tem caracterisado os actos de V.Ex^a e na justiça do pedido feito, o abaixo assignado

E. Defferimento

Capital Federal, 5 de Julho de 1905.

General João Vicente Leite de Castro

O pedido obteve do responsável pela 1^o Seção da Diretoria Geral de Patrimônio o seguinte despacho:

Do prédio de que se trata apenas tem de ser demolida a parte necessária para alargamento da rua conforme accordo com o proprietário. Parece-me, portanto, que não é o caso de auxílio para mudança nem tampouco de indemnização, pois que poderá o Club de que se trata funcionar na parte do prédio não attingida pelas obras.

Essas permanências, apenas “cortando a frente” do imóvel, eram possibilitadas pela cultura de edificar do período, de reaproveitamento de porções dos edificios existentes na produção do novo. Podemos avaliar essa questão sob dois aspectos. Por um lado, se tratava de *preexistências selecionadas*. Ou seja, os edificios que puderam ser “cortados” eram edificios que atendiam aos padrões da nova arquitetura num quesito considerado pela Prefeitura fundamental: a largura dos lotes. Essa largura permitia a produção de edificios maiores, condiscentes com a imagem de opulência que se queria produzir para a cidade naquele momento. Por outro lado, essa adaptação era possível porque a produção do novo apresentava fortes traços de continuidade em relação ao existente – no número de pavimentos das edificações, nas tipologias de plantas e fachadas, nas técnicas construtivas empregadas, nos materiais de construção. A produção do novo, naquele momento, permanecia ligada ao fio da “tradição”, e isso ocorria apesar

dos discursos de defesa das reformas urbanas reivindicarem a ideia de uma ruptura radical com o passado.

A preocupação com a largura dos lotes é fundamental para entendermos os mecanismos postos em prática pela Prefeitura no momento das desapropriações e reconstruções de prédios, nas ruas melhoradas. A condenação dos lotes estreitos não era propriamente nova. A Postura de 15 de setembro de 1892 trazia, no Art.7º, as seguintes disposições:

§ 1º. Nenhum lote de terreno com largura inferior a sete metros de frente poderá receber construção alguma.

§ 2º. Nas ruas, praças, etc., novamente abertas, não será permitida a construção de edifício algum com menos de sete metros de desenvolvimento de fachada.

A recomendação foi reiterada, em termos semelhantes, pelo Decreto nº 391, de 10 de fevereiro de 1903, a lei de edificações promulgada pela administração Passos, que dispunha, no Art.10, que “em ruas novas ou pouco edificadas nenhum terreno que tenha menos de seis metros de largura poderá receber edificação”. No entanto, essas larguras podiam ser praticadas apenas nos bairros mais novos, de ocupação rarefeita. Era impossível atender a essas disposições na área central da cidade, porque tal imposição inviabilizaria boa parte dos lotes ali existentes. Portanto, a Prefeitura viu nos alargamentos de ruas a possibilidade de reverter esse quadro, produzindo nas sobras dos terrenos remanescentes lotes mais largos do que no restante do tecido urbano do centro da cidade.

Mas havia outro lado nessa questão. Quais seriam as expectativas dos proprietários das edificações do centro da cidade em relação à largura dos lotes em que estavam situadas? Esta pergunta é importante porque justamente das expectativas daqueles proprietários decorreriam suas ações nos lotes recém-produzidos pela Prefeitura nas ruas alargadas, ações estas fundamentais para completar o ciclo da produção da nova arquitetura da cidade engendrado pela administração Passos. Podemos entender certas precauções tomadas pela Pre-

feitura quando da venda dos lotes em leilão como respostas a essas expectativas e ao comportamento dos proprietários delas decorrente.

Os remembramentos de lotes ocorridos em fins do século XIX e início do XX foram muito poucos. Na grande maioria dos casos, os proprietários de lotes contíguos optaram por construir vários edifícios independentes lado a lado, ao invés de fundir os lotes num edifício único. E, quando ocorreram remembramentos, muitas vezes a distribuição interna das novas edificações remetia ao parcelamento do solo anterior, mantendo uma duplicidade de estruturas, como se fossem duas edificações lado a lado e não uma só. Não podemos ver essa resiliência do parcelamento do solo apenas como um reflexo da técnica construtiva empregada, que dependia dos lotes estreitos para lançar de um lado ao outro da edificação as vigas de madeira que constituíam suas estruturas horizontais. O pequeno número de remembramentos e a manutenção da divisão interna nos imóveis lembrados decorriam, sobretudo, da tipologia arquitetônica daqueles imóveis – tipologia esta profundamente arraigada na *cultura local*. A reprodução do padrão de edificações longas e estreitas estava muito mais ligada a traços culturais do que a fatores técnicos, embora técnica construtiva e tipologia arquitetônica caminhassem lado a lado. Tudo isso quer dizer, em última análise, que os proprietários estavam *satisfeitos* com o parcelamento do solo em lotes estreitos, e que este não constituía, de modo algum, um obstáculo às suas expectativas em relação aos seus imóveis.

Haveria, portanto, uma tendência, por parte dos proprietários, de reproduzir aquele parcelamento nos novos lotes vendidos pela Prefeitura, subdividindo-os após a compra. A Prefeitura, por sua vez, havia constituído lotes mais largos justamente com o intuito de que viessem a abrigar uma arquitetura de caráter mais monumental, e queria salvaguardar a produção daquela arquitetura. Tomou, portanto, providências para que o fracionamento dos lotes não ocorresse, estipulando, no edital de venda dos lotes em leilão, que estes não poderiam ser subdivididos. E para que a cidade não demorasse a ficar de cara nova, estipulou também que as construções deveriam estar prontas um ano depois da data de assinatura das escrituras de compra dos lotes. As-

sim, o prefeito Passos poderia colher os louros de suas obras antes de encerrar a administração.

Os compradores obrigam-se:

a) a pagar á Municipalidade, na fôrma da legislação vigente, para aforamento dos terrenos municipaes, fôro perpetuo á razão de 100 réis (cem) por metro quadrado e por anno (...);

b) a construir nos terrenos, respeitadas as posturas municipaes, concluindo as construcções no prazo máximo de um anno, contado da assignatura da escriptura, sob pena de multa de um conto de réis por mez ou fracção de mez que exceder o mesmo prazo.

c) a não dividir os lotes de terreno de que fizerem aquisição, aproveitando-os para construcção de mais de um prédio, podendo, entretanto, construir um só prédio em mais de um lote. (AGCRJ, Aforamentos, cx.U4. Edital de venda dos lotes.)³

A proibição de subdividir os lotes nada mais era do que o reconhecimento, por parte da Prefeitura, de que os terrenos estreitos presentes no centro da cidade atendiam perfeitamente às expectativas e necessidades dos proprietários, e que eles tentariam reproduzir aquele padrão espacial nos novos lotes, se tivessem liberdade para tal. Muitos anos se passariam até que os novos lotes produzidos durante a administração Passos comesçassem a ser considerados pequenos. Durante todo o período Passos, as edificações em lotes longos e estreitos constituíram a tipologia dominante. Daí decorreria a intenção de subdividir as lojas dos edifícios maiores produzidos durante a administração Passos, objeto de um pedido de licença de obras feito em 21 de janeiro de 1908:

Espindula & Medeiros, estabelecidos com negócio de Açougue na Rua da Uruguayana nº51, vem respeitosamente a presença de V^a Ex^a

³ Precaução semelhante foi tomada nas regras para as construções na Avenida Central, que estipulavam, no Item VIII, que “nenhum edificio a se construir na Avenida Central poderá ter menos de dez metros de frente sobre ella, nem número de pavimentos inferior a três.” (AGCRJ, cod.33.2.24, fls.42-47).

pedir licença para fazer uma parede divisória, de estuque, ou de frontal, na parte dos fundos onde tem uma loja de barbeiro. (AG-CRJ, cod.27.1.25, fls.18-21)

Observamos que, quando foi feito o pedido, já funcionavam na loja dois negócios, de naturezas bem diferentes – açougue e barbeiro. Pedia-se apenas para construir uma divisão que formalizasse o que já existia. O caso permaneceu sem desfecho, mas é interessante porque mostra a diferença entre a apropriação do espaço por parte dos usuários e aquilo que fora prefigurado pela Prefeitura. Outros pedidos para subdivisões de lojas foram deferidos, mas tratava-se apenas de divisões internas, ao passo que as imposições legais por parte da Prefeitura de fato garantiram a produção de uma arquitetura mais monumental do lado ímpar da Rua da Uruguayana.

Mas o que aconteceria do lado par, o lado “velho” da rua, que não esteve sujeito a desapropriações? Como os proprietários daqueles imóveis teriam reagido a toda a movimentação de demolições e reconstruções do lado ímpar, que ocorria bem diante de seus olhos, fomentada ainda pela forte propaganda do discurso oficial da época em favor da nova arquitetura? Teriam corrido a renovar suas casas? Teriam sido obrigados a isso pela Prefeitura? Teriam as obras do lado par comportado alguma mudança no parcelamento do solo, com a formação de lotes maiores?

No biênio 1905-1906, foram feitos 32 pedidos de licenças de obras do lado par da Rua da Uruguayana – mais do que o dobro dos anos anteriores, aí incluídos os primeiros anos da administração Passos. Essa intensificação bastante significativa do ritmo dos licenciamentos naquele momento poderia mostrar, por um lado, que os proprietários do lado par da rua atenderam ao apelo da Prefeitura e à propaganda maciça das reformas urbanas, e se apressaram em renovar seus imóveis. Mas, por outro lado, o grande número de pedidos de licença de obras poderia ser o reflexo de um acirramento da perseguição às edificações existentes, por parte da Prefeitura, obrigando os proprietários a consertarem ou mesmo a reconstruírem seus imóveis, de forma compulsória...

Dos 32 pedidos de licença de obras, metade foi para reformas em edificações existentes, e metade para construções ou reconstruções de prédios. O que constitui, por si só, uma diferença importante em relação ao lado ímpar da rua, sujeito a uma renovação integral e compulsória. Dentre os 16 pedidos de licença para consertos, houve quatro segundo intimação da Saúde Pública. Esse percentual expressivo, que foi encontrado na rua apenas no ano de 1904, indica que houve uma perseguição das edificações consideradas indesejadas pela Prefeitura, no momento em que os melhoramentos da rua estavam sendo implementados. Por outro lado, notamos um número também expressivo de proprietários que renovaram seus imóveis espontaneamente, talvez por temor de represálias ao seu estado de salubridade por parte da Prefeitura (tais obras espontâneas demonstram que os modernos padrões de higiene das edificações eram bem conhecidos pelos proprietários dos imóveis), ou por simples vontade própria. Desta forma, observamos que a propaganda da produção do novo engendrada pelas reformas urbanas agia diretamente na mente dos habitantes da cidade, naquele momento.

Mas notamos também que, em vários casos, a natureza das obras a serem realizadas nos imóveis não diferia muito daquelas feitas na década anterior. Isso ocorreu, em parte, porque ao longo de toda a sua vida útil, aqueles imóveis passaram por uma manutenção regular. Não eram decrépitos, em sua grande maioria, quando Pereira Passos assumiu a Prefeitura. Além disso, aquelas obras eram consideradas pelos proprietários dos imóveis aptas a atualizá-los, adaptando-os aos novos usos e comodidades da vida moderna. Para eles, aqueles edifícios reformados, do lado par da rua, também eram *novos* para todos os efeitos, eram *reliíquias* a serem cuidadosamente conservadas.

Por sua vez, as construções e reconstruções de prédios do lado par da Rua da Uruguayana no biênio 1905-1906, de uma maneira geral, partiram da iniciativa dos proprietários e não de uma imposição da Prefeitura. O procedimento de condenação de edificações por “ameaça de ruína”, pro meio de vistorias administrativas, foi verificado em apenas dois casos, dentre os 16 analisados. Assim, podemos observar que a Prefeitura não lançou mão das vistorias administrativas para

promover reconstruções em massa na rua, ao mesmo tempo em que os proprietários atendiam ao apelo da produção do novo. Por outro lado, observamos que na Rua da Uruguayana os procedimentos de vistoria administrativa tiveram resultados mais duros do que em outras ruas, não melhoradas, onde foram empregados. Aqui, eles resultaram na condenação integral dos imóveis atingidos, ao passo que naquelas ruas, apontaram a necessidade de alguns reparos apenas. Portanto, apesar de o instrumento da vistoria não ter sido usado em larga escala para condenar as edificações “indesejáveis” na rua, ele foi aplicado de maneira mais rigorosa, o que demonstra uma ação mais incisiva da Prefeitura, pelo fato de se tratar de uma rua melhorada.

Mas a nova arquitetura que estava sendo produzida do lado par da Rua da Uruguayana era substancialmente diferente da nova arquitetura do lado ímpar, constituída por grandes edifícios erguidos em lotes bem mais largos. E, ao mesmo tempo, substancialmente parecida com a “velha” arquitetura daquele mesmo lado par, constituída por pequenos sobrados em lotes longos e estreitos. Os técnicos da Prefeitura que analisaram os pedidos de licença de obras em primeira instância levantaram a questão da oportunidade (ou não) de se conceder as licenças, já que os lotes tinham, na grande maioria, testadas menores do que os 6 m mínimos exigidos por lei para as reconstruções de imóveis. Mas essa discussão legal escapava às expectativas dos proprietários, a cujas necessidades aqueles pequenos sobrados satisfaziam perfeitamente. (De resto, se isso não fosse verdade, o prefeito Passos não precisaria ter tomado tantas precauções para que os grandes lotes recém-constituídos do lado ímpar da rua não fossem desmembrados. Aqueles lotes eram uma *exceção*, que deveria ser mantida tal, mas não constituíam a regra da cidade naquele momento...) Por isso, os proprietários do lado par quase nunca buscaram fazer, por iniciativa própria, os remembramentos que teriam permitido a formação de lotes maiores. E da parte dos técnicos da Prefeitura, sempre prevaleceu o entendimento de que as obras de reconstrução de prédios daquele lado deveriam ser autorizadas, mesmo em lotes com largura menor do que a mínima exigida por lei. A discussão sobre o parcelamento do solo constitui a tônica dos processos de licenças de obras do lado par da rua

no biênio 1905-1906, e despachos como este, relativo à reconstrução parcial do prédio nº136, foram comuns:

Pode ser concedida a licença, devendo ser reconstruída qualquer das paredes que vão ser conservadas se isto se verificar ser preciso no correr da obra. A largura da fachada é apenas de 4.50 porém me parece que isso não pode impedir a reconstrução, não só por causa dos precedentes que já existem, como por se tratar da parte antiga da rua, onde não houve demolições. Resolvereis entretanto como vos parecer acertado. (AGCRJ, cod.24.2.8, fls.63-71.)



Figura 1 – Rua Uruguiana entre o Largo da Carioca e a Rua Sete de Setembro, lado ímpar. Nesta quadra e na seguinte, estão localizadas as edificações mais monumentais da rua. Foto: Paula De Paoli, 22/11/2011.





Figuras 2 e 3 – Rua Uruguaiana entre as ruas Sete de Setembro e Ouvidor, lado par. Observam-se edificações em lotes muito estreitos, de pouco mais de três metros de testada. Fotos: Paula De Paoli, 1/7/2011 e 13/4/2011.

Por esses motivos, a nova arquitetura implantada nos lotes mais largos gerados pelo Plano de Melhoramentos estava fadada a ser uma exceção na cidade, do ponto de vista de sua escala, ao mesmo tempo em que a grande maioria das reconstruções do lado par da Rua da Uruguayana no período Passos ocorreu dentro do parcelamento do solo preexistente. Produzia-se, assim, uma diferença de escala entre o lado ímpar da rua, com seus grandes edifícios, e o lado par, constituído por uma sucessão de pequenos sobrados, tanto que, na numeração atual da rua (que data de 1909), o lado ímpar termina com o nº 149 e o lado par, com o nº 226. Essa diferença de escala pode ser observada até os dias de hoje, apesar das inúmeras substituições das edificações do início do século XX por outras mais recentes, frutos de outras necessidades e de outra tipologia arquitetônica, que exigiram a realização de remembramentos importantes.

Deste modo, o lado par e o lado ímpar da Rua da Uruguayana – o novo e o velho – olhavam-se como num espelho às avessas. Por um lado, a Prefeitura esperava que os proprietários do lado par se mirassem no exemplo do lado ímpar, e corresse a renovar seus imó-

veis. Como pudemos notar a partir do aumento de pedidos de licenças do lado par no período, os proprietários acorreram a esse chamado. Mas, ao mesmo tempo, os novos imóveis foram produzidos dentro do parcelamento do solo preexistente, constituindo uma sucessão de pequenos sobrados. Quanto ao lado ímpar, houve no período vários pedidos de licença para a subdivisão de lojas, em geral deferidos. Esses pedidos mostram que os espaços de menores dimensões que vinham sendo produzidos na cidade eram perfeitamente adequados às necessidades e expectativas de seus ocupantes. A retórica de produção do novo que justificava as reformas urbanas contrastava com essas expectativas, produzindo uma espécie de “demanda artificial” por edifícios maiores, que teve de ser garantida por meio de imposições legais. Por esse motivo, as novas edificações da época foram produzidas dentro da mesma tipologia arquitetônica das anteriores. Embora maiores, aquelas edificações tinham o mesmo número de pavimentos, as mesmas funções e a mesma distribuição interna das preexistentes.

Assim, para além da retórica da produção do novo, tanto a arquitetura do lado ímpar da Rua da Uruguayana quanto a do lado par eram objetos de desejo por parte de seus habitantes. Talvez os habitantes do lado par invejassem a arquitetura do lado ímpar por sua imponência e a “modernidade” exaltada pela propaganda da época. Mas talvez os habitantes do lado ímpar também invejassem a arquitetura do lado par por seu aconchego. Nesse jogo de espelhos e desejos não havia vencedores nem vencidos. Os dois lados da rua se olhavam, e se *admiravam mutuamente*.

Referências bibliográficas:

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, Lar, Botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. (1ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.) Campinas: Editora da UNICAMP, 2001.

DE PAOLI, Paula Silveira. *Entre relíquias e casas velhas. A arquitetura das reformas urbanas do prefeito Pereira Passos no Centro do Rio de Janeiro (1902-1906)*. Rio de Janeiro: UFRJ/FAU/PROURB, 2012. Tese de doutorado.

PREFEITURA DO DISTRICTO FEDERAL. *Melhoramentos da cidade projectados pelo Prefeito do Distrito Federal Dr. Francisco Pereira Passos*. Rio de Janeiro: Gazeta de Noticias, 1903.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão. Tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. (1ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.) 2ª ed. revista e ampliada: São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

Resumo

A administração do prefeito Pereira Passos no Distrito Federal foi marcada pela realização de grandes reformas urbanas que atingiram, sobretudo, a área central da cidade do Rio de Janeiro, justificadas pelas contraposição de duas imagens: a velha cidade colonial e a nova cidade que estava sendo produzida. Na Rua da Uruguayana, a relação entre a nova e a velha arquitetura colocou-se de maneira aguda, já que a rua teve seu lado ímpar integralmente demolido para o alargamento, ao passo que o lado par conservou as antigas edificações.

Palavras-chaves: Reformas urbanas; arquitetura; experiência urbana.

Abstract

The administration of Mayor Pereira Passos at the Federal District was marked by the implementation of major urban reforms, which came mainly in the central area of the city of Rio de Janeiro, justified through the contrast of two images: the old colonial city and the new city which was being produced. In Uruguayana Street, the relationship between new and old architecture took place acutely, since the odd numbers side of the street was completely demolished, while the even numbers side kept the old buildings.

Keywords: Urban reforms; architecture; urban experience.

DO CORTIÇO À FAVELA: a segregação espacial dos pobres no Rio de Janeiro

Vinck Vítório Ribeiro de Carvalho¹

Introdução

A partir de meados do século XIX, é reconhecível um grande aumento da população do Rio de Janeiro. Tal crescimento demográfico se dará tanto por fluxos migratórios como imigratórios. A introdução do trabalho assalariado, substituindo a escravidão, liberou capitais até então empatados, que passam a se destinar a outros ramos de atividade econômica, como uma incipiente indústria, o comércio internacional e os serviços financeiros. Em contrapartida, excedentes de mão de obra livre que são excluídos do campo, uma vez que o polo cafeeiro se deslocou para a Província de São Paulo, dirigem-se para a cidade, vindo engrossar a fileira dos trabalhadores manuais não especializados. Muitos deles passam a atuar como vendedores ambulantes e prestadores de serviços (ferreiros, torneiros, carroceiros, taverneiros, soldados de polícia, empregados do comércio).

Outra visão do assunto é apresentada por (CHALHOUB, 1996: p. 26) ao mencionar o grande fluxo de imigrantes portugueses, o crescimento do número de alforrias e dos negros que passavam a viver “sobre si”.

Dessa forma, a cidade se povoa e se expande. Do centro a população se espraia para a zona sul, novos bairros são sucessivamente incorporados, como Lapa, Glória e Catete, para finalmente atingir Botafogo, palco do enredo de Aluísio de Azevedo na famosa obra literária *O cortiço*.

¹ Doutorando do Programa de Pós-graduação em História Comparada (PPGH) do Instituto de História (IH) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

No Segundo Reinado, Botafogo era o bairro mais procurado pelas famílias de alta renda, incluído na enorme freguesia que agrupava áreas desertas, como Copacabana e Ipanema, ou áreas rurais, como a Lagoa Rodrigo de Freitas e a Gávea. Em fins do século XIX, a enseada de Botafogo era coberta por jardins e chácaras suntuosas. Segundo (BENCHIMOL, 1995: p. 113): “Erigem-se mansões luxuosas, como o atual palácio do Catete, construído em 1862 pelo Barão de Nova Friburgo e onde funcionou a Presidência da República até a transferência da capital federal para Brasília.” Outro exemplo é o atual palácio da Guanabara, sede do governo do Estado do Rio de Janeiro, que foi vendido pelo presidente do Banco do Brasil à família imperial para residência da herdeira do trono. Nesse bairro estabelecem-se os palacetes da elite social, exigindo-se assim mais e mais empregados e fornecedores. Estes constituem a população não aristocrática, que se instala em terrenos menos valorizados nas imediações do cemitério São João Batista, datado de 1852. O mercado de trabalho desse contingente formado pelas classes populares é local, diretamente vinculado à residência dos ricos, relaciona-se ao comércio (formal ou ambulante), à prestação de serviços domésticos, ao exercício de certas profissões e pequenos ofícios, à exploração das pedreiras e à construção. Mas há também oferta de trabalho nas primeiras fábricas, como as que o romance menciona (massas alimentícias, velas) ou as de tecidos, instaladas em Laranjeiras, Gávea e Jardim Botânico, contíguas às vilas operárias que surgem. São esses contingentes que estão a necessitar de moradia e vão ocupar as infectas habitações coletivas para populações de baixa renda.

O romance de Azevedo ganha crédito ao apresentar tamanha harmonia com os fatos reais na medida em que descreve o rápido desenvolvimento das construções em Botafogo, que sendo tantas acabavam por facilitar os furtos do personagem João Romão, que viria a ser dono do grande cortiço. É o crescimento do bairro “da noite para o dia”, e junto com o crescimento da construção civil também se dava um agigantamento do valor imobiliário e dos aluguéis. É também bastante sugestiva a mudança do personagem Miranda, rico comerciante português, que fixa residência no bairro, dando-nos bem a ideia desse alargamento urbano.

Diante de tamanho incremento populacional, acaba por incidir o problema da habitação para o qual o surgimento dos cortiços figurara como resposta imediata. A falta de transportes de massa, que resulta na necessidade da habitação próxima ao lugar de trabalho, a especulação imobiliária e os altos aluguéis vão deixar como opção às camadas pobres da população apenas os cortiços. Evidências que ficam claras, conforme (CHALHOUB, 1990: p. 32), no projeto de posturas enviado aos vereadores pelo fiscal da freguesia de Santa Rita em 1855, onde na sua introdução se diz que “o elevadíssimo preço das casas nesta Capital deu lugar à fundação de moradas, conhecidas pelo nome muito significativo de cortiço”. O que é também enfatizado no ofício enviado pela Secretaria de Polícia da Corte ao Ministério dos negócios do Império, em março de 1860, onde se diz “que os preços de tal modo exagerados dos alugueres de casas explicavam o surgimento e a proliferação dos cortiços”. Tais informações possuem larga concordância na obra de Azevedo, quanto se faz referência à intensa procura dos quartos na estalagem São Romão e do surgimento de outro cortiço muito próximo ao já existente, “O Cabeça de Gato”. Habitações que são sempre descritas em *O cortiço* como ambientes de pobreza e lugar para os menos favorecidos. Expressão muito clara de uma cidade que não estava pronta e que era falha de estrutura para um crescimento populacional tão vertiginoso.

As classes perigosas

Na busca por conceituação do que seriam as tais classes perigosas, dois parâmetros serão utilizados: a ociosidade e a pobreza. O primeiro, ganha vida a partir da preocupação com os negros fugitivos, negros que vivessem “sobre si”, forros e depois os próprios libertos, que tendo vivido na escravidão não saberiam como viver longe desse sistema, restando apenas como opção a ociosidade, que logo viria acompanhada de vícios e desordem. Com relação à pobreza, esta serviria como um medidor, pois entre os pobres havia os bons e os maus. Os primeiros seriam os dedicados ao trabalho, que por não terem vícios teriam a possibilidade de poupança e, portanto, a condição de ascensão do estado de miséria. Já no caso do mau pobre, a ociosidade e os vícios seriam a razão para a permanência no seu estado miserá-

vel. Assim, não é difícil perceber que a pobreza de um indivíduo era suficiente para torná-lo um suspeito em potencial. Pois pobre, vicioso ou perigoso são expressões que passaram a ter a mesma conotação. O que de certa forma também é enunciado nas páginas da obra de Azevedo quando se faz a descrição dos ares tropicais e dos hábitos dos moradores do cortiço que acabam por contagiar a amolecer o virtuoso português Jerônimo.

Os negros se tornam os suspeitos preferenciais e o alvo perfeito para a alcunha de classes perigosas, o que se explica pelo imaginário de que os indivíduos egressos do cativo teriam como marca de caráter a posse de todos os vícios. Diante dessa construção do conceito de classes perigosas, não resta dúvida de que os cortiços serão logo vistos como os celeiros a abrigar tal tipo de gente “perigosa”, já que são neles que habita a camada mais pobre da população.

Na obra de Azevedo não faltam personagens que figuram como violentos e perigoso como o capoeira Firmo e seu amigo Porfírio, que não demoram a se fazer respeitar e assumir *status* de líderes entre os seus iguais no cortiço Cabeça de Gato.

No entanto, mais do que sujeitos declaradamente violentos, o que parece mais preocupar as autoridades são os negros egressos do cativo, principalmente os que viviam “sobre si”. Tal condição dava ao escravo a possibilidade de mesmo enquanto cativo viver longe do seu senhor, manter-se por meios próprios, tendo de pagar uma quantia ao senhor ao fim de prazos preestabelecidos. Para o escravo, era uma forma de poder gozar de razoável liberdade, com a possibilidade de amealhar recursos para a compra de sua liberdade definitiva. Para o senhor, tal situação era uma maneira hábil de evitar os custos com o sustento do escravo e ainda tirar-lhe jornais mais elevados. O que também será bem representado em *O cortiço* pro meio da personagem Bertoleza, uma negra que vivia “sobre si” e que pertencia a um velho cego de Juiz de Fora a quem pagava de jornal vinte mil réis por mês, mas que apesar disso já possuía o suficiente para comprar a sua própria alforria, economias que eram tão substanciais que permitiram a João Romão dar início ao seu empreendimento de dono de cortiço.

Porém, não eram apenas os negros que viviam “sobre si” que se refugiavam nos cortiços, mas também os fugidos. O que é demonstrado pela carta publicada em 5 de maio de 1869 no *Jornal do Commercio* dirigida ao chefe de polícia, cujo teor consistia num pedido de busca em vários cortiços da Corte que estariam se transformando em asilo de escravos fugidos. Também uma carta do chefe de polícia da Corte endereçada aos vereadores da Câmara Municipal, datada de 19 de março de 1860, atesta a existência na cidade de grande número de casas alugadas ou sublocadas a escravos, casas que, segundo o remetente, eram valhacouto de escravos fugidos.

A multiplicação da permissão para “viver sobre si” acabou se tornando mais um forte fator de desagregação do sistema escravista na Corte. Chegando até a gerar processos promovidos por parte de tais escravos contra seus senhores, já que se julgavam em condição de liberdade que muito diferia do conceito “ortodoxo” de cativo e, assim sendo, já que viviam uma liberdade de fato, sustentando a si próprios sem nenhuma dependência dos senhores, julgavam-se merecedores de uma liberdade de direito.

As várias reclamações à secretaria de polícia e aos órgãos de governo, como a que segue, ilustram o uso que se fazia dos cortiços e a relação destes com os escravos:

SECRETARIA DE POLÍCIA DA CORTE, 19/3/1860

Existe n'esta Cidade um grande número de casas alugadas diretamente a escravos, ou a pessoas livres que parcialmente as sublocão a escravos.

Os males resultantes de um tal procedimento tão notórios, ninguém ignorando que essas casas, além de serem valha couto de escravos fugidos e malfeitores e mesmo de ratoeiros livres, tornão-se verdadeiras espeluncas, onde predominão o vício e a imoralidade de baixo de mil formas diferentes.

Urgente seria pois reprimir severamente semelhante abuso, proibindo se alugar ou sublocar qualquer casa, ou parte d'ella à escravos ainda mesmo munidos de autorização dos senhores para esse

fim, e, em virtude do disposto no Art. 5869 do Regulamento n.º 120 de 31-1-1842 represento a V.S.ª a necessidade de ser esta medida convertida em Postura. (Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Códice 6.1.55.)

Nesse contexto, vai aclarando a ideia de que a alternativa mais viável para a vida na Corte de negros fugidos, alforriados, ou livres em geral, nas últimas décadas da escravidão eram os cortiços. Daí os exemplos são vários de escravos que viviam em cortiços, bem como de famílias de escravos que depois de libertos se reuniam em cortiços para ali viverem juntos. É também nessas habitações que os escravos vão encontrar auxílio e solidariedade para a compra de suas alforrias.

A tendência ao associativismo que terá como palco o lugar de habitação era uma realidade vivida já na Bahia pelos migrantes negros que viriam mais tarde para o Rio de Janeiro, como atesta (MOURA, 1995: p. 37):

Os bairros populares se superlotam, os negros se juntam em casas alugadas, geralmente com os irmãos de nação. São os hábitos da vida comum que os protegeriam nesses duros anos de transição. Muitos pensam em voltar para a África, outros, aqui já nascidos, não saberiam mais para onde se dirigir num continente rasgado pelas disputas colonialistas. Talvez valesse mais a pena, muitos pensavam, tentar a sorte em outra cidade brasileira.

É também claro que misturar-se à população de um cortiço era um ótimo esconderijo em caso de fuga. O personagem Bertoleza de *O cortiço* é mais uma vez ilustrativo dessa situação, uma vez que, enganada por João Romão e se sentindo liberta, viverá por muito tempo no cortiço sem enviar qualquer quantia ao seu senhor e sem que este soubesse do seu paradeiro.

E, ainda, Aluísio Azevedo, ao descrever a dinâmica das relações e redes de solidariedade do Cortiço, nos apresenta o ambiente dessa modalidade de moradia como palco de uma dimensão de convívio social onde é muito tênue a divisão entre público e privado. Todos participam da vida de todos. Dores, graças, romances, disputas, cama-

radagens, necessidades diante da doença, tudo é compartilhado; não há segredos, a cumplicidade é a marca da convivência, tendo como principais agentes os moradores de ascendência africana. Pois mesmo havendo a presença de grupos étnicos diversos e moradores de origem europeia, não há dúvida de que é do núcleo de negros e mulatos que tudo se irradia, desde a prontidão em socorrer até a disposição e animação para os folguedos.

Ao comentar a obra de Aluísio Azevedo, (CARVALHO, 1987: p. 39) destaca o caráter associativo e solidário dos cortiços que existiam:

(...) como uma pequena república com vida própria, leis próprias, detentora da inabalável lealdade de seus cidadãos, apesar do autoritarismo do proprietário. ... Ali se trabalhava, se divertia, se festejava, se fornicava e, principalmente, se falava da vida alheia e se brigava. Porém, à menor ameaça vinda de fora, todos esqueciam as brigas internas e cerravam fileiras contra o inimigo externo.

Portanto, podem-se considerar os cortiços também como um lugar de resistência à escravidão; o tempo dos cortiços na Corte foi também o tempo de intensificação das lutas dos negros pela liberdade, o que tem relação com a histeria do poder público contra tais habitações e seus moradores.

A ideologia da higiene

A partir da construção de classes perigosas e do receio da transmissão de vícios e da perpetuação destes em função da convivência das crianças com os pais degenerados, surge a preocupação com um contágio que não seria apenas figurado, mas real e literal. Trata-se do contágio de doenças e epidemias.

No frenesi de uma onda científica e técnica para com a questão da saúde pública, surge o diagnóstico de que os hábitos de moradia dos pobres eram nocivos à sociedade, e isso porque as habitações coletivas seriam focos de irradiação de epidemias.

Na segunda metade do século XIX, os cortiços do Rio tornaram-se objeto de atenção permanente de autoridades públicas. Médicos higienistas, autoridades policiais, vereadores, fiscais da municipalidade, todos se voltavam para essas habitações dos pobres.

A ocorrência frequente de epidemias de varíola e febre amarela levava à suspeita de que a aglomeração de pessoas em habitações coletivas piorava sobremaneira o quadro da saúde pública na Corte. Aos poucos, editaram-se posturas municipais que buscavam proibir a construção de novos cortiços nas zonas centrais da cidade, além de fiscalizar com mais rigor as condições das habitações coletivas já existentes.

Não há dúvida de que os cortiços ou casas de cômodo eram de fato insalubres. A aglomeração de pessoas, os quartos abafados e sem ventilação e a pouca ou nenhuma estrutura sanitária para normalmente uma enorme quantidade de moradores não poderia resultar em outra coisa que não focos de doença e epidemias. No entanto, há de se ressaltar que os problemas de saúde pública à época não se restringiam apenas à questão habitacional, mas outros fatores deveriam ser também considerados, como alimentação, jornada de trabalho e a própria eficiência dos serviços públicos oferecidos à população. Porém, seguindo um raciocínio que parece muitíssimo bem estabelecido à época, o ônus de qualquer mal sempre recai exclusivamente para os pobres. Assim, da mesma forma que o conceito de classes perigosas era ambíguo e dubio, o de cortiço também o será, sendo ambos estigmatizantes.

O estigma do cortiço como ambiente de sujeira e desta como fator decisivo para a proliferação de doenças é ampla e claramente exposto na obra de Azevedo. Pois ao retratar os italianos, estes são apresentados como os hóspedes menos asseados do cortiço e são exatamente eles, os italianos, de quem se afirma terem sido varridos pela febre amarela, Pompeo e Delporto, e outros três de mesma nacionalidade que estiveram em risco de vida. Uma clara alusão ao conceito de que sujeira e doença se atraem.

A associação classes pobres/classes perigosas, definida e veiculada por políticos e administradores num contexto marcado pelos conflitos, lutas e tensões produzidos no quadro das transformações nas relações de trabalho, estaria intimamente vinculada à qualificação das habitações populares como espaços de periculosidade, alvos, portanto, de uma ação repressiva. A intervenção das autoridades públicas sobre os cortiços seria legitimada por meio da ideologia da higiene, difundida por médicos e engenheiros, que assumindo, explicitamente, o “desejo de fazer a civilização europeia nos trópicos”, enquanto porta-vozes da verdade da ciência e escudados na isenção do tecnicismo, submetiam, na prática, a política à técnica, fazendo “política deslegitimando o lugar da política na história”.

As tentativas encaminhadas pela administração pública no sentido de disciplinarizar e reprimir as habitações populares revelam um quadro extremamente complexo, marcado, ao mesmo tempo, por posturas consensuais e divergentes em relação à ideologia da higiene, por alianças e confrontos, envolvendo administradores, higienistas, proprietários de cortiços, inquilinos e agentes imobiliários. Pois como afirma (MOURA, 1995: p. 84), até certo momento, a persistência em continuar vivendo nos cortiços do Centro foi possível graças à “chicana” com os fiscais.

É também possível assinalar que a ideologia higienista vai se prestar como uma grande arma de justificação à erradicação dos cortiços e dos pobres do centro da cidade. Esse é o principal argumento que se vê, inclusive, ecoando como aclamação calorosa, por meio da imprensa, à época da destruição do Cabeça de Porco, ao prefeito da Capital por ter varrido aquela “sujeira.”

O discurso dos higienistas contra os cortiços foi também de muito valor para os grupos empresariais atentos às oportunidades de investimentos abertas com a expansão e as transformações da malha urbana da Capital, já que se abriria a oportunidade para a especulação imobiliária e a construção nas novas áreas da cidade. Havendo empresário que além de investir no mercado imobiliário também investiu em

transporte, onde o transporte valorizava o imóvel, e a venda deste se constituía em lucro certo e astronômico.

A remoção dos cortiços foi sem dúvida interessante para muitos grupos e empresários ávidos por lucro. O que (CHALHOUB, 1990: p. 54-55) muito bem descreve a partir da atuação e dos interesses de Vieira Souto e Carlos Sampaio na destruição do Cabeça de Porco, que por sinal teve como instrumento o discurso higienista. A operação de guerra montada em 26 de janeiro de 1893 para a destruição do Cabeça de Porco, o mais conhecido cortiço da época, é uma clara expressão do somatório do ideal de progresso, especulação imobiliária e discurso higienista.

No cortiço de Aluísio Azevedo a especulação imobiliária também não deixa de se representar por meio das reformas na estalagem de João Romão e na mudança de sua clientela. Onde o velho cortiço passa à avenida e os moradores que no princípio eram enquadrados em miseráveis e trabalhadores braçais passam a funcionários públicos modestos e operários. “O cortiço aristocratizava-se.”

O surgimento da favela

Um fato de extremo significado está também ligado à destruição do Cabeça de Porco, em 26 de janeiro de 1893. Segundo Lilian Fessler Vaz, citada por (CHALHOUB, 1990: p. 55), o prefeito Barata teria permitido que a gente pobre moradora do cortiço retirasse a madeira que pudesse ser aproveitada. De posse desse material, os ex-moradores do cortiço devem ter subido o morro que havia atrás da estalagem. Poucos anos mais tarde, em 1897, esse mesmo local seria ocupado pelos soldados egressos da campanha de Canudos, passando a receber a alcunha de “morro da Favela”. Estava então dada a origem do locus habitacional que viria a substituir os cortiços na cidade do Rio de Janeiro, a favela. Única opção da população pobre que necessitava morar próxima ao local de trabalho, mas livre das despesas de impostos e aluguéis, numa cidade que não dispunha de um sistema de transportes eficaz e para um contingente de trabalhadores que não poderia pagar pelo serviço.

Mais uma vez é possível dizer que os excluídos são incluídos numa lógica perversa de marginalização. Pois era necessário retirar os pobres e as habitações insalubres do centro da cidade, mas o seu afastamento não poderia ser tão extremo ao ponto de comprometer o uso da sua força de trabalho. A solução prática foi a inércia e a omissão das autoridades com relação à ocupação desordenada das encostas e morros da cidade.

Somente após ferrenha campanha contra os cortiços, as atenções começam a se voltar para esse novo espaço geográfico e social que vai surgindo, como o mais recente território da pobreza. Em especial, uma favela canaliza as atenções, mais precisamente o morro da Favella, que entrou para a história por sua associação com a guerra de Canudos, por abrigar ex-combatentes que ali se instalaram para pressionar o Ministério da Guerra a lhes pagar os soldos devidos.

O morro da Providência, na Gamboa, foi a primeira “favela” carioca, nome trazido pelos seus primeiros ocupantes, soldados chegados à cidade da guerra de Canudos. Na virada do século XIX para o XX, os morros vão ser ocupados, por barracos, casas improvisadas construídas com diversos materiais, sem serviços sanitários nem energia elétrica, mas livres de impostos e aluguéis, ou pelo menos acessíveis a um custo muito baixo. Moradias empilhadas pelas encostas, de chão de terra batida, parede de barro a sopapo ou improvisadas com latas de querosene ou tábuas de caixote. O crescimento urbano, conjugado com a destruição das habitações populares coletivas, torna a favela a solução possível para os de baixa renda, os que não podiam pagar os preços ascendentes do aluguel popular nem do transporte, mantendo-se perto de seus locais de trabalho e viração.

Outro morro, o de Santo Antônio, também atesta a origem desse fenômeno. A sua transformação em favela é semelhante ao caso precedente. Praças de outro batalhão, retornados da mesma campanha de Canudos, construíram seus barracos, com autorização dos chefes militares, em morro situado nos fundos do quartel, entre as ruas Evaristo da Veiga e Lavradio.

Uma espécie de simbiose urbana estava declarada. A massa de trabalhadores era necessária para as indústrias mais próximas do Centro, para o comércio e serviço doméstico das casas da Zona Sul. E para os moradores da favela era necessário estar próximo ao trabalho, porém, livre do custo dos transportes, aluguéis e impostos.

A favela passa a ser a resposta pragmática não só dos seus moradores, mas da própria municipalidade, porque a prefeitura confiava que a vacina e as novas tecnologias sanitárias pelo menos reduziam os riscos para a cidade dos novos focos epidêmicos que se formavam. Ela sabia que aqueles que tinham sido empurrados para os morros estavam em condições ainda piores do que antes nas antigas cabeças de porco, isolados da cidade, sem luz, esgoto ou garantias. Uma forma anárquica e frontalmente condenada por toda a filosofia da reforma da capital, mas que na prática é aceita, permitida, por políticos e cientistas.

As evidências sugerem que jornalistas, engenheiros, médicos e homens públicos vinculados à administração da capital, inclusive os chefes de polícia, vão gradativamente deixando de lado o cortiço, e a favela vai passando para o primeiro plano quando se intervém, pensa, ou discute a cidade e/ou o país, quando se planeja seu presente ou seu futuro. Sobre ela recai agora o discurso médico-higienista que antes condenava as habitações anti-higiênicas; para ela se transfere a visão de que seus moradores são responsáveis pela sua própria sorte e também pelos males da cidade. Assim, é no interior do debate sobre a pobreza e a habitação popular, mobilizando, desde o século XIX, as elites cariocas e nacionais, que vamos encontrar as origens de um pensamento específico sobre a favela carioca.

A forma como as elites e a administração pública reconhecem a favela como o novo locus habitacional dos pobres apresenta não apenas uma descrição da miséria das classes populares, mas também um caráter estigmatizante e preconceituoso de associação de pobreza e criminalidade. Onde claramente se percebe a perpetuação da já antiga vinculação da noção de classes perigosas e pobreza.

No relatório do engenheiro civil Everardo Backheuser, em 1906, para a comissão sobre o problema das habitações populares, publicado pela *Imprensa Nacional*, é possível perceber uma clara denúncia do sensacionalismo preconceituoso da época em relação aos habitantes das favelas.

*O morro da Favella é íngreme e escarpado; as suas encostas em ribanceiras marchetam-se, porém, de pequenos casebres sem hygiene, sem luz, sem nada. Imagine-se, de facto, casas (!) tão altas como um homem, de chão batido, tendo para paredes trançados de ripas, tomadas as malhas com porções de barro a sopapo, latas de kerosene abertas e juxtapondo-se táboas de caixões; tendo para telhado essa mesma mixtura de materiais presos à ossatura da cobertura por blocos de pedras de modo a que os ventos não as descubram; divisões internas mal acabadas, como que paradas a meio com o propósito único de subdividir o solo para auferir proventos maiores. É isto pállida idéa do que sejam estas furnas onde, ao mais completo desprendimento por comesinhas noções de asseio, se allia uma falta de água, quasi absoluta, mesmo para beber e cosinhar. Para alli vão os mais pobres, os mais necessitados, aqueles que, pagando duramente alguns palmos de terreno, adquirem o direito de escavar as encostas do morro e fincar com quatro moirões os quatro pilares do seu palacete. Os casebres espalham-se por todo o morro; mais unidos na base, espaçam-se em se subindo pela rua (!) da Igreja ou pela rua (!) do Mirante, euphemismos pelos quaes se dão a conhecer uns caminhos estreitos e sinuosos que dão difícil accesso à chapada do morro.[...]. Alli não moram apenas os desordeiros e os facínoras como a legenda espalhou; alli moram também operários laboriosos que a falta ou a carestia dos cômodos atira para esses logares altos, onde se gosa de uma barateza relativa e de uma suave viração que sopra continuamente, dulcificando a rudeza da habitação.*²

O morro da Favella, até então denominado morro da Providência, passa a emprestar seu nome aos aglomerados de casebres sem traçado, arruamento ou acesso aos serviços públicos, construídos em

² VALLADARES, Licia. A Gênese da Favela Carioca. A produção anterior às ciências sociais. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 15, nº 44, ano 2000.

terrenos públicos ou de terceiros, que começam a se multiplicar no centro e nas zonas sul e norte da cidade do Rio de Janeiro.

Apenas na segunda década do século XX é que a imprensa passa a utilizar a palavra favela de forma substantiva e não mais em referência exclusiva ao morro da Favela, surgindo assim uma nova categoria para designar as aglomerações pobres, de ocupação ilegal e irregular, geralmente localizadas em encostas.

A leitura de textos do princípio do século sugere uma associação mais do que evidente entre o morro da Favella, no Rio de Janeiro, e Canudos. Uma história está ligada à outra, pois foram ex-combatentes da Guerra de Canudos que se instalaram no morro da Providência, a partir daí denominado morro da Favella. São duas as explicações para essa mudança de nome: primeiro, a existência neste morro da mesma vegetação que cobria o morro da Favella do Município de Monte Santo, na Bahia; segundo, o papel representado nessa guerra pelo morro da Favella de Monte Santo, cuja feroz resistência retardou o avanço final do exército da República sobre o arraial de Canudos. Se, no primeiro caso, a explicação está baseada numa similitude, no segundo, a denominação morro da Favella vem revestida de um forte conteúdo simbólico que remete à resistência, à luta dos oprimidos contra um oponente forte e dominador.

No entanto, é bom frisar, não foi simplesmente Canudos, não foi uma povoação de Canudos qualquer que desempenhou o papel de mito de origem da favela carioca. Foi o arraial de Canudos descrito em *Os sertões* de Euclides da Cunha.

Embora o livro de Euclides da Cunha seja posterior (1902) ao batismo do morro da Providência como morro da Favella (1887), a marca da obra não pode ser descartada. Muito pelo contrário; foram as fortes e impactantes imagens transmitidas por *Os sertões* que permitiram aos nossos intelectuais entender e interpretar a favela emergente.

Em 1903, assume a prefeitura da cidade Pereira Passos; tendo estudado na França, membro ativo do clube de engenharia e dono da

Estrada de Ferro do Corcovado, foi a ponta de lança e figura emblemática do projeto de regeneração da cidade.

Desfrutando de autonomia, condição essencial para o empreendimento que tinha a sua frente, com o apoio do tecnicismo do Clube de Engenharia, o respaldo da Saúde Pública e seu discurso higienista, e a ação da polícia que garantia a execução da obra, o novo prefeito levou à frente o seu plano de ruptura definitiva da cidade com o passado colonial, dando início ao bota-abaixo.

A construção da Avenida Central, marco da transformação da cidade, ligava o porto ao centro comercial, integrando-se também à Avenida Beira-Mar e aos bairros nobres, Glória, Catete, Botafogo, Lagoa, Laranjeiras e Gávea, localização dos ricos e estrangeiros que se hospedavam na região. As obras do porto, numa economia de exportação, foram essenciais para a integração do Rio de Janeiro naquilo que seria o ideal de cidade moderna.

Concluída a reforma, a cidade apresentava um vertiginoso crescimento de negócios, estabelecimentos bem frequentados, passantes elegantemente vestidos e operários dignamente uniformizados. No entanto, nem tudo havia sido resolvido pela modernização; as contradições ainda se faziam presentes, e muito mais visíveis, graças à estética moderna desse novo pano de fundo. A ordem civilizada do centro denunciava a pobreza e miséria de outras regiões da cidade. As crises e os movimentos sociais sucediam-se e maculavam a grande obra, denunciando o seu caráter artificial e excludente.

No início do século XX, a favela assume em definitivo o seu lugar de substituta do cortiço como resposta à necessidade de uma relação simbiótica da cidade com a mão de obra das classes populares e do cumprimento do ideal de progresso e do projeto civilizatório dos setores dominantes da sociedade carioca:

Novas comunidades se formam, no morro de São Carlos e no da Mangueira, favelas se espalham por todos os morros do Centro e em sua volta, e na Zona Sul da cidade, ocupadas por gente que vinha de todas as partes, e que pouco a pouco ganharia unidade através

*de novas formas de organização saídas da atividade religiosa e dos grupos festeiros. As favelas cariocas, mitos e manchas da cidade. A proposta de “se civilizar” de um setor dominante da população, associada à sua necessidade de mão de obra barata para os objetivos e a manutenção “do progresso”, definia na prática uma nova ecologia social na cidade, um novo Rio de Janeiro subalterno, não mais o dos escravos, mas o das favelas e dos subúrbios que se expande em proporções inéditas, que se forma longe do relato dos livros e dos jornais, afastado e temido, visto como primitivo e vexatório. A cidade se reforma. A cidade se transforma. A cidade se transtorna. O Rio de Janeiro moderno.*³

Conclusão

Observar a questão dos cortiços no Rio de Janeiro no fim do século XIX é ter a oportunidade de estar diante de um nervo exposto e revelador das questões da própria cidade. E mais do que um panorama da sociedade carioca oitocentista é possível perceber crises e problemas que se perpetuam até os dias atuais.

O crescimento urbano e a consequente crise habitacional têm nos cortiços a sua evidência mais clara. As políticas de segregação e estigmatização, que não são novas, também apontaram para os cortiços por meio da definição de classes perigosas e da postura de suspeição que já naquela época recaía sobre os pobres.

Temas nevrálgicos, como o fim do sistema escravista e a luta dos escravos em prol da sua liberdade, também encontrarão expressão na dinâmica e realidade dos cortiços. Bem como a ideologia higienista e uma velada, nesse aspecto, política de branqueamento que, inegavelmente, tomaram o fim das casas de cômodo como objeto de seus esforços.

Além dos temas já citados de forma individual, fica também bastante óbvio que o tratamento dado a todos eles acaba por culminar

³ MOURA, Roberto. *TIA CIATA e a Pequena África no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1995.

na revelação de uma conduta também bastante antiga nas políticas públicas do Rio de Janeiro de contenção social, empreendedorismo, segregação e isolamento dos pobres. Pois a destruição das “casinhas” acaba por revelar o interesse de investimentos, a especulação imobiliária e a busca por lucro por parte da elite carioca.

Ao relacionarmos os dramas cariocas com a existência e o fim das infectas estalagens, encontramos no romance naturalista de Aluísio Azevedo a descrição bastante perspicaz desse enredo tão complexo que foi a sociedade carioca em fins do Império e início da República.

A desigualdade que se pinta no contraste entre o sobrado do Miranda e o cortiço São Romão, que coexistem lado a lado, é bastante ilustrativa ao demonstrar que, afinal, contrastes e antagonismos de classe redundam sempre na vitória e supremacia dos sobrados, isto é, da elite. Que no caso do Rio de Janeiro, sempre soube estabelecer uma perversa e contraditória relação de exclusão e proximidade das classes populares.

Entender as expressões atuais de estratificação, maniqueísmo elitista e marginalização dos pobres na sociedade carioca nos obriga a uma reflexão sobre a trajetória urbana do Rio de Janeiro, o que não pode ser feito sem considerarmos a longa questão habitacional que se atrela à marginalização espacial da cidade.

A relação entre o uso da força de trabalho dos segmentos pobres e o estigma da habitação se perpetua até os nossos dias, sendo inclusive uma das formas explicativas para o exercício atual de uma integração perversa entre a “cidade civilizada” e a “cidade popular” ou, em termos mais hodiernos, “morro” e “asfalto”.

De longa data também é a permissividade que se estende no exercício administrativo e político do uso do espaço na cidade. A relação das elites monárquicas e republicanas foi e tem sido muito semelhante no trato das camadas populares e dos pobres. Artifícios, adaptações e omissões sempre foram empregadas na manutenção de privilégios e na dinâmica de “inclusão dos excluídos”. A resistência e duração dos cortiços, e depois o advento da favela, ilustram bem

esse tipo de atuação das elites cariocas. Heranças de uma sociedade escravista que se fazem reais e perceptíveis na dinâmica política e na ética atual da urbe.

Referências bibliográficas:

- AZEVEDO, Aluísio. *O cortiço*, São Paulo, Martin Claret, 2009.
- BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos, um Haussmann tropical*. Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, 1995. Col. Biblioteca Carioca.
- CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo, Cia da Letras, 1996.
- LOBO, Eulália M. L. *História do Rio de Janeiro (do capital comercial ao capital industrial e financeiro)*. Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais, 1987, 2 vol.
- ROSA, Marilene. *Negro na Rua, a nova face da escravidão*. São Paulo: 1988.
- MOURA, Roberto. *TIA CIATA e a Pequena África no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1995.
- VALLADARES, Licia. A Gênese da Favela Carioca. A produção anterior às ciências sociais. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 15, nº 44, ano 2000.

Resumo

O presente texto apresenta os cortiços, que surgiram e se multiplicaram na última metade do século XIX na cidade do Rio de Janeiro como expressão e evidência da realidade urbana desta cidade no dito período. Para isso, se propõe uma argumentação por meio da ótica de reconhecimento do cortiço como um microcosmo da cidade carioca, sendo ele uma espécie de imagem e ao mesmo tempo mapa das questões que caracterizaram o ambiente urbano. Assim sendo, a argumentação se prenderá a uma proposta de intercessão entre as fontes historiográficas referentes ao tema em questão e a obra literária *O cortiço*, de Aluísio Azevedo (1890). E em seguida se estabelece a relação entre o cortiço e sua substituta, a favela.

Palavras-chave: Cortiço; Rio de Janeiro; Favela.

Abstract

This paper presents the tenements that have emerged and multiplied in the latter half of the nineteenth century in Rio de Janeiro as an expression and evidence of the urban reality of this city in that period. For this, it proposes an argument from the perspective of recognition of the tenement as a microcosm of the city of Rio, he being a kind of image, while the statement of issues that characterize the urban environment. Thus, the argument is a proposal to hold the intercession between the historiographical sources for the subject matter and literary O cortiço in Aluísio Azevedo (1890). And then the relationship is established between the slum and its replacement, the favela.

Keywords: Cortiço; Rio de Janeiro; Favela.

DE GOVERNADOR A VICE-REI: a dinâmica político-administrativa do Rio de Janeiro no contexto do Império português, século XVIII

*Mônica da Silva Ribeiro*¹

Constitui-se em ponto comum da historiografia afirmar que o Rio de Janeiro assumiu, no século XVIII, uma função essencial na maior dinamização das relações políticas, sociais e econômicas da América portuguesa, passando a exercer uma maior centralidade em relação ao território, que até então não possuía. Contudo, essa função não surgiu repentinamente, mas foi resultado de um processo desencadeado já desde o século XVI, período em que a capitania do Rio de Janeiro tinha uma importância estratégica considerável, aglutinando as questões mais proeminentes do centro-sul, embora sem o poder político e econômico conquistado posteriormente.

A partir dos descobrimentos auríferos, no fim do século XVII e início do XVIII, a cidade do Rio de Janeiro – com sua posição geográfica privilegiada em relação às rotas do Atlântico Sul e à região de mineração – adquiriu extrema importância, passando a desempenhar um papel fundamental, representando um centro de convergência das questões econômicas e administrativas da colônia. O Rio de Janeiro tornou-se o núcleo do sul, abrangendo toda a área central e meridional da América portuguesa.

Nesse sentido, a cidade podia ser vista como o principal polo mercantil e de comércio do Estado do Brasil, possibilitando a expansão econômica da colônia e funcionando como porto escoador, distribuidor, recolhedor e consumidor de mercadorias. Além disso, o Rio

¹ Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense. Professora Adjunta de História Moderna da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro / Campus Nova Iguaçu.

de Janeiro passou a funcionar, no decorrer dos Setecentos, como um centro administrativo que, por fim de seus governos, fiscalizava e controlava todas as regiões que se encontravam sob sua tutela.

No decorrer do século XVIII, as obrigações e a importância político-administrativa da capitania do Rio de Janeiro foram progressivamente ampliadas, não apenas em decorrência da descoberta de metais preciosos, mas também devido à necessidade de demarcação das fronteiras do sul do território, que ainda não havia sido completada. Cabe, pois, constatar, na ação administrativa dos governadores da capitania fluminense, a articulação de estratégias políticas e econômicas em favor da melhor interligação dos diversos grupos de interesses que interagiam na região.

Em relação ao aspecto econômico-comercial, merece destaque o papel mercantil da cidade durante o século XVIII, em decorrência das descobertas auríferas e da ligação com a região meridional, e todo o comércio daí decorrente dessas áreas com o Reino, e com outros domínios ultramarinos, realizado, principalmente, através do Rio de Janeiro.

O papel estratégico que o Rio de Janeiro passou a desempenhar após a descoberta das Minas fez com que, ao longo da primeira metade dos Setecentos, a cidade se tornasse a principal da América portuguesa dentro do sistema mercantil imperial, sendo um importante ponto de apoio para a Colônia do Sacramento e também para o povoamento do sudeste e do centro-sul.

Antonio Carlos Jucá de Sampaio destaca que a transformação gradual da capitania do Rio de Janeiro em principal polo mercantil da América portuguesa estava diretamente relacionada a seu papel de abastecimento das Minas. Muito mais que o ouro, a criação rápida de um grande mercado consumidor nessas áreas teria sido o motivo da mudança da economia fluminense, redefinindo assim “o seu papel nos quadros do Império. De capitania relativamente secundária do Império lusitano nos seiscentos, o Rio de Janeiro transforma-se, na centúria seguinte, em sua principal encruzilhada”. (SAMPAIO, 2001, p. 76)

A cidade do Rio de Janeiro também era fundamental como centro abastecedor de produtos agrícolas para as Minas Gerais e para a exportação para Portugal, costa da África e Rio da Prata, principalmente a partir da segunda metade do século XVIII, quando se iniciou um período de renascimento e diversificação da agricultura. Assim, em meados dos Setecentos, devido aos fatores relacionados à mineração e à produção agrícola, o Rio de Janeiro manteve um comércio exterior mais volumoso do que qualquer outro porto da América portuguesa.

Não podemos deixar de perceber também que, no século XVIII, os negócios da capitania fluminense, relacionados à importação e à redistribuição, sobrepujavam os negócios baianos. Isso ocorria porque, de acordo com João Fragoso, desde meados dos Setecentos, ou mesmo antes, o Rio de Janeiro possuía uma alfândega mais volumosa, constituía-se no principal abastecedor das Minas, e já era, a partir de 1750, o maior comprador de africanos da América portuguesa. (FRAGOSO, 2001, p. 337)

Muitos foram os processos de mudanças ocorridos no Rio de Janeiro durante o século XVIII. João Fragoso percebe que, nesse momento, a cidade era uma das mais importantes no comércio do Atlântico Sul. Na época, o tráfico de escravos para a cidade mais do que duplicou, passando do número de seis mil pessoas por ano. A população, de uma forma geral, também aumentou muito e, segundo o autor, esses dados nos mostram a transformação do Rio na principal praça do Atlântico português e em centro redistribuidor de mercadorias, especialmente os escravos, para os mais variados mercados regionais da América. (FRAGOSO, 2007, p. 38)

Fragoso destaca as modificações econômicas da cidade, percebendo o poder adquirido pelos negociantes de grosso trato, que passaram a controlar os mais diversos setores da economia do centro-sul da América portuguesa. Tais homens tinham em suas mãos o tráfico atlântico de escravos, a liquidez do mercado e o abastecimento de alimentos, além de participarem dos comércios de importação e exportação. No fim dos Setecentos, estavam ainda “na Câmara da cidade e

em outros *locus* de poder, o que lhes dava proeminência nos destinos da governança da *República*”. (FRAGOSO, 2006, p. 37)

O historiador, entretanto, afirma que nem sempre foi assim, e que tal fenômeno era recente na história da cidade. Até o fim do século XVII, a economia e a sociedade da capitania fluminense eram dominadas, segundo João Fragoso, por aquilo que ele denomina de nobreza principal da terra, que era formada pelos descendentes dos conquistadores quinhentistas do recôncavo da Guanabara e regiões próximas.

Nesse sentido, a mudança de poder dessa nobreza para os comerciantes trouxe grandes transformações para a cidade. Assim resume João Fragoso:

(...) no século XVIII temos, na capitania, uma ação devastadora e funesta do capital mercantil contra a produção açucareira local, e a principal vítima foi a nobreza principal da terra. Porém estas mudanças escondem alguns segredos ou caprichos. Antes de tudo, elas não significaram uma ruptura com o Antigo Regime. Em realidade, os embates ocorreram numa economia informada pela política e onde os grupos sociais lutavam para manter e/ou ampliar privilégios numa hierarquia estamental. (FRAGOSO, 2006, p. 38)

Em meados dos Setecentos, frações de negociantes já tinham importantes recursos sociais, mesmo antes de integrarem a Câmara. Eles comandavam o tráfico atlântico de escravos e parte do crédito da capitania fluminense, pelo menos desde a década de 1730. Contudo, isso não significou a ruína completa da nobreza principal da terra, visto que esses últimos também dispunham de recursos para se manter, como acesso a mecanismos de crédito e a possibilidade de adiarem o pagamento de dívidas ao capital comercial e à Fazenda Real. Além disso, Fragoso nos lembra que a importância econômica dos negociantes não se traduziu automaticamente em proeminência política, e assim os descendentes dos conquistadores continuaram tendo legitimidade social para exercer práticas de autoridade, como para “bloquear” a entrada dos negociantes nos cargos da Câmara.

De acordo com o historiador, o crescimento demográfico e econômico da cidade, principalmente durante a segunda metade do XVIII, deveria traduzir-se no ingresso de novos agentes na Câmara, mas o que se vê, na verdade, é o contrário. O número de pessoas que não faziam parte do grupo de descendentes de conquistadores diminuiu:

(...) a presença daquele privilégio estatal [participação na Câmara], passado de geração a geração nas mesmas famílias, na verdade não informa a existência de uma oligarquia camarista, mas, sim, de um grupo social que se autodenominava de conquistadores e dominava o conselho. Na verdade, a Câmara era um dos loci de mandos cuidadosamente guardados pelos rebentos do quinhentos. Ao lado dela existiam as tropas auxiliares (o governo militar local), os ofícios régios e o poder costumeiro, traduzido nas redes clientelares, estas últimas, baseadas no compadrio, espalhadas pelas freguesias e encabeçadas pelos potentados. (FRAGOSO, 2007, p. 62)

Dentro dessa perspectiva, esses descendentes se viam como um grupo que tinha o privilégio de exercer o mando na república e, nesse sentido, possuíam o monopólio dos cargos camaristas. Mas, como percebe João Fragoso, o século XVIII apresentava outra realidade, e não se pode deixar de destacar a ascensão dos negociantes nesse processo.

Assim, as mudanças ocorridas no Rio de Janeiro, especialmente a partir de 1750, refletem as tensões e as negociações dos diferentes sujeitos existentes na sociedade em questão. Criavam-se, dessa forma, relações entre os dois principais grupos: os homens de negócio e os descendentes de conquistadores.

Daí não se espantar a possibilidade de entendimentos vários entre eles, inclusive alianças de segmentos dos fidalgos tropicais com frações dos negociantes de grosso trato. Ao mesmo tempo, as modificações no Rio de Janeiro do Antigo Regime Setecentista começam a se apresentar como um encadeamento de sucessivas transformações ocasionadas pelas interações de seus agentes ou nas palavras de Barth, enquanto um processo generativo. (FRAGOSO, 2006, p. 41)

Assim, Antonio Carlos Jucá de Sampaio mostra que, apesar da tendência da nobreza da terra à endogamia, uma parcela desse grupo permaneceu aberta à entrada de indivíduos de “fora”, quando isso era útil para seus interesses. Assim, o acolhimento dos homens de negócio por essas famílias principais da terra “nada mais era do que um ajustamento aos sinais dos tempos, ou seja, um reconhecimento da importância que tais homens possuíam na sociedade colonial”. (SAMPALPAIO, 2007, p. 257)

Nesse fluxo, o principal movimento dos negociantes cariocas para criarem uma identidade própria teria sido, segundo Jucá de Sampaio, a proposta de estabelecimento de uma Mesa do Bem Comum do Comércio no Rio de Janeiro, no ano de 1753. Tal ideia procurava

(...) constituir um novo centro de poder, dentro do qual se resolveriam as questões relativas à prática mercantil na urbe carioca. Ao mesmo tempo, a Mesa seria o canal de comunicação por excelência entre negociantes e coroa (...) Nesse sentido, a Mesa possuiria um papel semelhante ao da Câmara, ainda que com um acento muito mais claramente corporativo que o dela. (SAMPALPAIO, 2007, p. 262)

Essas questões apontam, de acordo com o autor supracitado, para a existência de uma comunidade claramente articulada, em meados dos Setecentos. Essa comunidade estaria fortalecida pela importância crescente do Rio de Janeiro no interior do Império português, e também pelo enfraquecimento de seus competidores. Não seria, portanto, coincidência que a década de 1750 tenha sido marcada por reclamações da elite agrária a respeito da exploração dos negociantes, e pela busca dessa elite por meios de conter a decadência da produção açucareira. O que notamos, então, é que o “tempo dessa nobreza da terra já havia passado. E é nesse contexto que os homens de negócio se evidenciam como a nova elite colonial.” (SAMPALPAIO, 2007, p. 263)

Jucá de Sampaio destaca a autonomia dos comerciantes sediados no Rio de Janeiro perante os lusitanos, e afirma que tal fato poderia ser percebido por meio dos registros de envio de ouro da América para o Reino. Os negociantes do Rio de Janeiro passaram a controlar cada vez mais o envio de ouro em barras e pedras preciosas para a

metrópole, o que demonstra uma progressiva independência das elites mercantis coloniais diante da portuguesa. Essa autonomia do Rio de Janeiro era reforçada, de acordo com o autor, pelo caráter estratégico desempenhado pela cidade no comércio com a área das Minas. Os comerciantes do Rio de Janeiro tinham mais do que um simples acesso a esse mercado; suas posições, no século XVIII, eram invulneráveis, já que passaram a ter o seu controle.

A participação dos negociantes cariocas no comércio interno não ocorria necessariamente de forma direta:

Em outras palavras, por sua atuação no comércio ultramarino, os negociantes cariocas recebiam alguns dos produtos mais importantes para o abastecimento interno, e os repassavam em adiantamento a terceiros, geralmente também comerciantes, que ficavam responsáveis por sua comercialização direta. Era exatamente esse adiantamento que garantia a subordinação daquele que recebia a mercadoria ao homem de negócio e, em consequência, a participação desse no mercado interno. (SAMPAIO, 2003, p. 85)

Apesar da constante atuação da elite mercantil fluminense, é necessário, segundo Antonio Carlos Jucá de Sampaio, lembrar que os negociantes cariocas estavam inseridos no Império colonial, que tinha como cabeça a poderosa elite mercantil metropolitana, a qual também se interessava pelos contratos, principalmente o contrato da dízima da alfândega. Mas, embora os negociantes portugueses tivessem interesses, isso não impediu que a elite mercantil do Rio de Janeiro controlasse uma parcela importante dos contratos.

Um outro mercado que apresentava forte atuação e participação dos homens de negócio do Rio de Janeiro era o de crédito, que também era uma importante fonte de acumulação de dinheiro para esses negociantes. As relações mercantis desses homens envolviam, por diversas vezes, a criação de relações de crédito, que tinham origem em Lisboa e no Rio de Janeiro e daí se deslocavam para o interior da colônia. Em termos comerciais, Minas estava subordinada ao Rio de Janeiro, Bahia e, secundariamente, Portugal. Até mesmo os grandes comerciantes de Minas eram devedores de negociantes das regiões citadas,

o que, de acordo com Antonio Carlos Jucá de Sampaio, transformava o crédito em um mecanismo essencial de hierarquização no interior da cadeia mercantil.

Os homens de negócio do Rio de Janeiro, a partir de meados do XVIII, também exerciam controle sobre as arrematações da capitania do Rio Grande, o que nos demonstra, segundo Jucá de Sampaio, “que a participação dos negociantes fluminenses em tais arrematações, além de mostrar sua capacidade financeira, aumentava ainda mais essa mesma capacidade, por gerar uma forte acumulação de capital”. (SAMPAIO, 2001, p. 100)

Devido a todos esses fatores, é facilmente perceptível o papel da cidade do Rio de Janeiro e de seus negociantes dentro do sistema econômico imperial vigente, principalmente a partir do século XVIII. A capitania destacava-se economicamente, o que aumentava sua importância de forma geral, inclusive influenciando na sua função administrativa, que também foi ampliada a partir desse momento, com seus representantes locais exercendo funções fundamentais, tanto em relação à América portuguesa quanto ao Império português de uma forma geral.

Esse fato ocorreu devido à crescente necessidade que o Reino tinha de melhor controlar e regular os assuntos referentes à mineração e à administração da região centro-sul como um todo. A posição da cidade também era privilegiada para a defesa da fronteira meridional, o que contribuía para tornar o Rio de Janeiro uma área ainda mais próspera como centro militar.

A importância crescente do Rio de Janeiro fazia parte de um processo de reestruturação político-econômica da região centro-sul, principal eixo da América portuguesa nos Setecentos, que tinha a capitania fluminense como núcleo dessa área. Esses acontecimentos compunham um espectro mais amplo de mudanças desencadeadas no Império, que privilegiava uma maior racionalidade nas ações governativas, fiscais e comerciais a serem desenvolvidas nas diversas regiões, fosse no centro ou nas periferias.

A necessidade de se protegerem as Minas devido à evasão fiscal e ao contrabando, além da vontade de estender-se o domínio de Portugal até a Bacia do Prata, “parecem ter sido os motivos que levaram a Monarquia a ampliar a esfera de ação do Rio de Janeiro em relação às Minas e ao Sul da Colônia”. (MONTEIRO, 1993, p. 41)

A cidade e o porto do Rio de Janeiro foram construídos no lado ocidental da baía de Guanabara, em uma posição privilegiada em relação à região das Minas. Além disso, de acordo com Corcino Medeiros dos Santos (1993), o Rio de Janeiro estava localizado muito bem estrategicamente para fins militares, uma vez que as embarcações teriam que passar, para chegar à cidade, no meio de um triângulo de fortalezas – Santa Cruz, São João e Lage – construídas nos morros de entrada. Outras três fortalezas foram feitas dentro da baía – a de Villegaignon, a do Gragoatá e a de Nossa Senhora da Boa Viagem – e também tinham grande importância na defesa do porto. Devido a esses aspectos, o porto do Rio de Janeiro era extremamente útil para o domínio das rotas do Prata e da Índia e para a colonização do centro-sul da América portuguesa, como bem percebe Maria Fernanda Bicalho (2003).

No fim do século XVII e na primeira década do XVIII, logo após as descobertas auríferas, a função do Rio de Janeiro em relação às Minas estava principalmente relacionada à necessidade de fiscalização da cobrança de tributos. Para tanto, a Coroa portuguesa procurou intervir e implantar na região mineradora a sua soberania régia, e para isso delegou à cidade do Rio de Janeiro as funções administrativas sobre essa região, pois as autoridades dessa capitania “estavam numa posição ideal para desempenhar o papel de agentes de subordinação da zona mineira à Coroa, dadas as vinculações comerciais do porto com o planalto” (LOBO, 1978, p. 29). Assim, vai se firmando a necessidade de se atribuir ao Rio de Janeiro “uma preeminência política e uma função administrativa capaz de encampar a posição fiscal assumida de fato”. (MACHADO, 1963, p. 361)

Nesse sentido, a preocupação com a região aurífera e com as fronteiras meridionais do território fizeram com que a Coroa por-

tuguesa passasse a atuar no sentido de tornar a cidade do Rio de Janeiro uma espécie de centro administrador da parte meridional do Brasil, ampliando sua jurisdição à região mineira e ao sul da colônia. De acordo com Maria de Fátima Gouvêa, as descobertas auríferas em fins do século XVII serviram de fator que acarretou “um conjunto de reordenações nas fronteiras das capitanias da região, alimentando uma progressiva maior importância político-administrativa do Rio de Janeiro no governo da América portuguesa como um todo”. (GOUVÊA, 2001, p. 301)

Essa política implantada pôde ser percebida de forma gradual. Para acompanharmos o desenvolvimento desse processo de crescimento político e administrativo da capitania fluminense, iremos então realizar um breve histórico de alguns governadores que passaram pelo Rio de Janeiro, desde o fim do século XVII até a transferência da capital do Estado do Brasil para o Rio de Janeiro, no ano de 1763.

O primeiro marco de mudança para as transformações governativas na capitania do Rio de Janeiro foi o governo de Manuel Lobo, iniciado em 1679. Antes mesmo de assumir o seu cargo, recebeu, em 1678, instruções para a fundação da Colônia do Sacramento, empreendimento muito importante para o governo português. A ordem foi cumprida por Manuel Lobo no ano de 1680, e possibilitou a jurisdição efetiva sobre aquela região. Iniciava-se assim a ampliação dos poderes dos governadores da capitania fluminense sobre o centro-sul.

Além dessas instruções, Manuel Lobo recebeu, em 1679, um regimento para sua gestão na capitania fluminense, no qual suas atribuições são bastante ampliadas, “passando o governo do Rio a girar em um campo de acção de mais autonomia do que a de seus predecessores em relação a Bahia” (FREIRE, 1912, p. 254), o que nos faz perceber a crescente importância do Rio de Janeiro dentro da América portuguesa.

Um segundo momento que merece destaque foi o governo de Artur de Sá e Meneses, que passou a administrar o Rio de Janeiro em 1697 (tendo permanecido no cargo até 1702), década em que surgiram os primeiros descobrimentos auríferos, o que modificou de forma im-

par os modos de governar na referida capitania. A sua gestão também funcionou como um marco, porque Sá e Meneses foi o primeiro a receber a graduação de capitão-general do Rio de Janeiro, ampliando-se assim as suas competências em relação às atribuições da Câmara.

Com a nomeação de Artur de Sá e Meneses para governador e capitão-general do Rio de Janeiro, o monarca lhe ordenou que incentivasse a exploração de ouro nas capitanias do sul e, para possibilitar que os governadores do Rio passassem a desempenhar o papel de administradores das Minas, uma carta régia de 1697 ampliou as suas funções, tornando-os, nessa questão, independentes do governo-geral, e submetendo-os diretamente a Portugal. Dentro desse processo, a capitania de São Paulo foi desligada do governo da Bahia e subordinada ao Rio de Janeiro (1698), e a Colônia do Sacramento também passou para a jurisdição da capitania fluminense (1699), o que reforçou ainda mais o seu poder na colônia: “Se desde 1679 as capitanias do sul do Brasil se encontravam subordinadas ao governador do Rio de Janeiro, a partir de então o quadro político-administrativo liderado pela capitania fluminense tornar-se-ia muito mais complexo.” (GOUVÊA, 2001, p. 302)

No início do século XVIII, as obrigações e a importância da capitania do Rio de Janeiro iam aumentando, não apenas em decorrência da descoberta de metais preciosos, mas também devido à necessidade de demarcação das fronteiras do sul da América portuguesa, que ainda não havia sido completada.

O governador, então, viria tratar de questões essenciais e, por isso, necessitava de ampla autoridade militar e civil. Nesse sentido, a escolha de Sá e Meneses se deu pelo fato de a metrópole necessitar de um homem “que correspondesse às dificuldades desse novo factor da administração publica” (FREIRE, 1912, p. 285). Artur de Sá e Meneses já havia sido governador do Maranhão, entre 1687-1690.

A sua gestão, de acordo com Maria Verônica Campos, foi um marco na história administrativa, já que muito do que foi implantado posteriormente foi formulado nesse momento: “O governador enfren-

tou tanto problemas de âmbito local como os decorrentes das mudanças na política metropolitana.” (CAMPOS, 2002, p. 47)

Durante sua administração no Rio de Janeiro, instalou-se a Casa da Moeda na capitania e buscou-se uma maior organização dos focos de povoamento, visto que um grande número de pessoas, a partir dos descobrimentos auríferos, passou a viver em estado errante, dispersos, sem qualquer controle da lei.

Iniciou então seu trabalho nas Minas, averiguando-as e declarando sua jurisdição e competência sobre a região. Seguiu para São Paulo para tratar da questão referente aos descobrimentos auríferos, e notou logo que os descaminhos estavam instalados justamente nos lugares onde deveria ser realizada a arrecadação para a Fazenda Real.

Sá e Meneses concedeu ainda a provisão de 2 de outubro de 1699 a Garcia Rodrigues Paes, para que abrisse um novo caminho que interligasse o Rio de Janeiro com a área aurífera. Nos anos 1700 e 1701, o governador proibia a saída de ouro sem a comprovação do pagamento do quinto, e por isso enfrentava “fortes resistências fundadas nos interesses estabelecidos dos potentados locais representados nas Câmaras e pugnados nas várias juntas então reunidas”. (OLIVEIRA JÚNIOR, 2002, p. 10)

Em disputa com João de Lencastre por prerrogativas jurisdicionais em relação às regiões auríferas, Artur de Sá criou, em 1700, uma expedição que descobriu as lavras do Serro Frio. Os membros da expedição foram providos a cargos como os de tesoureiro, escrivão e capitão-mor do Serro Frio pelo governador da capitania fluminense, o que tornava oficial sua jurisdição nessa região. Acabou por ficar neutralizada a atuação de João de Lencastre em Minas, o que trouxe para os governadores do Rio de Janeiro o precedente legal de “rechaçar as pretensões dos governadores-gerais de anexação de parte dos distritos mineradores à Bahia”. (CAMPOS, 2002, p. 64)

Posteriormente, Artur de Sá e Meneses foi para as Minas, e em julho de 1702, entregou o governo ao seu sucessor. Despontava, assim, uma maior preocupação com o ordenamento político, adminis-

trativo e fiscal, desenvolvendo-se uma nova direção da colonização, rumo a São Paulo e Minas.

O governo de Luiz Vahia Monteiro também merece destaque nesse processo de transformações. Vahia Monteiro assumiu a administração do Rio de Janeiro em 10 de março de 1725, e teve vários conflitos durante o seu governo. No ano de 1729, foram descobertas jazidas de diamantes no Serro Frio, região das Minas Gerais, desencadeando rigoroso controle da Coroa sobre essa área, por meio da cobrança de capitação, para evitar os descaminhos. Tratando de descaminhos, Vahia, ao se referir sobre o contrabando de ouro, denunciava que as autoridades que deviam fiscalizar também estavam envolvidas nas atividades ilícitas, como, por exemplo, os provedores.

Justamente por denunciar vários poderosos locais, desencadearam-se diversas reclamações das autoridades da capitania fluminense – como os provedores, os camaristas, os magistrados e os beneditinos – contra o governador. Daí então percebemos a força e a influência desses poderosos locais, buscando defender os seus interesses e de seus grupos de atuação. A desconfiança da metrópole em relação ao governador se deu, pela primeira vez, em relação à obra do aqueduto da Carioca. A Coroa, em carta de 23 de setembro de 1730, afirmava que Vahia Monteiro não havia cumprido as ordens régias relacionadas à dita obra.

A partir de então, as desconfianças da metrópole em seu delegado no Rio de Janeiro foram aumentando, e tal situação foi agravada quando o governador, buscando reprimir os descaminhos do ouro, apreendeu a correspondência de alguns homens de negócios, indiciando e prendendo vários comerciantes.

Os pareceres do procurador da fazenda e do Conselho Ultramarino sobre o assunto, emitidos em 1731, chegaram à conclusão de que Vahia Monteiro estava violando cartas particulares, e que assim prejudicava o comércio. Diziam ainda que o governador não tinha provas das acusações feitas, e por isso seus atos se constituíam em

abuso e violência, proibidos pelas leis, e que sua continuidade no governo arruinaria o comércio.²

Na realidade, o que podemos perceber é a força das redes de poder dessas elites locais se estendendo, muitas vezes, até os representantes na Corte, como no caso dos homens de negócios do Rio de Janeiro, e as disputas entre os diferentes grupos, cada um deles buscando defender seus negócios e alargar sua representatividade política, econômica e social. Vários grupos de representantes do poder local, como os negociantes e os camaristas, por exemplo, se rivalizavam com o governador da capitania nesse momento, mas tinham o respaldo de outros oficiais régios, o que comprova a importância dos acordos entre as redes ultramarinas, como afirmam João Fragoso e Maria de Fátima Gouvêa (2010).

Assim, como bem percebe Maria Verônica Campos, a elite articulava-se em torno de redes de clientela, que tinham interesses enraizados e conheciam canais de representação. Contudo,

(...) as diversas facções estavam em lutas contínuas umas contra as outras. Era fundamental que o governador tivesse capacidade e competência para enquadrar e controlar tais redes locais, potencialmente concorrentes com a centralização régia, valendo-se especialmente dos conflitos, do prêmio e do castigo na dose certa. (CAMPOS, 2002, p. 17)

O desencadeamento dos fatos parece comprovar que o então governador do Rio de Janeiro não conseguiu administrar, ou conciliar, os conflitos entre esses grupos locais e o poder régio do qual ele era representante na capitania, bem como não soube tirar proveito das lutas no interior dos próprios grupos existentes.

Sendo assim, em 1732, Luis Vahia Monteiro foi deposto pela Câmara, e veio a falecer no dia 19 de setembro de 1733, quando Gomes Freire de Andrada, o seu sucessor na administração do Rio de

² Arquivo Histórico Ultramarino, Rio de Janeiro, cx. 29, doc. 6. 31 de janeiro de 1731. p. 786-789.

Janeiro, já havia assumido. No período de governo de Vahia Monteiro, já podemos perceber a importância crescente da capitania. Em 1726, ele mesmo reconhecia, a respeito do Rio de Janeiro:

*Esta terra é hoje um império, donde carrega todo o tráfico a América e descarrega todo o peso e aviamento dos governos das Minas Gerais e São Paulo, que importa muito que os ministros que vierem para esta cidade sejam homens de grande inteireza e talento...*³

De acordo com Rocha Pombo, antes da vinda de Gomes Freire, as capitanias de São Paulo e de Minas eram subalternas do governo-geral. A partir de 1733, “se opera uma nova reforma na administração do Estado do Brasil. (...) vem Gomes Freire investido de autoridade geral em todo sul”. (POMBO, 1963, p. 70)

Com a nomeação de Gomes Freire, buscou-se implementar novas diretrizes governativas na capitania fluminense, que vinham sendo discutidas desde a década de 1720, procurando assim contribuir para um controle econômico, tributário e político mais efetivo da Coroa sobre o mais importante domínio ultramarino português no período.

Tais modificações deveriam então ser colocadas em prática por Gomes Freire de Andrada, primeiro Conde de Bobadela, no Rio de Janeiro, capitania essencial dentro do rearranjo administrativo português, visto que era o local onde fervilhavam as relações econômicas com a região aurífera, e de onde era possível melhor controlar as fronteiras meridionais, em constante litígio com os interesses da Espanha.

O caso de Gomes Freire pode ser considerado singular na administração da América portuguesa, visto que Bobadela ocupou o cargo de governador da capitania do Rio de Janeiro por quase trinta anos (de abril de 1733 a janeiro de 1763), período extremamente longo para o exercício da referida função.

³ Publicação do Arquivo Nacional, vol. XV, p. 145. Apud CALMON, Pedro. *História do Brasil*, v. 3. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1959. p. 1.054.

Quinze anos após o início de sua gestão, em 1748, Gomes Freire se tornou oficialmente responsável pela administração de toda a região centro-sul da América portuguesa. Por provisão de 10 de setembro de 1748, ficou estabelecido que os governadores da Colônia do Sacramento, Rio Grande do Sul, Ilha de Santa Catarina e Santos estavam subordinados ao governador do Rio de Janeiro, e que por isso deviam cumprir as ordens que recebessem dele.⁴ As novas áreas de mineração de Goiás e Mato Grosso também passaram a ser supervisionadas por Gomes Freire, quando foram separadas de São Paulo. Esse fato nos permite perceber a importância das novas formas de governação implementadas no Império português no período, e o papel do Rio de Janeiro nesse processo, região onde se encontravam bastante concentrados os agentes de poder do governo metropolitano.

O ano de 1748, então, funcionou como um marco fundamental no governo de Gomes Freire, já que foi nesse momento que seus poderes foram ampliados por toda a região central e meridional, fazendo com que a capitania do Rio de Janeiro passasse a exercer jurisdição sobre todas as capitanias dessa área.

Essa determinação régia comprovava a importância e o poder da capitania fluminense naquele momento, e exprimia também a confiança da Coroa em Gomes Freire e no trabalho que estava sendo desenvolvido, já por quinze anos, e que era fundamental para as mudanças administrativas e fiscais que estavam em curso. Nesse momento, Gomes Freire tinha, sob sua alçada, um território maior do que o do próprio governador-geral.

Nesse sentido, em 16 de abril de 1761, Gomes Freire recebeu carta régia ordenando que passasse à Bahia e tomasse posse do governo do Estado do Brasil. Surpreendente e esclarecedora foi sua resposta, ao afirmar que, em decorrência de o novo governador das Minas não ter ainda assumido sua função, e por causa dos conflitos do sul, acreditava que deixar o governo do Rio de Janeiro

⁴ “Provisão de 10 de setembro de 1748”. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, cód. 952 (PH 1), vol. 34, f. 246.

*(...) sem cabeça, me faz grande dificuldade, pois ainda que ao presente esteja na regularidade e obediência devida, temo que em qualquer tempo que medeie possa haver desordem, e introduzida esta em uma Província que é o manancial de que pende e se fortifica a conservação do Reino e das Conquistas, poderá, rota a âncora, padecer o todo.*⁵

Cabe destacar aqui a percepção de Gomes Freire sobre a importância da capitania fluminense na América portuguesa, e sua predominância inclusive sobre a Bahia, sede do governo-geral, uma vez que ele destacava ser o porto do Rio o mais próprio para dar socorro tanto ao Norte quanto ao Sul. Afirmava ainda estar nessa cidade os mais importantes negócios, tanto dos vassallos, quanto da Coroa. Tal atitude deixa claro ainda o recurso às lógicas da “razão de Estado” relativas à preocupação com a conservação dos domínios.

Assim, o destaque adquirido pela capitania do Rio de Janeiro, durante o século XVIII, culminou com a transferência da capital do Estado do Brasil para essa cidade, em 1763, logo após a morte de Gomes Freire, que ocorreu em 1º de janeiro do referido ano:

Foi nomeado sucessor de Bobadela o conde da Cunha, com ordem expressa para residir no Rio de Janeiro, para onde, em virtude da crescente importância do porto, e da necessidade de estar mais perto do teatro das guerras do Sul, decidiu o soberano transferir de todo a residência dos vice-reis do Brasil. (VARNHAGEN, 1962, p. 185)

Dentro desse contexto, é possível perceber que a transferência da capital para o Rio de Janeiro em 1763 foi “a consagração jurídica duma prática de fato já adotada por Bobadela ao cabo de longa e bem conduzida experimentação” (MACHADO, 1963, p. 359), uma vez que essa cidade aglutinava as condições políticas, administrativas,

⁵ “Ofício do Conde de Bobadela para o Conde de Oeiras, expondo os motivos que o impediam de cumprir a ordem régia relativa à sua transferência para a Bahia”. 12 de abril de 1762. Arquivo Histórico Ultramarino, Rio de Janeiro, Avulsos, cx. 70, doc. 40.

militares, geográficas e econômicas necessárias para a metrópole fiscalizar e administrar a região das Minas e a zona conflituosa do sul.

De acordo com Dauril Alden, o Rio de Janeiro, a partir de meados do XVIII, tornou-se o principal centro administrativo da América portuguesa, e a decisão da Coroa, em 1763, de elevar os governadores do Rio de Janeiro ao status de vice-reis era o lógico reconhecimento da sua ascendência política e econômica. (ALDEN, 1968, p. 45)

Devido a todos esses fatores, é facilmente perceptível o papel da capitania do Rio de Janeiro e de seus governadores dentro do sistema político-administrativo imperial vigente, principalmente a partir do século XVIII. A capitania destacava-se nos aspectos econômicos, estratégico-militares e políticos, o que aumentava sua importância de forma geral, com seus representantes locais exercendo funções de proeminência, tanto em relação à América portuguesa quanto ao Império português, que foram ampliadas sobremaneira com a transferência da sede do governo da Bahia para a capitania fluminense.

Referências bibliográficas:

ALDEN, Dauril. *Royal Government in Colonial Brazil: with special reference to the administration of the Marquis of Lavradio, Viceroy, 1769-1779*. California: University of California Press, 1968.

BICALHO, Maria Fernanda B. *A cidade e o império: o Rio de Janeiro no século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CALMON, Pedro. *História do Brasil*, v. 3. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1959.

CAMPOS, Maria Verônica. *Governo de Mineiros, 1693-1737*. Tese (Doutorado em História). São Paulo: FFCLCH-USP, 2002.

FRAGOSO, João. A noção de economia colonial tardia no Rio de Janeiro e as conexões econômicas do Império português: 1790-1820. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva (orgs.). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FRAGOSO, João. Alternativas metodológicas para a história econômica e social: micro-história italiana, Fredrick Barth a história econômica colonial. In: ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de (orgs.). *Nomes e números: alternativas metodológicas para a história econômica e social*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2006.

FRAGOSO, João. Fidalgos e parentes de pretos: notas sobre a nobreza principal da terra do Rio de Janeiro (1600-1750). In: FRAGOSO, João; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de (orgs.). *Conquistadores e negociantes: Histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos*. América lusa, Séculos XVI a XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2007.

FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva (orgs.). *Na Trama das Redes: política e negócios no Império português, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

FREIRE, Felisbello. *História da cidade do Rio de Janeiro (1700 – 1808)*, vol. 2. Rio de Janeiro: Revista dos Tribunais, 1912.

GOUVÊA, Maria de Fátima. Poder político e administração na formação do complexo atlântico português (1645-1808). In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva (orgs.). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *História do Rio de Janeiro: do capital comercial ao industrial e financeiro*, vol. 1. Rio de Janeiro: IBMEC, 1978.

MACHADO, Lourival Gomes. Política e administração sob os últimos vice-reis. In: HOLANDA, Sérgio Buarque (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*, tomo 1, vol. 2. São Paulo: Difel, 1963.

MONTEIRO, Rodrigo Nunes Bentes. *O teatro da colonização: A cidade do Rio de Janeiro no tempo do Conde de Bobadela. (1733 – 1763)*. Dissertação (Mestrado em História Social). São Paulo: FFCLCH-USP, 1993.

OLIVEIRA JÚNIOR, Paulo Cavalcante. *Negócios de trapaça: caminhos e descaminhos na América portuguesa (1700-1750)*, vol. 1. Tese (Doutorado em História). São Paulo: FFCLCH-USP, 2002.

POMBO, Rocha. *História do Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, 1963.

RUSSELL-WOOD, A. J. R. Centros e periferias no mundo luso-brasileiro: 1500-1808. *Revista Brasileira de História*, vol. 18, n. 36. São Paulo: ANPUH/Humanitas Publicações, 1998.

SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. Os homens de negócio do Rio de Janeiro e sua atuação nos quadros do Império português (1701-1750). In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva (orgs.). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. *Na encruzilhada do império: hierarquias sociais e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro (c.1650 c. 1750)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. Famílias e negócios: a formação da comunidade mercantil carioca na primeira metade do setecentos. In: SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de; FRAGOSO, João; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de (orgs.). *Conquistadores e negociantes: Histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos. América lusa, Séculos XVI a XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2007.

SANTOS, Corcino Medeiros dos. *O Rio de Janeiro e a conjuntura atlântica*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1993.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brasil*, tomos III e IV. São Paulo: Melhoramentos, 1962.

Fontes:

Arquivo Nacional do Rio de Janeiro

- Leis, alvarás, cartas régias, decretos e mais ordens que há no arquivo da provedoria da Fazenda Real – Códice 60 (PH 21) – volumes 21, 22 e 23.

- Correspondência ativa e passiva dos governadores do Rio de Janeiro com a Corte (1718- 1763) – Códice 80 – volumes 6 e 10.

- Correspondência dos governadores do Rio de Janeiro com diversas autoridades (1718-1763) – Códice 83 (PH 8) – volumes 6, 7, 9, 10, 11, 12, 14 e 15.

- Cartas régias, avisos, alvarás, portarias etc., dirigidos aos governadores do Rio de Janeiro (1622-1821) – Códice 952 (PH1) – volumes 27, 31, 33, 34, 37, 38, 39, 40 e 41.

Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa

- Documentos manuscritos avulsos referentes à capitania do Rio de Janeiro (1748-1763) – caixas 29, 30, 32, 36, 37, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 58, 59, 60, 63, 64, 65, 67, 68, 70 e 71.

- Documentos sobre o Rio de Janeiro, catalogados por Eduardo de Castro e Almeida (1748-1763) – 10856; 20488; 20657/8; 208607/11; 20988/92; 21278/83; 21341/3 e 21372.

Resumo

A partir das transformações político-administrativas desencadeadas no Império português no século XVIII, foram introduzidas modificações na prática governativa, tanto no Reino, quanto no ultramar. Nesse processo, a gestão dos governadores do Rio de Janeiro funciona como um importante exemplo das mudanças que vinham sendo realizadas, especialmente se considerarmos as especificidades da capitania fluminense nos Setecentos.

Palavras-chaves: governadores; Rio de Janeiro; administração.

Abstract

From the political-administrative changes triggered in Portuguese Empire in the eighteenth century, changes were introduced in the governing practice in both the Kingdom, and overseas. In this process, management of governors of Rio de Janeiro serves as an important example of changes that were being made, especially considering the specifics of captaincy of Rio de Janeiro in the eighteenth century.

Keywords: governors; Rio de Janeiro; administration.

A FORMAÇÃO DOS ÁULICOS NA CORTE FLUMINENSE (1823-1826)

Nelson Ferreira Marques Júnior¹

Introdução

O objeto central do presente trabalho são os *áulicos*, especificamente, parte desse grupo representado pelos conselheiros de Estado e ministros (1824-1826) e o seu *projeto político*² difundido pela imprensa áulica fluminense no Primeiro Reinado. Os *áulicos* de uma maneira geral são constituídos por aqueles que apoiavam o imperador Pedro I, procurando dar sustentação e visibilidade a seu governo no período pós-independência diante da *opinião pública*³ (MOREL, 2005: p.200-201). As principais metas dos *áulicos* eram defender os ataques perpetrados dos *partidos*⁴ rivais e reafirmar seu postulado político, que tinham como ideias basilares a manutenção da ordem pública e da integralidade do território, e a defesa de uma Monarquia Constitucional com forte poder centralizador. O recorte temporal circunscreve-se ao período de 1823 a 1826, momento do auge político dos *áulicos*, tendo como pilares a conjuntura que se segue à dissolução da Assembleia Constituinte em novembro de 1823, à outorga da Constituição (25 de

¹ Mestrado em História pelo Programa de Pós-Graduação da UERJ.

² Entendo como projeto político o conjunto de ideias e propostas específicas compartilhadas por cada grupo, ainda que não tivessem uma sistematização partidária.

³ Considera-se em geral que opinião pública remete a uma expressão que desempenhou papel de destaque na constituição dos espaços públicos e de uma nova legitimidade nas sociedades ocidentais a partir de meados do século XVIII.

⁴ O significado de partido segundo o Dicionário de Moraes e Silva: "parcialidades, partes, bandos, facções". Para Morel, essa carga pejorativa da palavra partido não é apenas no campo epistemológico, mas é historicamente construída. Sobre tudo nessa época de afirmação da modernidade e independência, os partidos eram vistos como inimigos da pátria e da integridade da ordem nacional.

março de 1824) e que deságua na reabertura dos trabalhos da Assembleia Geral (26 de julho de 1826), concomitantemente com o início do enfraquecimento do grupo dos *áulicos* e o fortalecimento dos *liberais moderados* no Brasil. Fez-se necessário a retomada das discussões na Assembleia Constituinte de 1823, para entender a formação dos *áulicos* e o desenrolar da conjuntura política dos anos de 1824 a 1826.

O Primeiro Reinado, como um todo, é conhecido, sobretudo, pela política tida como centralizadora e intervencionista encabeçada por Pedro I. Essa perspectiva constata-se por fatos como a dissolução da Constituinte; a expulsão da Bahia das tropas portuguesas; a outorga da Constituição; a prerrogativa do Poder Moderador; a nomeação de presidentes de província; a formação e nomeação de conselheiros de Estado e ministérios aristocráticos sem apoio parlamentar; o senado vitalício; a violenta repressão à Confederação do Equador e a quaisquer outros movimentos no mesmo período contrários à soberania do imperador; a prisão e extradição arbitrária de opositores políticos; o cerceamento à liberdade de imprensa e expressão; a postergação da instauração da Assembleia Geral; os embates constantes com a Câmara dos Deputados em 1826; a concessão de honrarias e títulos de nobreza; o envolvimento na questão da sucessão do trono lusitano; as concessões feitas a Portugal e à Inglaterra nos tratados de reconhecimento da independência; a Guerra Cisplatina; a contratação de tropas *mercenárias* estrangeiras e os elevados gastos públicos em meio à crise econômica. Com isso, percebe-se que o Primeiro Reinado foi o período em que a prática centralizadora do poder imperial extrapolou a esfera política e permeou a esfera administrativa. Ambos os poderes – político e administrativo – foram cerceados e reduzidos nas províncias. (CARVALHO, 2002: p. 448-449)

O que é ser *áulico* e quem são seus principais representantes?

O grupo político formado pelos *áulicos do Primeiro Reinado* foi responsável por apoiar politicamente Pedro I e a Monarquia Constitucional centralizada, na qual o soberano possuía plenos poderes para intervir diretamente nas decisões políticas gerais. Esses homens foram de suma importância para manutenção do imperador no

poder, da imagem viva de uma monarquia integrada – mesmo com os inúmeros conflitos provinciais no período – além de configurar um esforço inicial para construção de uma identidade política própria em um período recém-independente.

A definição de um grupo, por mais que se faça uma construção bastante delimitada e recortada, é um trabalho árduo e que remonta ao próprio sentido da palavra *áulico* em seu devido contexto estudado (1824-1826). Percebe-se que tanto no dicionário de língua portuguesa de d. Rafael Bluteau revisado e acrescido por Antônio Moraes e Silva (1755-1824), publicado em 1789, quanto no dicionário de língua brasileira, redigido por Luiz Maria da Silva Pinto (1775-1869), publicado em 1832, o vocábulo *áulico* possui o mesmo significado gramatical: palaciano, cortesão. Porém, eventos como a permanência de d. Pedro como regente e as discussões na Assembleia Constituinte de 1823 foram elementos circunstanciais para que esse adjetivo, no campo político, fosse ressignificado e ganhasse novos tons.

Os *corcundas* foram aqueles que apoiavam o governo de d. João e a monarquia luso-brasileira, pautada em um modelo de Antigo Regime, favoráveis ao absolutismo e avesso às ideias Constitucionais (NEVES, 2003: p.132). Entretanto, com a entrada da folha impressa como principal meio de difusão de ideias, costumes e práticas políticas, o regresso de d. João VI para Portugal, a coroação de d. Pedro, em primeiro de dezembro de 1822, como soberano legítimo do Brasil e a promessa dele de elaborar uma Constituição permitiram que outros tipos de monarquia, com preceitos Constitucionais, viessem a despontar fortemente no Brasil. O ápice dessas novas ideias Constitucionais, com princípios mais claros e norteados, no entanto, manifestou-se somente no ano de 1823, quando se iniciou a discussão dos projetos de Monarquias Constitucionais na Assembleia Constituinte. A chegada dos ares Constitucionais em terras brasílicas abriu novas perspectivas políticas de governo no Brasil.

As ideias, que representavam os *corcundas* no período joanino, não são as mesmas ideias dos *áulicos do Primeiro Reinado*, apesar de boa parte dos homens que apoiaram d. João terem mudado para

a ala Constitucional, unindo forças com seu filho d. Pedro e a nova Monarquia Constitucional. Para esses que migraram, além da atração pelas novas ideias vindas de Portugal, havia o interesse de manter seus privilégios pessoais que adquiriram na época de d. João. Todos esses fatores culminaram para que o significado político de *áulico e corcunda* seguisse caminhos distintos.

Nem todo legado monárquico construído por d. João foi deixado de lado. Diversas práticas aristocráticas permaneceram e prevaleceu o compromisso de d. Pedro de formar uma Monarquia Constitucional independente e centralizada. Era algo novo até para alguns radicais, que modificou o pensamento de muitos políticos de diferentes de matizes. Esse novo tipo de monarquia com bases Constitucionais, proposto abertamente por d. Pedro em praça pública, foi fundamental para a divisão e a composição de novos grupos políticos, que apareceram de forma mais candente durante as discussões da Assembleia Constituinte de 1823.

Os *áulicos do Primeiro Reinado*, diferentemente dos *corcundas*, foram aqueles favoráveis a d. Pedro e que apoiavam um tipo de Monarquia Constitucional centralizada, sob a influência das luzes portuguesas, que mesclou práticas políticas antigas e modernas. Esse grupo foi composto por parte dos homens letrados formados em Coimbra no fim do século XVIII, juntamente com os homens públicos remanescentes do governo de d. João, que abraçaram as novas ideias Constitucionais. Por sua vez, os *corcundas*, no Primeiro Reinado, mantiveram a mesma opinião de outrora e continuaram a apoiar o modelo de Monarquia tradicional absoluta à maneira de d. João VI.

Os *áulicos* não se autodeterminavam como uma facção política. Eles não usaram esse termo *áulico* para se autoidentificar como um grupo. Contudo, mesmo esses indivíduos não se autodenominando como *áulicos*, tiveram suas ideias e práticas políticas em comum permitindo serem reconhecidos como um grupo. A defesa dos *áulicos* por uma Monarquia Constitucional centralizada começou a ser discutida nas Assembleias Gerais, mas somente foi posta em prática a partir da dissolução da Constituinte de 1823, ordenada por d. Pedro I. A nova

monarquia teve que lidar com as inúmeras repercussões negativas decorrentes da dissolução.

A pluralidade desses grupos foi evidenciada pelo próprio José Bonifácio durante sua fala na sessão da Assembleia Constituinte, do dia 15 de julho de 1823. Ele aponta para a presença de quatro grupos no cenário político fluminense:

1º os que querem a separação, mas não a liberdade, pois preferem o antigo governo, e são chamados corcundas; 2º os republicanos, a que chamarei prognósticos; estes não podem levar à paciência que o Brasil não quisesse por voto unânime ser república, e preferisse a monarquia constitucional; este partido é hoje miserável e abandonado por todo o homem sensato; 3º os monarquistas-constitucionais, estes fitam suas vistas na felicidade do estado; não querem democracias nem despotismo; querem liberdade, mas liberdade bem entendida, e com estabilidade: este partido forma a maioria da nação; 4º os federalistas, ou bispos sem papa, a que eu também chamarei os incompreensíveis; estes que não querem ser monarquistas-constitucionais, que não podem ser corcundas e que não querem ser republicanos de uma só república, querem um governo monstruoso; um centro de poder nominal, e cada província uma pequena república, para serem nelas chefes absolutos, corcundas despóticos. (ANAIS, 1823, t.III: p. 90-91)

Essa era uma perspectiva política que José Bonifácio percebia no calor dos acontecimentos, identificando os diferentes grupos, no mesmo contexto em que vivia e participava. Desses quatro grupos que ele indicou, um teve a maior projeção política durante o Primeiro Reinado, o que ele alcunhou de “monarquistas-constitucionais”.

Esse pronunciamento de José Bonifácio ocorreu na sessão do dia 15 de julho de 1823, quase dois meses antes da apresentação do projeto de Constituição feita por uma comissão, na qual participou seu irmão, Antonio Carlos de Andrada. Bonifácio mencionou que os “monarquistas-constitucionais” formavam a maioria da nação.⁵ No momento em que foi feito esse discurso, existia uma rivalidade entre

⁵ Entende-se Nação como os indivíduos que participam ativamente da política.

os deputados representantes desse grupo majoritário, mas não a ponto de se separarem politicamente. Entretanto, em setembro, quando o projeto de Constituição começou a ser lido, a disputa entre “monarquistas-constitucionais” se acirrou. As divergências foram em pontos fundamentais do projeto que, irremediavelmente, dividiu a opinião e o grupo dos “monarquistas-constitucionais”. De um lado, os que elaboraram o projeto, pleitearam maior autonomia para as províncias e maiores poderes ao Legislativo. Do outro, os que apoiavam a insatisfação do imperador diante do projeto apresentado e pensavam em uma Monarquia Constitucional com o poder político-administrativo centralizado nas mãos d. Pedro – esses foram os *áulicos*.

Durante a leitura do projeto de Constituição na Assembleia, ficava visível a força desses dois grupos formados e a perda de espaço das ideias absolutas dos *corcundas*, grupo que aos poucos vai perdendo sentido político com o progressivo fortalecimento das ideias Constitucionais, incompatíveis com os pensamentos anticonstitucionais dos *corcundas*. O termo *corcunda* permanece muito mais como um recurso retórico pejorativo para atacar os adversários políticos portugueses que apoiavam d. Pedro do que propriamente para designar homens que apoiavam um projeto de monarquia absoluta.

Depois da dissolução da Constituinte de 1823 foi defendida pelos *áulicos do Primeiro Reinado* a divisão de quatro poderes: três poderes fundamentados em Montesquieu (Executivo, Legislativo e Judiciário), por meio de uma Monarquia Constitucional, e o quarto poder, chamado de Poder Moderador, baseado nas ideias de Benjamin Constant de Poder Real ou Neutro, mas que, no contexto brasileiro, foi ressignificado. Para Constant, o Poder Real servia para controlar os excessos dos outros poderes e mantê-los em equilíbrio (CONSTANT, 2007: p. 39-77). Pretendia conciliar a monarquia tradicional com o moderno governo representativo, afastando-se de qualquer radicalismo. O Poder Moderador foi além das ideias do Poder Real e trouxe um tipo de organização política em que os outros três poderes giravam em torno dele. Esse quarto poder concebido no Brasil apoiou o veto imperial e concedeu poderes extraordinários ao imperador.

As atribuições do Poder Moderador, “chave de toda a organização política”, “delegada privativamente ao imperador, como Chefe Supremo da Nação e seu Primeiro Representante” (NOGUEIRA, 1987: p.71) foram favoráveis aos *áulicos*, como: a nomeação de ministros, a formação de um Conselho de Estado e a nomeação de senadores por lista tríplice. Além disso, o imperador era encarregado de mais poderes: ele era “o Chefe do Poder Executivo e o exercita pelos seus ministros de Estado” (NOGUEIRA, 1987: p.72). As atribuições que Pedro I tinha no Executivo também favoreceram os *áulicos*, como: nomear magistrados, prover mais empregos civis e políticos, nomear os comandantes da força de terra e mar, nomear embaixadores, agentes diplomáticos e comerciais, conceder títulos, honrarias, ordens militares e distinções, nomear bispos e prover benefícios eclesiásticos.

Todas essas atribuições que a Constituição de 1824 delegou ao imperador favoreceram os indivíduos que estiveram mais próximos dele e o apoiavam politicamente. A concepção e o planejamento da Constituição de 1824 foram executados por indivíduos com larga experiência política e que perceberam que dando tais atribuições e poder ao imperador, os *áulicos* também estavam sendo protegidos e beneficiados. Assim, deve-se salientar que os *áulicos* não eram meros títeres de d. Pedro, mas homens politicamente esclarecidos, maduros em sua carreira política, dos quais o imperador necessitava para a manutenção da Constituição de 1824, do Poder Moderador e do Poder Executivo. A relação entre d. Pedro I e os *áulicos* era mútua: o imperador concedia poder aos *áulicos* e o grupo apoiava o imperador no poder por meio da formação da opinião pública.

No Primeiro Reinado (1824-1826), o poder foi exercido, exclusivamente, pelo imperador, os ministros e o Conselho de Estado, representado pela facção *áulica*. Evidencia-se que a aliança entre o Poder Moderador e o Executivo serviu para consolidar um projeto de nação e de Monarquia Constitucional centralizada. As inúmeras responsabilidades de Pedro I, comuns a um Império de dimensões continentais, inevitavelmente foram divididas com os *áulicos*, homens qualificados que ajudaram d. Pedro a dar cabo de todas as suas atribui-

ções. Os áulicos foram os responsáveis pela organização da máquina burocrática do Estado naquele período.

O Imperador do Brasil não ambiciona territórios: não quer um palmo de solo alheio. O Brasil é incomensurável, e bastante para satisfazer a um Grande Coração. Como Temístocles, Salvador da Grécia, preza-se de saber, como de pequena Vila se faz uma grande Cidade. Já bem mostrou o seu Gênio Criador; e Pacífico, em não aceitar a Oferta da Província dos “Chiquitos”, limítrofe à do Mato Grosso. Mas é da Sua Glória e Honra Manter Imaculado Depósito da Soberania Territorial, qual lhe entregou o seu Augusto Pai no regresso a Portugal, constituindo-o Tenente Rei. (TRIUNFO DA LEGITIMIDADE, 1825: nº1)

A centralização do poder na figura de d. Pedro I era evidente, mas, mesmo assim, não se deve considerar o poder do soberano como absoluto. Primeiro, por se tratar de uma Monarquia Constitucional, em que há, inegavelmente, a divisão de poderes. Segundo, porque a Constituição era um pacto social entre as partes que expressaram e declararam a vontade de se constituir como um corpo político. (NEVES, 2003: p.155)

O pacto entre imperador e o povo expressava a vontade geral da nação, que significava a vontade da maioria, mediante a aclamação (SOUZA,1999: p.170). Portanto, naquele período era inconcebível pensar em um poder absoluto, apesar de os impressos rivais (*moderados e exaltados*), mais tarde, terem usado com recorrência os termos “poder absoluto” ou “governo absoluto” para se referir à Monarquia Constitucional de d. Pedro, com a intenção de denegrir a imagem do imperador e do grupo que o apoiava.

Os monarcas absolutos ou os déspotas atuais, que repousam sobre a tranquilidade, de que gozaram seus antecessores, para continuar seu despotismo, grosseiramente se enganam. Os direitos naturais do homem são hoje tão conhecidos, que é impossível a todas as forças combinadas dos déspotas sufocar estas noções, estas verdades essenciais à felicidade das nações. Os observadores atentos à rapidez dos sucessos da verdade poderiam sem dúvida predizer o ano em que deve acabar os despotismos na Europa, e as revoluções que de-

vem disto resultar só têm de ser funestas aos tiranos que recusam fazer justiça a si mesmos, e aos povos, empenhar-se-ão nesses tempos em resistir à torrente da opinião; porém já era tarde... (ASTRÉA, 1828: n°281).

Ser absoluto era incompatível ao Constitucionalismo. “Os anticonstitucionais são aqueles que procuravam fazer renascer o despotismo” (NEVES, 2003: p.154). As ideias Constitucionalistas e iluministas, a Constituição de Cádiz e a Revolução Liberal do Porto de 1820 fizeram com que as ideias absolutistas entrassem em decadência no Brasil e uma nova cultura política, sob as bases Constitucionais, ganhasse corpo e notoriedade. Contudo, ainda era possível notar resquícios de Antigo Regime no interior das práticas e ideias Modernas. Esses tipos de ações, ideias e práticas políticas variadas permitem entender que o indivíduo ou um grupo político não são formados por uma influência exclusiva. Essas múltiplas ideias, por vezes contraditórias, foram determinantes para entender a formação dessa nova cultura política Constitucional e de seus novos agentes. Qualquer cultura política sofre influências diversas e estão em constante modificação. (BERSTEIN, 1998: p. 350-352)

Analisar toda a elite política e intelectual do Primeiro Reinado favorável a d. Pedro (*os áulicos do Primeiro Reinado*) seria um trabalho demasiadamente longo para um artigo. A opção foi elencar todos os conselheiros e ministros de Estado de 1824 a 1826, que representaram uma parcela importante dos *áulicos* e corresponde a um período de grande força do grupo, diante das facções rivais e da opinião pública. Esses indivíduos fizeram parte da suprema cúpula do governo e tiveram o privilégio legal de ter maior acesso ao imperador. Além disso, outra motivação para escolha desses homens relaciona-se ao fato de se tratar de um período de maior censura à liberdade de imprensa e de expressão, não havendo atividades parlamentares, ficando as decisões políticas centradas no Poder Executivo e Moderador. Esses homens apresentam-se como os principais representantes políticos do período, responsáveis pela sustentação do modelo de governo organizado na Constituição de 1824.

Esse grupo congregou magistrados, funcionários públicos, militares, parlamentares, togados, comerciantes portugueses e indivíduos identificados com os princípios que norteavam o governo. Entre seus principais representantes, estavam João Vieira de Carvalho (Marquês de Lages); Luís da Cunha Moreira (Visconde de Cabo Frio); José Joaquim Carneiro de Campos (Marquês de Caravelas); Manuel Jacinto Nogueira da Gama (Marquês de Baependi); Francisco Vilela Barbosa (Marquês de Paranaguá); José Egídio Álvares de Almeida (Marquês de Santo Amaro); Antônio Luís Pereira da Cunha (Marquês de Inhambupe); Clemente Ferreira França (Marquês de Nazaré); João Severiano Maciel da Costa (Marquês de Queluz); Estêvão Ribeiro de Resende (Marquês de Valença); Felisberto Caldeira Brant Pontes de Oliveira Horta (Marquês de Barbacena); Mariano José Pereira da Fonseca (Marquês de Maricá). Esses homens ocupavam os principais cargos de confiança do imperador (conselheiros de Estado e ministros), e apoiavam d. Pedro como soberano perpétuo, responsável pela manutenção da ordem, do bem comum e da unidade nacional⁶. (MARQUES JR, 2013: p.58-90)

Reunindo-se os conselheiros e ministros do período de 1824 a 1826,⁷ chega-se ao total de 14 representantes (10 conselheiros e 4 ministros). Porém, esses anos iniciais foram marcados pelo exercício da dupla função. Dos dez conselheiros escolhidos pelo imperador, todos eles fizeram parte do corpo ministerial ao decorrer do período estudado. Esse total é que foi levado em consideração no artigo. Vale lembrar que a própria Constituição de 1824 (NOGUEIRA, 1987: p.76) reforçava a ideia de tentar evitar a acumulação de cargos entre esses dois postos, mas a necessidade de homens de confiança e com experiência administrativa permitiu tal escolha pelo imperador.

Se foi possível denominar esses 14 indivíduos analisados de *áulicos do Primeiro Reinado*, dando-se certa identificação de um gru-

⁶ Foi feito um estudo prosopográfico e uma análise mais minuciosa de todos esses homens na dissertação de mestrado.

⁷ Todos os ministros e conselheiros de Estado do período de 1824-1826, exceto José de Oliveira Barbosa, Pedro José da Costa Barros e Pedro de Araújo Lima, que assumiram interinamente por alguns dias depois da dissolução, em 1823.

po, não se deve achar que, posteriormente, eventuais alianças não fossem feitas com outros grupos rivais.⁸ Divergência de ideias, de ações políticas e principalmente interesses pessoais sempre estiveram em jogo. Em nenhum período da história, grupos políticos foram isentos de divergências e dissensões. Essas mudanças se verificaram de maneiras distintas em todas as facções, o que não exclui a importância de conhecer os princípios que lhes norteavam e como se formaram essas identidades políticas. As ideias centrais dos *áulicos* foram a defesa da centralização político-administrativa e o apoio à Constituição de 1824.

No dia 6 de maio de 1826, houve a reabertura dos trabalhos na Assembleia Geral Legislativa, quando senadores e deputados disputaram arduamente os espaços políticos. Uma das primeiras críticas levantadas pelos deputados, em sua grande maioria *liberais moderados* (BASILE, 2001: p. 31), foi sobre a liberdade de imprensa, que, desde 1823, vinha sendo perseguida. Novamente, a censura sobre os impressos sofreu mudança e, a partir de 1826, ocorreu um enfraquecimento daquela. A reabertura da Assembleia representou a volta das discussões políticas, que se tornavam, doravante, mais candentes. Toda imagem de uma sociedade justa, tranquila, amiga do bem comum, da justiça e da ordem, que foi sendo construída, por meio de festas cívicas, pelo imperador e pelos *áulicos*, começou a ser criticada pelos rivais.

Em 1826, as constantes discussões na Assembleia e nas ruas possibilitaram maior liberdade para as publicações. Novas perspectivas de sociedade e de poder político eram emanadas desses espaços. De 1826 a 1831, a facção *áulica* viveu seu momento de decadência e começou a perder força política diante das facções rivais.

A imprensa *áulica* e as principais ideias

O Rio de Janeiro constituiu-se no palco principal das atividades ligadas à imprensa ao longo do Império. Os inúmeros jornais, panfletos e folhetins circularam livremente desde 1821, algumas vezes,

⁸ Fortalecimento dos *Liberals Moderados* em 1826 e *Liberals Exaltados* a partir de 1829.

sem qualquer censura, em outros momentos, com alguns cerceamentos. Eles foram responsáveis por aquecer os embates políticos ocorridos nos diferentes espaços públicos que estavam em formação. Os impressos tornaram-se o principal veículo de informação e opinião na capital fluminense, além de ser um importante instrumento para cristalização de uma cultura política moderna. (BERSTEIN, 1998: p. 351)

A partir de 1823, o número de jornais entrou em declínio ao se comparar com o momento anterior (1821-1822) (MOREL, 2005: p.204). Essa diminuição deveu-se principalmente ao aumento da censura à imprensa, tema que ganhou destaque nos periódicos de diferentes matizes. Do total de 13 periódicos existentes no período, quatro jornais *áulicos* ganharam relevo: *O Grito da Razão na Corte do Rio de Janeiro* e o *Triumpho da Legitimidade Contra a Facção de Anarquistas*, ambos da lavra de José da Silva Lisboa; a *Estrela Brasileira*, redigido por Jean Baptiste Aimé Desloye (De Loy) e o *Spectador Brasileiro*, publicado pelo editor Pierre Plancher.

Esses jornais circularam no período mais duro da censura à imprensa. Enquanto para maioria dos redatores a censura foi um momento pouco frutífero para o surgimento dos impressos, para a imprensa *áulica*, esse foi um ponto positivo, porque cerceou a concorrência que publicava ideias não favoráveis ao governo. Além disso, evitava abusos ou difamações contra o Império. A censura fez com que a imprensa *áulica* levasse vantagem sobre as demais folhas de oposição, pois os periódicos *áulicos* contavam com um aliado demasiadamente forte, o governo central. A imprensa *áulica* nesses anos foi a principal fonte de propagação e defesa das ideias da nova Monarquia Constitucional.

Uma das peculiaridades da imprensa *áulica* foi que os publicistas escreveram para três públicos, talvez por isso a dificuldade de interpretá-los. Redigiram para seus pares, debatendo entre si temas polêmicos; para o público, que assinava esses jornais: comerciantes, militares, magistrados, políticos e outros; e para d. Pedro, como estratégia dos redatores para conquistar sua confiança e continuar tendo permissão para circular livremente.

Esses quatro jornais *áulicos* (1824-1826) representaram a imprensa política de combate, que sabia claramente suas funções, pelo que e por quem estava lutando e quais foram seus alvos de ataque. Sem dúvida, um dos motivos de o Primeiro Reinado ter perdurado por nove anos, apesar das crises política e econômica, além dos representantes políticos *áulicos*, foi a presença e apoio dos jornais *áulicos*, que, em vários momentos de tensão política, saíram em defesa do governo, redigindo sempre aspectos positivos sobre a Coroa e o sistema político adotado.

Nesses jornais, a maioria dos temas encontrados foi comum a todos, dentre eles: a defesa da Monarquia Constitucional centralizada; do imperador d. Pedro I; da dissolução da Assembleia Constituinte de 1823; do reconhecimento da independência; da unidade territorial entre as províncias e o poder central; do pensamento antirrevolucionário e do Constitucionalismo. Todos eles foram contra as ideias separatistas e a formação de repúblicas autônomas dentro do Império. A linha político-pedagógica presente no corpo dos jornais *áulicos* foi outro aspecto comum, que serviu para persuadir o público-leitor a seguir a proposta mais coerente de sistema político de governo que era a Monarquia Constitucional centralizada, sob as bases do Poder Moderador. Esse caráter político-pedagógico da imprensa *áulica* também cumpriu o papel de deslegitimar as ideias dos grupos rivais, por meio da utilização da retórica e suas diversas técnicas de argumentação: argumento de autoridade, ataques pessoais e figuras de linguagem, entre outros (BASILE, 2001: p.25). Essas foram as principais armas utilizadas em todos os periódicos *áulicos* para aquecer as discussões e convencer o público-leitor a seu favor.

Mais do que semelhanças casuais, a afinidade de ideias entre a imprensa *áulica* representou a visão que esta comungava um ideário comum e defendia as causas dos representantes do governo central. Os periódicos *áulicos*, principalmente no período analisado, exerceram a função de espelhos das ideias debatidas pelo imperador, ministros e conselheiros de Estado, tudo isso agregado à análise crítica dos próprios redatores. Apesar de nem todos os jornais *áulicos* debaterem somente questões políticas, a maior notoriedade caiu sobre essa área.

Por fim, cabe ressaltar que a imprensa *áulica* utilizou o recurso da opinião pública como uma ferramenta de legitimidade para dar maior respaldo às exigências e ações políticas da Monarquia Constitucional de d. Pedro e do próprio grupo. A cultura política formada na década de 1820, especialmente ao longo do Primeiro Reinado, foi permeada pelas ideias de duas épocas: o Antigo Regime – em que se destacavam a concessão de honrarias, títulos de nobreza, prática do beija-mão, aclamação do imperador em cortejo real, festas cívicas, concentração de poder nas mãos do soberano e ausência de liberdade de expressão – e a modernidade – fundamentada nas ideias liberais, no Constitucionalismo, na divisão de poderes e na ampliação dos direitos civis e políticos. O caráter multifacetado dessa “cultura política” (BERSTEIN, 1998: p. 350-352) permitiu que as ideias Constitucionalistas ganhassem diferentes tonalidades, prevalecendo no período analisado o Constitucionalismo *áulico*, ou seja, uma Monarquia Constitucional centralizada.

Referências bibliográficas:

BASILE, Marcello Otávio Neri de Campos. *A facção áulica no Primeiro Reinado: imprensa, nação e política no Rio de Janeiro (1824-1831) - projeto de iniciação científica*. Rio de Janeiro: FAPERJ/CNPQ; Nova Iguaçu, RJ:UFRRJ-IM, 2007.

_____. *Ezequiel Corrêa dos Santos: um jacobino na Corte imperial*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001.

_____. Deputados da Regência: perfil socioprofissional, trajetórias e tendências políticas. In: José M. de Carvalho e Adriana P. Campos (orgs). *Perspectivas da cidadania no Brasil Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1981.

_____. Cidadania: tipos e percursos. *Estudos históricos*, v. 9 - nº 18 – *justiça e cidadania*. Rio de Janeiro: CPDOC - Fundação Getúlio Vargas, 1996.

_____. História Intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura. *Topoi: revista de história*, nº 1. Rio de Janeiro: 7 Letras, setembro de 2000.

_____. Organização e introdução. In: URUGUAI, Visconde do. *Paulino José Soares de Sousa, visconde do Uruguai*. Organização e introdução de José Murilo de Carvalho. São Paulo: Editora 34, 2002.

_____. *Teatro de sombras: a política imperial*. São Paulo: Vértice; Editora Revista dos Tribunais / Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1988.

CARVALHO, J. M. e CAMPOS, Adriana P. (orgs). *Perspectivas da cidadania no Brasil Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011

CARVALHO, J. M; PEREIRA, Miriam H; RIBEIRO, G. S e VAZ, Maria J (Orgs). *Linguagens e fronteiras do poder*. Rio de Janeiro: FGV, 2011.

CARVALHO, J. M. e NEVES, Lucia M. Bastos P. (orgs). *Repensando o Brasil do Oitocentos: cidadania, política e liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

CONSTANT, Benjamin. *Princípios de política aplicáveis a todos os governos*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2007.

CONTIER, Arnaldo D. *Imprensa e ideologia em São Paulo*. São Paulo: Unicamp, 1979.

CUNHA, Pedro Octávio Carneiro da. A Fundação de um Império Liberal: discussão de princípios. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (dir.), e CAMPOS, Pedro Moacyr (assist.), *História geral da civilização brasileira, t.II- O Brasil monárquico, 1º v.- O Processo de emancipação*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993.

DIAS, Maria Odila Silva. A interiorização da metrópole (1808-1853). In MOTA, Carlos Guilherme (org.), *1822: dimensões*. São Paulo: Perspectiva, 1986. (2ª ed.).

LUSTOSA, Isabel. *D. Pedro I: um héroi sem nenhum caráter*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

_____. *Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na independência (1821-1823)*. São Paulo: Companhia das letras, 2000.

MARQUES JR, Nelson Ferreira. *Os verdadeiros Constitucionais, amigos do rei e da nação: áulicos, ideias e soberania na Corte fluminense (1824-1826) – dissertação de mestrado*. Rio de Janeiro: UERJ, 2013.

MONTEIRO, Tobias do Rego. *História do Império: o 1º Reinado*. 2 vs. Belo Horizonte: Itatiaia / São Paulo: Edusp, 1982. (2ª ed.).

MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840)*. São Paulo: Hucitec, 2005.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Corcundas e Constitucionais: a cultura política da Independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: Revan / FAPERJ, 2003.

PEREIRA, Vantuil. *Ao Soberano Congresso: direitos do cidadão na formação do Estado Imperial brasileiro 1822-1831*. São Paulo: Alameda, 2010.

POCOCK, J.G.A. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: Edusp, 2001.

RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François. *Para uma História Cultural*. Estampa, 1998.

SLEMIAN, Andréa. *Sob o Império das Leis: constituição e unidade nacional na formação do Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2009.

SODRÉ, Nelson Werneck. *A história da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

SOUZA, Iara Lis Franco Schiavinatto Carvalho. *Pátria coroada: o Brasil como corpo político autônomo – 1780-1831*. São Paulo: UNESP, 1999.

URICOECHEA, Fernando. *O Minotauro Imperial*. São Paulo: Difel, 1978.

Fontes:

Periódicos (Biblioteca Nacional)

Astréa, Rio de Janeiro, 17 de junho de 1826 a 18 de agosto de 1832.

Triumpho da Legitimidade contra Facção de Anarquistas, Rio de Janeiro, 9 de dezembro de 1825 a 28 de janeiro de 1826.

Documento oficial

As atas da Assembleia Constituinte de 1823. Biblioteca do Senado Federal. www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/222325.

NOGUEIRA, Octaciano. *A Constituição de 1824*. In: Aliomar Baleeiro. *Constituições do Brasil*. Brasília. 1987.

Obras de referência

Diccionario da língua portuguesa, composto pelo padre d. Raphael Bluteau, reformado e acrescentado por Antônio de Moraes Silva, Lisboa, Oficina de Simão Tadeu Ferreira, 1789. <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/00299210>

Diccionario da língua brasileira, composto por Luiz Maria da Silva Pinto, Ouro Preto-MG, Tipografia de Silva, 1832 <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/02254100>.

Resumo

Os objetos centrais do presente artigo foram os *áulicos* do Primeiro Reinado (1824-1826), seu projeto político e as principais ideias veiculadas pela imprensa *áulica* a favor da Monarquia Constitucional com o poder centralizado nas mãos do imperador. Os *áulicos* constituíram-se nos representantes que gravitavam em torno do imperador Pedro I, procurando dar sustentação e visibilidade a seu governo diante da opinião pública, mesmo em um período repleto de sublevações nas províncias e na capital.

Palavras-chave: áulicos, imprensa e ideias.

Abstract

The central objects of this article were the áulicos of the First Reign (1824-1826), his political project and the main ideas in the press áulica in favor of constitutional monarchy with power centralized in the hands of the emperor. The courtiers were constituted in representatives who gravitated around the Emperor Pedro I, trying to give visibility and support to his government in the face of public opinion, even in a period full of uprisings in the provinces and in the capital.

Keywords: áulicos, media and ideas.

CASAMENTOS DE ESCRAVOS EM PERSPECTIVA ATLÂNTICA: os casos das freguesias de Campos dos Goytacazes (Norte Fluminense) e Matanzas (Ilha de Cuba) - 1790 a 1830

*Sirlene de Andrade Rocha*¹

Até o século XIX, o comércio e o tráfico de escravos africanos movimentaram os portos de diversas cidades atlânticas por um período de quase quatro séculos. Algumas dessas regiões acabaram combinando o comércio de escravos com o desenvolvimento de extensas áreas monocultoras, tais como nas freguesias de Campos dos Goytacazes e Matanzas. Ambas as regiões passaram por um processo de expansão da produção baseada na exploração da mão de obra escrava em um período marcado por movimentos abolicionistas e por proibições de tráfico de escravos, tendo como pano de fundo o medo de revoltas, tais como a que aconteceram na ilha de Saint-Domingue, hoje conhecido como Haiti.²

Entre 1790 e 1830, Campos e Matanzas tornaram-se grandes pontos de concentração de população escrava africana. Nessas regiões, essa população, vinda de diversos pontos do continente africanos, teve que recompor vários aspectos de suas vidas em um ambiente marcado pela política senhorial e por um regime social notadamente desigual e marcado pela violência.³ Dentro desses limites, ela procurou negociar

¹ Mestre em História Comparada.

² A revolta escrava desencadeou um processo que acabou, em 1804, com a criação do Haiti, um estado livre da escravidão negra e do domínio metropolitano francês.

³ Sobre a relação de escravidão e violência, ver : Silvia Hunold Lara. *Campos da Violência: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

concessões tais como a busca do casamento entre escravos sob a bênção da Igreja Católica.

Essa possibilidade de contrair o matrimônio em sociedades escravistas ou com escravos, se diferenciou bastante de acordo com as leis que as regiam e os costumes que eram constituídos, além de ser uma das pautas nas negociações cotidianas entre escravos e os proprietários destes. Casar-se na igreja católica foi algo importante na vida dos cativos não apenas por formalizar uma união, mas porque esta podia dar maior proteção às famílias escravas nascidas de uniões legitimadas por meio dos casamentos em face da Igreja, instituição que influenciava significativamente a vida tanto de senhores quanto de escravos. Nesse sentido, investigamos comparativamente essas uniões tanto em Campos dos Goytacazes, no Rio de Janeiro, como em Matanzas, em Cuba. Essas duas regiões apresentaram algumas similaridades, como a de se tornarem, no século XIX, duas importantes regiões de produção de cana-de-açúcar⁴ alicerçada pela exploração da mão de obra escrava e a de terem sido as duas últimas regiões a abolirem a escravidão nas Américas.⁵

Em razão da ligação estreita delas com mercados atlânticos e de estarem em situação de expansão, entre 1790 a 1830, a presença africana na população escrava foi definitivamente enorme. Em função desse binômio *plantation* e escravidão, a população escrava cresceu junto com multiplicações de engenhos em cada região. Em Campos, o primeiro engenho foi fundado em 1650.⁶ Mas ao que parece só no século XVIII é que a produção começou a crescer. Em 1769, havia 56 engenhos e em 1778, a região contava com 168 engenhos. Em 1801, havia 200, em 1816, chegou a 360, e alcançou em 1820 o número de

⁴ A região de Matanzas também destacou-se no início do século XIX na produção de café, porém, na segunda metade do século, ela tornou-se essencialmente açucareira.

⁵ No Brasil, a abolição da escravatura se deu no ano de 1888 e em Cuba, em 1886.

⁶ Ver : OSCAR, João. *Escravidão & engenhos: Campos, São João da Barra, Macaé e São Fidelis*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1985, p.43.

400 engenhos, sem contar com as destilarias de cachaça.⁷ Com o crescimento da produção vimos crescer também o número da população. Na freguesia de São Salvador de Campos dos Goytacazes havia, no ano de 1785, 6.122 pessoas, sendo maioria escrava alcançando um percentual de 77%.⁸ Em 1820, a população mais que dobrou, sendo contadas na freguesia de São Salvador 15.915 pessoas, sendo 64% de população cativa.⁹

Em Cuba, temos os dados em toneladas que mostram o aumento da produção no século XVIII. Em 1760, foram produzidas 5.500 toneladas de açúcar, e em 1792 alcançou-se o número de 14.455 toneladas.¹⁰ Em Matanzas, havia no ano de 1766 apenas dois engenhos.¹¹ Mas a produção foi se expandindo aos poucos, e em 1796 o número salta para 18 engenhos, produzindo 3.600 caixas de Açúcar.¹² Na primeira metade do século XIX, esse aumento continua. Em 1816, havia 76 engenhos em Matanzas e no ano de 1826, esse número aumentou para 106.¹³ Esse aumento no número de engenhos foi acompanhado com o aumento de outras culturas, como o café. Mas como na segunda metade do século XIX se destaca a produção açucareira, demos destaque ao açúcar.

A população de Matanzas obteve um crescimento bastante acelerado. Em 1774, havia 3.249 pessoas, sendo 28% delas escla-

⁷ Números contidos em: SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagens pelo distrito dos diamantes e litoral do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1941, (Brasília, v.210), p.398.

⁸ Números da população adaptado de: SOARES, Marcio. *A remissão do cativo. Alforrias e liberdades nos Campos dos Goitacases. C1750c 1830*. Tese apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História da UFF, como requisito para obtenção do grau de Doutor em História. Niterói, 2006.

⁹ Idem.

¹⁰ Dados contidos em: FRAGINALS, Manuel Moreno. *O engenho: complexo sócio-econômico açucareiro cubano*. São Paulo: HUCITEC: Editora UNESP, 1987.

¹¹ PAZ, Manuel Barcia. *La rebelión de esclavos de 1825 en Guamacaro*. Tese de Mestrado. Universidad de La Habana. Havana, 2000. p. 31-32

¹² Idem.

¹³ PAZ, Manuel Barcia. *Op.cit.*, p.32.

vas.¹⁴ Esse total populacional saltou no ano de 1827 para o número de 45.795 pessoas com um percentual de escravos em 58%.¹⁵ Podemos ver que Matanzas teve um fator atrativo bastante forte. O percentual de escravos com relação à população livre mostrou que o transplante da população escrava para a região foi enorme e contou com uma presença africana muito grande, como veremos mais adiante.

A presença africana no âmbito da colônia era percebida de várias maneiras, às vezes identificada por termos bastantes abrangentes. Não foram poucas as vezes que um escravo foi identificado apenas com o nome e um termo de origem da costa da África. Tanto em Campos como em Matanzas, os escravos receberam nomes comuns à colônia portuguesa e espanhola, respectivamente. Junto ao seu novo nome, tanto comerciantes, párocos ou proprietários procuravam identificar a origem africana de cada escravo adquirido. O seu novo nome e a sua origem eram fixados principalmente no momento de seu batismo católico. Essa era a principal forma de identificação dos escravos nas colônias americanas. Em decorrência disso, os assentos paroquiais das igrejas se tornaram uma importante fonte de identificação das origens dos escravos. Os assentos de matrimônios também se tornaram importantes na identificação das origens africanas, pois além de reafirmarem a origem do escravo eles fornecem as origens dos principais grupos de escravos estabelecidos nas regiões abarcadas pelas paróquias ou freguesias. Ou seja, um escravo, que casava dificilmente seria vendido para outra localidade, o que torna possível a verificação dos principais grupos presentes em cada região.

As estimativas ou censos populacionais não consideravam a origem dos escravos. Em Matanzas e Campos, não foi diferente. Mas os registros paroquiais conservaram os principais termos de identidade que foram apropriados pelos africanos, e utilizados pelos senhores para identificá-los.

¹⁴ Dados populacionais, ver em: KIPLE, Kenneth F. Blacks in: *Colonial Cuba, 1774-1899*. Flórida: The Universit Presses of Florida Gainesville, 1976.

¹⁵ Idem.

Esses termos estavam relacionados com grandes regiões e mercados africanos de aquisição de escravos ou mesmo a etnias africanas. Mas como os termos de identificação africana não estabeleciam relações precisas, preferimos chamar esses termos de “procedências” africanas. É comum relacionar os grupos de procedência a três grandes regiões africanas: África Ocidental, Centro-Ocidental e Oriental.

O Rio de Janeiro e Cuba estabeleceram relações comerciais com o continente africano de forma diferente. O Rio de Janeiro adquiriu escravos mais da região Centro-Ocidental do que de outras regiões. Entre 1780 e 1830, o comércio com essa região correspondeu a um percentual de 82%. O comércio de escravos do Rio de Janeiro com as regiões Ocidental e Oriental correspondeu a um percentual de 2% e 16%, respectivamente.¹⁶ Já Cuba estabeleceu um comércio de escravos mais com a região Ocidental africana, no mesmo período, apresentando um percentual de 77%. O comércio da ilha com a região Centro-Ocidental foi de 17%, e com a Oriental foi de 6%.¹⁷

Esse diferencial do comércio do Rio de Janeiro e de Cuba com o continente africano acabou influenciando a presença de grupos de procedências nas duas regiões. Foram encontrados percentuais de africanos se casando, vindos das três grandes regiões africanas, parecidos com os percentuais do comércio com a África. Em São Salvador de Campos dos Goytacazes, entre os anos de 1791 e 1830, 96% dos escravos africanos casados vieram da África Centro-Ocidental, 4% da Ocidental e 0% da oriental.¹⁸ Em Matanzas, em igual período, essa certa semelhança também foi notada. Setenta e dois por cento dos escravos africanos que se casaram em San Carlos de Matanzas vieram da região Ocidental da África, 26% da Centro-Ocidental e 2% da Oriental.¹⁹

¹⁶ Informações obtidas em: Voyages Database, 2009. *Voyages: The Trans-Atlantic Slave Trade Database*. Disponível em: <<http://www.slavevoyages.org>>.

¹⁷ Idem.

¹⁸ Livro de Casamento de escravos de São Salvador de Campos dos Goytacazes, Catedral de São Salvador.

¹⁹ Livro de casamentos de escravos de San Carlos de Matanzas, Disponível em: <<http://diglib.library.vanderbilt.edu/esss.pl>>.

Sendo em Campos dos Goytacazes preponderante a presença Centro-Occidental africana e em Matanzas a presença Occidental, encontramos uma configuração de grupos de procedência bastante distinta em cada região.

Em Campos, entre os Centro-Occidentais, encontramos 4.566 Angolas, 38 Benguelas, 18 Congos, 11 Cabindas, 8 Cassanges, 8 Rebolos, 4 Monjolos, 3 Mofumbes, 2 Cabundás, 1 Mocumbe, 2 Gangue-las, 1 Songo, 2 Bangue-las. Entre os Occidentais, encontramos em Campos 158 Guiné e 28 Minas. Da região Oriental, encontramos apenas uma mulher Moçambique se casando.

Em Matanzas, estando os Occidentais em maior número, encontramos, entre os anos de 1791 e 1830, grupos de procedências diferentes de Campos.

Em Matanzas, entre os Occidentais, grupo mais numérico, foram encontrados 262 Carabalis, 187 Mandingas, 168 Gangas, 42 Lucumis, 90 Minas, 11 Ararás, 2 Mochagua, 5 Bibi e 1 Chambá se casando. Entre os Centro-Occidentais, encontramos 273 Congos, 5 Mondongos e 1 Bamba. Por último, entre os Orientais, encontramos 19 Macuas, 1 Macombi, 1 Basambique e 2 Moçambique.

Os únicos grupos que estiveram tanto em Matanzas quanto em Campos foram os Congos, os Minas e os Moçambiques.

Vemos assim que tendo predominantemente rotas de comércio de escravos diferentes, Campos e Matanzas tiveram arranjos de procedência um diferente do outro.

Ao avaliar a presença desses grupos de procedência nessas duas regiões do Atlântico, surgem várias questões. Uma delas ressalta qual foi a importância desses casamentos entre os escravos, principalmente entre os africanos. Outra nos diz respeito à preferência na escolha dos cônjuges; haveria preferência entre escravos de mesma procedência. E, por fim, seriam essas uniões mais recorrentes entre escravos com senhores diferentes ou iguais.

A importância e os significados dos casamentos para a vida dos cônjuges escravos foram os mais variados, principalmente entre os escravos africanos, que foram retirados de sua comunidade de origem tendo que reconfigurar seus laços afetivos no âmbito da *plantation* escravista. Como vimos, os escravos africanos vinham de diferentes pontos do continente africano. Com eles, vinham também suas lembranças e costumes, além dos aprendizados durante a travessia. Toda essa bagagem iria ser recomposta na vida em comunidade nas senzalas das propriedades que os adquirissem. O ritmo de trabalho, tanto nas plantações quanto em outros ambientes econômicos, faria com que eles refundassem similaridades com outros grupos. Por que seriam importantes os casamentos para esses escravos?

Os laços de parentesco, em si, em comunidades de senzalas eram valiosos, pois seriam importantes para a manutenção de costumes trazidos e apropriados por eles. Laços de parentesco ritual foram tão importantes quanto os laços sanguíneos. Os padrinhos de batismo, por exemplo, tinham influência na inserção dos escravos na comunidade.

Unões consensuais dentro das senzalas foram comuns, mas os casamentos em face da Igreja não foram tão frequentes. Regiões como Matanzas e Campos dos Goytacazes se destacam por apresentarem um número significativo de casamentos. Estes eram uma tentativa por parte dos escravos de manterem por mais tempo essas relações, uma tentativa de proteção contra as separações por venda ou partilha de herança. Os escravos casados dificultavam essa partilha, pois eram unidos com o sacramento da Igreja. Não era descartada essa separação, mas o casamento era mais um argumento contra ela. Além disso, outro fator tornava o casamento atrativo para esses escravos. As moradias eram divididas entre casados e solteiros. Os solteiros ficavam junto de outros solteiros e os casados ficavam com local de moradia destinada a apenas a eles e sua família. Além disso, existia a expectativa de que fossem concedidas, pelos proprietários, algumas terras para produção de gêneros específicos para consumo próprio e venda de excedentes. Essa concessão era bastante esperada, pois poderia gerar a possibilidade de acumulações de pecúlio para compra da sua liberdade

e de seus familiares. Essa entrega de um pedaço de terra para cultivo próprio era uma medida estabelecida pelos senhores de escravos com a expectativa de diminuir as possibilidades de fuga e criar um apego à terra por parte dos escravos. Essa medida foi comum nas plantações tanto de Cuba como do Brasil e de outras regiões do Caribe. Inclusive ela ficou sendo conhecida como “modo Brasil”.²⁰ Mesclavam-se assim interesses de senhores por maior controle e de escravos, buscando uma maior autonomia em direção ao casamento. Isso foi percebido tanto em Matanzas quanto em Campos.

Na visão senhorial, os casamentos de seus escravos significavam uma possibilidade de assentar o cativo nos trabalhos de suas propriedades em expansão. Entre os escravos, o casamento poderia significar melhores possibilidades de se estabelecer em sua nova terra, além da esperança de alcançar a liberdade de seus familiares, e até uma possibilidade de reorganizar a vida, na medida do possível, entre os africanos, sob os moldes recompostos de sua terra de origem.

Uma parte da historiografia concluiu que a configuração bastante diversificada de grupos de procedências nas propriedades seria um fator que dificultava a união ou cooperação entre escravos africanos ou entre africanos e crioulos (escravos da terra, colonial). Mas isso não foi expresso nos casamentos de Campos e Matanzas.

Os casamentos de São Salvador de Campos se diferenciaram bastante de outras regiões pelo número que apresentou. Entre os anos de 1791 e 1830, foram realizados 3.112 casamentos na freguesia, número significativo que reflete em parte a grande concentração de população escrava na região, que em 1872 era a segunda maior concentração escrava da província do Rio de Janeiro. Desta forma, 6.224 mulheres e homens escravos casaram-se até o ano de 1830. Portanto, no período de 1791 a 1830, foi realizada em Campos uma média de anual de 80 casamentos.

²⁰ Ver: MARQUESE, Rafael de Bivar. *Feitores do corpo, missionários da mente: senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. p. 29. O termo foi utilizado por um dominicano francês, Du Tertre, em um tratado sobre escravos das Antilhas francesas.

Ao que tudo indica, no processo de expansão da população escrava houve um estímulo e/ou busca do casamento católico pelo escravo em todo o período observado. É certo que no mesmo período a população escrava em Campos foi superior à de livres, o que provavelmente tenha dado maiores condições a eles para pressionar seus senhores para conseguir certas concessões da classe senhorial.

Em Campos, como em outras regiões do sudeste escravista, a classe senhorial consagrou as proibições de casamentos de escravos que pertencessem a senhores diferentes. O seja, ainda que houvesse a possibilidade de terem estabelecido relações afetivas com escravos de outras propriedades, o casamento não era permitido e foram raros os casos ocorridos na região. Na freguesia de São Salvador, apenas 1% dos casais escravos pertenciam a senhores diferentes, ou seja, 28 casais. Possivelmente, essas uniões foram dificultadas para evitar brigas entre proprietários diferentes pela posse do filho do casal escravo. Ou, então, evitar que infringissem as regras do matrimônio católico, que não era favorável à separação dos casais, ainda que tenham existido casos de família, ligadas pelo matrimônio, que foram separadas pela venda.

Os casamentos seguiram, até 1830, com uma frequência bastante equilibrada, tendo aumentos no número de uniões matrimoniais realizadas nos intervalos dos anos de 1796-1800 e 1826-1830, ultrapassando nestes a faixa numérica de 400 uniões.

Quanto à escolha dos parceiros, houve uma preferência pelos identificados com um mesmo grupo de procedência. Apenas 21% casaram-se com parceiros relacionados com outros grupos de procedências.

Alguns grupos, talvez por serem minoria ou por serem influenciados por um sentimento de pertencimento de uma mesma comunidade de senzala, não casaram com indivíduos de mesmo grupo de procedência. Foi o caso dos Minas, de Campos dos Goytacazes. Encontramos 28 uniões em que um dos cônjuges foi identificado como Mina e outro cônjuge pertencente a um grupo Centro-Occidental. Nessas uniões, a procedência não foi um pré-requisito.

Grande parte dos escravos de São Salvador de Campos dos Goytacazes eram Angolas. O Segundo grande grupo foi o de Crioulos. Em decorrência disso as uniões se fixaram entre Angolas, entre Angolas e Crioulos e entre Crioulos. Entre Angolas, realizaram-se 2.004 casamentos. Entre Crioulos e Angolas, houve 533 uniões. Por fim, entre Crioulos, foram 375 uniões. Essa configuração foi possível mais pela concentração de grupos de procedência na região do que escolha dos cônjuges ou influência senhorial.

Esteve, portanto, mais presente nas configurações das uniões a proibição por parte dos senhores para evitar uniões entre escravos de propriedades diferentes do que em influenciar as uniões de acordo com o grupo de procedência.

Os únicos que pareceram dar preferência na escolha de cônjuge de mesma procedência em Campos foram os Guinés. Das 83 uniões que tinham pelo menos um cônjuge Guiné, 75 foram entre escravos de mesma procedência.

Em San Carlos de Matanzas, a configuração dos casais se deu de forma diferente da de Campos.

Em Matanzas, foram realizados 681 matrimônios entre escravos. Um número um pouco expressivo diante do número de escravos que constou na população escrava no ano de 1827, que chegou a 26.522 escravos. Foram registrados casamentos de apenas 1.362 escravos entre os anos de 1791 a 1830.

Não encontramos nenhuma referência de que alguma medida proibitiva tenha sido redigida que expressasse impedimentos nos casamentos em Matanzas. Mas encontramos alguns vestígios que denunciam que o incentivo de casamento por parte senhores tenha sido aos poucos abandonado em San Carlos. Outra possibilidade foi a de descentralização dos registros de casamentos na Igreja de San Carlos para cada engenho. Essa descentralização supomos que tenha sido feita para diminuir a circulação de escravos na cidade em uma época em que explodiam várias insurreições, de libertos, inclusive. Os assentos de casamentos de escravos diminuíram consideravelmente a partir de

1820, mesmo ano em que foi desmantelada a insurreição de Aponte, bastante conhecida em Cuba. E como os casamentos eram realizados em dias festivos de bastante aglomeração, talvez tenham sido reprimidos.

Ainda que tenham diminuído com o passar dos anos, é possível apreendermos os padrões das uniões escravas da região.

Um dado interessante que contrasta com os casamentos de Campos dos Goytacazes e das regiões do sudeste escravista brasileiro diz respeito às interferências senhoriais nos casamentos de escravos com senhores diferentes. Não havia impedimentos muito rígidos quanto à realização desses casamentos. Há indícios de que esse costume tenha influenciado e sido influenciado pela *Real Cédula* de 1789. Nas normas desta havia a recomendação de que os proprietários não impedissem os casamentos entre escravos de senhores diferentes.

Entre 1791 a 1830, os casamentos refletiram essa recomendação. Não houve medidas tão rígidas com os casamentos de senhores diferentes. Estes chegaram a alcançar um percentual de 40% das uniões realizadas. Percentual que foi muito menor em Campos, como dissemos, 1% apenas.

Entre os casais de mesmo grupo de procedência, em Matanzas, estavam assim distribuídos: 29% Crioulos, 22% Carabalies, 20% Congo, 13% Mandingas, 11% Gangas, 4% Minas e 1% Lucumis.

Os Congos foram bastante numerosos e se casaram menos com os de procedência igual. Isso significa que esse grupo Centro-Ocidental não hesitou em se casar com outros escravos Ocidentais, por exemplo. Aliás, os grupos de procedência presentes em Matanzas não procuraram se casar somente com os de mesma procedência, ficando uma configuração de casais mais diversificada nesse sentido.

Se os Congos não procuravam iguais para o casamento, os Carabalís mostraram um comportamento diferente. Eles foram o grupo que mais se uniu com iguais. Principalmente os que pertenciam a senhores diferentes.

Os demais grupos de Matanzas seguiram padrões de uniões parecidos, casando-se mais com parceiros de procedências diferentes que com de mesma.

A preferência por parceiros de mesma procedência tendia a seguir mais os padrões de presença dos mesmos grupos do que ser guiados por conflitos ou semelhanças culturais.

Assim, as convergências dos destinos atlânticos da população africana escravizada trazida para regiões de *plantation* contribuíram decisivamente para a forma como essa população iria recompor suas vidas em novas terras. Em outras palavras, não foi necessariamente a identificação de semelhanças culturais que contribuiu na escolha de parceiros nesses casamentos. A vivência de experiências comuns construídas nessas comunidades, ao que parece, foi o contributo principal das escolhas conjugais de escravos africanos e crioulos em cada região.

Referências bibliográficas:

DÍAZ, Aisnara Pereira; FUENTES, María de los A. Meriño. *Esclavitud, familia y parroquia en Cuba: otra mirada desde la microhistoria*. Santiago de Cuba: Editorial Oriente, 2006

DÍAZ, Aisnara Perera; FUENTES, María de los A. Meriño. *Matrimonio y familia en el ingenio: una utopía posible. La Habana (1825-1886)*. Habana, 2007.

FRAGINALS, Manoel Moreno. *O engenho: complexo sócio-econômico açucareiro cubano*. São Paulo: HUCITEC: Editora ENESP, 1987.

FRAGINALS, Manoel Moreno. *Cuba/Espanha, Espanha/Cuba: uma história comum*. Bauru, SP: Edusc, 2005.

KIPLE, Kenneth F. *Blacks in Colonial Cuba, 1774-1899*. Flórida: The Universit Presses of Florida Gainesville, 1976.

LARA, Silvia Hunold. *Campos da Violência: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1988.

MARQUESE, Rafael de Bivar. *Feitores do corpo, missionários da mente: senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

OSCAR, João. *Escravidão & engenhos: Campos, São João da Barra, Macaé e São Fidelis*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1985

PAZ, Manuel Barcia. *La rebelión de esclavos de 1825 en Guamacaro*. Dissertação de Mestrado. Universidad de La Habana. Havana, 2000.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagens pelo distrito dos diamantes e litoral do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1941(Brasiliana, v.210).

SLENES, Robert W. *Na Senzala, Uma Flor: esperanças e recordações e esperanças na formação da família escrava, Brasil Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

SOARES, Marcio. *A remissão do cativo. Alforrias e liberdades nos Campos dos Goitacases. C1750c 1830*. Tese de Doutorado. UFF. Niterói, 2006.

Resumo

Campos dos Goytacazes e Matanzas, duas regiões atlânticas de expansão de *plantation* modificaram suas paisagens econômicas num período curto de tempo. Junto com essa modificação, um alto crescimento da população escrava ajudou a compor o cenário de ambas. Nesse período, procuramos analisar uma das principais formas de ligação de laços afetivos entre escravos: Os casamentos em face da Igreja. Dando destaque a presença africana em cada região, investigamos a configuração desses casamentos por meio de uma proposta comparativa atlântica.

Palavras-chaves: escravidão atlântica; Campos dos Goytacazes; Matanzas; casamentos de escravos.

Abstract

Campos dos Goytacazes and Matanzas, two Atlantic regions plantation expansion changed their economic landscapes in a short period of time. Along with this modification, a high growth in the slave population helped to compose the scene of both. In this period we analyze one of the main forms of affective ties binding among slaves: weddings in the face the Church. Giving the African presence in each region, we investigate the configuration of these weddings through a comparative proposal.

Keywords: Atlantic slavery; Campos dos Goytacazes; Matanzas; slave marriages.

MEMÓRIA DOS AFRODESCENDENTES NO BRASIL: de Colônia Agrícola Nossa Senhora da Piedade a Bairro de Vila Isabel/Três Rios - RJ (1932-1951) - “lugar de memória”, história e esquecimento

Isabela Torres de Castro Innocencio¹

Quando pensamos em continuar a pesquisa sobre a colônia agrícola N^a S^a da Piedade,² tínhamos como objetivos: promover e proteger a sua memória, esta que era formada por libertos, ex-escravos da Condessa do Rio Novo;³ e, posteriormente, conseguir o reconhecimento da história da colônia como um “patrimônio cultural imaterial” de nossa região. Partimos do princípio de que seria preciso valorizá-la para utilizá-la como objeto de conscientização. Isto porque

(...) os seres humanos usam seus símbolos sobretudo para agir, e não somente para se comunicar. O patrimônio não é usado não apenas para simbolizar, apresentar ou comunicar: é bom para agir. Essa categoria faz a mediação sensível entre seres humanos e divindades, entre mortos e vivos, entre passado e presente, entre o céu e a terra e entre outras oposições. Não existe apenas para representar ideias e valores abstratos e ser contemplado. O patrimônio, de certo modo, constrói, forma as pessoas. (GONÇALVES. In: ABREU e CHAGAS: 2009, p.31)

¹ Doutoranda em Memória Social – UNIRIO; professora efetiva da Faculdade de Pedagogia/FAETERJ-Três Rios/RJ.

² “Liberdade e acesso à terra: Fazenda de Cantagalo – Paraíba do Sul (1882-1932)”. Dissertação de mestrado – USS/Vassouras, 2002.

³ A liberdade e o acesso à terra foram concedidos aos escravos da Fazenda de Cantagalo por meio de testamento da proprietária, Mariana Claudina Pereira de Carvalho, Condessa do Rio Novo, que a herdou de sua mãe, a Baronesa de Entre-Rios, viúva de Antonio Barroso Pereira Jr., Barão de Entre Rios. Era uma extensa área de terras entre os rios Paraíba, Piabanha e Paraibuna, Vale do Paraíba fluminense. A sede localizava-se na atual cidade de Três Rios/RJ.

Acreditamos que ampliar o conhecimento sobre a cultura dos afrodescendentes, em especial a história dos libertos na colônia agrícola, produziria um efeito positivo tanto na vida de seus descendentes quanto na dos demais segmentos da sociedade, no que diz respeito às redes de relações. As palavras do antropólogo Claude Lévi-Strauss, afirmando que “o relacionamento entre as culturas seria a forma mais positiva de atualizar o ideário da igualdade dos homens, em suas realizações particulares”, nos chamaram a atenção.

Segundo Abreu, com aquela afirmação de Lévy-Strauss,

(...) delineava-se a ideia de que havia um patrimônio cultural a ser preservado e que incluía não apenas a história, em suas mais diversas expressões. A noção de cultura incluía hábitos, costumes, tradições, crenças; enfim, um acervo de realizações materiais, e imateriais, da vida em sociedade. (ABREU: 2009, p. 37)

Ao assimilarmos tais informações, por continuarmos envolvidos com aquela história, começamos a relacionar a colônia ao conceito de “patrimônio cultural imaterial”. Imaterial, pois esta foi extinta por meio de arrendamentos e aforamentos feitos pela Irmandade de Nossa Senhora da Piedade, responsável pela sua administração; e de questões políticas e econômicas do fim do século XIX e início do XX. Após 1932, a colônia agrícola foi se transformando num bairro chamado Vila Isabel.⁴

A noção de patrimônio imaterial ou intangível começa a penetrar no discurso ocidental de patrimônio por meio das criações populares, na primeira expansão tipológica do conceito, ocorrida nos anos 60. Em nível internacional, o primeiro documento a introduzir a importância de sua valorização foi a Carta de Veneza, de 1964, ao estabelecer, em seu artigo 1º, que a noção de monumento histórico se estende “não só às grandes criações, mas também às obras modestas, que tenham adquirido, com o tempo, significação cultural”. Foi então, mediante a valorização do caráter dos pequenos povoa-

⁴ “A troca de nome aconteceu através do projeto de lei apresentado em plenário pelo professor Monerat (então vereador) em 26 de novembro de 1951 e sancionado como lei nº 106 de 06 de dezembro de 1951.” www.associartbrasil.com.br.

dos, que a chamada “cultura tradicional e popular” foi se tornando objeto patrimonial. (SANT’ANNA: 2001, p. 153)

Pensamos em contribuir para a “memória social”, em especial para a memória da cidade de Três Rios/RJ,⁵ com a pesquisa e o registro da memória desse grupo afrodescendente que viveu num “lugar de memória”, na expressão de Pierre Nora; apresentando trajetórias de vida dos libertos/colonos, a partir das memórias de seus descendentes e de documentação histórica referente ao período a ser pesquisado.

Entendemos que o conceito de memória social “se trata de um conceito complexo, inacabado, em permanente processo de construção”, pois a memória “está inserida em um campo de lutas e de relações de poder, configurando um contínuo embate entre lembrança e esquecimento”. (GONDAR e DODEBEI: 2005, p. 7)

Consideramos o bairro de Vila Isabel como um “lugar de memória” do afrodescendente, porque, segundo Nora,

(...) os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais. É por isso que a defesa, pelas minorias, de uma memória refugiada sobre focos privilegiados e enciumadamente guardados, nada mais faz do que levar à incandescência, a verdade de todos os lugares de memória. (NORA: 1993, p. 13)

Na Carta de Atenas,⁶ de novembro de 1933, encontramos a seguinte afirmação: “a morte atinge tanto as obras como os seres”; como também a seguinte indagação: “quem fará a discriminação entre aquilo que deve subsistir e aquilo que deve desaparecer?”

⁵ Três Rios até 1938 era 2º distrito de Paraíba do Sul/RJ, cidade do Vale do Paraíba Fluminense.

⁶ Carta Patrimonial. www.portal.iphan.gov.br

Observando os patrimônios históricos das cidades de Paraíba do Sul e de Três Rios, como, por exemplo: o que restou da Estação Ferroviária de Três Rios, a Capela de N^a S^a da Piedade, o palacete do Barão Ribeiro de Sá (ex-provedor da Irmandade de N^a S^a da Piedade), a Câmara Municipal de Paraíba do Sul, a ponte sobre o rio Paraíba do Sul, entre outros; percebemos que são testemunhos materiais, expressões de cultura de uma época, dos barões, do Império. Foram os patrimônios escolhidos para subsistir.

Mas aqueles testemunhos constroem imagens “embaçadas” de nosso passado, da sociedade e da vida que se desenvolvia naquele espaço. Quase não existem registros da presença dos ex-escravos no período pós-abolição ou dos negros libertos da Fazenda de Cantagalo, nosso objeto de estudo. Foram os escolhidos para desaparecer.

Segundo Fonseca,

(...) o termo “preservação” costuma ser entendido exclusivamente como tombamento. Tal situação veio reforçar a ideia de que as políticas de patrimônio são intrinsecamente conservadoras e elitistas, uma vez que os critérios adotados para o tombamento terminam por privilegiar bens que referem os grupos sociais de tradição europeia, que, no Brasil, são aqueles identificados com as classes dominantes. (In: ABREU e CHAGAS: 2003, p.64)

Como falamos anteriormente, pensamos a colônia agrícola Nossa Senhora da Piedade como patrimônio cultural, inicialmente; mas com as leituras e as discussões durante o curso de doutorado, ficamos mais propensos a trabalhar outros conceitos, ligados à memória e ao esquecimento. Mudamos nossa perspectiva, pois entendemos que estamos defendendo a colônia como bem cultural, pelo nosso grande envolvimento com ela. Isso ocorre por conta de nossa vivência, de nossas experiências sociais, que nos fizeram buscar uma maneira de incluí-la na totalidade cultural do nosso país. (GONÇALVES: 2002)

A mudança de perspectiva ocorreu, principalmente, ao conhecermos a obra “A Retórica da Perda”, um estudo sobre o “patrimônio cultural” no Brasil, que apresenta referências à formulação e imple-

mentação de leis, de projetos, isto é, de políticas oficiais para a sua preservação. Nela aparecem, ainda, os discursos de personagens que foram importantes na organização do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), e análises sobre a forma como os indivíduos pensam e reagem diante de “bens” culturais que podem se tornar patrimônios, dependendo da sua aceitação e de seu reconhecimento social. (GONÇALVES: 2002)

Sendo assim, percebemos que há um longo percurso para que a “colônia agrícola de Nossa Senhora da Piedade” seja aceita e reconhecida socialmente como “patrimônio cultural”.

Portanto, as nossas pesquisas devem contribuir para o registro da memória daqueles libertos e de seus descendentes, no momento em que as “políticas de ações afirmativas” se apresentam como políticas de reparações, de reconhecimento e de valorização da história, cultura e identidade da população afrodescendente (Lei 10.639/2003).

O tema é importante para a compreensão do processo de transição do trabalho escravo para o livre, visto que ao ex-escravo não foram dadas condições para o seu ajustamento na sociedade, e ainda se forjou uma imagem preconceituosa de liberdade significando “não trabalho”.

Será também importante abordar o liberto como agente social, numa situação não apenas de subjugado, nem de perdedor, mas como parte de uma comunidade, que foi construindo sua história em meio a forças políticas e econômicas, que pouco a pouco transformou um espaço rural e agrícola num espaço urbano, industrial e comercial.

Concordamos com Paul Ricouer quando defende a “ideia de uma política de justa memória”, como também reconhecemos que há um excesso de memória, um excesso de esquecimento e de erros de memória, com os quais nos identificamos e pretendemos contribuir para construir um registro mais justo. (RICOEUR: 2010, p. 17)

Nossa pesquisa objetiva compreender os caminhos percorridos pelos ex-escravos e seus descendentes, e suas relações com outros

seres sociais. Posteriormente, poderemos voltar à análise sobre o reconhecimento da colônia como “patrimônio cultural”.

Nesse sentido, analisaremos as transformações ocorridas na cidade de Três Rios, relacionando-as às transformações ocorridas na colônia agrícola, até que esta se transformou no bairro de Vila Isabel.

Para tanto, as análises de Halbwachs sobre a memória coletiva e a memória individual contribuem para a reconstrução daqueles eventos antigos por meio de testemunhos, pois quando estes concordam no essencial, é porque foram reconhecidos por um “conjunto de lembranças”, daí a sua importância. (HALBWACHS: 2006, p. 29-70)

Percebemos nos estudos de Halbwachs que a memória individual está permanentemente sendo influenciada pela memória coletiva, mas ao mesmo tempo temos em nossa memória lembranças pertencentes à nossa subjetividade. Muitas podem até desaparecer ou permanecer durante um bom tempo no esquecimento, mas reaparecem quando alguns fenômenos externos acontecem. Nem sempre são testemunhos; podem se tratar de objetos, de lugares e de momentos, entre outros.

Para que a memória coletiva possa permanecer, serão necessários “muitos pontos de contato” entre as lembranças dos membros do grupo. Não basta somente reconstituir “a imagem de um acontecimento passado”; é preciso despertar os mesmos sentimentos, “noções comuns” entre os membros.

Por outro lado, Halbwachs afirma que podemos também falar de memória coletiva quando, sob o ponto de vista do grupo, este recorda um fato que viram e que não estão mais materialmente presentes, mas podem ser vistos ao recordá-lo.

Ao nos tornarmos seres sociais, os nossos pensamentos e as nossas impressões são ligados a outras pessoas e aos grupos. E com a ajuda destes, podemos ir formando “quadros” de memória do nosso passado. (HALBWACHS: 2006, p. 29-70)

Para que as lembranças reapareçam e sejam reconhecidas, os contatos e as relações entre os diversos grupos precisam ser permanentes ou devem se repetir com bastante frequência.

Mesmo se estivermos com vontade de que determinadas lembranças sejam encontradas, quando as procuramos, são necessárias determinadas circunstâncias que as despertem e as representem. Pode ser diante de determinado lugar, de determinadas casas, ou de objetos. (HALBWACHS: 2006, p.29-70)

Halbwachs afirma que, nos grupos, as influências individuais são enfraquecidas, quando estes são muito numerosos ou quando há um distanciamento entre aqueles que se tocam. Podemos dizer que somente por exceção, as lembranças são evocadas entre grupos assim, pois dependem de encontros e estes acontecerão por acaso. As causas externas é que determinarão as lembranças, não dependem ou dependem muito pouco dos membros desses grupos.

Mas a consciência individual se fortalece, no sentido de que existem “intuições sensíveis”, uma “observação interior”, que está relacionada ao indivíduo em si, não está ligada aos ambientes os quais se relaciona. Quando este sofre “a influência do meio social”, não consegue perceber esse estado individual, só consegue senti-lo “quando muitas correntes sociais se cruzam e se chocam” em sua consciência. (HALBWACHS: 2006, p. 29-70)

Com relação à recordação de determinadas lembranças, o autor nos explica que isso não depende da vontade do indivíduo, pois esta é fraca. O que acontece é o reconhecimento de forças as quais está sempre em contato, e estas fazem as lembranças reaparecerem inesperadamente.

Segundo Halbwachs, existe também a memória histórica, a memória do grupo nacional, o qual muitos acontecimentos não foram assistidos por todos, mas seus membros foram envolvidos por algum fator externo. Mesmo não assistindo, os “fatos ocupam um lugar na memória da nação”; como também uma memória coletiva ligada ao espaço, pois

não há memória coletiva que não aconteça em um contexto espacial. O espaço é uma realidade que dura: nossas impressões se sucedem umas às outras, nada permanece em nosso espírito e não compreenderíamos que seja possível retomar o passado se ele não estivesse conservado no ambiente material que nos circunda. É ao espaço, ao nosso espaço – o espaço que ocupamos, por onde passamos muitas vezes, a que sempre temos acesso e que, de qualquer maneira, nossa imaginação ou nosso pensamento a cada instante é capaz de reconstruir – que devemos voltar nossa atenção, é nele que nosso pensamento tem de se fixar para que essa ou aquela categoria de lembranças reapareça. (HALBWACHS: 2006, p. 170)

Nesse ponto da análise de Halbwachs, relacionamos a questão ideológica existente na transformação espacial da cidade de Três Rios, com a transformação espacial da colônia agrícola de Nossa Senhora da Piedade. E por conta dessa ideologia, compreendemos os silêncios que se fizeram presentes no processo de esquecimento dessa história.

A ideologia é um conjunto lógico, sistemático e coerente de representações (ideias e valores) de normas ou regras de conduta.(...) que indicam e prescrevem aos membros da sociedade o que e como devem pensar, valorizar, sentir e fazer. Ela, é portanto, um corpo explicativo (representações) e práticas (normas, regras e preceitos) de caráter prescritivo (normativo, regulador), cuja função é dar aos membros de uma sociedade dividida em classes uma explicação racional para as diferenças sociais, políticas e culturais, sem jamais atribuir tais diferenças à divisão da sociedade em classes a partir das divisões da esfera da produção. Pelo contrário, a função da ideologia é a de apagar as diferenças como classes e fornecer aos membros da sociedade o sentimento da identidade social, encontrando certos referenciais identificadores de todos e para todos. (CHAUFÍ: 2006, p. 108 e 109)

Assim, “desde o período de emancipação em 1938, e mesmo anteriormente, a localidade era identificada como progressista e se orgulhava de estar na vanguarda industrial, diferente da cidade de origem”. (RIBEIRO: 2009, p. 30)

Nesse período, conhecido como a era Vargas,

ocorreram importantes mudanças econômico-sociais e pode-se afirmar que foi em seu bojo que o Brasil lançou as bases para transformar-se de sociedade agroexportadora em economia industrial. Foi aí que se consolidou a prática da intervenção estatal na economia e se promoveram as primeiras experiências de planejamento centralizado. Acentuou-se enormemente o processo de urbanização, perdendo o Brasil a fisionomia de país essencialmente rural. (SZ-MRECSÁNYI e GRANZIERA: 2004, p.15 e 16)

Segundo Ribeiro, no processo de definição das identidades individuais e ou coletivas de Três Rios, percebe-se que esta, bem contextualizada com a era Vargas, tem “como referência o mito da modernidade e as questões simbólicas ligadas ao progresso e que apontavam para o desenvolvimento”. (RIBEIRO: 2009, p. 30)

Em seus estudos, Ribeiro percebe que por conta de se querer forjar uma visão modernista da cidade, houve a tentativa de rompimento com o passado ligado a Paraíba do Sul.

Nos livros consultados de Guimarães (1988), Coutinho (1976) e Kling (1969) são mencionados barões e baronesas, fazendas, irmandades religiosas e de caridade, grupos culturais e até a liga autonomista, mas a riqueza e o período áureo da cidade de origem, que foi uma das mais importantes durante um determinado período cafeeiro em meados do século XIX, são omitidos os registros ou encontradas apenas em informações artificiais.

Essa tentativa de rompimento com o passado é percebida pela negação e repercute em forma de rivalidade apresentada em situações corriqueiras até os dias atuais, mesmo com a interdependência entre as duas cidades. A partir da emancipação de Paraíba do Sul, a cidade de Três Rios incorpora o mito de formação, indicando uma nova guinada em direção ao progresso, ao moderno, como única explicação para a sua gênese. Essa situação é comprovada até mesmo na própria estrutura urbana com novas características arquitetônicas e peculiaridades diferentes da cidade de origem. (RIBEIRO: 2009, p.32)

Mas, mesmo com esse rompimento, as lembranças reaparecem porque os outros nos fazem recordá-las, assim se pode falar de memória coletiva quando evocamos um fato, que vemos ainda no momento sob o mesmo ponto de vista do grupo de que fazemos parte. “Não há lembranças que reaparecem sem que de alguma forma seja possível relacioná-las a um grupo.” (HALBWACHS: 2006, p. 174)

Portanto, em nossa história há “memória, esquecimento e silêncio”, segundo Michael Pollak.⁷

Pollak percebe um problema que se apresenta quando queremos analisar determinados grupos, com o intuito de promover a constituição de suas memórias – existe seletividade e negociação. Em se tratando de minorias, excluídos das sociedades, a história oral ressalta “a importância de memórias subterrâneas que se opõem à ‘memória oficial’, no caso a memória nacional”. Essa abordagem metodológica mostra uma empatia com os grupos dominados, acentuando a opressão da memória coletiva nacional, que surge em “momentos de crise”, fazendo com que as memórias “subterrâneas” e a “memória oficial” entrem em disputa. (POLLAK, M: 1989, p. 4)

“Memórias subterrâneas” passadas de uma geração a outra emergem de “lembranças traumatizantes” que permaneceram vivas, silenciadas, não publicadas, não esquecidas; que sobreviveram com o passar dos anos, à espera de uma oportunidade para virem à tona. Denotam a resistência de civis impotentes diante do “excesso de discursos oficiais”. Muitas delas fazendo com que os dirigentes de determinados países tenham que revisar o passado, por meio de uma (auto) crítica, ao pretenderem a promoção de mudanças políticas.

Essa separação entre “memória oficial” e “memória subterrânea” pode acontecer também, e até com maior frequência, entre as minorias e a sociedade como um todo; além de existir entre o “Estado dominador e a sociedade civil”. (POLLAK, M: 1989, p. 5)

⁷ Pesquisou a memória de sobreviventes dos campos de concentração nazistas.

Ao analisar a visão de Pollak sobre “memórias subterrâneas” e “lembranças traumatizantes”, podemos observar que as lembranças da escravidão e da exclusão no pós-abolição, entre outras questões enfrentadas pelos afrodescendentes no Brasil, se encontram nesse contexto.

Em situações traumatizantes, encontramos silêncios que ocorrem pela necessidade de viver lado a lado com pessoas que consentiram ou assistiram a determinadas violências sem nada fazer. Como também silêncios pelo sentimento de culpa do grupo, por participações de alguns de seus membros, em organizações administrativas que geriam os atos violentos; na tentativa de mudança política, de limitar agressões e mortes, e de negociações. O grupo evita culpar as vítimas, que, por sua vez, preferem também “guardar silêncio”.

Pollak compreende o silêncio dos dominadores violentos; mas expõe as dificuldades em apurar o silêncio das vítimas.

O silêncio das vítimas é bastante complexo. Estas precisam de que alguém ouça os relatos de seu sofrimento. Mas mesmo que encontre esse alguém durante um tempo, a vida segue seu rumo, necessitando de muita energia para lhe dar continuidade, exaurindo a vontade de ouvir. Outra razão do silêncio, que não é política, mas pessoal, refere-se a uma questão relacionada aos filhos. Estes, pelo desejo dos pais, devem crescer poupados das lembranças de suas feridas. Com o passar dos anos, corre-se o risco de que as “testemunhas oculares” desapareçam. Sendo assim, tanto as testemunhas “querem inscrever suas lembranças contra o esquecimento” quanto seus filhos podem querer saber as suas origens, e até mesmo pesquisá-las. (POLLAK, M: 1989, p.6)

Situações ambíguas podem levar a “mal-entendidos” e também ao silêncio. Isso acontece quando numa memória nacional vão se formando os mitos, não dando chance a memórias de situações concretas, que aconteceram por razões coercitivas. Situações que mesmo acompanhadas de revolta, resistência e desobediência foram vistas como colaboração aos dominadores violentos, renegadas e excluídas da “memória oficial”.

As vítimas do silêncio, do “não dito”, “mal compreendidas e vilipendiadas”, podem contestar e tentar eliminar o “estigma da vergonha”, por meio de suas memórias subterrâneas, contra aqueles que forjaram os mitos.

As lembranças subterrâneas, transmitidas por famílias e associações afetivas ou políticas, “são zelosamente guardadas em estruturas de comunicação informais e passam despercebidas pela sociedade englobante”. (POLLAK, M: 1989, p. 7)

Outra questão discutida por Pollak diz respeito ao “discurso interior” do sujeito, que separa aquilo que pode transmitir ao exterior, daquilo que só se confessa a si mesmo.

Segundo Pollak,

(...) a fronteira entre o dizível e o indizível, o confessável e o inconfessável, separa, em nossos exemplos, uma memória coletiva subterrânea da sociedade civil dominada ou de grupos específicos, de uma memória coletiva organizada que resume a imagem que uma sociedade majoritária ou o Estado desejam passar e impor. (POLLAK, M: 1989, p. 8)

Percebe-se que as lembranças subterrâneas, de “memórias marginalizadas”, emergem dando ênfase a determinados aspectos, dependendo da conjuntura histórica, que lhe parece ser favorável. As lembranças de um passado traumático ou violento, remetidas ao presente, podem ser deformadas ou reinterpretadas. O sujeito viveu, aprendeu e transmitiu a sua memória: individual, coletiva, familiar, nacional e de grupos. Para que não ocorra uma “simples ‘montagem’ ideológica”, as memórias clandestinas devem ser organizadas de modo que, juntando-se com a memória oficial, tenham “um fundo comum de referências” nos discursos políticos; e, assim, possam constituir uma memória nacional. (POLLAK, M: 1989, p. 9)

Para Pollak, ao estudar a memória nacional, primeiramente devemos analisar a sua função. Ele conclui que “a referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que

compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementaridade, mas também as oposições irreduzíveis”. (POLLAK, M: 1989, p. 9)

Sendo assim, utiliza o termo “memória enquadrada”, cunhado por Henry Rousso, ao analisar que as duas funções da memória comum são: “manter a coesão interna e defender as fronteiras daquilo que um grupo tem em comum, em que se inclui o território (no caso de Estado)”. Fornecendo, então, “um quadro de referências e de pontos de referência”, reforçando sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades. Na verdade, Pollak diz que é um “trabalho de enquadramento”, com limites à memória do grupo, para que não seja arbitrária. Um trabalho que não admite a injustiça e a violência, uma vez que exige justificação, possibilitando a “coordenação das condutas humanas”. (POLLAK, M: 1989, p. 9)

Outra questão colocada pelo autor diz respeito à possibilidade e à duração daquelas memórias subterrâneas, caso não apresente justificação para se impor. Num adiamento, que pode ser longo ou não, os dominantes podem acreditar “que o esquecimento e o perdão se instalam com o tempo” ou podem reconhecer “que o intervalo pode contribuir para reforçar a amargura, o ressentimento e o ódio dos dominados, que se exprimem então com os gritos da contraviolência.”

A história alimenta o trabalho de enquadramento da memória, mas essa reinterpretação do passado, que se preocupa em “manter as fronteiras sociais” ou modificá-las, “é contida por uma exigência de credibilidade que depende da coerência dos discursos sucessivos.”

Com isso, a memória do grupo deve manter uma coerência nessa reinterpretação, pois a imagem que forjou de si mesmo ao longo do tempo deve ser reconhecida por seus membros “na nova imagem, nas novas interpretações de seu passado individual e no de sua organização”.

Assim, tem importância a escolha das testemunhas, que devem ser “sóbrias e confiáveis aos olhos dos dirigentes” dos grupos, para o trabalho de controle da imagem, feito pelos profissionais da his-

tória, que “implica uma oposição forte entre o ‘subjetivo’ e o ‘objetivo’, entre a reconstrução de fatos e as reações e sentimentos pessoais”. (POLLAK, M: 1989, p. 10)

Nas organizações mais formais, o controle da memória acontece a partir do “acesso dos pesquisadores aos arquivos e pelo emprego de ‘historiadores da casa’”.

Pollak afirma que “objetos materiais: monumentos, museus, bibliotecas”, entre outros, são rastros do trabalho de enquadramento “organizados em torno de acontecimentos e de grandes personagens.” Esses objetos são pontos de referência integrados “em nossos próprios sentimentos de filiação e de origem, de modo que certos elementos são progressivamente integrados num fundo cultural comum a toda a humanidade”.

O autor cita Dominique Veillon, que mostrou os pontos de referência das nossas lembranças pessoais. São eles: “o barulho, os cheiros, as cores”; todos de ordem sensorial.

Segundo Pollak,

(...) ainda que seja tecnicamente difícil ou impossível captar todas essas lembranças em objetos de memória confeccionados hoje, o filme é o melhor suporte para fazê-lo: donde seu papel crescente na formação e reorganização, e portanto no enquadramento da memória. Ele se dirige não apenas às capacidades cognitivas, mas capta as emoções.(...) O filme-testemunho e documentário tornou-se um instrumento poderoso para os rearranjos sucessivos da memória coletiva e, através da televisão, da memória nacional. (POLLAK, M: 1989, p. 11)

As memórias coletivas enquadradas, como as que descrevemos, possuem importância relevante na manutenção das estruturas institucionais das sociedades. Embora os grupos sociais não possam garantir a sua perenidade, caso desapareçam, sua memória pode sobreviver, alimentando-se “de referências culturais, literárias ou religiosas”.

Em contrapartida, Pollak analisa os casos em que se prefere esquecer os acontecimentos dolorosos, em vez de lembrá-los em comemorações. Isso acontece quando as vítimas de determinadas repressões não foram perseguidas politicamente, as quais são mais valorizadas pelas “representações dominantes”, e sim por outros motivos ligados a questões raciais, sexuais, “associais”, entre outros. Estas, por serem repressões que a “história oficial” aceita há muito tempo, são memórias conscienciosamente esquecidas. (POLLAK, M: 1989, p. 12)

Outro ponto analisado pelo autor diz respeito a “histórias de vida”, colhidas por entrevistas orais, que podem contribuir na constituição da memória dos grupos, uma vez que, mesmo tendo suas limitações, “tanto no nível individual como no nível do grupo, tudo se passa como se coerência e continuidade fossem comumente admitidas como os sinais distintivos de uma memória crível e de um sentido de identidade assegurados”.

A história de vida consiste num trabalho de reconstrução do indivíduo que define “seu lugar social e suas relações com os outros”. Ao contarem suas vidas, geralmente tentam “estabelecer uma certa coerência por meio de laços lógicos entre acontecimentos-chaves (que aparecem então de uma forma cada vez mais solidificada e estereotipada), e de uma continuidade, resultante da ordenação cronológica”. (POLLAK, M: 1989, p.13)

O trabalho de recordar passados traumáticos, de forma coerente e contínua, trata-se de gerir um “equilíbrio precário, de um sem-número de contradições e tensões”, principalmente pela incompreensão do sentido de determinado sofrimento individual. Menos que “brancos da memória ou de esquecimentos”, o que dificulta as entrevistas é a “reflexão sobre a própria utilidade de falar e transmitir seu passado”.

Segundo Pollak, “um passado que permanece mudo é muitas vezes menos o produto do esquecimento do que de um trabalho de gestão da memória segundo as possibilidades de comunicação”. Esse passado, quando recordado, consiste num “trabalho de memória indissociável da organização social da vida”. O silêncio pode ter representado uma forma de não deixar com que determinada experiência

“fosse integrada em uma forma qualquer de ‘memória enquadrada’ que, por princípio, não escapa ao trabalho de definição de fronteiras sociais”. Sofrimentos extremos devem ser ancorados “numa memória muito geral, a da humanidade, uma memória que não dispõe nem de porta-voz nem de pessoal de enquadramento adequado”. (POLLAK, M: 1989, p. 14)

Por concordarmos com Pollak, será importante o uso da História Oral e a pesquisa de campo no bairro de Vila Isabel, uma vez que alguns moradores, mais antigos, são descendentes ou conheceram os descendentes dos ex-escravos.

Segundo Thompson,

(...) ao atribuir um lugar central, em seus textos e apresentações, a pessoas de toda espécie, a história se beneficia enormemente. E também se beneficiam, de maneira especial, as pessoas idosas. Um projeto de história oral, mais do que lhes propiciar novos contatos sociais, e às vezes, levar a amizades duradouras, pode prestar-lhes um inestimável serviço. Muito frequentemente ignoradas, e fragilizadas economicamente, podem adquirir dignidade e sentido de finalidade ao rememorem a própria vida e fornecerem informações valiosas a uma geração mais jovem. (THOMPSON: 2002, p. 33)

Ecléa Bosi também defende a importância da “memória dos velhos”, pois por meio dela pode nos chegar “um mundo social que possui uma riqueza e uma diversidade que não conhecemos”. Com isso, “momentos desse mundo perdido podem ser compreendidos por quem não os viveu e até humanizar o presente. A conversa evocativa de um velho é sempre uma experiência profunda”. (BOSI: 2010, p. 82)

Desse “mundo perdido”, quais serão as manifestações que existem na Vila Isabel que remetem ao período da colônia?

Preservar é transmitir. Se os mais velhos morrerem, quem transmitirá a história da colônia? Ela tem sido transmitida aos mais jovens?

Essas são algumas das questões que inicialmente se levantam, pois:

A noção fundamental é que, sem transmissão, a memória social não se constitui. A transmissão, portanto, implica a atualização da memória. Nesse sentido, memória e preservação aproximam-se. Preservar é ver antes o perigo de destruição, valorizar o que está em perigo e tentar evitar que ele se manifeste como acontecimento fatal. (CHAGAS: 2009)

Referências bibliográficas:

- ABREU, Regina e CHAGAS, Mário (Org). *Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina Editora, 2009.
- BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembrança de velhos*. São Paulo: Cia. das Letras, 2010.
- CHAUÍ, Marilena. *O mito fundador e a sociedade autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A Retórica da Perda*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ/MinC-Iphan, 2002.
- GONDAR, Jô e DODEBEI, Vera (Org). *O que é Memória Social?* Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria Ltda., 2005.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro Editora, 2006.
- INNOCENCIO, Isabela Torres de Castro. *Liberdade e acesso à terra*. Rio de Janeiro: Folha Carioca Editora Ltda., 2005.
- NORA, Pierre. *Entre a memória e a história: a problemática dos lugares*. Projeto História. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História. PUC-SP, dez. 93.
- POLLACK, M. Memória e identidade social. Rio de Janeiro. *Estudos Históricos*, Fundação Getulio Vargas, v.5, n.10, 1992.
- RIBEIRO, Rosângela de Fátima Campos. *Três Rios (RJ) – A crise dos anos 80 e o mito da “Esquina do Brasil”*. Niterói: Dissertação de Mestrado em Geografia. UFF, 2009.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. 2ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

SANT'ANNA, Márcia. *Patrimônio imaterial: do conceito ao problema da proteção*. Revista TB. Rio de Janeiro, 147: 151/161, out./dez., 2001.

SZMRECSÁNYI, Tomás e GRANZIERA, Rui G. *Getúlio Vargas & a economia contemporânea*. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

www.portal.iphan.gov.br

www.associartbrasil.com.br/tres_rios/vila_isabel.htm

Resumo

O artigo apresenta as primeiras considerações da pesquisa sobre a memória do afrodescendente no Brasil, em especial, a dos libertos da colônia agrícola de Nossa Senhora da Piedade (Paraíba do Sul-Vale do Paraíba fluminense) e de seus descendentes. Aborda algumas questões levantadas por determinados autores sobre patrimônio cultural imaterial, memória social, história e esquecimento; para compreender as transformações ocorridas no espaço o qual foi criada a colônia que se tornou o bairro de Vila Isabel.

Palavras-chaves: memória social; história; esquecimento.

Abstract

The paper presents the first considerations of the research on the memory of the African descendant in Brazil, in particular, freedmen memory of the agricultural colony of Our Lady of Mercy (Paraíba do Sul, Rio Paraíba Valley) and their descendants. It approaches some issues raised by certain authors on intangible cultural heritage, social memory, history and forgetting, to understand the changes in the space which the colony was created that became the neighborhood of Vila Isabel.

Keywords: social memory; history; forgetting.

A DEFESA PASSIVA DURANTE A SEGUNDA GUERRA: uma experiência civil-militar na cidade do Rio de Janeiro

Carlos Eduardo Alves Barbosa¹

Estudos envolvendo experiência civil-militar em geral são raros na historiografia brasileira, exceções feitas aos casos de calamidades que mobilizam tanto as forças militares quanto a população civil. O presente texto busca, ainda que de forma incipiente, apresentar uma experiência que envolveu parte da população carioca e os militares (principalmente o Exército brasileiro) durante a Segunda Guerra Mundial: o exercício da Defesa Passiva na antiga capital federal. A preparação e a mobilização dos habitantes da cidade em grande medida passavam pela popularização do conhecimento militar em função de um clima de guerra estabelecido pelos periódicos cariocas. É esse evento que será descrito nas próximas linhas.

Oficialmente, a Defesa Passiva foi um exercício criado em fevereiro de 1942, com encargos iniciais previstos para o Ministério da Aeronáutica, e em agosto de 1942, de acordo com o Decreto-Lei nº 4.624, teve as suas atribuições transmitidas ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores. A este ministério coube então a organização do Serviço de Defesa Passiva Anti-Aérea (SDPAAe) no território nacional, o que posteriormente daria origem à criação e organização da Diretoria Nacional do Serviço de Defesa Passiva Anti-Aérea - DNS-DPAAe, que pelo Decreto-Lei nº 4.716, de 21 de setembro de 1942, teria sede no Distrito Federal.

¹ Graduado em História pela UFRRJ/ campus de Nova Iguaçu e militar. Este texto é parte da monografia intitulada “Sentido ou descansar? O Exército e a Defesa Passiva no Rio de Janeiro”, sob a orientação da prof. Dra. Lucia Silva.

Os decretos-lei surgiram com a finalidade de organizar a estrutura onde seriam forjados os conhecimentos que normalizariam o padrão de conduta da população em caso de ataque aéreo, visto então como ameaça eminente. Uma sequência de leis sistematizou e transformou o exercício em prática de simulação para a população carioca.

O Decreto-Lei nº 4.716² foi criado com uma previsão de recursos para instalação e manutenção da estrutura administrativa da defesa passiva. Na lei, foram estabelecidos recursos para comissão e gratificação de pessoal. Verbas para aquisição de material permanente e de consumo, além de previsões para custeio de água, luz, aluguel e despesas imprevistas, não constante das tabelas.

A partir do Decreto-Lei nº 12.628,³ ficam claras as obrigações de todos os habitantes, nacionais ou estrangeiros, em caso de ataque inimigo, e estas passavam por receber instrução sobre os procedimentos, desde conhecer os meios de defesa individual; obedecer às autoridades qualificadas, cooperando para o perfeito desempenho do exercício; socorrer seus semelhantes; atender aos sinais de alarma; até apagar as luzes quando determinado e atender à ordem de convocação para o Serviço de Defesa Passiva Anti-Aérea.

Além das obrigações gerais, o decreto continha as previsões penais para os que não colaborassem com a execução do exercício propriamente dito. As penas⁴ iam de multas, que variavam de Cr\$10

² BRASIL, Decreto nº 4.716, de 21 de setembro de 1942. Dispõe sobre a criação e organização da Diretoria Nacional do Serviço de Defesa Passiva Anti-Aérea, com sede no Distrito Federal, e dá outras providências. *Lex*: Portal da Câmara dos Deputados (governo). Disponível em < <http://www2.camara.gov.br/> > Acesso em: 24 jun. 2011.

³ BRASIL, Decreto nº 12.628, de 17 de junho de 1943. Regulamenta a execução do decreto-lei nº 4.098, de 6 de fevereiro de 1942. *Lex*: Portal da Câmara dos Deputados (governo). Disponível em < <http://www2.camara.gov.br/> > Acesso em: 24 jun. 2011.

⁴ Descrição das penas e suas aplicações, contidas em planilha do Título V da Lei 12.628.

a Cr\$1.000,00, à prisão, que ia de 1 a 3 meses, aplicadas pelo Chefe da Fiscalização.

A lei previa o julgamento ou reprocessamento das penalidades em foro militar, subordinando a esfera da justiça militar às civis e autoridades do Estado. Os últimos concorriam para penas de demissão ou até mesmo para perda de direitos políticos. Na concepção das leis sobre a defesa passiva, existia um claro objetivo de tornar as ordens escritas em ações práticas. A preocupação em transformar o assunto em algo profundamente conhecido da população se deu com o Decreto-Lei nº 4.800.⁵ de 6 de outubro de 1942, tornando obrigatório o ensino da defesa passiva nas instituições regulares de ensino, fossem elas públicas ou privadas.

Em setembro de 1943, outro decreto⁶ modificaria a denominação do Serviço de Defesa Passiva Anti - Aérea e da respectiva Diretoria Nacional, que passa a denominar-se Serviço de Defesa Civil, configurando-se então na célula do organismo, que ao longo dos anos se tornou responsável pela segurança e proteção das populações que habitam as cidades.

É importante ressaltar que no conjunto de legislações estava previsto a publicação de comunicados da Direção Nacional e das Diretorias Regionais do Serviço de Defesa Passiva Anti-Aérea em jornais, revistas e outros periódicos, e foi justamente por meio desses informes da DNSDPAAe que se dava o diálogo entre o Estado e a população, além da criação de um clima de ataque aéreo iminente à capital federal.

⁵ BRASIL, Decreto-Lei nº 4.800, de 6 de outubro de 1942. Torna obrigatório o ensino da defesa passiva, e dá outras providências. *Lex*: Portal da Câmara dos Deputados (governo). Disponível em < <http://www2.camara.gov.br/> > Acesso em: 24 jun. 2011.

⁶ BRASIL, Decreto-Lei nº 5.861, de 30 de setembro de 1943. Modifica a denominação do Serviço de Defesa Passiva Anti - Aérea e da respectiva Diretoria Nacional. *Lex*: Portal da Câmara dos Deputados (governo). Disponível em < <http://www2.camara.gov.br/> > Acesso em: 24 jun. 2011.

Na prática, a Defesa Passiva informava sobre o lado da calçada que deveria ser usado em caso de ataque aéreo, os locais e abrigos a serem acessados, os tipos de bombas que poderiam ser usados pelos invasores, o reconhecimento dos sons de alerta e o que eles significavam, a disciplina a ser adotada nas residências durante o ataque, tais como apagar todas as luzes, desligar saídas de gás, munir-se de documentação e até mesmo a postura durante o tráfego na cidade, parando veículos em acostamento e prosseguindo a pé, ou até a situação de amarrar as rédeas dos animais junto ao meio fio e prosseguir a pé por via segura, em caso de veículos com tração animal.

A lei tratava o assunto da seguinte forma: o Decreto-Lei nº 4.098 é o “encargo necessário à defesa da pátria, que deve ser cumprido em todo o território nacional na forma e sob as penas cominadas nesta lei”⁷, objetivamente, como define o Art. 1º do Decreto nº 12.628, Defesa Passiva é a organização que tem por fim “estabelecer métodos e precauções de segurança que lhe garantam não só a proteção do moral e da vida da população, assegurando-lhe a normalidade, como a proteção do patrimônio material, cultural e artístico da Nação”.⁸

Na edição do dia 7 de outubro de 1942, o *Diário Carioca*⁹ destacava o fato, noticiando à população que o ministro da Educação disporia de regras após contato com o ministro da Justiça para tornar obrigatório o conhecimento dos procedimentos inerentes à aplicação da Defesa Passiva, por parte de professores e funcionários administrativos dos estabelecimentos de ensino, os quais seriam responsáveis por reproduzir os conhecimentos aos discentes.

⁷ BRASIL, Decreto-Lei nº 4.098, de 6 de fevereiro de 1942. Define, como encargos necessários à defesa da Pátria, os serviços de defesa passiva antiaérea. Lex: Portal da Câmara dos Deputados (governo). Disponível em < <http://www2.camara.gov.br/> > Acesso em: 24 jun. 2011.

⁸ BRASIL, Decreto nº 12.628, de 17 de junho de 1943. Regulamenta a execução do Decreto-Lei nº 4.098, de 6 de fevereiro de 1942. Lex: Portal da Câmara dos Deputados (governo). Disponível em < <http://www2.camara.gov.br/> > Acesso em: 24 jun. 2011.

⁹ BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 7 out. 1942. Microfilme. Ano/Vol: XV, Nº 4390.

A inserção do conteúdo no ambiente escolar e na “mídia”, como o rádio e alguns, periódicos demonstram que havia uma clara intenção por parte do Estado de não transformar os exercícios de Defesa Passiva em “letra morta” ou nas popularmente conhecidas “leis para inglês ver”.

A atmosfera de guerra em que vivia a cidade do Rio de Janeiro, então capital federal, foi construída em parte por meio das notícias que eram veiculadas nos principais jornais. Grande parte delas descrevia os acontecimentos desencadeados no cenário europeu ou em matérias que davam conta do cotidiano fluminense, como nos pedidos de doação de alumínio para preparação material das Forças Armadas. As notícias baseavam-se em narrativas das ações dos Aliados e do Eixo, as quais envolviam ataques aéreos e bombardeios recíprocos entre cidades europeias, cujas ações sempre resultavam em destruição material e perdas civis.

Os jornais alardeavam os repetidos intentos do Eixo à navegação brasileira. O *Jornal do Brasil* do dia 29 de outubro de 1942, por exemplo, trazia na capa a seguinte manchete: “O navio brasileiro ‘Rio Branco’ defendeu-se galhardamente de um submarino inimigo.”¹⁰ A matéria informava que o cargueiro Rio Branco, em que havia montado uma peça de artilharia, foi alvo de um submarino inimigo em pleno Mar das Antilhas. Na altura do mar das Caraíbas, divisa entre América Central e América do Sul, a pronta reação de uma guarnição militar a bordo do vapor impediu que as forças do Eixo lograssem êxito contra a embarcação brasileira.

Na coluna do *Jornal do Brasil* que tratava dos temas ligados à guerra era possível constantemente verificar as disputas que ocorriam no cenário europeu, inclusive os bombardeios. As constantes ameaças às embarcações, dificultando o comércio e economia nacional, além das diversas narrativas sobre os confrontos entre o Eixo e os Aliados no continente europeu, levaram a população a crer na real possibili-

¹⁰ *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 29 out. 1942. Digitalizado. Disponível em: <<http://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC>>. Acesso em: 20 jun. 2011.

dade de investida alemã em solo brasileiro. O próprio presidente da República compareceu à tribuna no transcurso do 5º aniversário do Estado Novo em 10 de novembro de 1942 para afirmar que os soldados do Brasil estavam prontos para a defesa do continente.

Falando, no Palácio da Guerra, o presidente da República afirmou à Nação “que o Exército está pronto para qualquer emergência, assegurando, ainda, aos povos da América, a firme disposição em que nos encontramos de colocar ao serviço de qualquer país americano as nossas forças para repelir as agressões vinda de outro Hemisfério”.¹¹

A aproximação e a constância cada vez maior das notícias voltadas aos torpedeamentos e bombardeios contribuíram para o surgimento de um clima de comoção e mobilização da população, em grande parte construída pelas notícias dos periódicos da cidade. Um clima de guerra foi criado pelos jornais. É justamente nessa última noção que o exercício se enquadrava, funcionando como uma espécie de contribuição da população com os esforços de guerra.

A manchete da capa do *Diário Carioca* de 23 de outubro de 1942 ilustrava bem esse clima. “Esta Guerra é do povo que dará seu esforço, empenhará suas forças e sacrificará sua vida pela vitória do Brasil.”¹² Essa manchete ilustrava as fotos de um treinamento bem-sucedido no Centro da cidade durante meia hora, em 22 de outubro de 1942, onde as autoridades julgaram ter alcançado pleno êxito na aplicação do exercício.

O *Diário Carioca* apresentava os anúncios obrigatórios e em forma de fichas colecionáveis que eram iniciadas com os seguintes dizeres: “Recorte, estude e colecione”, onde vinham as instruções da defesa. Essas fichas destacáveis, analogamente, era como se fossem receitas oferecidas pelo caderno de culinária cujo prêmio era ao cidadão o conhecimento e o acesso às suas obrigações. Era a tentativa

¹¹ *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 11 nov. 1942. Digitalizado. Disponível em: <<http://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC>>. Acesso em: 11 jun. 2011.

¹² *Diário Carioca* de 23 de outubro de 1942.

de disciplinar a população, oferecendo-lhe todas as informações pertinentes, pela qual a iniciativa individual colaboraria com o funcionamento do todo. Aquilo completava a noção de que todos participavam dos acontecimentos e que de todos dependia o sucesso do evento da guerra.

Em busca de adesão maciça da população, o *Diário Carioca* tenta adequar o esforço da guerra ao domínio das grandes paixões dos habitantes da cidade. Na edição do dia 30 de outubro de 1942, o jornal sugeria uma “melhor de três” entre os dois principais times de futebol daquele ano, com a finalidade de elevar o ânimo da nação e a compra de uma lancha torpedeira para a Marinha com a arrecadação nos respectivos jogos. No caderno de esportes daquela edição, o jornal noticiava o seguinte: “pelo esforço de guerra do Brasil, uma melhor de três entre Flamengo e Botafogo!”. O mais interessante é que no início o jornal se posiciona da seguinte forma: “o *Diário Carioca* não vai ficar, pois, de braços cruzados quanto à questão”.

O principal objetivo dos veículos de comunicação era sensibilizar a população a participar da Grande Guerra Mundial que estava por vir. O *Jornal do Brasil* de 13 de outubro de 1942 noticiava que, em defesa do Brasil, os funcionários da Prefeitura do Rio aderiram a campanha de mais aviões para a Força Aérea e procuraram a Secretaria do Prefeito “para levar importantes quantias, a fim de aumentar os donativos”¹³ no esforço da guerra. O governo, para organizar a Defesa, lançou mão de um empréstimo que seria coberto pelas economias particulares oriundas da poupança.

O *Jornal do Brasil*, afeito ao discurso de exaltação da pátria, conclamava a adesão da população afirmando que “o brasileiro mais humilde deve sentir-se orgulhoso com a oportunidade de aplicar, no sentido patriótico, uma parcela do que o sistema político de respeito ao que é seu lhe permitiu obter.”¹⁴ A economia realizada pela popu-

¹³ *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 13 out. 1942. Digitalizado. Disponível em: <<http://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC>>. Acesso em: 8 jun. 2011.

¹⁴ *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 21 out. 1942. Digitalizado. Disponível em:

lação estava sendo recolhida periodicamente às Caixas Econômicas, para uma obra de grande valor cívico: a defesa da terra que era o seu berço!

O *Jornal do Brasil* de 27 de outubro de 1942 noticiava na coluna “Coisa da Cidade” a formação de pirâmides metálicas no Centro do Rio de Janeiro, por iniciativa da grande população, que queria com essa atitude fortalecer a ressentida indústria bélica brasileira do período anterior à Grande Guerra. A população doava painéis de alumínio para a construção de aviões.

Na mesma página, a manchete: “alumínio para a Força Aérea Brasileira e mais dois aviões para Aero Clubes”¹⁵ apresentava os agradecimentos do ministro Salgado Filho e do prefeito da cidade, Henrique Dodsworth, pela participação valiosa das “donas de casa cariocas” no processo de preparação para a guerra.

Percebe-se que o processo de preparação para a guerra alcançou a esfera civil mais doméstica da sociedade, atingindo a parcela social mais distante das nossas estruturas belicosas, que estava correspondendo aos chamamentos da imprensa. Colaborando, enfim, com o que lhes era possível.

Sobre a pirâmide de alumínio, o ministro da Aeronáutica em atitude laudatória afirma na edição de 27 de outubro de 1942 do *Jornal do Brasil* que:

*(...) produto de uma campanha de patriotismo, na qual se destacara a mulher brasileira, dando, assim, uma prova de seu amor ao Brasil, a par duma clara noção do papel da aviação no atual momento e referentemente ao nosso país, que dela carece para as suas comunicações na paz e para sua defesa na guerra.*¹⁶

<<http://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC>>. Acesso em: 18 jun. 2011.

¹⁵ *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 27 out. 1942. Digitalizado. Disponível em: <<http://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC>>. Acesso em: 18 jun. 2011.

¹⁶ *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 27 out. 1942. Digitalizado. Disponível em: <<http://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC>>. Acesso em: 19 jun.

Com essa colaboração, informava então o ministro que os 18.000 quilos doados seriam transportados para o Parque da Aeronáutica, nos Afonsos, a fim de serem fundidos e que os aviões que desta resultassem, levariam o nome de “heroínas da nacionalidade”.

Os moradores de São Cristóvão, no Rio de Janeiro, também colaboraram com a aquisição de um avião de treinamento, o qual foi oferecido à Força Aérea Brasileira. Segundo informa o jornal, graças aos esforços e contribuições angariadas no populoso bairro foi possível observar “um belo espetáculo cívico”.¹⁷

No entanto, para observar melhor a interferência do exercício no grosso da população, é preciso acompanhar as diversas determinações da Diretoria Nacional do Serviço de Defesa Passiva Anti-Aérea por meio dos periódicos. Os textos publicados pela DNSDPAAe recorriam não só a ameaça de multas, mas também realizavam um verdadeiro chamamento dos cidadãos para junto dos acontecimentos da guerra. As publicações literalmente reforçavam a noção de patriotismo e reivindicavam ações altruístas por parte de cada cidadão:

*Deves, conseqüentemente preparar-te para enfrentar esses possíveis ataques aéreos, de modo a: 1) – afrontá-los com teu moral sempre elevado; 2) – limitar ao mínimo os danos materiais por eles causados; 3) – evitar que a vida normal do país seja desorganizada. (...) Lembra-te que é sempre melhor prevenir que remediar e que aquele que não cuida de sua preparação estará quem sabe? – levando sua sentença de morte, a dos seus entes queridos e, mesmo, a de todos quantos confiam no seu espírito de cooperação. (...) Aprende-los, conserva-los na memória e executa-los no momento oportuno, constitui a melhor demonstração do teu acendrado patriotismo.*¹⁸

2011.

¹⁷ *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 29 nov. 1942. Digitalizado. Disponível em: <<http://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC>>. Acesso em: 22 jun. 2011.

¹⁸ BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 14 out. 1942. Microfilme. Ano/Vol: XV, Nº 4385 a 4460, 9 p.

Os jornais apelavam para o comprometimento dos cidadãos, utilizando argumentos que iam desde a imposição psicológica à construção de um sentimento patriótico inato. Nessas publicações, os informes à população se aproximavam bastante do ideário da caserna.

A construção de um modo para guiar a prática dos exercícios, de maneira ensaiada e uniforme, e a construção do sentimento de pertencimento dessa causa remete às práticas de comando das tropas no interior das Forças Armadas, que usualmente na condução das frações militares executam o comando “sentido ou descansar”, na busca de disciplina e de movimentos padronizados.

Na tentativa de evidenciar o sentido de doutrinação das ordens veiculadas à população cidadina, é que trataremos de alguns informes na sequência deste texto.

Recorte, Estude e Colecione

A Diretoria Nacional do Serviço de Defesa Passiva Anti-Aérea (DNSDPAAe) veiculava suas informações com grande formalidade, impondo ao público leitor dos periódicos certo grau de dificuldade, em razão da riqueza de detalhes na redação das notas. No dia 2 de outubro de 1942, no *Jornal do Brasil* a DNSDPAAe informava aos leitores o seguinte:

*(...) a fim de que todos os cidadãos possam ser avisados da chegada e da retirada dos aviões inimigos, serão emitidos por “sereias” e “sinos”, os sinais que se seguem: a) – Sinais emitidos por sereias (...) Sinal: som modulado de duração de 20 segundos, seguido de um silêncio de 10 segundos, – emitidos por ciclos de meio minuto e durante quatro minutos (...).*¹⁹

A organicidade das informações é percebida na nota da Diretoria que orienta sobre o significado do alerta emitido pelas sire-

¹⁹ *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 2 out. 1942. Digitalizado. Disponível em: <<http://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC>>. Acesso em: 8 jun. 2011.

nes situadas nos prédios mais altos, a fim de que os cidadãos fossem alertados para o perigo iminente. Não só as sirenes foram utilizadas; em algumas notas há a indicação da responsabilidade dos vigários de reproduzirem os sinais de alarme, via badaladas nos sinos das torres de determinadas igrejas.

Amparados no Decreto-Lei nº 4.812, o Serviço Nacional de Defesa Passiva Anti-Aérea decretava na edição de 13 de outubro de 1942 do *Jornal do Brasil* que estava terminantemente proibido o uso de sirenes para emissão de “sinais”, em qualquer estabelecimento público ou privado, que não fossem em nome da Defesa Passiva. Condição que deveria ser mantida enquanto permanecesse o estado de beligerância entre o Brasil e as nações do Eixo Alemanha e Itália.

As notas buscavam orientar os cidadãos nos mínimos detalhes de cada situação. Os transeuntes não deveriam, ao sinal de alarme, correr ou formar grupos para comentar os acontecimentos. Quando viajando em bondes, ônibus ou automóvel, deveriam desembarcar calmamente e conduzir-se a um local protegido. Quando dirigindo uma viatura (bonde, ônibus, automóvel etc.) deveriam pará-la ao longo do meio-fio e prosseguir com parcimônia a pé, assim como os pedestres.

Estando em casa de diversões (teatros, cinemas etc.) deveriam abandonar o estabelecimento, e caso esta não possuíssem abrigos antiaéreos, tinham de prosseguir conforme o previsto para os pedestres. Todos os que não pudessem chegar às suas casas e não estivessem de alguma forma protegidos deveriam procurar o abrigo público mais próximo.

As notas de preparação para os exercícios na cidade previam esses lugares e indicavam o horário e os locais da cidade onde transcorreria a prática da Defesa Passiva. Na atual Avenida Chile, no Centro da cidade, funcionava um desses recomendados pontos de proteção da grande população em caso de acionamento da Defesa Passiva.

Conhecido como “Tabuleiro da Baiana” do Largo da Carioca, o local foi indicado na nota preparativa da DNSDPAAe de 10 de outubro de 1942, no *Jornal do Brasil*, como uma das opções a serem

utilizadas pelos transeuntes que não estivessem abrigados durante o exercício.

O local foi inaugurado em 1937 e era o ponto dos bondes que circulavam para a Zona Sul, e ficava entre as Ruas Senador Dantas e Av Treze de Maio. Os bondes que faziam o trajeto para a Zona Norte paravam no Largo de São Francisco.



Figura 5. Tabuleiro da Baiana

Outro ponto que aparece nas fontes indicado como abrigo público pela Defesa Passiva é a galeria do Edifício Ouvidor, também no centro da cidade.



Figura 6. Edifício Ouvidor

Outras construções eram admitidas como abrigos, tais como os pavimentos térreos dos edifícios de concreto armado com mais de

cinco andares e passagens subterrâneas, como a que existia também no Largo da Carioca.

As notas de orientação da população, que também podem ser denominadas como REC (Recorte, Estude e Colecione) enunciavam as ordens e procedimentos a serem observados pelos cidadãos, ao mesmo tempo em que eram incisivas na busca de uma adesão maciça e voluntária aos exercícios que ocorreriam na cidade.

Na opinião da Diretoria Nacional do Serviço de Defesa Passiva Antiaérea, todo cidadão deveria ter um grau de compromisso moral com a pátria, por meio da preparação intelectual, que passava pela observação dos conselhos divulgados pela imprensa e rádio. A Diretoria costumava lançar mão de parábolas que reforçavam a necessidade do comprometimento individual para o sucesso do exercício.

Em uma das notas que esclarecia sobre as medidas a serem tomadas em caso de combate aos focos de incêndio, o informe reforçava que “todos devem ter sempre presente na lembrança o velho conselho dos experientes: extingue-se um incêndio no 1º minuto – com um copo d’água; No 2º minuto – com um balde d’água e no 3º minuto – com uma tonelada d’água”.²⁰ Enfim, todos seriam responsáveis pela segurança da cidade em caso de um ataque aéreo.

Toda informação divulgada nas REC tinha de passar pela prática da Defesa Passiva. O *Jornal do Brasil* de 22 de outubro de 1942 noticiava a realização do primeiro exercício de alerta diurno. A manchete dava conta de que no Centro da cidade do Rio de Janeiro se realizaria uma encenação de trinta minutos, com a participação de todos.

O teatro da simulação era pensado em detalhes e os exercícios normalmente precedidos pela convocação do pessoal envolvido diretamente na execução da tarefa, como era o caso dos bombeiros, instrutoras e voluntárias da Defesa Passiva Anti-Aérea.

²⁰ *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 17 out. 1942. Digitalizado. Disponível em: <<http://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC>>. Acesso em: 7 jun. 2011.

Primeiro, ocorreu na cidade uma sequência de treinamentos diurnos que logo deram lugar a execução de alertas noturnos, julgados mais importantes pela Diretoria pelo grau de dificuldade a ser vencido durante os treinamentos previstos para o período analisado.

Os exercícios normalmente abrangiam as principais vias da cidade, passando pelas ruas Marechal Floriano, Visconde de Inhaúma, Avenida Rio Branco, Almirante Barroso, Largo da Carioca, Praça Tiradentes e Praça da República, entre outras.

As notas recomendavam total atenção a procedimentos como: munir-se dos documentos pessoais mais importantes; ao sair de casa, levar uma cesta de suprimentos, com pães, biscoitos, conservas e água; munir-se das máscaras contra gases, caso as possuíssem; apagar todos os fogos; fechar todas as portas e janelas da casa. As minúcias das orientações contidas nas notas nos levam a crer que era algo quase impossível seguir criteriosamente os aconselhamentos da Diretoria responsável pela Defesa Passiva.

Ao fim da nota, como era de costume, uma injeção de altruísmo no parágrafo derradeiro: a DNSDPAAe “espera que a população da zona a exercitar, compreendendo a importância desse treinamento, coopere com a maior boa vontade para o êxito completo do exercício, obedecendo as instruções baixadas”.²¹

As REC de preparação para os exercícios noturnos acrescentavam orientações sobre o controle da luz nos ambientes domésticos. Nas casas, os moradores deveriam impedir que os raios luminosos escoassem para seu exterior; estes deveriam obturar todas as aberturas que pudessem permitir o escoamento da luz, fato que dificultaria ao inimigo aéreo a identificação de objetivos terrestres. As notas aconselhavam até mesmo pintar de preto as janelas dos domicílios, a fim de dificultar a fuga das luzes no momento de crise.

²¹ *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 22 out. 1942. Digitalizado. Disponível em: <<http://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC>>. Acesso em: 7 jun. 2011.

Todas as notas de realização de exercícios, fosse diurno ou noturno, davam origem a publicações que noticiavam o desenrolar da Defesa Passiva e a avaliação dos organismos responsáveis pela sua execução, tais como o crivo do diretor regional, do prefeito da cidade, além das observações das demais instituições envolvidas, no caso, as diversas esferas militares, bombeiros, escoteiros e o grupo de voluntárias.

Sobre um exercício de alerta noturno ocorrido na cidade em 30 de outubro de 1942 o *Jornal do Brasil* destacava:

*Como era de esperar do espírito ordeiro da população carioca, transcorreram na mais completa ordem os exercícios da defesa passiva anti-aérea, realizados, ontem, à noite, no centro da cidade entre às 21 e zero horas. As autoridades de controle postadas na torre da Central do Brasil, agiram com segurança, guiando as várias fases do black-out e apontando falhas, aqui e ali, chamando à ordem os que, por circunstâncias, certamente de força maior, acendiam um ou outro foco.*²²

As falhas ocorridas durante o exercício não encontravam muito espaço nos periódicos, talvez em razão do reflexo de uma forte interferência do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP)²³ – nos jornais, daí as avaliações laudatórias sobre o desenrolar da atividade da Defesa Passiva. Mesmo não sendo possível pontuar as falhas ocorridas nos exercícios, os indícios da participação militar na organização das tarefas da Defesa Passiva puderam ser comprovados na análise das fontes trabalhadas no próximo item.

²² *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 31 out. 1942. Digitalizado. Disponível em: <<http://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC>>. Acesso em: 16 jun. 2011. grifo nosso

²³ Criado em 1939 por Vargas, tornou-se o órgão coercitivo máximo da liberdade de pensamento e expressão durante o Estado Novo. Porta-voz autorizado do regime, o organismo trabalhava em razão da autopromoção do chefe de governo e das autoridades em geral.

Vamos à guerra

Mesmo não estando institucionalmente encarregado da Diretoria Nacional do Serviço de Defesa Passiva Anti-Aérea, já que era uma repartição subordinada ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, as Forças Armadas estiveram presentes na instrução de preparação dos voluntários para o exercício, nos cargos de direção, muito provavelmente comissionados, e na mentalidade da população, visto que a ditadura do Estado Novo reforçava não só a imagem do presidente, mas de todas as autoridades, incluindo militares, que davam suporte ao governo.

Os periódicos reproduziram a atuação desses organismos militares envolvidos na preparação para a Defesa Passiva. Em São Paulo, funcionou um batalhão responsável pela formação de voluntárias da Defesa Passiva, que obtiveram formação diversificada, a fim de atuar no sistema estruturado para o exercício. O *Diário Carioca* informou que um general da 2ª Região Militar estivera inspecionando instalações onde oficiais ministravam instruções para esse grupo. Um importante indício sobre a influência mais direta do Exército no exercício.

Mesmo sabendo que várias instituições ofereceram aparato para implementação da defesa passiva, não podemos dizer, por exemplo, que os escoteiros que tanto auxiliaram na realização dos treinamentos serviram de norte à população que colaborou com Defesa Passiva.

Via de regra, o exercício civil teve que passar pela preparação militar das voluntárias, que eram submetidas a rotina e fiscalização de autoridades militares. A instrução para Defesa Passiva consistia na formação dos efetivos que iriam atuar no suporte e execução dos exercícios propriamente ditos, além da formação de agentes de reprodução de tais conhecimentos, como previsto no Decreto-Lei nº 4.800, que tornava obrigatório o ensino da Defesa Passiva nas instituições regulares de ensino.

A edição do *Jornal do Brasil* de 27 de outubro de 1942 noticiava a inauguração, pelo ministro Gustavo Capanema, dos cursos de

Defesa Passiva que o Ministério da Educação e Saúde havia organizado, justamente para reprodução dos conteúdos entre os professores e inspetores federais de ensino.

Contudo, é nos cursos de formação de voluntárias que perceberemos maior inferência dos militares no processo de formação para o exercício. O *Diário Carioca* de 4 de outubro de 1942 traz uma reportagem que elucida o processo de formação dessas voluntárias para a prática da Defesa Passiva. A matéria informava sobre a instrução de mulheres no 1º Batalhão do Serviço de Defesa Passiva Anti-Aérea, situado em São Paulo, e afirmava que estaria quase completa a construção do Segundo Batalhão Feminino.

Como numa visita guiada, o periódico informa que o general Maurício Cardoso, comandante da 2ª Região Militar, visitou os locais onde as voluntárias receberam as instruções. Os cursos envolviam diversas especialidades listadas pelo *Diário Carioca*: ligações e transmissões, vigilância do ar, primeiros socorros, direção e policiamento do trânsito, auxílio contra incêndio, cantina, instrução militar e a parte geral, referindo-se ao conteúdo da Defesa Passiva propriamente dita.

O jornal trazia estampada a foto de uma mulher sorridente entregando o uniforme da corporação. A procura parecia grande, pois a matéria informava que o primeiro contingente estava quase formado, enquanto já não havia mais vagas para o segundo contingente.

Podemos verificar a penetração maciça da instrução militar nos corpos de voluntárias por meio das aulas de Ligações e Transmissões dadas pelo tenente Antônio Astorga e, segundo relata o jornal, acompanhadas com o vivo interesse das moças, quando da passagem do general e sua comitiva. As aulas de Vigilância do Ar eram conduzidas pelo capitão Olivier Caldas, que tiveram boa parte das exposições realizadas no Campo de Congonhas, com a presença de um mecânico de aviação. Os Primeiros Socorros foram ministrados no Hospital Militar do Cambuci pelo militar denominado tenente Toledo. As instruções contra incêndio foram ministradas no Quartel de Bombeiros pelo tenente Pedro de Magalhães e subtenente Mello, pertencentes à força policial do Estado.

Todas essas instruções mostram que o conhecimento e doutrinação militares estiveram originalmente entranhados no processo de construção das bases do exercício. O tenente que ensina as comunicações nos sugere a participação do Exército, por suas tradições na esfera das comunicações. O capitão que transmite os conhecimentos referentes à vigilância do ar é um membro da Força Aérea Brasileira. Os demais, sempre designados por suas patentes militares, demonstram a participação da esfera militar e forças auxiliares no processo de formação das voluntárias da Defesa Passiva.

Na edição de 6 de dezembro de 1942 do *Jornal do Brasil*, na matéria intitulada “Preparando-se para defender o Brasil”, o presidente da República Getúlio Vargas exorta a figura do coronel Orozimbo Martins Pereira, destacando-o como essencial para a direção dos exercícios na capital, por seu espírito patriótico e pelo militar de excelência que sempre demonstrou ser ao longo de sua carreira.

A escolha para esses cargos não deixava de ser algo diretamente ligado à estratégia de defesa nacional. Para tanto, veremos adiante a intervenção dos militares nesses centros de formação de voluntários, o que não pode deixar de ser considerado uma extensão da instrução dos contingentes militares aquartelados.

O discurso do presidente nessa edição do *JB* afirmava o seguinte:

*Estamos em guerra e esta nos foi imposta pelo desvario dos ditadores do Eixo na sua insólita agressão à nossa navegação. Daí a necessidade de nos prepararmos para enfrentar a luta (...) Agora, mais frequentes, temos tido os chamados ensaios de alarmes anti-aéreos abrangendo várias zonas da cidade, que está sendo devidamente aparelhada pelo Governo, com os recursos necessários, a par da indispensável mobilização psicológica do povo, revelando-nos como devemos enfrentar os ataques aéreos que nos possam atingir.*²⁴

²⁴ *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 6 dez. 1942. Digitalizado. Disponível em: <<http://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC>>. Acesso em: 19 jun. 2011.

A formação desses voluntários demonstrava a estratégia do governo em preparar não só os contingentes que estariam nas linhas de frente dos campos de batalha, mas o desejo de adequar toda a população civil e militar a um evento totalmente novo na história do Brasil. Cabe lembrar que o governo ainda não visualizava as reais dimensões e consequências da efetiva participação brasileira nos eventos da Segunda Guerra Mundial.

A notícia em referência mostra a participação do presidente da República e do coronel Orozimbo na cerimônia de formação do curso de enfermeiras e socorristas promovido pela Light para seus funcionários. A empresa estaria fornecendo 40 funcionários para o funcionamento de cinco postos de apoio à Defesa Passiva, distribuídos na Fábrica de Gás, na Cidade da Light, em Triagem, e mais três situados entre o Escritório Central e a Avenida Marechal Floriano. Esses postos forneceriam apoio ambulatorial com a atuação de enfermeiros e padioleiros nas intervenções que fossem necessárias durante o desenrolar da Defesa Passiva.

Em 10 de dezembro de 1942, como mostra o *Jornal do Brasil*, uma numerosa delegação das Voluntárias da Defesa Passiva Anti-Aérea foi recebida no Palácio do Catete pelo presidente da República. O impresso destaca que se realizaria dali a alguns dias o juramento à bandeira, um cerimonial tipicamente militar, e diria até, exclusivamente utilizado até os dias de hoje na formação corrente dos efetivos militares.

O presidente palestrou para as 530 alunas concluintes do curso, coletando, como informa o jornal, as impressões do curso que acabavam de concluir. A formatura das voluntárias, que veio a ser realizada no dia 15 de dezembro de 1942²⁵ no Teatro Municipal, foi paraninfada pela Sra. Darci Vargas, o que mostra o grau de interesse do governo por essa atividade, julgada tão importante para os acontecimentos daquele período.

²⁵ *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 16 dez. 1942. Digitalizado. Disponível em: <<http://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC>>. Acesso em: 22 jun. 2011.

Os discursos destacavam o patriotismo e a dedicação daquelas mulheres. O exemplo emocionante de mães e filhas que abandonaram a serenidade de seus afazeres domésticos para “se dedicarem de corpo e alma à defesa da pátria ameaçada”²⁶ era noticiado em tom de ufanismo. Naquela edição, um dos ministros convidados discursa: “Nós homens sentimos que o vosso coração está unido ao das mulheres de todo o mundo, no sentimento de defender com a própria vida, se preciso for, o acervo bom da humanidade.”²⁷ Palavras e práticas pouco comuns no seio da sociedade civil, mas que se esquadrinham perfeitamente aos lemas e jargões do universo militar.

No entanto, não é só pro meio da instrução que podemos caracterizar a influência dos corpos militares na prática da Defesa Passiva, pois esta não ficava restrita à formação de voluntárias. O *Diário Carioca* de 23 de outubro de 1942 traz estampada a imagem de pessoas enfileiradas junto às paredes dos prédios no Centro do Rio de Janeiro. O periódico apresenta a foto de uma mãe conduzindo sua filha serenamente de mão dadas, assim como preconizado nas REC (Recorte, Estude e Colecione) do Serviço Nacional de Defesa Passiva Anti-Aérea. A reportagem exaltava o comportamento padronizado dos transeuntes e destaca o pleno êxito do exercício de Defesa Passiva na cidade.

Na edição de sábado, 31 de outubro de 1942, do *Diário Carioca*, a manchete noticiava sobre as cenas de guerra vistas na cidade do Rio na noite anterior. O *black-out* da noite do exercício teve as características de um autêntico bombardeio à cidade. Segundo afirmava a nota sobre as impressões do treinamento,

(...) nem um só sinal luminoso que pudesse servir de alvo aos bombardeadores inimigos. Disciplina, coesão e perfeito entendimento.

²⁶ *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 16 dez. 1942. Digitalizado. Disponível em: <<http://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC>>. Acesso em: 22 jun. 2011.

²⁷ *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 16 dez. 1942. Digitalizado. Disponível em: <<http://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC>>. Acesso em: 22 jun. 2011.

*O povo soube compreender seus deveres patrióticos. Uma verdadeira afirmação de coragem e de sacrifício demonstrada no espetáculo de ontem à noite pela disciplinada população carioca...*²⁸

Ou temos um claro sinal de colaboração e compadecimento cívico militar, ou a população da cidade estava toda dormindo naquele momento.

Segundo reafirma o próprio jornal:

*(...) Plena escuridão. Silêncio absoluto, ouvindo-se apenas os autôfalantes ministrando ensinamentos (...) A postos todas as forças mobilizadas para os dramáticos episódios de bombardeio noturno (...) E quando as luzes voltaram a iluminar o centro da cidade, após 3 horas de black-out o povo carioca sentia, com todo seu cortejo de horror, o que poderá ser um ataque aéreo na sua cidade maravilhosa...*²⁹

A matéria dessa edição do *Diário Carioca* informava que logo após o início do exercício, o coronel Orozimbo, diretor da Defesa Passiva, percorreu a cidade às escuras para verificar o funcionamento dos postos de socorro espalhados pelo Centro. Ele elogiou a atuação dos padioleiros e escoteiros, atestando que os serviços de socorro funcionariam em caso de realidade.

Na Avenida Presidente Vargas, foi improvisado um barracão para ser incendiado com bombas incendiárias arremessadas do prédio ao lado, o que o *Diário* julgou ser a cena mais empolgante do exercício de 30 de outubro de 1942. Ao fim da matéria, o coronel Orozimbo Pereira falava ao *Diário* que estava plenamente satisfeito com a cooperação do povo com o SNDPAe e reafirmava que o povo precisava estar preparado para qualquer emergência.

²⁸ BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, out./dez. 1942. Microfilme. Ano/Vol: XV, Nº 4411.

²⁹ BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, out./dez. 1942. Microfilme. Ano/Vol: XV, Nº 4411.

A matéria publicada no *Diário Carioca* demonstra que, ao menos oficialmente, havia uma simbiose entre a grande população e os meios militares envolvidos no suporte e na condução do exercício da Defesa Passiva. A atitude disciplinada de grande parcela dos cidadãos permitiu que bons resultados fossem alcançados nas experiências de exercícios realizados até aquele momento.

Acredito que essas evidências são bastante significativas para apreensão da real participação das Forças Armadas no exercício que ficou conhecido como Defesa Passiva. No entanto, apesar dos vários relatos sobre essa formação de voluntários e sobre a participação efetiva da população na Defesa Passiva, o elemento que considero chave para comprovação da interferência das instâncias militares na condução dos exercícios foi a publicação de uma canção denominada “Canção da Defesa Passiva do Brasil”.

A edição de 6 de dezembro de 1942 do *Jornal do Brasil* traz a publicação de toda a canção, de modo a disseminar por toda a cidade a “bandeira” da chamada Defesa Passiva Brasileira.

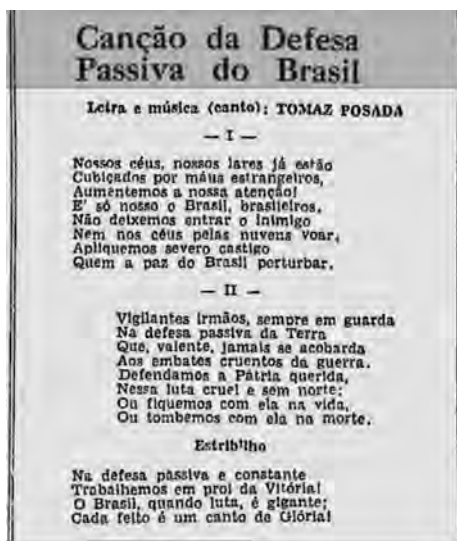


Figura 7. Canção da Defesa Passiva do Brasil

Analisando trechos da letra, podemos perceber que o trecho “Nossos céus, nossos lares já estão cobiçados por maus estrangeiros,” reforçava o sentimento de incerteza da população quanto à investida do Eixo em solo brasileiro, em função dos bombardeios ocorridos no teatro europeu divulgados nos periódicos, ou mesmo pelos ataques registrados contra embarcações brasileiras em nosso litoral e ao longo do continente americano, noticiadas nos diários cariocas.

No outro trecho, “Aumentemos nossa atenção! É só nosso o Brasil, brasileiros”, percebemos a ratificação da política de atuação do Estado quanto à convocação da população, chamando-os para participarem ativamente no exercício da Defesa Passiva, fato anteriormente destacado no discurso do ministro Marcondes Filho às Voluntárias da Defesa Passiva.

Na frase “Não deixemos entrar o inimigo”, vemos o Estado aludindo à boa preparação da população por meio da Defesa Passiva. “Vigilantes irmãos, sempre em guarda” corrobora a ação do Estado, via Exército, na transformação da população civil em um extenso corpo militar, nos moldes da prática castrense. A tentativa de influenciar essa população com sentimentos e obrigações muito particulares ao universo militar é disseminada na expressão “sempre em guarda”, clichê típico do cotidiano militar.

Com essas evidências, é possível afirmar que houve a interferência militar na estratégia de preparação da população na Defesa Passiva. As autoridades queriam que ficasse claro é que todos faziam parte da guerra; a canção entoava: “que, valente, jamais se acovarda aos embates cruentos da guerra”. É o reforço da hipótese sobre a contribuição da população com o exercício da guerra.

Acredito que a canção demonstra a interferência do cotidiano militar no processo de formatação da Defesa Passiva. Esse instrumento auxiliou a aceção do exercício pela população, contribuindo com a estratégia de preparação para a guerra. Em última análise, o documento serve para demonstrar que todas as tentativas de conscientização da população já haviam sido lançadas e que derradeiramente

restava ainda a possibilidade de construção de um imaginário popular, nos moldes do que é praticado nas tradicionais instituições militares.

A canção por si pode parecer banal; contudo, do ponto de vista militar, ela institucionaliza todo o arcabouço da Defesa Passiva que vinha sendo montado até aquele momento. Ela é prova contundente da efetiva participação do espírito militar na construção do exercício que ficou conhecido no período pré Segunda Guerra como Defesa Passiva.

A canção, que possui um aspecto simbólico bastante concretizado nas esferas militares, entoada em diversos ritos cotidianos, que podem ser a chegada do comandante, a passagem de uma data marcante ou mesmo o incentivo para missão a ser cumprida, mostra que no conjunto de ideias para o estabelecimento da Defesa Passiva no Brasil pode ter tido um papel bastante relevante na lapidação do imaginário civil em seu esforço de cooperação.

Considerações finais

As fontes mostraram que ocorreram interações entre civis e militares, tanto na instrução quanto na direção e até mesmo por força do espaço simbólico construído pelo Estado, em que cabia um papel de destaque para o Exército. O exercício da Defesa Passiva foi extinto pelo Decreto nº 5.861, de 30 de setembro de 1943, que modificou a denominação do Serviço de Defesa Passiva Anti-Aérea e da respectiva Diretoria Nacional, passando a denominá-lo apenas de Serviço de Defesa Civil, que veio a ser extinto em 1946, a partir da estrutura herdada da Defesa Passiva.

A partir de 1967, uma série de legislações federais passou a definir comissões e membros do governo para compor grupos de estudos, com a finalidade de pensar a Defesa do Civil nos moldes de suas condições atuais, trabalhando na defesa permanente contra as calamidades públicas, especialmente aquelas relacionadas aos danos provocados pela seca e pelas inundações.

Embora não tenha sido possível neste trabalho analisar as falhas e a oposição da população à Defesa Passiva, apontados por Silva

(2006), creio que as principais questões sobre esse evento pouco disseminado nos estudos históricos locais foram investigadas. A Defesa Passiva faz parte do rol de eventos da história carioca, e seu aprofundamento certamente auxiliaria na compreensão da conjuntura política do momento em que ela foi reproduzida.

Referências bibliográficas:

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e política no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

LIMA, Evelyn Furkim Werneck. *Avenida Presidente Vargas: uma drástica cirurgia*. Rio de Janeiro: DGDI/Divisão de Editoração/ SMC/ PCRJ, 1990.

McCann, Frank D. *Soldados da Pátria: história do Exército Brasileiro 1889-1937*. São Paulo: Companhia das Letras, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2009.

SILVA, Lúcia. *Luzes e Sombras na Cidade: no rastro do castelo e da Praça Onze*. Rio de Janeiro: DGDI/Divisão de Editoração/ SMC/ PCRJ, 2006.

Resumo

Este trabalho pretende estudar a influência das Forças Armadas, em particular do Exército Brasileiro, no exercício de preparação da população contra ataques aéreos conhecido como Defesa Passiva. Posto em prática a partir de 1942, o exercício será analisado tendo como o pano de fundo a cidade do Rio de Janeiro, palco das manobras cívico-militares que acompanhavam os acontecimentos do teatro europeu. A Defesa Passiva será avaliada como contribuição civil dos esforços de preparação contidos na participação brasileira na 2ª Guerra.

Palavras-chave: Defesa Passiva; população; Rio de Janeiro; Exército.

Abstract

This assignment intends to study the Armed Forces influence, particularly the Brazilian Army, in the population prepare against air attacks known as Passive Defense. It has been implemented since 1942, the exercise will be analysed having the Rio de Janeiro city as backdrop, it's the scene of civic military maneuvers that followed the European theatre events. The passive defense will be evaluated as civilian contribution by the preparation efforts contained in Brazilian participation in II World War.

Keywords: *Passive Defense; population; Rio de Janeiro; Army.*

LIDERANÇAS ESTRANGEIRAS NA FORMAÇÃO DA GEOGRAFIA BRASILEIRA: o exemplo do Rio de Janeiro

Roberto Schmidt de Almeida¹

O Contexto Acadêmico e Administrativo da Geografia Brasileira nos anos 1930: o papel do IBGE e das Universidades.

A década de 1930 foi crucial para o desenvolvimento da Geografia enquanto conhecimento acadêmico e ferramenta para o planejamento governamental do Estado brasileiro.

A reestruturação das atribuições federais em termos de conhecimento do território teve por base a criação de uma agência que pesquisaria as estatísticas e a conformação espacial do Brasil e que apoiaria o novo governo: o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Essa agência é considerada por Almeida (2000) de alta capilaridade, por alcançar a quase totalidade dos municípios brasileiros em termos de informações estatísticas e geográficas e por ser um canal de comunicação direta entre o Palácio do Catete e os municípios sem passar pelos filtros estaduais; em outras palavras, o Catete conhecia os problemas e os aspectos positivos do território numa escala quase local, sem as interferências políticas dos próceres estaduais.

O IBGE teve como seus principais criadores o estatístico Mário Teixeira de Freitas, o ministro de Viação e Obras Públicas Juarez Távora, o ministro da Educação Gustavo Capanema, o ministro das Relações Exteriores José Carlos de Macedo Soares, o engenheiro

¹ Doutor em Geografia – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro.

Cristóvão Leite de Castro e o matemático e geodesta Allyrio Hugueney de Mattos.

Coube a Mario Teixeira de Freitas organizar a estrutura da rede de coleta de dados nos municípios brasileiros por mim de convênios com as unidades da federação, tarefa bem complexa, devido aos acontecimentos políticos dos primeiros anos da década de 1930.

Ao ministro Juarez Távora coube a negociação política entre os ministérios e o presidente Vargas, no intuito de garantir a autonomia e a legitimidade do novo órgão, que acabou ficando diretamente subordinado à Presidência da República até o fim dos anos 1960.

Gustavo Capanema, ministro que substituiu Francisco Campos no Ministério da Educação, foi o principal articulador da efetivação dos cursos superiores que haviam sido organizados durante a gestão de Francisco Campos no início dos anos 1930. Foi Capanema quem deslanchou a efetivação do sistema de ensino superior oficial do governo brasileiro.

Sobre o ministro das Relações Exteriores José Carlos de Macedo Soares recaiu a responsabilidade de ser o primeiro presidente do IBGE, cargo que acumulou com o ministério que ocupava. A ele couberam também as negociações entre o Instituto e as universidades para a criação ou ampliação dos cursos de Geografia, Cartografia e Geodésia, que formaram as primeiras gerações de profissionais do IBGE.

Cristóvão Leite de Castro foi o responsável pela organização das áreas de Geografia e Cartografia da instituição. Foi ele também quem coordenou a chegada dos primeiros mestres estrangeiros para treinar as equipes que estavam se formando e vinculá-los aos cursos das universidades para atrair jovens profissionais capacitados para os quadros do IBGE.

O engenheiro e matemático Allyrio Hugueney de Mattos ficou encarregado da organização do plano geodésico e cartográfico do Brasil para garantir a acurácia do censo de 1940, primeiramente definindo a rede de coordenadas geográficas (latitude e longitude) das

capitais municipais e, posteriormente, pro meio da publicação de mapas municipais para o uso dos agentes censitários durante a campanha de coleta de dados para o referido censo.

Coube a esses profissionais organizar um corpo técnico que iria gerir o planejamento territorial brasileiro e prover o governo de informações físicas e econômicas que garantiriam o controle da máquina administrativa e política do Brasil.

No campo da Geografia, o processo acadêmico se inicia com a organização dos cursos superiores, tanto no Rio de Janeiro (Universidade do Distrito Federal – UDF) e, posteriormente, (Universidade do Brasil – UB) quanto em São Paulo (Universidade de São Paulo – USP). O governo brasileiro firmou convênios com o governo francês para a vinda de professores que iriam ajudar a estruturar o ensino superior no Brasil. Com o decorrer dos tempos, outros países se juntaram a esse esforço acadêmico e técnico. Durante a Segunda Guerra, a França foi invadida pelo exército alemão e houve uma interrupção nas ligações acadêmicas. Os Estados Unidos assumiram esse papel e alguns dos renomados geógrafos americanos tiveram importante papel no desenvolvimento acadêmico dos profissionais de Geografia do IBGE.

Ao fim dos conflitos na Europa, a França retorna ao seu posto de maior indutora do conhecimento geográfico entre os profissionais brasileiros, mas agora dando espaço também aos americanos, que embora, não sendo a maioria, ainda mantêm uma parte das vinculações acadêmicas, principalmente para os que dominavam a língua inglesa com maior proficiência.

Este trabalho recupera a atuação de alguns profissionais que se tornaram referência na formação dos geógrafos brasileiros, tendo como exemplo espacial o Rio de Janeiro, por ser a capital do Brasil até 1961 e o lócus de instituições como as universidades (UDF, UB, PUC-RIO) e o IBGE.

A análise temporal vai de 1934 a 1970, período que o IBGE se torna uma agência altamente respeitada em termos de assuntos geo-

gráficos e cartográficos e dita as novas metodologias geográficas aos outros estados da federação.

A seguir, um breve resumo da vida profissional desses mestres pioneiros e de alguns de seus discípulos brasileiros.

Mestres e discípulos

O pioneiro

Pierre Deffontaines (1894-1978), geógrafo francês que inaugurou, em 1934, o ciclo de formação profissional de geógrafos no Brasil. Primeiramente em São Paulo, ao iniciar o curso de Geografia na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, onde também criou a Associação dos Geógrafos Brasileiros, e, posteriormente, no Rio de Janeiro, onde iniciou igual curso na Universidade do Distrito Federal, em 1935. Entre 1935 e 1937, formou o primeiro grupo de profissionais que criaria o núcleo de pesquisas geográficas do Conselho Nacional de Geografia do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da Revista Brasileira de Geografia, iniciada em 1939. Entre 1938 e 1939, organizou o curso de Geografia na Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil, inaugurado em 1939 e que absorveu o curso da Universidade do Distrito Federal, que foi extinta. Era um geógrafo especializado nos aspectos humanos do processo de ocupação do território, ligado à linha metodológica de Jean Brunhes e Vidal de Lablache, além de ser católico militante, com uma grande produção acadêmica no campo do ensino católico. Retornou para a França no início da Segunda Guerra Mundial, e posteriormente estabeleceu-se em Barcelona, onde fundou um centro de estudos franceses.

Afortunadamente, temos hoje maior conhecimento da vida e da importância do trabalho de Deffontaines graças ao trabalho de pesquisa da historiadora Marieta de Moraes Ferreira junto à família de Deffontaines na França, inclusive trabalhando com o diário que sua esposa organizou e que detalha muito bem sua trajetória profissional (Ferreira, 1998). Além disso, Silvio Carlos Bray também escreveu so-

bre a visão de mundo de Deffontaines e suas relações com a cultura e ideologia do Brasil nos anos 1930 (Bray, 1993).

Por mais irônico que possa parecer, Pierre Deffontaines, que atualmente é considerado um importante geógrafo francês especializado no estudo dos gêneros de vida, fartamente citado por Anne Buttimer em seu clássico trabalho sobre a tradição geográfica francesa (Buttimer, 1980) e tornado verbete nas Enciclopédias Encarta e na *Modern Geography* de Gary S. Dunbar (1991:42), além de ser considerado por Berdoulay (1981:190) como o discípulo de Jean Brunhes (apesar de seu nome estar grafado errado: Jean em vez de Pierre), foi sempre preterido no sistema universitário francês, somente alcançando a importância no panorama da Geografia francesa no fim da vida, após ter tido grande reconhecimento na Espanha.

Por meio das pesquisas de Marieta de Moraes Ferreira, pode-se saber que suas proposições para postos docentes nas universidades públicas francesas não foram acatadas.

(...) na época que ele estava vindo para o Brasil ele tentou duas candidaturas para duas universidades, se não me engano foi Rennes e Poitiers e não conseguiu... daí inclusive que é um dos motivos que ele vem para o Brasil, mas ele não fica o tempo todo no Brasil (...)
(depoimento de Marieta M.F. a Roberto Schmidt de Almeida)

E que seus relacionamentos com o orientador de sua tese de doutoramento, Albert Demangeon, e com o todo-poderoso Emannuel de Martonne, chefe da banca, não foram livres de turbulências...

(...) ele era professor em Lille, numa faculdade católica, ele queria ingressar em faculdades públicas e pelo menos em duas ocasiões ele colocou a candidatura dele, como diz o jargão francês, poser sur candidature, e ele não teve sucesso nessas duas empreitadas, não, acho, acredito eu, pela qualidade do seu trabalho, mas pelo tipo de rede que tinha lá na França, na verdade, o orientador dele era o Albert Demangeon, que era também um geógrafo da maior importância, mas que de acordo com as informações que eu tenho, Albert Demangeon não fez nenhum empenho em auxiliar Deffontaines (...)

Ele mesmo diz isso, não apoiou, e eu acho que o de Martonne também não deu muito, sabe? Porque tem um episódio que ele fala aqui: (isso é uma espécie de autobiografia que ele faz) “Minha tese se passa bem e com dimensão, sobre a presidência do de Martonne (...) que se espantará somente pelo fato de ela não ter uma alusão no seu prefácio, a participação dele (...) que certamente ele tinha importância, e pelo fato de ter dedicado minha tese a São Francisco de Assis”, uma coisa assim, depois ele diz (...) “eu era o principal discípulo de Jean Brunhes, eu vinha trabalhar na edição de geografia humana e passar (...) onde Brunhes tinha sido escolhido um pouco tempo antes professor de geografia do Collège de France, a rivalidade entre o Colégio e a Universidade não terá tido um papel (...) então (...) (depoimento de Marieta M. F. a RSA)

Possivelmente, suas atribulações acadêmicas na arena do ensino universitário público francês e sua vinda para o Brasil tenha vinculações com a sua militância religiosa no catolicismo em Lille, onde era professor de uma Universidade Católica e era membro de um movimento chamado Les Équipes Sociales, e colaborador da revista UTO – L’Union des Trois Ordes de L’Enseignement (Deffontaines, 1935 e 1936). Esse movimento foi fundado nos anos 1920 por Robert Garric, professor de Literatura que também, nos anos 1930, vem trabalhar na área de Letras da Universidade do Distrito Federal. Para Marieta Ferreira, possivelmente houve certo nível de negociações entre lideranças católicas para trazer para a nova Universidade do Distrito Federal (UDF) no Rio de Janeiro o maior número possível de professores católicos para contrapor uma luta entre diferentes concepções de ensino universitário carioca.

Em suas pesquisas documentais junto ao Ministério de Relações Exteriores brasileiro, cotejadas com a documentação francesa Marieta Ferreira percebeu

(...) que eu acho que essa documentação mostra, primeiro, que Deffontaines vai para São Paulo, ele é a primeira pessoa que cria a cadeira de geografia na USP, ele passa uma temporada lá e depois ele acaba voltando para o Rio de Janeiro (...) Nesse primeiro momento, ele acaba ficando ainda dividindo um pouco, ficando entre o Rio e São Paulo, mas na verdade eu acho que o interesse maior dele era

ficar no Rio, e uma correspondência que eu consultei no Ministério das Relações Exteriores sobre a documentação que está guardada no arquivo de Nantes mostra um pouco a insatisfação dos paulistas com esse desejo de Deffontaines de querer vir para o Rio e querer também ter uma participação na estruturação da Universidade do Distrito Federal - UDF. Agora, porque Deffontaines é interessante para ser estudado? Nós sabemos que UDF é uma Universidade criada por Anísio Teixeira e que contava com um grande número de professores que defendiam o ensino laico que naquele momento travava uma briga de morte com a igreja católica...” (depoimento de Marieta M.F. a RSA)

Na visão de Marieta Ferreira, a estreita relação, no Brasil, entre Pierre Deffontaines e Alceu de Amoroso Lima, um dos mais proeminentes líderes do grupo de intelectuais católicos do Rio de Janeiro, pode ter sido uma das razões de seu estabelecimento na UDF, após sua transferência da USP em São Paulo. Mas essa luta sobre o controle doutrinário entre liberais (ou comunistas, dependendo do ponto de vista e das circunstâncias) e a Igreja Católica passaria para um campo muito mais formal com a evolução do governo de Vargas em direção ao estabelecimento do Estado Novo e o papel de Gustavo Capanema no campo da educação e cultura do governo federal.

O livro *Tempos de Capanema* (Schwartzman, Bomeny e Costa, 2000) detalha no capítulo 7 os movimentos de organização do grande projeto universitário de Gustavo Capanema, que substituiu Francisco Campos no Ministério da Educação do primeiro governo de Vargas. Capanema, aproveitando a legislação deixada por Campos, prepara o projeto da Universidade do Brasil. O livro explica os intrincados conflitos ideológicos e organizacionais entre a Universidade do Distrito Federal, liderada por Anísio Teixeira e iniciada em 1935, e o novo plano da UB.

O expurgo que se segue ao fracasso da insurreição da Aliança Nacional Libertadora de novembro de 1935 leva à saída de Anísio Teixeira do Departamento Municipal de Educação do Distrito Federal (onde é substituído por Francisco Campos), à destituição de Pedro Ernesto da prefeitura e ao afastamento de vários professores da nova universidade. As atividades da UDF, no entanto, não se

interrompem, e em 1936 as aulas são iniciadas com professores de uma missão francesa que incluía Émile Brehier (filosofia), Eugène Albertini, Henri Hauser e Henri Troncon (história), Gaston Léduec (linguística), Pierre Deffontaines (geografia) e Robert Garic (literatura) (...) (p. 227-228).

Mas o projeto de Capanema torna-se vitorioso, e em junho de 1938 propõe a anexação da UDF ao sistema federal de ensino universitário, o que foi feito pelo Decreto-Lei 1.190, de abril de 1939.

No subcapítulo que trata da criação da Faculdade Nacional de Filosofia, Schwartzman, Bomeny e Costa explicam como foram as tratativas para a escolha do corpo docente e, principalmente, como se processaram as negociações com o governo francês por meio de Georges Dumas, com intermediação da embaixada francesa. A questão religiosa (milîtância católica) é colocada por Capanema como variável chave, pois

(...) desejo professores habituados à pesquisa e de estudos bem orientados, mas ligados à Igreja. A Faculdade vai ficar sob a direção do Sr. Alceu de Amoroso Lima, católico, amigo de Jacques Maritain, daí não encontrar eu boa acolhida para nomes que sejam conhecidos por suas tendências opostas à Igreja ou dela divergentes. (p. 232)

Tempos de Capanema é pródigo em análises sobre o grande painel de interesses pessoais, corporativos e ideológicos que marcou a formação do sistema universitário do Rio de Janeiro, e sua leitura é fundamental para o entendimento do sistema atual. Mas para que não nos percamos nas escalas mais abrangentes da política universitária da época, voltemos ao exemplo que nos interessa aqui, e que pode ser visto na indicação de Jacques Lambert para a cátedra de Sociologia, que a embaixada garante ser da mesma geração de professores católicos militantes que Pierre Defontaines e Robert Garric.

Apesar dessas manobras, Capanema não consegue a adesão de Alceu de Amoroso Lima para a direção da FNF. A experiência de Alceu ao lado de Deffontaines e Garric (que retornaram em 1939 para

a França) na luta dentro da UDF possibilitou às lideranças católicas reordenarem suas prioridades, dando início ao projeto de sua própria universidade, a PUC. Alceu percebe que as tramas políticas que regeriam a UB em geral, e a FNF em particular, seriam muito mais problemáticas do que as questões apenas ideológicas que foram disputadas com o grupo de Anísio Teixeira. Os critérios nebulosos de nomeação de professores são, na visão de Schwartzman, Bomeny e Costa, alguns dos óbices que influenciaram a indecisão de Alceu em aceitar a direção da FNF:

Em abril de 1939 ele escreve ao ministro ainda propenso a aceitar o convite, mas mediante duas condições prévias, que eram a não incorporação dos professores, alunos e funcionários da UDF na nova faculdade, e o adiamento do início das aulas para 1940. Sua preocupação é não assumir o passivo da antiga universidade, com seus quase 100 professores e 500 alunos, e poder começar com liberdade. Ao mesmo tempo, ele aceita ser indicado pelo ministro para a cátedra de literatura brasileira (...) (p. 233)

Em fevereiro de 1941 o convite ainda permanecia de pé, e Alceu escreve longamente ao ministro explicando suas razões definitivas de não aceitá-lo. “Não me sinto com entusiasmo por esta obra”, dizia entre outras coisas. “Não sinto nada por esta empresa; senti alguma coisa quando entrei para a UDF. A dolorosa experiência de oito meses tirou-me as ilusões” (...) Seria impossível, segundo ele, afastar uma série de professores que, “direta ou disfarçadamente, criam na faculdade o confusãoismo filosófico e ideológico” (...) (p. 234)

É importante lembrar aqui que o papel de Pierre Deffontaines, na segunda metade dos anos 1930, para a Geografia brasileira sempre foi mais vinculado às suas atividades como professor da UDF do que como organizador da Geografia do IBGE. No entanto, seu poder de articulação na criação da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) e na Revista Brasileira de Geografia foi incontestável.

Muito embora não existam dados que possam afirmar tal militância católica no contexto do IBGE e que as relações de Deffontaines com o órgão sempre foram lembradas pelos que conviveram com ele, no campo estritamente profissional, não havendo até hoje nenhuma

colocação de cunho religioso nessas lembranças, é importante considerar alguns traços culturais da época.

É bom lembrar que a religiosidade católica, significando aqui o cumprimento dos ritos religiosos e sociais, pela alta direção do IBGE nos anos 1930, era algo quase obrigatório. Havendo sempre nas grandes comemorações do órgão uma missa solene ou a presença de um religioso para abençoar as novas dependências nas cerimônias de inauguração. Outro ponto importante era a formação católica da maioria dos dirigentes do IBGE e dos principais servidores. Personalidades como Mario Augusto Teixeira de Freitas, José Carlos de Macedo Soares, Cristóvão Leite de Castro, Fábio de Macedo Soares Guimarães, Jorge Zarur e outros eram minimamente católicos cumpridores de seus deveres ou, em alguns casos, com responsabilidades no segmento leigo da Igreja.

Portanto, é bem possível que, se no caso da UDF, as presenças de Pierre Deffontaines na Geografia e de Robert Garric na Literatura tenham sido equilibradoras de um suposto enfraquecimento da religiosidade católica no ensino universitário carioca (o que também deve ser relativizado em virtude dos acontecimentos posteriores ao golpe da Intentona Comunista de 1935, no âmbito da UDF), no que concernia ao IBGE, esse problema não se colocou, em função da forte cultura católica da casa naquele período.

Por isso, para a Geografia do IBGE, a mais importante lembrança de Pierre Deffontaines foi, primeiramente, sua atividade docente, enquanto formador da primeira geração de geógrafos e, em segundo lugar, sua visão abrangente sobre as potencialidades do estudo geográfico no Brasil, por meio de artigos que se tornaram clássicos como o “Geografia humana do Brasil”, de 1939 (Deffontaines, 1988), “Como se constitui no Brasil a rede de cidades” (Deffontaines, 1944) e “Meditação geográfica sobre o Rio de Janeiro” (Deffontaines, 1960).

O estruturador

Francis Ruellan (1894-1975), geógrafo francês especializado em Geomorfologia, que ao substituir Pierre Deffontaines no comando

do ensino de Geografia na Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil (antiga UDF), em 1941, tornou-se um verdadeiro “chefe de escola” para uma legião de pesquisadores que, na maioria dos casos, tornaram-se figuras importantes na Geografia brasileira nos anos 1960 em diante.

Sua formação como geógrafo inicia-se na universidade de Rennes, onde nasceu, continua em Strasbourg e depois em Paris, onde obteve sua *agrégation* (licença para lecionar no sistema de Liceus) e seu doutorado. Sua formação foi eclética, pois também frequentou o curso de Economia da Faculté de Droit e os cursos de mineralogia e geologia da Faculté de Sciences e do Museum D’Histoire Naturelle, além de também ter frequentado os cursos do Collège de France.

Sua vinda para o Brasil foi fruto de coincidências e situações fortuitas, pois sua carreira na Universidade de Paris já estava perfeitamente consolidada na década de 1930, como mestre de conferências e diretor adjunto do Instituto de Geografia e da Escola de Altos Estudos de Geografia da universidade, que eram comandados por Emmanuel de Martonne.

Durante a década de 1930, participou de várias missões técnicas e culturais organizadas pelo governo francês na Ásia e América do Norte. Em 1939, foi mobilizado pelo Estado-Maior do Exército francês e, em 1940, foi enviado como adido militar para o Rio de Janeiro, onde se encarrega das relações militares entre a França e os países da América do Sul e Caribe. Após um ano de funções diplomático-militares, foi desmobilizado pelo Exército, em consequência da invasão alemã na França. Em 1941, aceita o cargo de professor de Geografia da Faculdade de Filosofia da recém-criada Universidade do Brasil, substituindo Pierre Deffontaines, que retornou à França em 1939. E assume, paralelamente, o cargo de consultor científico do CNG.

Além de pesquisador, Ruellan era acima de tudo um professor, e consta que nunca fez um trabalho de campo só, ou com um ou dois alunos. Em suas funções no Conselho Nacional de Geografia do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) até 1956, treinou equipes de pesquisadores e orientou a formação acadêmica e técnica

ca de muitos deles, além de indicá-los e encaminhá-los para cursos em universidades da França. Seus principais trabalhos até hoje os são referências importantes no estudo da Geomorfologia do Sudeste do Brasil.

Diferentemente de Deffontaines que, além de ficar apenas cinco anos no Brasil, lecionou para um número mais restrito de alunos, por ser a Geografia ainda um curso novo e, portanto, sem o apelo característico de cursos como Direito ou Engenharia, Ruellan marcou profundamente as gerações de geógrafos que trabalharam entre 1940 e 1960, pois apesar de ter voltado para a França em 1956, sua influência ainda continuou forte até o início dos anos 1960, principalmente junto aos geomorfólogos e demais especialistas que buscaram, sob sua influência, cursos de especialização e pós-graduações em universidades francesas.

Sua principal característica foi a vinculação estreita entre o ensino teórico na sala de aula e o prático no campo e no laboratório (para os geomorfólogos). No campo, os ensinamentos de Francis Ruellan conquistaram um número significativo de alunos que estão atualmente na faixa entre 70 e 80 anos, aproximadamente. Seu espírito disciplinador e seu senso de organização eram célebres.

Em função de sua posição de liderança num período em que o IBGE possuía um enorme prestígio perante o governo federal, seus projetos de excursões alcançavam qualquer parte do Brasil, sem limitações de ordem financeira ou logística, podendo contar com grande número de participantes, alunos da universidade ou profissionais de pesquisa do IBGE. Na tese de Vera Lúcia Cortes Abrantes sobre o arquivo fotográfico das pesquisas geográficas de campo do IBGE (Abrantes, 2000: anexo B), foram computadas 11 grandes excursões lideradas por Ruellan entre 1941 (Baía de Guanabara e Serra do Mar) e 1951 (Bacia do Rio São Francisco).

Suas pesquisas de reconhecimento da Geomorfologia da Serra do Mar resultaram num trabalho clássico publicado na RBG em 1944 (Ruelan, 1988). No entanto, Ruelan não era somente geomorfólogo; era um professor dotado de um amplo conhecimento e erudição,

e sua importância para a Geografia brasileira dificilmente poderá ser igualada. Sendo ele, indubitavelmente, o único geógrafo que pode ser chamado de chefe de escola sem nenhuma restrição classificatória.

Na publicação editada pelo IBGE, fruto de duas conferências, “Os Métodos Modernos do Ensino da Geografia”, pronunciada em Goiânia em 26 de junho de 1942, no VIII Congresso Brasileiro de Educação, e complementada por outra, pronunciada em Belo Horizonte, na Universidade de Minas Gerais, em julho do mesmo ano, na Terceira Convenção Nacional dos Engenheiros Brasileiros, está o seu currículo, que cobre suas atividades no período anterior a sua vinda para o Brasil. (Ruellan, 1943, p.6-8)

Os especialistas

Leo Heinrich Waibel (1888-1951), geógrafo alemão, naturalizado americano, contratado pelo Conselho Nacional de Geografia do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) na Universidade de Wisconsin (USA), para pesquisar e treinar um pequeno grupo de geógrafos do IBGE, nos estudos sobre povoamento e colonização, entre os anos de 1946 e 1950. Em sua estada no Brasil, trabalhou com Biogeografia, ao estudar a vegetação brasileira, com Geografia Agrária, ao pesquisar os tipos de ocupação de terras e os diferentes cultivos tropicais, e com Geografia da População, ao explicar os processos de colonização de dois povos europeus (alemães e italianos) no sul do Brasil. Retornou aos Estados Unidos em 1950 e logo depois para a Alemanha, onde veio a falecer, em 1951.

As relações de Leo Waibel com os geógrafos do IBGE se deram em três fases distintas. Primeiramente, no contexto da Universidade americana de Wisconsin, para onde havia ido lecionar em função de sua saída da Alemanha, quando da oficialização do Nazismo, pois Waibel era casado com uma cidadã judia e fazia parte da oposição ao Nacional Socialismo. Seu primeiro aluno brasileiro foi Jorge Zarur, em 1943, e posteriormente, em 1945, Fábio de Macedo Soares Guimarães e Orlando Valverde, que o convidaram (a partir de consultas com Cristóvão Leite de Castro na direção do CNG) para trabalhar como consultor técnico do IBGE no Brasil.

A segunda fase aconteceu no Brasil entre o fim de 1945 e meados de 1946, quando trabalhou com Speridião Faissol, Nilo Bernardes, Jorge Zarur e Walter Alberto Egler nos processos de colonização e de reconhecimento de áreas propícias para colonização futura.

A terceira e última fase se deu entre 1947 e 1950, já trabalhando com Fábio de Macedo Soares Guimarães e Orlando Valverde, que haviam retornado de Winsconsin. Foi nesta fase que se deu uma maior aproximação com Orlando Valverde, que se tornou o maior divulgador de sua obra no Brasil. Foi nesse período, também, que os estudos de identificação do futuro sítio do novo Distrito Federal foram coordenados no IBGE por Waibel e relatados por Fábio de Macedo Soares Guimarães na RBG v.11, n. 4, 1949.

Avaliando os estudos de habitat realizados no Brasil, Almeida (1995) constata que esses trabalhos estavam, no fim da Segunda Guerra, nas preocupações do governo brasileiro, em virtude de uma possível leva migratória de europeus para o hemisfério sul, assim como estava ocorrendo na América do Norte. Foram dessa fase a maioria dos trabalhos de Waibel e dos geógrafos brasileiros que foram treinados por ele.

Nilo Bernardes, por ocasião do falecimento de Waibel, publicou na RBG v.14, n. 2, 1952, uma esclarecedora biografia do mestre alemão, apresentando principalmente sua obra geográfica realizada no Brasil.

Pierre Dansereau (1919-2011), biogeógrafo canadense, pioneiro na introdução do ensino sistemático de Biogeografia no Brasil em 1945. Convidado pela Universidade do Brasil e IBGE para dar treinamento especializado aos professores e pesquisadores (geógrafos, agrônomos, biólogos), além de ministrar cursos de introdução à Biogeografia aos alunos de graduação. Dansereau organizou o ensino dessa área de estudos e montou um programa de intercâmbio e de pós-graduação entre o Brasil e o Canadá que visava treinar pessoal especializado em Biogeografia, além de estudar a Biodiversidade tropical brasileira. Deixou uma obra voltada principalmente para o ensino superior, pelo seu conteúdo metodológico. A maioria de seus

alunos galgou importantes postos no meio científico brasileiro na área de meio ambiente.

Em 1946, trabalhou com Francis Ruellan na Serra do Mar e produziu um artigo de pesquisa na RBG (Dansereau, 1947). É importante ressaltar que no fim da década de 1940, estavam trabalhando no IBGE Ruellan, Waibel e Dansereau e que tanto Ruellan e Dansereau também ministravam aulas na Universidade do Brasil, que era liderada por Hilgard O'Reilly Sternberg. Portanto, foi um período muito profícuo para o aprendizado de Geografia, pois estavam aqui especialistas de Geomorfologia, Biogeografia e de processos de ocupação humana, áreas que garantiam um conhecimento amplo de Geografia para os profissionais do IBGE.

Preston Everett James (1899-1986), geógrafo norte-americano, após seu doutoramento feito em 1923 na Universidade de Clark, foi professor nas Universidades de Michigan (1923-1945) e Syracuse (1945-1970). Era um especialista em Geografia Regional da América Latina, com linhas de pesquisa em colonização rural. Seus livros *Latin America* (1942) e *American Geography: Inventory and Prospect* (1954 em coautoria com Clarence F. Jones) são considerados clássicos da literatura geográfica americana. Foi também um importante historiador do pensamento geográfico anglo-saxão. Trabalhou no Brasil entre 1951 e 1952 a convite do IBGE, para estudar os processos de colonização rural no Brasil central.

Preston James já havia estudado o problema de colonização, uso da terra e gênero de vida no sul do Brasil, no fim da década de 1930 (RBG 1 [4] out./dez.1939) e publicado, no fim dos anos 1940, um importante trabalho sobre o uso da terra e o processo de ocupação na Bacia do rio São Francisco RBG 11(1) jan./mar. 1949.

Sua atuação no IBGE, no início dos anos 1950, propiciou uma forte ligação com Speridião Faissol, que foi para Syracuse para doutorar-se em 1956 sob sua orientação. A principal marca de Preston James na Geografia brasileira vincula-se ao alargamento do conhecimento sobre os processos de ocupação no interior do país. Não tanto

quanto Leo Waibel, mas mesmo assim fundamental para o progresso da Geografia feita no IBGE na década de 1950.

O inovador

Michel Rochefort (1927-), geógrafo francês, professor emérito da Sorbonne, introdutor dos estudos sistemáticos sobre redes urbanas no Brasil na década de 1960. Seus primeiros contatos com a Geografia brasileira se deram em 1956, no XVIII Congresso Internacional de Geografia realizado no Rio de Janeiro. No início dos anos 1960, foi convidado a dar consultoria ao IBGE e aulas na Universidade do Brasil. Seu método de estudo sobre redes de cidades, enfatizando a análise do setor comercial e de serviços urbanos, é adotado por alguns geógrafos do IBGE, que já se preocupavam com os altos índices de urbanização que parte do Brasil apresentava na segunda metade dos anos 1960. Foi um importante orientador de teses de pesquisadores brasileiros em Paris entre os anos 1970 e 1990. Ainda hoje, é consultor de várias instituições europeias, presidente do Conselho de Administração do Instituto Francês de Urbanismo e professor visitante em universidades brasileiras.

A atuação de Rochefort no Brasil foi, sem sombra de dúvida, fruto de diferentes motivações que transitaram pelo institucional (a preocupação do governo federal com a urbanização e migração para as grandes cidades, como São Paulo e Rio de Janeiro), pelo acadêmico (seu método de avaliação do sistema urbano era novidade e, possivelmente, apenas Pedro Geiger estava trabalhando com o tema na época, em escala nacional - Geiger, 1963) e pelo emocional (seu casamento com a geógrafa do IBGE Regina Espindola Rochefort), ampliando suas ligações com o país.

A influência de seus estudos no país ampliou-se a partir de 1964, em função da intensificação das preocupações do governo militar nas questões urbanas, que estavam tomando proporções ainda não totalmente compreendidas. Sua vinculação com Lysia Bernardes, na época liderando as pesquisas geográficas na antiga Divisão de Geografia, favoreceu a aceitação de seu método, que foi rapidamente absorvido pelos geógrafos urbanos – muitos dos quais foram para cursos

de aperfeiçoamento em universidades francesas, devido à poderosa influência de Michel Rochefort.

A principal pesquisa de área de influência, tomando por base uma metrópole brasileira, foi desenvolvida por Lísia Bernardes e sua equipe para o Rio de Janeiro (Bernardes, 1964). Trabalho que se tornou referência nos estudos de redes urbanas nos anos 1960 e 1970.

O enfoque no estudo dos fluxos materiais e de pessoas entre centros urbanos de uma determinada rede e de suas vinculações com a área rural produtora de bens agrícolas era uma questão que já preocupava alguns outros geógrafos e economistas, tanto na Europa quanto nos Estados Unidos, como os estudiosos Von Thünen, que em 1826 enfocou a relação entre distância das cidades às áreas de cultivo agrícolas e Walter Christaller, que em 1933 tentou explicar teoricamente o princípio de ordem entre tamanho, distância e padrão espacial de distribuição dos centros urbanos em determinadas regiões. Nos Estados Unidos, uma coletânea sobre Geografia Urbana, considerada clássica, foi editada em 1959 e nela já estavam muitos artigos que trabalhavam com a temática dos fluxos para o entendimento dos padrões espaciais que emergem deles. (Mayer & Kohn, 1959)

Finalmente, é importante salientar que as preocupações acadêmicas de Michel Rochefort ao chegarem ao IBGE no fim dos anos 1950 e percorrerem toda a década de 1960, eram algumas das inúmeras facetas do processo de urbanização que estava ocorrendo em muitas partes do mundo no pós-guerra, e que estavam sendo motivo de releituras diferenciadas. A de Rochefort foi uma delas, e foi importante no contexto do IBGE até a década de 1970, quando, aparentemente, uma nova abordagem (ou, para ser mais exato, uma evolução dessa abordagem, apenas mais “matematizada”) passa a fazer parte das preocupações dos geógrafos urbanos/regionais do IBGE.

O interessante desse processo é perceber que Michel Rochefort foi o último líder estrangeiro com carisma suficiente para influenciar várias gerações de geógrafos urbanos brasileiros, principalmente por meio de sua poderosa influência no sistema universitário francês. Sua influência não deve ser comparada com o principal estruturador

do quadro de pesquisadores em Geografia do IBGE, Francis Ruellan, em virtude das diferenças de condições vivenciadas por esses dois professores nos dois períodos em que operam no Brasil, mas deve ser entendida como uma liderança inovadora, que se manteve forte, apesar das novas orientações que passaram a vigir no IBGE nos anos 1970/1980.

Conclusões

Percebe-se que ao longo de 50 anos (1935-1985), a Geografia produzida nas instituições do Rio de Janeiro (IBGE, órgãos estaduais e municipais, Universidades Públicas e Privadas) foi fruto de um sistemático esforço de experiências e ensinamentos levados a efeito por um grupo seleto de professores e pesquisadores estrangeiros, que dedicaram parte de suas vidas profissionais para aperfeiçoar diversas gerações de pesquisadores cariocas, fluminenses e de outros estados.

Esses pesquisadores quase sempre vieram em missões conveniadas com instituições brasileiras, a maioria criada na década de 1930, tanto em São Paulo (USP) quanto no Rio de Janeiro (UDF, UB e IBGE).

É importante notar que a predominância francesa sempre foi marcante nas linhas de pensamento e de metodologia. Os exemplos de Pierre Mombeig em São Paulo, Pierre Deffontaines, Francis Ruellan e Michel Rochefort no Rio de Janeiro e Jean Tricart na Bahia como chefes de escola e indutores de instituições de ensino e pesquisa geográficas foram as principais referências. No entanto, figuras como Leo Waibel, Pierre Dansereau e Preston James, respectivamente, da Alemanha, Canadá e Estados Unidos, foram também peças importantes no desenvolvimento da Geografia brasileira e deixaram um legado que até hoje é lembrado nos cursos e pesquisas de nossas universidades.

Referências bibliográficas:

ABRANTES, Vera Lucia Cortes. *Fragmentos de memória das pesquisas geográficas de campo do IBGE (1939-1968)*: imagens e represen-

- tações numa abordagem da história oral. Rio de Janeiro, 2000. 156 p. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Documento) - UNI-RIO.
- ALMEIDA, Roberto Schmidt de. *Repensando a questão do habitat no Brasil. Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, v. 57, n. 4, p. 4-17, jul./set. 1995.
- ALMEIDA, Roberto Schmidt de. *A Geografia e os Geógrafos do IBGE no Período 1938-1998*. Rio de Janeiro, 2000, 712p. Tese de Doutorado, Instituto de Geociências, UFRJ.
- BERDOULAY, Vincent. *La formation de L'École Française de Géographie 1870-1914*. Paris : Bibliothèque Nationale, 1981. 244 p.
- BERNARDES, Lísia. (org.) *O Rio de Janeiro e sua Região*. Rio de Janeiro, IBGE, 1964, 147p.
- BERNARDES, Lísia. *Hierarquia urbana e polarização no Brasil*. In: Simpósio de Geografia Urbana, Rio de Janeiro : Instituto Panamericano de Geografia e História, Comisión de Geografia, 1968, p.207-210.
- BERNARDES, Nilo. *Leo Waibel*. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, v.14, n. 2, p.75-77, abr./jun., 1952.
- BRAY, Silvio Carlos. *A visão do mundo de Pierre Deffontaines e a ideologia da cultura brasileira*. *Geografia*, Rio Claro, v. 18, n. 2, out. 1993, p.53-67.
- BUTTIMER, Anne. *Sociedad y medio en la tradición geográfica francesa*. Barcelona : Oikos - Tau, 1980. 242 p.
- DANSEREAU, Pierre. *Notas sobre a Biogeografia de uma parte da Serra do Mar*. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 4, p. 497-520, out. /dez. 1947.
- DEFFONTAINES, Pierre. *Exemples de méthode U.T.O. appliqué au Brésil*. *Revue de Pédagogie Catholique de L'Union des Trois Ordes de L'Enseignement*, Lille, n. 3-4, p. 72-74, mar./avr. 1935.
- DEFFONTAINES, Pierre. *Geografia humana do Brasil*. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 1, (n.1, p.19-67, jan./mar.), (n.2, p.20-56, abr./jun.), (n.3, p.16-59, jul./set.), 1939. Reimpressão do capítulo I no n. 50 especial, t. 1, 1988.
- DEFFONTAINES, Pierre. *La joie dans l'éducation*. U.T.O, Lille, n. 8, p. 1-3, oct. 1936.

DEFFONTAINES, Pierre. *Como se constitui no Brasil a rede das cidades*. Boletim Geográfico [do] IBGE, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 41-148, 1944.

DEFFONTAINES, Pierre. *Meditação geográfica sobre o Rio de Janeiro*. Boletim Geográfico [do] IBGE, Rio de Janeiro, v. 24, n. 184, p. 58-59, 1965.

DUNBAR, Gary S. (Ed.). *Modern geography: an encyclopedic survey*. New York, Garland, 1991. 219 p.

GEIGER, Pedro Pinchas. *Evolução da rede urbana brasileira*. Rio de Janeiro, Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, Ministério da Educação e Cultura, 1963. 465 p.

GUIMARÃES, Fabio de M. Soares. *O planalto central e o problema da mudança da capital do Brasil*. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, v. 11, n. 4, p. 471-542, out./dez. 1949.

JAMES, Preston Everett. *A Bacia do São Francisco: um sertão brasileiro*. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, v. 11, n.1, p. 119-122, jan./mar.1949.

JAMES, Preston Everett. *O Problema da Colonização Permanente no Sul do Brasil*. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, v. 1. n.4, p. 70-84, out./dez.1939.

JAMES, Preston Everett. *Tipos de uso da terra no Nordeste do Brasil*. Boletim Geográfico [do] IBGE, Rio de Janeiro, v. 18, n. 156, p. 353-377, maio/jun. 1960. Transcrição de Annals of the Association of American Geographers, v. 43, n. 2, jun.1953.

JONES, Clarence Field. *A Fazenda Miranda em Mato Grosso*. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, v. 12, n.3, p. 353-370, jul./set.1950 e v. 12, n. 4, p. 587-588, out./dez.,1950.

MAYER, Harold M., KOHN, Clyde F. *Readings in urban geography*. Chicago : The University of Chicago Press, 1959. 625 p.

MOREIRA, Marieta de Moraes. *Pierre Deffontaines*. In: INTERNATIONAL ORAL HISTORY CONFERENCE, 10., 1998, Rio de Janeiro. Proceedings. Rio de Janeiro, FGV/CPDOC, 1998. v. 1. p. 379-386.

RUELLAN, Francis. *A evolução geomorfológica da baía de Guanabara e das regiões vizinhas*. Revista Brasileira de Geografia, Rio de

Janeiro, v.6, n.4, out./dez., 1944. Reimpressão no v. 50, t. 1, 1988. Número especial.

RUELLAN, Francis. *Os Métodos Modernos de Ensino da Geografia*, Rio de Janeiro, IBGE, Biblioteca Geográfica Brasileira, publicação n. 2, série B, 1943, 36p.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria B.; COSTA, Vanda Maria R. *Tempos de Capanema*. Rio de Janeiro, Paz e Terra/FGV, 2000, 435p.

Resumo

Enfocar o mérito do papel dos mestres estrangeiros na criação e no desenvolvimento inicial da Geografia brasileira entre os anos de 1935 e 1985, exemplificando o caso do Rio de Janeiro, foi o principal objetivo deste trabalho. Figuras importantes das escolas de pensamento geográfico e divulgadores de metodologias que vieram a fazer parte do arcabouço científico da Geografia brasileira foram analisados, e seus principais discípulos locais, que fizeram carreiras acadêmicas e de gestão governamentais em várias instâncias, foram também referenciados. Foi ressaltado o papel preponderante da escola francesa de Geografia na formação de grande parte dos profissionais formados naquela época, muito embora as atuações de mestres de outras nações também fizeram a diferença no panorama de ensino superior e na pesquisa geográfica nacional.

Palavras-chave: Geógrafos, estrangeiros, pensamento geográfico, metodologias, Geografia brasileira, Brasil, Rio de Janeiro.

Abstract

The aim of this paper is to focus on the role of foreign experts on the creation and early development of Brazilian geography (1935-1985), using Rio de Janeiro as an example. It also focuses on eminent personalities from different schools of geographical thought and on important methodologies divulgators who became pillars of the Brazilian geography scientific framework, as well as on their disciples, who had their careers in the academy or at different levels of

Brazilian government agencies. We emphasize the key role played by the French geographical school on the formation of a large segment of Brazilian geographers, although the influence of experts from other nationalities was also important in shaping geography, both teaching and research, in Brazil.

Keywords: *Geographers, foreign experts, geographical thought, methodologies, Brazilian geography, Brazil, Rio de Janeiro.*

AS SETE FACES DE MANUEL FRANCISCO CORREIA

Marco Santos¹

O advogado, deputado, ministro, senador, conselheiro, educador e animador cultural *Manuel Francisco Correia* (há biógrafos que lhe atribuem o nome de Manuel Francisco Correia Neto) está estreitamente vinculado à história política brasileira. Possuidor de currículo invejável, entre as suas tantas faces está a de primeiro titular da Diretoria Geral de Estatística, nomeado em 1871, pelo ministro do Império João Alfredo. Como titular da DGE, ele seria responsável pelo primeiro recenseamento realizado no Brasil, no ano seguinte ao da criação do órgão central de estatística.

Nascido no Dia de Todos os Santos (1º de novembro) de 1831, em Paranaguá, cidade portuária, sede da 5ª Comarca da então Província de São Paulo, que a partir de 1853 faria parte da nova Província do Paraná, veio ao mundo em respeitável família de comerciantes.

Seu avô, o português *Manuel Francisco Correia*, o “Velho”, chegou ao Brasil bem jovem, estabelecendo-se de forma bem-sucedida no comércio de Paranaguá. Além disso, fez brilhante carreira na milícia paranaguaense, onde entrou como praça, na primeira década do século 19, chegando a tenente-coronel na década seguinte. Exerceu diversos cargos públicos na cidade, recebendo as comendas de Cavaleiro da Ordem de Cristo e da Imperial Ordem do Cruzeiro. Casou-se três vezes. De suas segundas núpcias, com D. Maria Joaquina da Trindade, teve apenas um filho: *Manoel Francisco Correia*, o “Moço” (da mesma forma, há biógrafos que atribuem a este o nome de Manuel Francisco Correia Júnior), nascido provavelmente em 1803 (LEÃO, 1929. p. 1209-1210).

¹ Sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro.

O filho do tenente-coronel Manuel Francisco recebeu o mesmo nome do pai e seguiu os passos de seu progenitor, alcançando sucesso nos negócios comerciais e, paralelamente, entrando para a política paranaguense. Ainda bem moço, já influía na política local nos tempos do Primeiro Império. Por conta de sua bem-sucedida vida profissional, conseguiu um bom casamento, com *D. Francisca Antonia Pereira* (LEÃO, 1929, p. 1209-1210). Aderiu ao Partido Legalista e, por ocasião da Revolta Liberal de 1842 – que ameaçava se alastrar para o sul, onde o Império já estava conturbado por conta da Farroupilha – assumiu o comando militar de Paranaguá. Seu empenho na defesa da cidade diante das forças revolucionárias afetou até mesmo seus negócios. No dizer de Amaro da Silveira,

A comenda da Ordem brasileira de Cristo fora-lhe conferida como prêmio de seus sacrifícios, e em consequência deles veio terminar pobre uma existência de aturado e honesto trabalho. (VALLADÃO, 1958, p. 247-277)

Em que pese essas dificuldades, o menino Manuel Francisco pôde completar seus estudos em ótimos colégios. Ainda muito novo, seguiu para o Rio de Janeiro, matriculado como interno no Colégio Freese, em Friburgo.

O advogado

Em 1846, o jovem Correia, aos 15 anos incompletos, foi matriculado no Colégio Pedro II, na cidade do Rio de Janeiro, onde alcançou o bacharelado em Letras em 1849. No ano seguinte, seguiu para São Paulo para cursar Direito, formando-se em 1854, aos 23 anos.

Na faculdade, obteve destaque juntamente com seu colega de Pedro II, *José Maria Correia de Sá e Benevides*, ambos considerados ótimos oradores.

Com efeito, o tribuno Correia se destacaria no futuro por seu talento, como reconheceu Almeida Nogueira, em seu *Reminiscências da Faculdade de Direito*:

O verbo saía-lhe em ondas e impetuoso. Prodigalizava a apóstrofe e a hipérbole. (...) Quando falava, as faces congestionavam-se, a voz era tonante e a gesticulação animada e combativa. (...) Seu discurso era de um requisitório violento e carregado de imprecações. (...) Fora talhado naturalmente para a tribuna de combate ou para os assuntos mavórticos. (...) E a sua atividade se estendia pelas reuniões acadêmicas, pelos comícios populares e pelos espetáculos da gala. (VALLADÃO, 1958, p. 250)

Ao lado de sua vocação para a oratória, Correia tentou enveredar por outras manifestações artísticas. Escreveu uma comédia teatral de nome *Magnetismo* e ainda um romance intitulado *A praia da Glória*. A existência desse trabalho é também confirmada no *Dicionário Bibliográfico Brasileiro* (BLAKE, 1883, p. 86). Entretanto, sua notoriedade se revelou tardia, quando seu autor já era ministro.

Uma vez formado, o bacharel Manuel Francisco precisava com urgência arranjar ocupação remunerada. Como foi visto, após a derrocada financeira da família ele só poderia contar consigo mesmo para sobreviver longe de sua cidade. E embora tivesse se graduado com brilhantismo entre os primeiros da classe, não foi nas lides do Direito que ele foi buscar o sustento. Preferiu iniciar carreira administrativa – preferência comum à época - que lhe poderia trazer os ganhos imediatos de que tanto necessitava.

O deputado

Em 1862, já membro do Partido Conservador, quando contava 31 anos, foi nomeado, em 22 de março, pelo então presidente do Conselho de Ministros, *Pedro de Araújo Lima* (Marquês de Olinda), indicação para presidir a Província de Pernambuco, sendo o seu 32º presidente, tomando posse em 30 de abril daquele ano.

Para lá seguiu, tomando posse em 30 de abril de 1862, desconhecido e desconhecedor daquelas gentes, que sofriam virulenta epidemia de cólera morbo. Na capital, Recife, o cenário era dantesco. Todas as manhãs, sem se apresentar como presidente da província, Manuel Francisco visitava hospitais, ambulatórios e centros de tra-

tamentos de coléricos, conferindo a terapia ministrada aos doentes. Na parte que lhe tocava, foi incansável na busca por recursos, por providências que minorassem o sofrimento dos recifenses. Devido às alternâncias de poder, Manuel Francisco deixou a província em 2 de outubro daquele mesmo 1862, retornando à Corte e à Secretaria de Império.

Com o gabinete conservador do Visconde de Itaboraí, Manuel Francisco teve aberta diante de si a possibilidade de expandir sua carreira política. Ainda em 1869, elegeu-se deputado geral pelo Paraná.

Nessa legislatura, na qual os conservadores eram majoritários, Correia teria colegas de tribuna de mais alto coturno. Assumiu seu mandato em 11 de maio de 1869, e já no dia 20 ocupou a tribuna para tratar de um projeto referente ao Direito Penal internacional. Ele estudaria a matéria com rigor e voltaria a discursar sobre ela no debate da sessão de 28 de julho.

Seus discursos e intervenções ao longo das legislaturas de seu primeiro mandato eram expressões de sua vasta cultura, especialmente sobre aspectos administrativos e financeiros, além dos valiosos subsídios para a gestão da Visconde de Itaboraí, então ministro da Fazenda.

Um de seus projetos de maior relevância foi apresentado em 1870, estabelecendo o casamento civil entre pessoas de religiões diferentes do catolicismo oficial. Esse projeto visava dar foros de indisso-lubilidade às uniões entre imigrantes, boa parte deles acatólicos.

Na Câmara, Correia permaneceu nas 14^a e 15^a legislaturas, saindo de lá, por ter sido eleito senador, em 1877 (16^a legislatura).

O ministro

Em 7 de março de 1871, com a posse do gabinete Visconde do Rio Branco, foi convidado para assumir a pasta dos Negócios Estrangeiros, que inicialmente recusou. Foi necessário o presidente do Conselho de Ministros lançar mão de um estratagema para então con-

vencê-lo, como conta Moreira de Azevedo, autor de *Biografia*, sobre Manuel Francisco Correia:

Chamado o Sr. Visconde do Rio Branco, em 1871, para organizar ministério, convidou-o para fazer parte dele. Recusou esta honra; persistiu o visconde em seu propósito; e, vendo que não o convenia, declarou que ia desistir da tarefa de organizar o gabinete ministerial. Fez-lhe ver o Dr. Correia que não poderia alegar semelhante razão, visto como era ele partidário decidido do governo, prestando-lhe todo apoio no parlamento, e seria campeão dedicado da situação política que ia inaugurar-se. Recalcitrava o visconde, e, conhecendo que nada conseguira, declarou que além de haver o Imperador recebido a notícia do falecimento de sua filha, em Viena, experimentaria outro desgosto no mesmo dia, por haver falhado a combinação ministerial. Não desejando aumentar a aflição do pai e soberano, entrou Manuel Francisco Correia para o ministério, cabendo-lhe a pasta dos negócios estrangeiros. (VALLADÃO, 1958, p. 254)

Rio Branco teria todas as razões de fazer absoluta questão da participação de Correia em seu gabinete. Não só pela capacidade de trabalho, mas pela gratidão “pelo valioso concurso que como presidente da Câmara de Deputados prestou-lhe na campanha parlamentar em torno da lei de 28 de setembro de 1871, que decretou a abolição virtual da escravidão, declarando livre o ventre escravo (...)”. (LEÃO, 1929, p. 1204)

O Conselho de Ministros organizado pelo Visconde do Rio Branco era praticamente todo constituído por jovens políticos em início de carreira, que, no dizer de Joaquim Nabuco, “tinham de fazer no ministério as suas provas políticas” (NABUCO, 1997, p. 825). Um gabinete marcadamente homogêneo. Ao contrário do anterior, presidido pelo Marquês de São Vicente, neste não havia quem lhe fizesse sombra. Ainda no dizer de Joaquim Nabuco, “a distância entre o presidente do Conselho e seus colegas, pode-se dizer os seus alunos, era grande” (NABUCO, 1997, p. 825). Correia haveria de discordar dessa imagem de “professor entre alunos” para o ministério em questão, assegurando que o próprio Rio Branco haveria de considerar exagerada a comparação (CORREIA, 1899a, p. 140).

A participação do eminente paranaense nesse gabinete foi marcante, como merecedora de distinção foi a própria administração de Rio Branco no período. Haja vista a promulgação da Lei do Ventre Livre, mais um passo em direção à extinção da mão de obra servil negra. Além dessa, outras medidas foram tomadas na vigência desse gabinete, no sentido de entabular iniciativas progressistas e de apoio à instrução pública, assunto dos mais caros à Correia.

Durante sua permanência à frente dos negócios estrangeiros, ele teve que enfrentar algumas intempéries. Uma delas foi a que Joaquim Nabuco chamou de “a questão argentina”, ou seja, os imbróglios decorrentes do tratado de paz com o Paraguai. Foi um momento particularmente difícil, no qual a Argentina esteve perto de medir forças em armas com o Brasil, só evitado pela atitude serena com que o governo imperial conduziu a questão. (NABUCO, 1997, p. 875-943)

Entretanto, Correia recebeu fortes interpelações na Câmara, especialmente proferidas por *Francisco Belisário Soares de Souza* (1839-1889), um dos dissidentes entre os conservadores, e pelo gaúcho polêmico e polemista liberal *Gaspar da Silveira Martins* (1835-1901) – futuro líder da Revolução Federalista.

Na Câmara dos Deputados, Correia se desdobrava para defender os pontos de vista do governo. Além dessa questão, a atuação firme do ministro dos Negócios Estrangeiros se fez firme em outras demandas. Destaque para o caso da prisão de oficiais alemães da corveta *Nymphe*, ancorada no Rio de Janeiro, e do documento dirigido ao governo alemão a respeito da colonização germânica no Rio Grande do Sul. Tal documento, inclusive, levou Bismarck a demitir o seu ministro Solms.

Em 1873, Correia entregou o cargo, preferindo manter-se apenas em seu mandato de deputado da maioria conservadora. Na sua carta de demissão, ele não mencionou as razões. Todavia, um de seus biógrafos, Moreira de Azevedo, decifrou a charada:

Divergindo sobre o provimento da Legação de Londres, sustentando não ser decente, além de prejudicial à administração do país, o rece-

bimento, sem autorização legal, de porcentagem pelos representantes do Império ao contraírem empréstimos, pediu a sua exoneração de ministro da Coroa. (AZEVEDO apud VALADÃO, 1958, p. 255)

E Ermelino Agostinho de Leão traz mais subsídios para as razões da entrega de seu cargo: “Deixou o ministério para não endossar um ato de um seu velho amigo, que, pelo seu excessivo escrúpulo, considerou menos digno.” (LEÃO, 1929, p. 1.205)

No ano seguinte, foi reeleito para novo mandato como deputado geral e acabou escolhido presidente da Câmara para 1874 e 1875, na 15ª legislatura. Sua passagem por este cargo foi de tal forma cercada de fulgor que na última sessão da 16ª legislatura (em 9 de outubro de 1875) recebeu a seguinte manifestação, assinada por todos os deputados que estavam no plenário (governistas e opositores):

Os abaixo assinados, deputados a Assembleia Geral Legislativa, na 15ª legislatura, presentes na sessão de hoje, não podendo por falta de número, requerer em assembleia que se consignasse na respectiva ata um voto de louvor e agradecimento ao atual presidente, Conselheiro Manuel Francisco Correia, pela sabedoria, retidão e imparcialidade com que dirigiu os trabalhos parlamentares durante tão largo espaço, o fazem por meio desta manifestação, a qual deverá ser transcrita no jornal que publica os trabalhos da casa e nos anais desta sessão. (BRASIL, 1873, p. 27)

O senador

Em 1877, seu nome constava em primeiro lugar na lista tríplice apresentada pela Província do Paraná e foi escolhido senador do Império. Tomou posse na sessão de 10 de abril daquele ano (1ª sessão da 16ª legislatura), assumindo a tribuna pela primeira vez como senador no dia 20, já apresentando projeto. A partir dali, seria um dos mais atuantes parlamentares.

Em sua carreira como senador, participou de inúmeros debates, sempre contribuindo com palavras serenas e refletidas. Valladão, em sua conferência no IHGB sobre a vida do célebre paranaense, parafraseando o conhecido conceito jurídico “na dúvida, pró réu”, as-

segurou que nos assuntos em que Correia se envolveu na tribuna do Senado, ele procedia assim: “na dúvida, pró pátria”.

Com presença assídua no Senado, especializou-se em assuntos técnicos dos Ministérios da Guerra e da Marinha, embora sempre tivesse uma palavra e uma opinião sobre assuntos de natureza diversa, quer fossem políticos, econômicos, financeiros, administrativos, jurídicos, culturais. Suas intervenções eram firmes e sem exibicionismos estéreis.

Entretanto, há na sua história no Senado um momento em que lhe faltou a antevisão que lhe era característica. Aconteceu no debate para aprovação da Lei da Abolição.

Depois de aprovada na Câmara dos Deputados em meio a festas e comemorações, a chamada Lei Áurea (de acordo com a discussão no Senado, a Lei da Abolição foi a segunda “Lei Áurea”, sendo a Lei do Ventre Livre, de autoria do Visconde do Rio Branco, a primeira chamada assim) chegou ao Senado em 11 de maio de 1888, que naquele momento estava sendo presidido por Cruz Machado.

No dia 12 de maio, o senador Barão de Cotegipe fez longo discurso no qual defendia a aprovação da lei de extinção da escravidão, alertando, entretanto, para a necessidade de medidas em benefício da lavoura e dos que seriam libertos.

No domingo, dia 13, o projeto de lei estava na 3ª discussão. Com a palavra, o senador Paulino, defensor da manutenção da escravatura, em discurso de extrema lucidez, uma página de ouro da argumentação política em debate no Senado, admitiu estar vencido. Mas chamou a lei de “imprudência”, e mais: “inconstitucional, antieconômica e desumana”. Segundo ele, era inconstitucional porque atentava contra o princípio da propriedade; antieconômica por propor a eliminação de sistema agrário por nenhum outro que o substituísse; desumano, pois deixaria completamente desabrigados e desassistidos uma multidão de desempregados, entre estes, inválidos, doentes, velhos etc.

Após o discurso de Paulino, o senador João Alfredo pediu a palavra e fez um discurso conservador, concordando com a extinção da escravatura. Em seguida, falou o senador Dantas, defendendo abertamente a abolição naquele momento e assegurando que as instituições eram bastante fortes para sustentar eventuais problemas que pudessem decorrer dali por diante.

O senador Correia pediu a palavra, assumiu a tribuna e relembrou o discurso que ali proferiu em 26 de setembro de 1887, em que dizia:

Com tais elementos que estão em jogo [a força do progresso], não há negar, a escravidão será, em poucos anos, uma sombra no passado, sem perturbar com desastres e ruínas as alegrias do futuro, absolvido por nobre expiação o erro de ontem, pelo qual não é originalmente responsável a nação brasileira.” (JORNAL..., 1888, p. 1)

Ele concluiu o seu discurso festejando a Abolição nos próprios termos da sua lei, assegurando que “o projeto que se discute (...) saia desta Casa com inteira adesão e sob a responsabilidade dos partidos políticos do Brasil”. (JORNAL..., 1888, p. 1)

O projeto foi aprovado e levado para a sanção da Princesa Imperial Regente, em comissão formada pelos seguintes senadores: Dantas, Affonso Celso, Teixeira Júnior, Escagnole Taunay (estes da comissão encarregada do parecer), Visconde de Paranaguá, Ignácio Martins, de Lamare, Franco de Sá, Barros Barreto, Pereira da Silva, Cândido de Oliveira, Ferreira da Veiga, Barão de Jaguaribe e Correia. A História, desafortunadamente, deu razão a Paulino. Especialmente quanto ao estado de abandono que os escravos libertos ficaram.

Manuel Francisco Correia só deixou o Senado depois do 15 de novembro de 1889, quando aquela Casa foi extinta. A propósito, sobre esse ano crucial, consta que ele foi o primeiro nome lembrado pelo imperador para organizar um novo ministério conservador, que substituisse o Gabinete João Alfredo. Entretanto, Correia não conseguiu unir as duas irreconciliáveis facções, uma chefiada por Paulino José de Sousa Soares e outra, liderada pelo próprio João Alfredo. Era

o sinal claro do desgaste político do Império. Sem conseguir dar cabo da missão, o senador Correia declinou o convite para presidir o novo gabinete. D. Pedro II, convocou, sucessivamente, Teixeira Júnior e Vieira da Silva, baldadamente. Nem um nem outro, como nem Correia, conseguiram unir o Partido Conservador. Sem outra opção, só restava ao Imperador chamar os liberais ao poder, constituindo o gabinete Ouro Preto. E deu no que deu.

O conselheiro

Manuel Francisco Correia atingiu o ápice de sua carreira política em setembro de 1886 ao ser nomeado Conselheiro de Estado.

Os conhecimentos adquiridos no Senado, na área militar, foram extremamente úteis ao entrar para aquele “crisol dos estadistas do Império”, segundo palavras de Alfredo Valladão. Ele foi designado para a Seção dos Negócios da Guerra e da Marinha. De acordo com seu biógrafo, Moreira de Azevedo Correia, acabou escolhido como relator dessa seção, reunindo-se uma vez por semana na Secretaria de Guerra, para analisar questões, emitir pareceres. Ainda segundo Azevedo, sua última reunião aconteceu no dia 14 de novembro de 1889, onde deliberou sobre todos os assuntos, esvaziando a pasta.

Após a quartelada de 15 de novembro, o Imperador, em gesto que demonstrava o seu apreço e consideração, chamou o Conselheiro Correia ao Paço, e, naquele momento de extrema tensão, teve com ele conferência reservada.

O teor dessa conversa só seria revelado após a morte de D. Pedro II (ocorrida em Paris, no dia 5 de dezembro de 1891). Cerca de um ano após o golpe militar que alterou a forma de governo do Brasil, Manuel Francisco Correia depositou no cofre do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro um texto denominado “Memória”, com instruções claras para que somente fosse revelado após o passamento de S.M.I. O documento foi retirado da Arca do Sigilo do IHGB e lido pelo próprio autor na sessão de 8 de abril de 1892, sendo posteriormente publicado em partes no *Jornal do Commercio* nos dias 10, 11 e 12 de abril do mesmo ano. (CORREIA, 1892, p.1-13)

Em outra sessão no IHGB, no dia 9 de novembro de 1900 - uma das últimas sessões do Século 19 -, o conselheiro Correia descreveu com mais detalhe como foi aquela difícil conversa, assinalando que o fazia “para que o historiador imparcial e desapaixonado conheça perfeitamente os fatos para bem ajuizar deles”.

Conta o senador que entrava ali, naquele gabinete, pela primeira vez e teve sua atenção desperta para a extrema simplicidade do aposento. Sua Majestade sentou-se em uma poltrona, fazendo-o sentar-se em uma cadeira junto a ele. Uma vela ardente em um castiçal testemunhava a cena. Correia fez então o seu relato:

Referi tudo que havia presenciado, a absoluta adesão que o movimento tivera da esquadra, das fortalezas, dos arsenais, o passeio triunfal das tropas pelas ruas da cidade, a prisão de ministros e o apoio, já apregoadado, das forças existentes em algumas províncias.

Perguntou-me depois o Imperador o que pensava acerca do resultado dos acontecimentos, assunto que envolvia a questão da sorte de sua família.

Era embaraçosa a minha posição, ainda mais pela afeição que sempre consagrei ao Sr. D. Pedro II. Corria que a saúde do Imperador era precária. A verdade forçava-me a dizer-lhe o que não lhe podia ser agradável. Se algum incômodo sobreviesse ao Imperador, como me libertaria, ao menos, da increpação de imprudência? (CORREIA, 1900, p. 195)

Entretanto, a saúde do velho monarca resistiu aos acontecimentos, como se sabe. O conselheiro, de qualquer forma, fazia o seu relato perscrutando naquele rosto vincado alguma alteração. Segundo ele, chegou ao termo, “sem que, em algum momento, se modificasse, mesmo ligeiramente, a serenidade com que o Imperador me escutava”. (CORREIA, 1900, p. 197)

Sua atividade de conselheiro de Estado se extinguiu com a proclamação da República. Como ele próprio relata em um de seus artigos para a *Revista do IHGB*, tão logo os republicanos assumiram o poder, um dos primeiros atos do Governo Provisório foi dissolver

o Conselho de Estado, criado por lei, em 1841. Correia garantiu que não foi contra este ato, embora acreditasse que fosse imprescindível ser criada uma nova instituição equivalente para os tempos republicanos. “O presidente”, em suas palavras, “por maiores que sejam as suas habilitações, não pode dispensar auxiliares para resolver convenientemente negócios que se distribuem por seis secretários d’Estado.”

Lembrou o conselheiro Correia, no mesmo artigo, que sem um Conselho de Estado o Procurador Geral da República tem suas atribuições por demais sobrecarregadas, “de tão copioso serviço que todo ele não pode ser desempenhado com perfeição”.

Talvez por ser uma instituição de raízes tão fortemente fincadas no Império, a República não teve o menor interesse em revivê-lo, seja com que nome for, embora a França, depois da proclamação de sua República, tenha mantido o seu Conselho de Estado, criado por Napoleão, em 13 de dezembro de 1799, hoje com mais de 200 anos. O similar brasileiro foi fundado sob inspiração do francês.

O educador

Em que pese sua intensa atividade política, Manuel Francisco Correia teve seu lugar cativo na História como homem profundamente preocupado com a educação da população. E no primeiro dia do ano de 1874, ele deu vazão a um antigo sonho: fundou a Associação Promotora da Instrução, a partir das associações Promotora da Instrução de Meninos e Promotora da Instrução de Meninas. Seu objetivo era disseminar o ensino primário e secundário pelas classes menos favorecidas.

Foram quatro os estabelecimentos de ensino mantidos pela Associação, cobrindo grande parte da cidade, atuando localmente: em São Cristóvão, Vila Isabel (Boulevard 28 de setembro - Escola Santa Isabel), Centro (Rua do Lavradio – Escola Barão do Rio Doce) e Laranjeiras (na atual Praça São Salvador – Escola Senador Correia, que tem esse nome desde a sua fundação). Além dessas escolas, ele criou, em 1882, por intermédio da Associação, uma biblioteca, em

cuja inauguração esteve presente o Imperador, ele próprio profundo incentivador de iniciativas como aquelas.

Em seus empreendimentos na área da instrução, o Senador Correia contou, além do apoio de S.M.I., com o concurso de homens notáveis, como o engenheiro Paula Freitas, que supervisionou pessoalmente a construção ou adaptação de todos os edifícios da Associação.

Essa organização cuidava da distribuição gratuita de todo o material escolar necessário (livros, cadernos, papel, penas, lápis etc.), além do mobiliário apropriado, mapas, quadros e demais aparelhos e utensílios. Vale ressaltar que todos os recursos envolvidos vinham de sua iniciativa privada, sem contar com um níquel do Erário Público. No entender do senador, o serviço prestado pela Associação exigia sacrifícios “que denotam o vigor cívico das nações”. Por conseguinte, a maior parte dos recursos do empreendimento saía do seu próprio bolso e de contribuições de interessados.

Ao fim de cada ano, eram distribuídos prêmios aos alunos que se distinguiam por aplicação, bom comportamento e caráter. Correia dava especial valor a essa virtude. Em cada sala, inclusive, havia uma placa com a seguinte frase de sua própria lavra: “Se todos não podem ter talento, todos são obrigados a ter caráter.”

Ensino que deveria ser seguido ao pé da letra nos tempos modernos...

O animador cultural

Talvez uma das faces mais visíveis (e conhecidas) de Manuel Francisco Correia seja a de animador cultural. E nesse mister, sua grande criação foram as célebres *Conferências da Glória*.

A primeira aconteceu no dia 22 de novembro de 1873, na Escola da Freguesia da Glória (no atual Largo do Machado). A República a rebatizou como Escola José de Alencar, posteriormente mudando sua denominação para Escola Amaro Cavalcanti, nome que perma-

nece nos dias atuais), que dá nome ao evento e seria o local de sua realização até 1884. Esse prédio, inclusive, tem história interessante.

Ao fim do conflito posteriormente denominado como Guerra do Paraguai, foi aberta uma subscrição popular visando à construção de um monumento ao Imperador, eternizando a rendição de Uruguaiana. Ao ser comunicado da intenção do povo, D. Pedro II solicitou que, em vez daquele memorial, o dinheiro fosse destinado à construção de escolas públicas. Uma delas foi a Escola da Freguesia da Glória.

Ao abrir a primeira Conferência da Glória, seu idealizador disse em discurso:

Concebendo a ideia de fazer estas conferências para entreter-vos com assuntos que nos possam interessar, sem transpor a região serena em que se debatem as questões que a todos tocam, mas extremas das paixões políticas e de outras que se agitam no seio da sociedade, e a perturbam pela divisão e princípios, tive a fortuna de vê-la benevolmente acolhida pelo augusto protetor de todos os cometimentos úteis, que veio honrar com sua presença os esforços que fazemos a bem da causa pública, a quem devo assim, bem como a Sua Majestade a Imperatriz por seu animador comparecimento a minha primeira palavra de gratidão. (VALLADÃO, 1958, p. 265)

E o senador tinha toda razão em dedicar palavras tão carinhosas ao Imperador. Em que pese a profundidade, erudição e relevância das conferências, certamente a presença de D. Pedro II em quase todas as conferências, só faltando quando não estava no Brasil, deu ao evento peso e trouxe o sucesso conquistado. Com efeito, ter a oportunidade de pronunciar conferência diante do Imperador era motivo de orgulho para qualquer intelectual. O mesmo se dando pela chance de estar na plateia, ouvindo atentamente, como ele mesmo fazia.

Escreveu Alfredo Valladão sobre o velho monarca:

(...) o culto da Instrução, na proteção constante, e por todas as formas, às ciências, às letras, às artes, formava um dos títulos que imortalizam a figura do Príncipe ilustre que por meio século gover-

nou o Brasil, para sua glória e para glória das Américas, e a ecoar no Velho Mundo. (VALLADÃO, 1958, p. 266)

Na conferência ministrada em 5 de junho de 1874, Correia esclareceu as razões que o levaram a criar aquelas reuniões. Segundo ele citou nessa palestra, as conferências estabeleciam “o meio incessante de despertar o espírito”, nas quais grandes personalidades como os franceses Guisot, Cousin, Jules Fabre e Laboulaye; os ingleses Cobden, Pakington, Bright e Gladstone reputavam como de inestimável valor a oportunidade de se dirigirem ao povo, divulgando suas reflexões.

Amaro da Silveira, em seu “Esboço biográfico” sobre o senador Correia, opinou sobre os primeiros 11 anos de existência daquelas reuniões:

A tribuna da Escola da Glória (...) completou em novembro de 1884, onze anos de existência, contra todas as previsões que na época de sua inauguração ameaçavam-na de malogro. Franqueada aos cidadãos de todas as classes (...) esta tribuna conseguiu, entretanto, manter até o presente, no desempenho de seu difícil programa, um assíduo concurso de oradores, constituindo-se muitas vezes órgãos de generosas ideias, em benefício do progresso nacional. Entre os cidadãos que as têm frequentado, realizando 500 conferências, pela maior parte destinadas à divulgação de conhecimentos úteis ou ao estudo de questões relacionadas com o interesse público, encontram-se representantes das nossas academias e das nossas escolas primárias, das nossas assembleias políticas e das nossas classes industriais, das nossas armas e das nossas letras; e os nomes de alguns deles, se fosse possível desprezar em tal caso a mais humilde colaboração, bastariam para assinalar os resultados com que esta instituição correspondeu aos desígnios de seu iniciador. (VALLADÃO, 1958, p. 266)

No trabalho de Santos Cardoso, aparece a relação, redigida pelo próprio senador Correia, de 111 palestrantes com o número de participações de cada um. Nomes de elevado coturno intelectual fizeram conferências consideradas como de enorme erudição.

Desafortunadamente, a imensa maioria das Conferências da Glória não foi impressa, e mesmo as que foram, boa parte tem paradeiro desconhecido. Há, entretanto, no IHGB, uma publicação (em bom estado), datada de janeiro de 1876, com algumas das conferências realizadas e explicitando que haveria outras divulgações semelhantes.

A partir de 1885, as Conferências Populares, eventualmente, aconteceram na Escola Senador Correia, sede da Sociedade Promotora da Instrução. Para lá iriam também o Imperador, – frequentador assíduo até o fim do Império – e todo o prestígio que as palestras já tinham conquistado.

Com o advento da República, as conferências continuaram a acontecer, embora sem o prestígio de tempos anteriores. Vale dizer, todas continuaram a contar com o mesmo brilho e vigor de seu idealizador. Até deixar o mundo dos vivos, Manuel Francisco Correia seria a verdadeira alma daquelas conferências.

Segundo seu amigo e grande colaborador, o engenheiro Paula Freitas, até 1903, do total de 720 conferências, o senador Correia ministrou 386.

O legado

Manuel Francisco Correia ainda ocuparia outros cargos na República: foi presidente do Banco do Brasil e presidente do Lloyd Brasileiro – empresa [sempre] em complicada situação financeira, que lhe exigiu intensa mobilização de forças e atenção, sem, contudo, deixar de lado seus outros tantos encargos, especialmente os beneméritos.

Voltou a ser presidente do Tribunal de Contas, cargo que exerceu até o fim de seus dias.

O legado do homem de tantas faces, cujo maior orgulho era ter difundido o ensino no país, não morreu com ele. Por muito tempo seu nome seria lembrado. Sua antevisão fez com que deixasse no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro instruções e um valor em

dinheiro para instituição de um prêmio para ser outorgado na Comemoração do Centenário da Independência, em 1922. Não se sabe se houve tal premiação.

Faleceu aos 73 anos, às 6 horas da tarde de 11 de julho de 1905, em sua casa, na Rua Delfim, no bairro de Botafogo, no Rio de Janeiro. Segundo o obituário publicado no *Jornal do Commercio*, no dia seguinte, a morte aconteceu “depois de cruel agonia”. No obituário d’ *O Paiz*, deu como *causa mortis* “intoxicação urêmica”. O enterro saiu de sua casa, “carregado em mãos”, diretamente para o Cemitério São João Batista. Estiveram no concorrido velório o prefeito Pereira Passos e diversos representantes de ministros.

Deixou viúva D. Mariana Ribeiro de Almeida (filha do conselheiro Ribeiro de Almeida), com quem teve os seguintes filhos: Mariana Correia Pimentel, casada com Joaquim Galdino Pimentel, (ex) fidalgo da Casa Imperial, lente da Escola Politécnica e ex-presidente da província do Mato Grosso; Manuel Francisco Correia Júnior, engenheiro civil (falecido em acidente ocorrido na Estrada de Ferro Central do Brasil, em 7 de dezembro de 1886); Maria Elisa Correia, casada com o engenheiro civil Amaro José da Silveira; Eduardo Correia, magistrado no Estado do Rio de Janeiro.

Em um de seus escritos, ele teria se autodenominado “um operário, embora obscuro, da civilização da sua pátria”. Excesso de modéstia. Manuel Francisco Correia, homem de múltiplas faces, entrou na História pela porta da frente, honrando o seu nome perante sua ascendência e diante de sua descendência; sua pátria, com uma carreira ímpar e absolutamente proba; a humanidade, em seu incansável esforço de educador, sempre pronto a animar e difundir a instrução da juventude. Parafraseando o apóstolo Paulo, ele “combateu o bom combate, completou a carreira e guardou a fé” que um dia o seu país alcançasse o seu merecido lugar no concerto das nações.

Referências bibliográficas:

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, vol. VI, 1883, p. 86.

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. *Anais do Parlamento Brasileiro*: Câmara dos Srs. Deputados: segundo ano da décima-quinta legislatura: sessão de 1873. Rio de Janeiro: Tipografia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve, 1873.

CORREIA, Manuel Francisco. Ministério do Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 59, pt. 2, 1896.

_____. Esclarecimentos históricos. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 60, pt. 2, 1897.

_____. Memória apresentada ao IHGB. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 55, pt. 2, 1896.

_____. Complemento à memória. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 63, pt. 2, 1900.

JORNAL DO COMMERCIO. Rio de Janeiro, 13 de maio 1888. Gazetilha, p.1.

LEÃO, Ermelino Agostinho. *Diccionario histórico e geographico do Paraná*. Curitiba: Empresa Gráfica Paranaense, 1929. 6v.

NABUCO, Joaquim. *Um estadista do Império*. 5. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997, 2v.

SANTOS, João Baptista. *Apontamentos sobre a Escola de Santa Isabel*. Rio de Janeiro: Imprensa Industrial, 1882.

VALLADÃO, Alfredo. Senador Correia. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Dep. Imprensa Nacional, v. 239, p. 247-277, abr./jun. 1958.

Resumo

O artigo trata da vida e carreira de um dos mais notáveis homens políticos da História brasileira ao longo do século XIX e início do XX. Manuel Francisco Correia, ou senador Correia, como ficou mais conhecido, teve vida pública sem manchas, atuando em vários setores da vida social e política brasileira, especialmente como advo-

gado, deputado, ministro, senador, conselheiro, educador e animador cultural.

Palavras-chave: Senador Correia – Política – Educação.

Abstract

The article deals with the life and career of one of the most remarkable politicians of Brazilian History through the 19th and early 20th centuries. Francisco Manuel Correia, Senator Correia, as it became known, had no taint in his public life, working in various sectors of the Brazilian social and political life, especially as a lawyer, deputy, minister, senator, counselor, educator and cultural promoter.

Keywords: Senator Correia – Politics – Education.

EUCLIDES DA CUNHA: o intelectual fluminense

Miridan Britto Falci¹

Épico, apaixonado, temperamental, racional, maravilhoso escritor.

Este é o Euclides da Cunha.

Homem de rara inteligência e cultura, teceu e construiu suas primeiras observações com um tipo específico e próprio de pensamento, mas, como todos os grandes espíritos, e de todas as épocas, mudou suas observações, suas análises e sua compreensão ao longo dos seus 43 anos de idade, fatos advindos não só do alargamento do conhecimento da época, das inúmeras viagens que fez pelo Brasil como em função das próprias mudanças históricas da época.

Suas observações sobre a história de uma região ou de um fato revestem-se das características do pensador social do século XIX. Dominados pelo evolucionismo, pelas práticas positivistas, acrescentou-se, aos pensadores brasileiros o ufanismo bem como o indigenismo e marcando-lhes a tentativa de compreensão dessa amálgama de “raças” que temos mantido em contato em nossa formação histórica.

E para entendermos Euclides da Cunha é preciso resgatar os trabalhos menos explorados desse pensador, como aqueles que realizou enquanto membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, os contidos em *À margem da história*, (Primeira Parte/Terra sem História - Amazônia), sobre o Peru e a Bolívia, sobre a Rússia, e Argentina, etc., e, além disso, penetrar no conhecimento do contexto histórico da virada do século, no Brasil e no mundo. São os acontecimentos

¹ Sócia efetiva do IHGB e sócia do IHGRJ. Pós-doutora em Demografia Histórica, École des Hautes Études en Sciences Sociales. Paris, França. Professora do Programa de Mestrado em História Comparada do IH/IFCS/UFRJ.

dessa virada de século que embasarão nossas interpretações sobre o pensamento desse historiador e escritor.

O contexto mundial

A época em que nasceu e viveu Euclides é conhecida como *Fin de siècle*, designando não somente o fim de um século, mas igualmente de uma era, um modo de vida, um mundo que chegava ao fim. Panos ou cortinas baixavam e erguiam-se rapidamente sobre regimes, revoluções, classes dominantes e ideologias. E nesses cenários muitos desempenhavam os seus papéis: bonapartistas, jacobinos e liberais, burgueses, aristocratas, democratas e povo das cidades.

O *Fin de siècle* é marcado pela chamada era do imperialismo. Dá-se a partilha da África, onde cada país europeu abocanha pedaços de terra, gente e riquezas. A Alemanha unificada, em 1870, apossa-se dos Camarões e de Togo; a França, em 1878, alarga-se sobre a Mauritânia, o Gabão, ilha de Madagascar; a Itália ocupa a Líbia e Eritreia; o Japão ocupa territórios na China e Coréia; a Rússia expande-se pelos Bálcãs e une-se à Europa para terminar com o “homem doente da Europa” – o império turco. No continente americano, os Estados Unidos cumprem o seu “destino manifesto” de espalhar a igualdade, o direito a crescer e progredir e chegam ao Pacífico adquirindo o Alasca e o Haiti.²

É uma era de contrastes, ruínas, dominações de povos sobre outros, de partilhas.

E as justificativas e explicações para o domínio econômico e político eram acompanhadas de correntes teóricas que lembravam a necessidade de progresso dos povos para a concretização e felicidade geral da humanidade.

A “liberdade, fraternidade e igualdade” preconizada no fim do século anterior só seria possível, diziam, pela ação do homem branco

² Euclides da Cunha. *Obra Completa*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1995, Cap. Contrastes e Confrontos e A solidariedade sul-americana, o ideal americano, p. 175-199.

e culto sobre “raças” que se acreditavam inferiores, daí o desenvolvimento de ideais racistas. E a “raça branca, superior e culta” teria como alavanca de ação o desenvolvimento das ciências físicas e naturais. Assim, os parâmetros de raça e civilização para evitar a “decadência” prevista pelo dr. Benedict Morel, em 1857, no seu *Tratado da degeneração física, intelectual e moral da raça humana e das causas que a produzem*.³

Fin de siècle foi também a era da neurose e da “decadência” esboçada pelos poetas românticos, reforçadas pela experiência social e afirmadas pela descrição naturalista. *O caráter nervoso da escrita de Edgar Alan Poe, a intensidade nervosa da música de Wagner, os trabalhos de Degas (que Goncourt chamava de neurótico) ou de um Gauguin tido como uma pele embaixo da qual os nervos vibram*, como nos diz Weber,⁴ são exemplos dessa ênfase dada aos nervos. Muitos associaram a neurose a uma certa decadência da França (que perdia a Guerra de 1870) e com uma Paris que crescia desordenadamente pela imigração dos camponeses e a falta de água canalizada, ou ainda pela presença de lixo e ausência de saneamento básico. Muitos olharam para a formação e crescimento territorial dos Estados Unidos e seguiram as palavras de seus primeiros presidentes acreditando-se superiores e destinados a dirigir os povos americanos.

Quem nasceu e cresceu nesse momento pode ter acompanhado as angústias de guerras imensas na África, as neuroses e conflitos íntimos da época de arranjos e desarranjos territoriais, acreditando na necessidade de comando dos Estados Unidos. E o nosso Euclides viveu nesse momento. Daí o chamarmos de “O homem Fin de siècle”.

O contexto histórico brasileiro

Nosso *fin de siècle* também tinha peculiaridades. Terra distante, longínqua, de barões do café que não moravam no Brasil, mas,

³ BUGYJA BRITTO. *Narrativas autobiográficas*, vol. 1, pp. 159-170. Rio de Janeiro: Folha Carioca, 1977.

⁴ WEBER, Eugen. *França fin-de-siècle*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p19-40.

sim, na França e estudavam em Coimbra ou em Montpelier. E pouco visitavam o Brasil. Terra de escravos, de um império, de um rei sábio e de um povo analfabeto.

Desde o fim da Guerra do Paraguai, o império se desintegrava e crescia o movimento em torno da mudança do regime. Enquanto o rei lia árabe, francês, russo e estudava fotografia, as elites políticas dele se distanciavam pensando na necessidade da mudança do sistema escravocrata em que estávamos afundados. E Euclides da Cunha fazia parte desse grupo que queria a mudança.

Dizia Euclides, fazendo alarde para um novo regime: “*A ideia republicana segue a sua trajetória – fatal e indestrutível como a das estrelas.*”⁵

Euclides pensava o regime republicano como uma forma de organização social que apresentava dupla vantagem – eliminaria os privilégios de origem e deixaria aflorar os talentos dispersos pelas várias camadas sociais mediante de um minucioso processo de filtragem democrática. Seria então o regime das grandes capacidades e da mais elevada racionalidade.⁶

Euclides da Cunha fez parte do que passou a ser conhecido como a Geração dos 70.

Afinal, quem era essa Geração dos 70 e como situamos Euclides dentro dela?

No dizer de José Veríssimo, já estão nítidas em Euclides da Cunha a mudança da percepção e as sensibilidades sociais traduzidas no anseio de mudança no Brasil. E, além de Euclides da Cunha, essas percepções estão em Tobias Barreto, Silvio Romero, Graça Aranha e Capistrano de Abreu. Pensavam e se batiam pela abolição da

⁵ SEVCENKO, Nicolau. *A literatura como missão. Tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p.149-151.

⁶ Idem, p. 178-182.

escravidão e instauração da República, fatos que propiciariam novos elementos com que o Brasil entraria na modernidade. Escorados na Faculdade de Direito de Recife, sob a liderança de Tobias Barreto, o movimento da “geração dos 70” passa a ter projeção nacional. Eles buscam definir a nacionalidade através da elaboração de uma crítica: o que é ser brasileiro e qual a sua especificidade⁷.

É certo que predominava a visão pessimista do atraso cultural e da inferioridade étnica, pois o Brasil era lido através da cartilha do darwinismo social.

Mas a ideia que está por trás de tudo é a de que o atraso e a inferioridade poderiam ser extirpados, desde que a nação acelerasse a sua marcha evolutiva integrando-se ao contexto internacional.

Para Euclides, a grande arma para se fazer o progresso e a construção da nacionalidade seria dada pela engenharia, medicina, geografia, climatologia, geologia, ciências naturais, conhecimento das leis e direito. Esse conjunto científico constituiria o instrumental científico para a chamada geração de “mosqueteiros intelectuais”, assim denominada por Nicolau Sevcenko.⁸

Essa geração dos 70, embora constituísse uma reduzida elite ilustrada que acabava circulando por centros comuns de estudo e pesquisa, e estabelecia relações de intercâmbio cultural, para que chama a atenção Lília Schwarcz, não era um grupo unísono e homogêneo. Estavam divididos em função de seus interesses profissionais.⁹ Uns serão “os profissionais da ciência”; outros, “homens de letras”, aqueles que se caracterizavam pelo seu alheamento das questões políticas e sociais

⁷ Para a compreensão desse período, ver ALONSO, Angela. *Ideias em movimento. A geração de 1870 na crise do Brasil – Império*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002, p. 130-240; SCHWARCZ, Lília Moritz. *O espetáculo das raças*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 23-43; ALONSO, Angela. *Joaquim Nabuco, Os salões e as ruas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 136-178.

⁸ SEVCENKO, N. *Literatura como missão. Tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. op. cit. p. 96-117.

⁹ SCHWARCZ, Lília, op. cit. p. 23-43.

mais imediatas. Os primeiros, definindo-se como intelectuais que lutavam pelo progresso científico da nação, criticavam os seus colegas que se afastavam dos problemas do país. Foram considerados homens de ciência por Lilia Schwarcz não só Oliveira Lima (1865-1928), Tobias Barreto (1839-1889) Silvio Romero (1851-1914), Nina Rodrigues (1862-1906), como Euclides da Cunha (1866-1909) e Oswaldo Cruz (1872-1917). Graça Aranha e Machado de Assis pontificavam-se entre homens de letras.¹⁰

Os acontecimentos políticos, as transformações por que passou o país nos primeiros anos do século XX, os ideais perseguidos de urbanismo, beleza e europeização da *Belle Époque* no Rio de Janeiro mostrarão a muitos intelectuais científicos que pontificavam fora do eixo Rio-São Paulo quão vazias eram as explicações do processo brasileiro.

E é por isso que entre esses intelectuais não se pode estabelecer uma verdade única.

O homem e sua vida

Para entendermos melhor esse homem, acompanhemos sua vida.

Euclides da Cunha, nascido em 1866 em uma fazenda na província fluminense, com a morte da mãe tuberculosa e a prematura orfandade aos três anos de idade, é levado para casa de tios em Teresópolis, residindo com os tios Rosinda e Urbano Gouveia. Novo encontro com a orfandade, pois morre a tia Rosinda, sua segunda mãe. Passa a morar com novos tios, em São Fidélis, na fazenda São Joaquim, de certo bucolismo. Em 1874, ingressa no Colégio Caldeira, sob a direção do português Francisco José Caldeira, pedagogo de ideias revolucionárias que exerce boa influência em seu espírito, embora seja conhecido como de natureza introspectiva e triste. Com 11 e 12 anos, o conhecemos vivendo com outros avós, na Bahia, onde deve ter apreendido o linguajar gongórico dos baianos no Colégio Carneiro Ribeiro.

¹⁰ SCHWARCZ, Lilia. *Ibidem*.

Em 1879, regressa ao Rio para morar com outros tios numa chácara no Largo da Carioca e passa por vários colégios: Anglo Americano, Vitório da Costa, Menezes Vieira, e o colégio Aquino, onde conheceu Benjamin Constant, grande republicano e seu professor.

Nesse colégio, com 18 anos, funda o jornal *O Democrata*, no qual publica seu primeiro artigo.

Nessa adolescência instável em crises íntimas de inspiração filosófica e metafísica, faz versos reunidos em *As ondas* nos quais canta a tristeza do amor e a liberdade universal.

O que podemos perceber dessa infância e adolescência? Espaços variados, desde o interior bucólico até a vida urbana, lares compartilhados. Certamente, nas plagas solitárias altas e frias de Teresópolis e São Fidélis, percebeu e amou o recorte variado e multifacetado das montanhas da Serra do Mar, e é por isso que declara mais tarde sobre a Amazônia:

*Terra sem História: A Amazônia é sem dúvida o maior quadro da Terra porém chatamente rebatido num plano horizontal... falta a linha vertical, preexcelente na movimentação da paisagem e... em poucas horas o observador cede às fadigas de uma monotonia inatúrável.*¹¹

Com 20 anos entra na Escola Militar, sem, no entanto, concluí-la, pelo episódio em que demonstra suas convicções republicanas diante de ministro da Guerra, Tomás Coelho. É excluído do Exército. Com 22 anos parte para São Paulo e escreve “A pátria e a dinastia”, com as iniciais E. C., no jornal *Província de São Paulo*. Inicia também a seção “Questões sociais” com o pseudônimo de Proudon.

Em 1889, volta para o Rio e entra na Escola Politécnica. Quatro dias após a Proclamação da República, é chamado para a sua reversão ao Exército. Promovido a segundo tenente, inicia o curso

¹¹ Euclides da Cunha. *Obra completa*. Vol. 1. À margem da história. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1995, p. 175-178.

de artilharia na Escola Superior de Guerra. Escreve, nesses anos, na *Gazeta de Notícias* do Rio e no *Estado de S. Paulo*. Casa-se, em 1890, com 24 anos, com Ana, filha do general Sólon Ribeiro, destaque na Proclamação da República.

Mas cedo Euclides percebeu que a República tão sonhada e desejada nada estava fazendo. Em carta ao sogro, coronel Sólon Ribeiro, declara em 1890:

*Imagine o senhor que o Benjamin [Constant], o meu antigo ídolo, homem pelo qual era capaz de sacrificar-me sem titubear e sem raciocinar, perdeu a auréola, desceu à vulgaridade de um político qualquer, acessível ao filhotismo, sem orientação, sem atitude, sem valor e desmoralizado – justamente desmoralizado.*¹²

No mesmo ano da proclamação da República, Euclides mostra na imprensa que estava acometido das primeiras desilusões. Em 1892, já está quase afastado de tudo, mas o rompimento definitivo com o novo regime ocorre em 1893, com a Revolta da Armada. Euclides censura a violência da repressão florianista e as arbitrariedades e o desmando do governo, que contava com o apoio da maioria do Exército e dos cadetes da Escola Militar.

Designado para servir na cidade mineira de Campanha, em 1894, ali faz construções, estradas e estudos de obras sociais, mas, em 1896, deixa o Exército e é nomeado engenheiro da Superintendência de Obras Públicas do Estado de São Paulo. Constrói pontes e edifícios. Abre estradas.

O ano 1897 é um marco na vida de Euclides, quando, a convite de Julio Mesquita, segue como repórter para a região dos sertões da Bahia. Os fatos que presenciou e a natureza do próprio lugar o marcaram profundamente. Cinco anos mais tarde, publica sua memorável obra *Os sertões*.

¹² Euclides da Cunha. *Obra completa*. Vol. 1. Biografia, 1995, p. 153; SEVCENKO, op. cit., p. 183.

Em 1903, é eleito para a cadeira 7 da ABL e, em 20 de novembro, toma posse no IHGB.

Demite-se da Superintendência de Obras Públicas, sempre inquieto e temperamental. Em 1904, já está em Santos, mas também se exonera e é nomeado chefe da Comissão do Alto Purus. Vive em Manaus, em 1905, de abril até outubro, de onde volta com impaludismo. Em 1906, escreve *Relatório do Alto Purus*. Está chocado com a natureza e as questões sociais. Em 1908, fixa residência em Copacabana e inicia a fase de intensos trabalhos no Itamaraty, onde ajuda como cartógrafo o barão do Rio Branco. Conclui *À margem da história*.

Em 1909, entra por concurso para o Colégio Pedro Segundo. Morre assassinado em 15 de agosto por Dilermando de Assis.

De todo esse percurso de sua vida nos brotam essas considerações: andarilho, repórter, jornalista, Euclides sofre entre o cientificismo e a realidade encontrada nas suas andanças pelo Brasil.

Estabelece-se, segundo Melo e Souza, a luta interna, a reclusão, pois lutava em não denunciar o que vira, em apresentar a ignorância do sertão, em combater a ideologia do falso.¹³ Euclides da Cunha sofreu com as transformações que viu na sua República sonhada.

A sua obra distribui-se entre historiografia, geografia, geologia, geomorfologia, crônica, conhecimentos estatísticos, astronomia, engenharia e poesia e muitas eram acompanhadas de comentário científico. Os temas de sua obra incluem principalmente o homem dentro da natureza, os conflitos com o meio ambiente. Escreveu sobre tudo o que de mais importante se apresentava em sua época.

Os temas são tratados com tanto arroubo e descritos de maneira tão enrolada que nos lembram as descrições que faz dos múltiplos meandros dos rios amazônicos e da sua inconstância nos leitos. Ele

¹³ MELO E SOUZA. Euclides da Cunha. Conferência pronunciada na Academia Carioca de Letras.

muitas vezes nos parece confuso, embaralhado sobre si mesmo, e se torna difícil perceber e isolar temas e conclusões dentro de um texto.

Os assuntos que podemos filtrar em sua obra apresentam eventos e processos locais, nacionais e internacionais e que são estudados no seu nível social, econômico, político e cultural e, ainda, acompanhados de reflexões sobre ciclos temporais e filosofia da história. Suas reflexões apresentam uma perspectiva materialista e historicista.

Como classificar sua obra?

Corresponderia a uma epopeia, a uma obra sociológica, a uma obra histórica?

Seria romântica, realista ou simbólica?

Foi tudo isso.

Sociológica pela percepção e denúncia do ambiente social e das necessidades humanas, como já demonstraram José Arthur Rios, Nelson Melo e Souza, Sevcenko e outros.

Seria também revestida de um caráter de epopeia. Pois a epopeia brasileira, no enquadramento da descrição que Bugyja Britto faz, teria:

(...) as nuances ou aspectos que versam os temas sociais e os que podem ter feição científica. Permanece caracterizada mais: a descrição de assuntos heroicos ou matizados de aventuras, plenos de lendas ou mitos existentes ou imaginados. Em geral... há o maravilhoso, que nela anda, ora de permeio com o verdadeiro ou substitui este.¹⁴

Pela maneira como Euclides dispõe suas ideias, percebe-se a sua visão de mundo. Ele sorveu a formação positivista no convívio

¹⁴ BUGYJA BRITTO. *Itaíns*. Rio de Janeiro: Folha Carioca, 1990, p. 84.

com seu professor por duas vezes – Benjamin Constant. Possuía um credo inabalável num humanitarismo cosmopolita.

E foi o humanitarismo cosmopolita uma “herança distante do iluminismo revivido pelo positivismo e pelo evolucionismo progressista liberal”.¹⁵

Esse conceito complexo se traduzia na prática de elevação da humanidade, sem distinções nacionais a um padrão de solidariedade ideal. Todos os homens da terra poderiam alcançá-la.¹⁶

E para quê?

“O objetivo desse humanitarismo” usando as próprias palavras de Euclides, é *“a construção da pátria humana”*. *Na terra, tornada espaço comum é que nossa espécie poderia cumprir o “fim da civilização” que é a harmonia entre os homens.*¹⁷

Era preciso lutar, estudar, acompanhar o desenvolvimento das ciências para fazer o Brasil atingir o grau de civilização e humanitarismo.

Ele passa a compartilhar da crença de que o conceito de evolução encerra a lei fundamental da história. Em lugar da progressão por patamares de Comte, Euclides defende a ideia de que essa marcha se faz de modo ascendente linear e contínua, como pensava Spencer. Seria um avanço cujo ciclo de harmonia deveria abranger simétrica e simultaneamente as esferas do inorgânico, da sociedade e da ética. Somente com um alto grau de desenvolvimento cultural e de organização é que o Brasil poderia evitar o destino igual ao da China, do México e dos boers.

¹⁵ SEVCENKO, Nicolau, op. cit., p. 143.

¹⁶ Idem, op. cit., p. 144-150.

¹⁷ Idem, op. cit., p.143.

Euclides valoriza o industrialismo como porta para o liberalismo econômico e político. E acrescenta que somente juntando ciência e direito é que crescerá a civilização. Assim se expressa:

*Civilização é o corolário mais próximo da atividade humana sobre o mundo – emanada diretamente de um fato que assume hoje na ciência social o caráter positivo de uma lei – a evolução – o seu curso, como está, é fatal, inexorável, não há tradição que lhe demore a marcha nem revoluções que a perturbem (...)*¹⁸

Euclides se ligava às fontes do liberalismo inglês, e vai mais longe – ao socialismo, como diz: “O socialismo temo-lo como uma ideia vencedora.”¹⁹

E, percorrendo toda a história da Idade Média, denuncia as correntes superficiais até fixar-se em Marx, com quem “o socialismo começou a usar uma linguagem firme, compreensível e positiva”.²⁰ Segundo Sevcenko, “apropriação do pensamento marxista é sempre afastada do seu conteúdo dialético e revolucionário”. As observações na nova doutrina recaem sobre preceitos de raiz liberal, humanitária e trabalhista de Spencer, Gladstone e mesmo da tradição utilitarista inglesa ou positivista francesa.²¹

Assim, Euclides interpreta a ideia socialista nos moldes do evolucionismo, e sob o princípio do positivismo: conservar melhorando.

As bases sociais da História e da Geografia

Avulta na sua obra a influência da escola geográfica de Ratzel. Dominado pela noção de que o espaço imprime força determinante sobre o ser humano (tese do determinismo geográfico), ele declara: “A geografia prefigura a história.”²²

¹⁸ Euclides da Cunha. *Obra completa*, op. cit., vol. 1, p.145.

¹⁹ Idem, op. cit., p. 670.

²⁰ SEVCENKO, Nicolau, op. cit., p. 183.

²¹ SEVCENKO, Nicolau, op. cit., p. 184.

²² Idem, op. cit., p. 358.

Analisa em sua obra o primado do Pacífico, a expansão da Rússia e o futuro conflito entre Estados Unidos e Japão dizendo:

O conflito mercantil ou militar, ou o embate das duas raças defrontantes, terá, tudo o denuncia, a forma inicial de uma luta entre os Estados Unidos e o Japão.

*Os Estados Unidos, tendo no grande oceano uma linha de costas de 12.425 milhas, superior às de todas as nações ribeirinhas, Grã-Bretanha, Rússia e outros – pelo rumo intorcível de seu desenvolvimento econômico, aliado a uma fatalidade geográfica – tem, hoje, – todo o seu destino submetido à condição da hegemonia plena naqueles mares.*²³

Reflete sobre vários assuntos da dominação entre os países no continente americano, da “decadência” de outros e como minorar ou solucionar os problemas de integração continental.

Sobre a abertura do canal do Panamá e a “decadência” da Argentina, Euclides declara:

A Argentina sofrerá mais que todos os países os efeitos da vindoura rota marítima destinada a alterar profundamente o giro dos escambos internacionais. É uma causa universal.

*Não há gênio de estadista que atenuie à avantajada nação os efeitos tão prejudiciais nascidos da própria fatalidade geográfica.*²⁴

Também a explicação da formação histórica do Brasil é determinada, “pelas opostas condições geográficas num desdobramento de 35 graus de latitude, pelo contraste entre litoral e sertão, além das raças e miscigenação”.²⁵

²³ Euclides da Cunha, op. cit., p. 359.

²⁴ Euclides da Cunha. *Obra completa*, vol. 1, Capítulo Ensaios, estudos e artigos, p. 353-360.

²⁵ Euclides da Cunha, op. cit., ibidem.

Assim sua obra poderia ser sentida e explicada através desse peso dos espaços geográficos: o Norte, que é como Euclides e sua época designam os estados do Nordeste e a Bahia; o Sul, englobando Espírito Santo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo; além de Goiás e Mato Grosso; e, finalmente, a Amazônia.

Sobre o Norte, construiu *Os sertões*. O Sul está centralizado em *Outros contrastes e confrontos*, *Crônica* e dos *relatórios sobre a Ilha de Búzios* e *Os fortes de Bertioga*. A Amazônia está contida na primeira parte de *À margem da história* e *O rio Purus*.

Outros trabalhos, como *À margem da geografia*, *Fragmentos e relíquias*, *Contrastes e confrontos* e a segunda e terceira partes do *A margem da história* (*Vários estudos* e *Da Independência à República*), alteiam observações sobre esses espaços. *Peru versus Bolívia* não trata do Brasil.

Depois que o sertão do Canudos revelou-lhe o Brasil do Norte, declara sobre a Amazônia:

(...) ao revés da admiração ou do entusiasmo, o que nos sobressalteia geralmente, diante do Amazonas, ao desembocar do Dédalo florido do Tajapuru, aberto em cheio para o grande rio, é antes um desapontamento.

(...) a flora ostenta a mesma imperfeita grandeza. Nos meios-dias silenciosos – porque as noites são fantasticamente ruidosas – quem segue pela mata vai com a vista embotada no verde-negro das folhas e as árvores de troncos retilíneos e paupérrimos de flores.²⁶

Ele se amedronta com o quadro físico. Sofre as dicotomias entre o progresso montado no Rio de Janeiro e a calma das vilas pacatas do interior ou a exuberância indomável da Amazônia.

²⁶ Euclides da Cunha, op. cit., Cap. *À margem da história* (Terra sem história – Amazônia, pp. 250 e segs.).

Ele continua: “sucede um caso vulgar de psicologia ao de-frontarmos o Amazonas real, vemo-lo inferior à imagem subjetiva há longo tempo prefigurada”.²⁷

E por quê?

Segundo ele, o Amazonas não constrói, destrói. Destrói as margens, as ilhas que forma, os lagos; o que nele se destaca é a função destruidora, exclusiva.

Euclides tem medo da destruição, da destruição dentro dele, da angústia em que se reveste. Não é alegre, não é feliz, é violento, apaixonado, nervoso.

Comparando o Mississipi que forma o grande delta e o Hoang-Ho na China, chama a atenção para a ação do Amazonas

*(...) com seus 3 milhões de metros cúbicos de sedimentos que carrega em vinte e quatro horas a sua corrente turbida, adensada nos últimos lances de seu itinerário de 6 mil milhas, dissipa-os com os desmontes dos litorais, que dia a dia se desbarrancam, fazendo recuar a costa que se decanta toda no Atlântico.*²⁸

No IHGB

Euclides, como outros historiadores da época, Varnhagem e Capistrano de Abreu, repensaram os problemas sociais, relações raciais e envolvimento políticos. Certamente Euclides não construiu História como hoje a concebemos, mas, guinado como sócio ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro no mesmo ano em que era eleito para a Academia Brasileira de Letras, e havendo no parecer de sua eleição a justificativa da construção da obra *Os sertões*, ele assim declara:

²⁷ Euclides da Cunha, op. cit., Cap. À margem da história, pp. 255-260.

²⁸ Euclides da Cunha, Idem.

Acudindo ao vosso chamado (...),venho ocupar o lugar que me designastes, assegurando ao mesmo tempo a ufanía que me causa esta investidura, e me obrigue, de ora em diante, a acomodar uma visão restrita e frágil às mais dilatadas perspectivas de vosso tirocínio histórico...

Forrei-me ao domínio de alguns preconceitos sem sentido, (...) e rompendo as malhas de um ingênuo fetichismo político ao mesmo tempo que deixaram-me de atrair as aventuras de antigo caçador de miragens – posso vir, placidamente, para o vosso meio.²⁹

Ele então se propõe, através de intenso esforço, a

Compreender os destinos de um povo que, nascendo em condições especialíssimas [...] deparou na própria marcha crescentemente acelerada do progresso geral, sérios estorvos, impossibilitando-o uma situação deparada indispensável ao perfeito caldeamento das raças constituintes... Revelaria isto a mais ligeira análise da situação presente. Não a farei porém [...] evito pormenorizar um assunto em que o funambulesco (excêntrico, próprio do equilibrista que anda na corda, meus sentidos) se conchava ao trágico.

Ademais, para ser útil, basta cingir-me ao vosso Programa.³⁰

Entre 1903, quando toma posse no IHGB, e a sua morte, em 1909, Euclides estará em Santos, em Manaus (aqui como chefe da Expedição de reconhecimento do Alto Purus), e voltando ao Rio, publica *Contrastes e confrontos* por uma editora de Lisboa e, pela Francisco Alves, publica *Peru versus Bolívia*, e prenuncia sua célebre conferência de 11 de agosto, *Castro Alves e seu tempo*. Em 1908, conclui *À margem da história*, publicado postumamente.

²⁹ CUNHA, Euclides da. Discurso de posse. Sessão de 20 de novembro de 1903. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo 66 (2): 292, jul/dez, 1903. www.ihgb.org.br/publicações/revista/séculodd.

³⁰ CUNHA, Euclides da. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 1903. Tomo 66 (2): 292, jul/dez, 1903. www.ihgb.org.br/publicações/séculodd.

Não foram muitos os trabalhos publicados no IHGB. Na Revista do Instituto, que tive a honra de dirigir 10 anos, existem os seguintes artigos: *Rio abandonado*, de 1905; *Discurso de posse e da Independência à República*, texto de 15 páginas interpretativas da História do Brasil (1906), de grande conhecimento bibliográfico (Koster, Southey, Martius, Varnhagen, Saint-Hilaire) no qual aparecem explicações para os movimentos sociais da Regência .

Fosse geográfica, sociológica, jornalística ou histórica, resalta em sua obra a preocupação com o homem e a solução e interpretação dos problemas sociais. Tanto no sertão da Bahia quanto na Amazônia, sua preocupação maior é dar ao homem a condição de vida como ser superior.

É ontológica a sua explicação sobre o sofrimento do seringueiro na organização de trabalho em que está envolvido. Ele não só descreve, ele pulsa, ele geme, ele rosna como o grande rio Amazonas.

Ele diz:

O homem, ao penetrar as portas que levam ao paraíso diabólico dos seringais, abdica das melhores qualidades nativas e fulmina-se a si próprio a rir com aquela ironia formidável. É que realmente nas paragens exuberantes das héveas e castilhoas o aguarda a mais criminosa organização do trabalho o seringueiro realiza uma tremenda anomalia; é o homem que trabalha para escravizar-se...

E relata:

No próprio dia em que parte do Ceará o seringueiro, principia a dever: deve a passagem de proa até ao Pará (35 mil réis) e o dinheiro que recebeu para preparar-se 150 mil réis. /Depois vem a importância do transporte numa gaiola qualquer de Belém ao baração longínquo na média de 150 mil réis. Aditem-se cerca de 800 mil réis para os seguintes utensílios invariáveis/: um boião de furo, uma bacia, mil tigelinhas, uma machadinha de ferro, um machado, um terçado, um rifle e duzentas balas, dois pratos, duas colheres, duas xícaras, duas panelas, uma cafeteira, dois carretéis de linha e um agulheiro. Ainda é um “brabo, isto é, ainda não aprendeu o corte da madeira e já deve 1:135\$000. Segue para o posto solitário

*(que o patrão designará) encalçado de um comboio levando-lhe a bagagem e víveres, rigorosamente marcados, que lhe bastem para três meses: 3 paneleiros de farinha d'água, um saco de feijão, outro pequeno de sal, 20 quilos de arroz, 30 de charque, 21 de café, 30 de açúcar, 6 latas de banha, 8 libras de fumo e 20 gramas de quinino. Tudo isto lhe custa cerca de 750 mil réis. Ainda não deu um talo de machadinha (...) e já tem o compromisso sério de 2 contos e 90 mil réis.*³¹

Conclusões

Euclides é o homem *Fin de siècle*. Possui dentro de si igualmente o século XIX literário, romântico e idealista e o século XX naturalista e materialista. Contrastes, antíteses, confrontos e desafios são uma constante em sua obra. A sua contribuição à História perpassa toda a sua obra na compreensão do homem dominado, subjugado e a construção da pátria nacional. E é, também, como já assinalado, o intelectual dividido: racional x metafísico.

Suas observações estão eivadas de uma percepção psicologista, um analisar de sentimentos eivados de metáforas. É de uma extrema sensibilidade. Os embates de duas décadas brotam do âmago do seu ideário.

E para comprovar esses dois mundos, ainda não trazido na historiografia sobre Euclides, transcrevemos um texto de inspiração metafísica.

Estrelas Indecifráveis.

Conta-nos [São] Mateus daqueles três reis magos, que abalaram de seus países em busca do Messias recém-nascido, conduzidos por uma estrela extraordinária que, improvisadamente, resplandeceu na altura.

Não critiquemos. Justifiquemo-la...

³¹ CUNHA, Euclides da. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo 66 (2): 292, jul/dez, 1903. www.ihgb.org.br/publicações/séculooxx.

Para a vinda de Cristo aparelhara-se a antiguidade de esperanças religiosas tão vastas que o messianismo judaico se generalizara em aspiração universal.

E os três reis magos encontraram a criança. Foi um encanto e um desafogo: os olhos encadeados no refulgir dos plainos incendiado repousaram, suavemente, na auréola ideal de uma fronte loura de criança.

Então a estrela se apagou na altura.

Mas não se extinguiu para sempre. Por singular que se afigure, a ciência planejou ajustar ao misticismo incomparável de Mateus as suas fórmulas rigorosamente positivas.

Mas essas estrelas, menos comuns que os cometas, por adstritas a um compasso mais vagaroso no ritmo das manifestações periódicas das aparências cosmológicas, foram sempre mais surpreendentes. E até os nossos dias se apontam 22 aparições verificadas.³²

E Euclides continua:

Essas estrelas variáveis e repentinas são ainda um verdadeiro mistério.

E não nos espanta que após estudarem, sob incontáveis aspectos, os astros extraordinários, e de assistirem ao despencar escandaloso de tantas explicações, guisadas a esclarecê-los com os nossos conhecimentos atuais, cheguem os cientistas desde agora a melancólica conclusão da falência da astronomia antes aquelas estrelas rebeldes. E já não nos maravilha que a alma magnífica de Kepler passasse do rigorismo das linhas geométricas para os êxtases arrebatados dos crentes.

³² CUNHA, Euclides da. Cita a aparição da estrela Omieron em 1596, da Matuan-lin em 1578 e da Peregrina, descoberta por Ticho Brahe em 1572, todas com explicações teóricas levantadas e decaídas pela ciência. *Obra completa*, vol. I, p. 424.

E pensamos maravilhados diante do crescer e do transfigurar-se da própria realidade que, mesmo na esfera aparentemente seca do mais estreito racionalismo, se nos faz mister um ideal, ou uma crença, ou os brilhos norteadores de uma ilusão alevantada.

Embora eles não se expliquem nem se demonstrem com os recursos da consciência atual – como não se explicam – os astros volúveis que pelejam por momentos e morrem indecifráveis, como nasceu e morreu a estrela radiosa que norteou os magos no deserto e nenhum sábio fixou na altura.³³

Referências bibliográficas

BUGYJA BRITTO. *Itains*. Rio de Janeiro: Folha Carioca, 1990.

BUGYJA BRITTO. *Narrativas autobiográficas*. Rio de Janeiro: Folha Carioca, 1977.

CORREA, Sergio. *O sentido da epopeia*. Sua continuidade na época atual. A epopeia brasileira de Euclides da Cunha. São Paulo. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, n. 11, 1948.

CORREA, M.F. Discurso saudando o novo sócio correspondente Dr. Euclides da Cunha. Rio de Janeiro. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 66 (2): 292, jul/dez, 1903.

FALCI, Miridan. Euclides da Cunha. Conferência na CEPHAS. IHGB, 2011.

FALCI, Miridan. Euclides da Cunha. Conferência na Academia Carioca de Letras, 2010.

MELO E SOUZA. Euclides da Cunha. Conferência na Academia Carioca de Letras, 2010. (inédita)

RIOS, José Arthur. Conferência na Academia Carioca de Letras, 2010. (inédita)

SCHWARCZ, Lilia. *O espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil. 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

³³ CUNHA, Euclides da. *Obra completa*. Vol. I, p. 425.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como Missão*. Tensões Sociais e Criação Cultural na Primeira República. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

TOCANTINS, Leandro. *Euclides da Cunha e o paraíso perdido*. Manaus. Gov. do estado do Amazonas, 1966.

VENANCIO FILHO, Francisco. *Euclides da Cunha. Ensaio bibliográfico*. Rio de Janeiro, 1931.

_____. Euclides da Cunha e a Amazônia. Rio de Janeiro. *Revista Brasileira*, n. 7, 1943.

WEBER, Eugen. *França fin de siècle*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

Fontes

CUNHA, Euclides da. *Obra completa*. Dois volumes. Biblioteca Luso-Brasileira – Série Brasileira. Edição organizada sob a direção de Afrânio Coutinho, Francisco Venâncio Filho. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1995.

Resumo

O artigo procura caracterizar o pensador fluminense como um pensador “fin de siècle”, ou seja, ao mesmo tempo um racionalista, matemático, engenheiro e positivista e um épico apaixonado pela natureza e pelas questões metafísicas. Destaca para isso as suas observações sobre a história dos Estados Unidos, da Rússia, da Argentina e as suas observações sobre as Estrelas Indecifráveis que lembram nossos sonhos e aspirações.

Palavras-chave: Euclides da Cunha – racionalista – idealista – metafísico

Abstract

The article seeks to characterize the fluminense thinker as a thinker “fin de siècle” or is, at the same time a rationalist, positivist, engineer and mathematician and an epic in nature and metaphysical issues. Highlights to this comment on the history of the United Sta-

tes, Russia, Argentina and their comments on the stars Indecipherable that resemble our dreams and aspirations.

Keywords: *Euclides da Cunha – rationalist – idealistic – metaphysical.*

150 ANOS COM ERNESTO NAZARETH

Marcelo Verzoni¹

Ernesto Nazareth está sendo muito lembrado neste ano de 2013, quando se completam 150 anos desde o seu nascimento, ocorrido na cidade do Rio de Janeiro em 1863. Esse músico – autor de peças célebres como a polca *Apanhei-te, cavaquinho*, a valsa *Confidência*, os tangos *Brejeiro*, *Odeon*, *Carioca* e tantos outros – parece desempenhar um papel todo especial no imaginário daqueles que estudam as músicas produzidas no Brasil e, em especial, aquelas composições que conseguiram, com o passar dos anos, qualificarem-se como símbolos de um projeto nacionalista.

Em nosso país, a segunda metade do século XIX vivenciou uma série de iniciativas intelectuais que pretendiam definir o que seria, afinal, autenticamente brasileiro. No terreno da música, os compositores de escola, que trabalhavam sobre moldes europeus, aos poucos foram inserindo algum material de origem folclórica em suas peças de concerto. Uma sistematização (ou teorização) de todo esse processo só seria empreendida mais tarde, tendo como arauto principal o célebre Mário de Andrade, que foi, entre várias outras coisas, professor de piano do Conservatório Dramático e Musical de São Paulo.

Curiosamente, quando se estuda o processo referente ao advento de uma música de concerto que possa ser considerada como genuinamente brasileira, sempre se faz alguma referência a Ernesto Nazareth. Isto é um tanto surpreendente, por se tratar de um compositor de polcas, valsas e tangos que nunca se considerou um autor de peças para recitais clássicos. Nazareth, isto sim, parece ter servido de inspiração a todos os compositores de música de concerto que se preocuparam em produzir obras nitidamente brasileiras. Se levarmos

¹ Doutor em Música e Professor adjunto da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

em consideração o fato de terem existido dezenas de compositores que se dedicavam àqueles gêneros populares, chama a atenção o fato de Ernesto Nazareth ser sempre o mais citado. Para nós, que estudamos esses repertórios agora, no século XXI, algumas questões podem ser levantadas. No âmbito da chamada música de salão, o que há de diferente em Ernesto Nazareth? O que caracteriza esse músico praticamente autodidata? Quais seriam as razões para ser ele um compositor tão homenageado por músicos de escola?

Levando em consideração ser Ernesto Nazareth o compositor de valsas e tangos predileto dos músicos de escola, o presente artigo propõe-se a examinar a posição ocupada por Nazareth em alguns textos clássicos da musicologia brasileira. Queremos entender melhor de que maneira a produção desse músico conseguiu se inserir no repertório dos músicos de recitais. Que processos de absorção e ressignificação a música de Nazareth teria vivenciado em nossa historiografia musicológica?

Examinemos então um pouco de sua história pessoal e sua entrada nos livros oficiais dos eruditos.

Musicólogos costumam apontar os compositores Bráslcio Itiberê da Cunha (1846-1913), Alexandre Lévy (1864-1892) e Alberto Nepomuceno (1864-1920) como os primeiros a terem inserido materiais folclóricos em suas composições. O período histórico em que viveram, marcado por eventos como a Guerra do Paraguai, a Abolição da Escravatura e o advento da República, foi marcado pela busca de um caráter nacional. Era o Brasil tentando se diferenciar, compondo aos poucos uma identidade como nação.

É nesse contexto que emerge a figura de Ernesto Nazareth, nascido no dia 20 de março de 1863, no Rio de Janeiro; mais precisamente “nas proximidades da então Cidade Nova, nos flancos do Morro do Nheco, hoje Morro do Pinto”.² Ernesto é o segundo filho de Vasco Lourenço da Silva Nazareth, despachante aduaneiro, e de

² SIQUEIRA, Baptista. *Ernesto Nazareth na música brasileira*. Rio de Janeiro: Edição do autor, 1967, p. 22.

Carolina Augusta da Cunha Nazareth. Um dia antes de completar um mês, o pequeno Ernesto é batizado na Igreja de Santana. A certidão de batismo merece ser transcrita.

*Aos dezenove de Abril de mil oitocentos e sessenta e trez, nesta Matriz baptizei solemnemente ao innocente Ernesto, nascido a vinte de Março do corrente anno, filho legítimo de Vasco Lourenço da Silva Nazareth, e Carolina Augusta da Cunha Nazareth: foi padrinho Julio Augusto Pereira da Cunha, e Protectora Nossa Senhora, de que fis este que assignei. O Coadjutor João de Santa Priscilianna e Mello.*³

Observe-se a intensidade do catolicismo da mãe, que escolhe a própria Nossa Senhora como madrinha de batismo para os seus filhos. Sobre Carolina Augusta, sabemos apenas que era muito religiosa e que tocava piano; foi quem ministrou as primeiras lições de música a Ernesto. Consta que tinha um apreço especial por um determinado presente que ganhara dos pais na infância: um pianinho vertical.

Para nós, músicos, 1863 deve ser lembrado não apenas pela data do nascimento de Ernesto Júlio de Nazareth. É naquele mesmo ano que o diretor do Conservatório Imperial de Música, Francisco Manuel da Silva, seguindo uma sugestão do imperador Pedro II, indica Carlos Gomes para receber uma bolsa de estudos na Europa.⁴ O jovem, de apenas 27 anos, já demonstrara o seu talento com a composição de duas óperas: *A noite do castelo* e *Joana de Flandres*. O período de estudos na Europa representava, por um lado, a possibilidade de uma sólida formação musical e, por outro, um elemento absolutamente indispensável para a obtenção de reconhecimento no Brasil. A partir de Carlos Gomes, muitos músicos brasileiros irão buscar na Europa a legitimação do seu valor. Citemos, como exemplos, Henrique Oswald, Francisco Braga e Alberto Nepomuceno.

³ DINIZ, Jaime C. *Nazareth - Estudos analíticos*. Recife: Departamento de extensão cultural e artística, 1963, p. 9.

⁴ KIEFER, Bruno. *História da música brasileira*. Porto Alegre: Movimento, 1982, p. 86-7.

O ano de 1863 tem sua importância também para a política. Ernesto Nazareth tem apenas alguns meses de vida quando o Brasil entra em guerra contra o Paraguai. O conflito extremamente sangrento estende-se por vários anos, só terminando em 1870. Deixa como sequelas inquietações generalizadas na política e na economia do país. A guerra é sucedida por campanhas tempestuosas, que culminam com a Abolição da Escravatura (1888) e com um movimento militar que derruba o imperador e instaura no Brasil uma República (1889).

Guilherme Theodoro Pereira de Mello, em seu trabalho pioneiro, de 1908, intitulado *A música no Brasil*, comenta a situação do nosso ambiente musical no período que sucedeu à guerra do Paraguai.

Não obstante todo o desenvolvimento e todas as evoluções por que passara a música na primeira metade do reinado de Pedro II, depois da guerra do Paraguai ela começa a sentir invadir-lhe as veias o veneno que havia de impedir o seu progresso e determinar o período de sua degradação.

Três foram os fatores corrosivos que cooperaram para a decadência da música no Brasil.

Primeiro, a invasão dos nossos teatros pelas companhias líricas de ínfima classe, cujos empresários gananciosos não trepidavam em iludir a boa-fé dos nossos antepassados, trazendo cantores das esquinas e dos cafés italianos, verdadeiros trovadores de rua e de ousada, a quem eles impingiam como “maestros diplomados”.

Segundo, a crassa ignorância do senhorio daqueles tempos que sistematicamente elevavam a música italiana a tal ponto que baniram as nossas modinhas do salão.

(...)

Terceiro, a inexperiência de D. Pedro II, se bem que com as melhores intenções, de privar-nos dos nossos melhores compositores mandando-os para a Europa, em vez de importar de lá os melhores mestres, como fez D. João VI com Marcos Portugal e a colônia Nebreton, por ocasião de fundar a Escola das Belas-Artes no Rio de

*Janeiro. Assim difundiria D. Pedro com maior vantagem o ensino da música no país, não só porque o distribuiria igualmente a todos em vez de a um só, ficando ainda o exemplo, como também porque sair-lhe-ia muito mais econômico.*⁵

O último fator arrolado – criticando o imperador por favorecer apenas os jovens talentos, deixando de fazê-lo em relação a uma comunidade bem mais abrangente – revela um posicionamento bastante progressista.

Ernesto Nazareth, ao que tudo indica, ocupa uma posição controvertida na história da música do Brasil. Alguns autores ignoram-no inteiramente ou se limitam a citar-lhe o nome; outros dedicam-lhe páginas e páginas.

O já citado Guilherme Theodoro Pereira de Mello, por exemplo, ao apresentar uma lista de compositores “apreciados no gênero das operetas”, inclui o nome de Nazareth. Refere-se a ele como “distinto”, mas não tece comentários sobre a sua produção.⁶

Vincenzo Cernicchiaro, em *Storia della musica nel Brasile* (1926), trabalho de monumental envergadura, intitula o décimo oitavo capítulo “Dos compositores diletantes na música pianística, melodramática e popular”.⁷ Dá atenção a um número considerável de compositores, embora a maior parte deles tenha caído num total esquecimento. Para nosso espanto, não menciona Ernesto Nazareth. É bem verdade que o capítulo refere-se ao período compreendido entre 1844 e 1889, e Nazareth, como sabemos, só começou a ficar conhecido a partir do sucesso alcançado pelo tango *Brejeiro*, publicado em 1893. No entanto, o livro de Cernicchiaro se estende até o ano de 1925, época em

⁵ MELLO, Guilherme Theodoro Pereira de. *A música no Brasil (desde os tempos coloniais até o primeiro decênio da República)*. Bahia: Edição do autor, 1908, p. 273-4.

⁶ Idem, op. cit., p. 332. Nazareth jamais compôs operetas. Provavelmente o autor queria situá-lo no rol “daqueles que compunham gêneros ligeiros”.

⁷ CERNICCHIARO, Vincenzo. *Storia della musica nel Brasile*. Milano: Fratelli Riccioni, 1926, p. 343-4.

que Nazareth, segundo o próprio Mário de Andrade, já era célebre havia mais de 20 anos.⁸ Além disso, se levarmos em consideração a pertinência das observações do autor italiano, podemos imaginar que seus comentários teriam sido de interesse para os nossos estudos. A título de mera curiosidade, registremos as suas palavras sobre uma das colegas mais famosas de Nazareth, a grande Chiquinha Gonzaga.

*A popularíssima compositora Francisca Gonzaga, cuja produção de gêneros dançáveis atinge um número considerável, escreveu, com a sua habilidade espontânea, peças belíssimas. Em 1881 publicou a valsa Ismênia, dedicada à artista de mesmo nome. Seguiram-se os seus típicos “tangos”, uma infinidade de polcas e música para operetas e revistas; tudo escrito num estilo fácil, mas com um sabor cheio de graça e de leveza.*⁹

Renato Almeida, antes de abordar Nazareth, tenta mergulhar em aspectos psicológicos da nossa música de salão.

(...) É preciso referir também, desde que não podemos, nos limites deste ensaio, analisar as diversas formas da nossa música popular, as valsas, as polcas, os tangos, a música de salão, enfim, mas brasileira, genuinamente nacional, com seus motivos lânguidos, suas melodias lentas e encurvadas, de colorido e brilho singulares. Nas suas linhas, ora pitorescas, ora lascivas, movendo-se vagarosas ou animadas, repontam o queixume, a graça, o desejo e a alegria descuidosa de nossa gente franca e melancólica. Não tem o vago mistério da canção alemã nem a jovialidade da francesa, ou o fulgor inquieto e singular da espanhola. É simples e discreta. Sua nostalgia não é derramada, nem a sua alegria transbordante. Lastima-se ou ri, com certa reserva — dirão outros com temor — esse meio-termo em que, por força de temperamento, nos concentramos, evitando os extremos. A originalidade de nossa música de dança, algumas lentas, em curvas extensas e lânguidas, outras saltitantes e coloridas, que brilham como o lampejo de cristais e fogem como inquietas borboletas, é deliciosa, refletindo a doçura e o calor do nosso espírito,

⁸ ANDRADE, Mário de. Ernesto Nazaré (1926). In *Música, doce música*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1976, p. 121.

⁹ CERNICCHIANO, Vincenzo. Op. cit., p. 343-4 [tradução nossa].

*esses dois polos, em torno dos quais gravita, inconstante e alígero. Nesse sentido as composições do Sr. Ernesto Nazareth são muito expressivas. Nelas repontam, com uma riqueza prodigiosa de ritmos, os característicos da alma popular; humilde, atrevida, voluptuosa, ardente e rústica, numa música cheia de brilhos e sugestões. Procurando, nas coisas, nesse vago premeio entre elas e nossa imaginativa que compõe a natureza, o sentido da expressão, consegue dar todo o pitoresco e toda a poesia popular; traduzindo, apenas, sem deformar pela interpretação.*¹⁰

O texto de Renato Almeida é um bom exemplo dos primórdios da musicologia brasileira. Chamou-nos muita atenção o fato de o autor quase se desculpar por ser justamente a música de salão a mais evidentemente “brasileira, genuinamente nacional”. Não obstante, reconheça-se-lhe o mérito de ter sido um dos primeiros a se preocupar com a história da nossa música.

Luiz Heitor Corrêa de Azevedo, após citar Joaquim Callado (1848-1880) e Chiquinha Gonzaga (1847-1935) como os dois principais representantes das danças e canções urbanas do Brasil no período de afirmação nacional de que vai sair o maxixe, dedica uma seção exclusivamente a Nazareth.

*Ernesto Nazaré, que já foi antes mencionado, completa a tríade de autores que mais significação tiveram nesse processo de fixação de um tipo nacional de música para o qual os compositores “sérios” começam a olhar cobiçosamente. Pertence a uma outra geração; a que também viu nascer Alexandre Lévy e Alberto Nepomuceno, iniciadores do nacionalismo em nossa música de classe.*¹¹ *Nasceu em 1863, mas sua celebridade data dos primeiros anos do século XX, quando Lévy já tinha morrido e Nepomuceno estava em pleno apogeu. Sua música é essencialmente pianística e nela todos os seus críticos notam a influência de Chopin, autor que ele estudava e executava amiúde. O tango foi, como já vimos, o gênero que o consagrou.*¹²

¹⁰ ALMEIDA, Renato. Op. cit., p. 43-5.

¹¹ O grifo é nosso.

¹² LUIZ HEITOR [Corrêa de Azevedo]. Op. cit., p. 151-2.

Em um trabalho publicado em 1992, de grande interesse para pianistas e estudantes de piano, as autoras Maria Abreu e Zuleika Rosa Guedes propõem-se a fazer um levantamento do repertório para piano de compositores nossos.¹³ Maria Abreu, ao se referir aos mestres brasileiros do século XIX, não menciona Nazareth.¹⁴ A lista é encabeçada por Francisco Manuel da Silva, que, segundo ela, teria composto apenas duas peças para piano solo, cujos manuscritos, aliás, nem sequer puderam ser localizados. Nazareth, por sua vez, autor de mais de 200 peças, não é citado, embora a monografia se intitule *O piano na música brasileira*.

Essa dúvida e esse constrangimento em relação a Ernesto Nazareth, sobretudo no que se refere à ideia de o seu nome constar da lista dos grandes compositores brasileiros, devem-se basicamente a uma questão determinada: seria ele um compositor erudito? E, portanto, digno de figurar ao lado dos grandes mestres brasileiros? O seu nome poderia fazer parte de programas de recitais, ao lado de Leopoldo Miguèz, Henrique Oswald, Alberto Nepomuceno, Francisco Braga e Heitor Villa-Lobos?¹⁵

Vasco Mariz, em *História da música no Brasil*, deixa transparecer que hesitou antes de incluir na sua obra o nome de Ernesto Nazareth:

O leitor talvez se espante pela inclusão de Ernesto Nazaré em uma história da música clássica no Brasil. Sua influência em compositores eruditos e populares foi tão grande que levei a sério tal decisão

¹³ ABREU, Maria; GUEDES, Zuleika Rosa. *O piano na música brasileira*. Porto Alegre: Movimento, 1992.

¹⁴ Seu nome é citado apenas quando estão sendo abordadas peças de outros compositores (de escola) que tenham-no homenageado por meio de alguma composição. Citem-se, como exemplos, os casos de Luiz Lévy e de Camargo Guarnieri.

¹⁵ Atente-se aqui para os vários níveis psicológicos de posturas preconceituosas. Se, por um lado, ainda hoje questiona-se o fato de Nazareth poder figurar junto dos grandes mestres brasileiros, em épocas mais antigas questionava-se ainda se compositores como Miguèz, Oswald, Nepomuceno, Braga e Villa-Lobos – hoje aceitos como clássicos brasileiros – seriam dignos de figurar ao lado de Beethoven, Schubert e Wagner.

*e consultei várias personalidades a respeito. Gostei muito de uma carta de Mignone, que me permito reproduzir em parte por considerá-la expressiva: “Você me pergunta se deve colocar Nazaré como músico erudito ou não. A minha opinião é que ele nada tinha de erudito. Era apenas um ‘intuitivo’ como Mussorgsky ou Villa-Lobos. A sua obra serviu de padrão e modelo para os nacionalistas que viveram na época dele e depois. Visto desse ângulo, ele deve ser considerado um ‘clássico’ da música brasileira nacionalista. Talvez um Glinka da nossa música.”*¹⁶

Seguindo as observações de Mignone, poderíamos então classificar Ernesto Nazareth como “nacionalista”? Quem nos esclarece é Mozart de Araújo, que sintetiza a referida problemática com bastante clareza.

Falei de início no caráter e no conteúdo nacional da obra de Ernesto Nazareth. Não sei se devesse dizer nacional ou nacionalizante. O que eu não diria é que Ernesto Nazareth tenha sido um músico “nacionalista”.

O povo jamais se preocupa em ser intencionalmente nacionalista. Nacionalismo é uma invenção das classes cultas da música. O povo, quando muito, é nacional. E é nacional sem querer. É nacional por instinto, por formação inconsciente. Por fatalidade, como diria Mário de Andrade.

*Nacionalismo é atitude programática, deliberada. Nacionalismo é atitude política, patriótica ou ideológica. Nacionalismo é tese de combate. Ao passo que ser nacional é simplesmente ... ser.*¹⁷

Esse espírito “nacional” – mais precisamente “carioca” – das peças de Nazareth, tão citado e tão facilmente identificável, reside exclusivamente no tratamento musical que imprime às suas composições. É bem verdade que sua música é toda expressa através de

¹⁶ MARIZ, Vasco. *História da música no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994, p. 124.

¹⁷ ARAÚJO, Mozart de. “Ernesto Nazareth”. *Revista Brasileira de Cultura*, ano IV, n. 14. Rio de Janeiro: MEC, 1972, p. 20-21.

gêneros importados: começa escrevendo polcas, mais tarde passa a dedicar-se também a valsas e, finalmente, encontra o gênero que lhe possibilita as criações mais inspiradas: o tango. Registre-se ainda que esse compositor – nacional! – jamais se utiliza de material folclórico. No entanto, os gêneros aos quais se dedica ganham novas feições sob a sua pena. Mesmo sendo importados, transformam-se ao atravessar sua sensibilidade de músico brasileiro. Curiosamente, Ernesto Nazareth pouco se interessa pelos gêneros que, na sua época, já apresentam características definidas de brasilidade: o lundu e a modinha. Prefere os gêneros importados, é verdade; mas acrescenta-lhes um “sabor brasileiro”. Darius Milhaud, em um artigo publicado em 1924, queixa-se do fato de a maior parte dos compositores brasileiros estar sempre, de uma maneira ou outra, imitando a Europa.

É de lamentar que os trabalhos dos compositores brasileiros, desde as obras sinfônicas ou de música de câmara, dos srs. Nepomuceno e Oswald, às Sonatas impressionistas do sr. Guerra ou às obras de orquestra do sr. Villa-Lobos (um jovem de temperamento robusto, cheio de ousadias), sejam um reflexo das diferentes fases que se sucederam na Europa, de Brahms a Debussy, e que o elemento nacional não seja expresso de uma maneira mais viva e mais original. A influência do folclore brasileiro, tão rico de ritmos e de uma linha melódica tão particular, se faz raramente sentir nas obras dos compositores cariocas. Quando um tema popular ou o ritmo de uma dança é utilizado numa obra musical, este elemento indígena é deformado porque o autor o vê através das lunetas de Wagner ou de Saint-Saëns, se ele tiver sessenta anos, ou através das de Debussy, se não tiver mais de trinta.

Seria de desejar que os músicos brasileiros compreendessem a importância dos compositores de tangos, de maxixes, de sambas e de cateretês, como Tupinambá, ou o “genial” Nazareth. A riqueza rítmica, a fantasia indefinidamente renovada, a verve, o entrain, a invenção melódica de uma imaginação prodigiosa, que se encontram em cada obra destes dois mestres, fazem destes últimos a glória e o mimo da Arte Brasileira. Nazareth e Tupinambá precedem a música de seu país como as duas grandes estrelas do céu austral (Centauro

*e Alfa do Centauro) precedem os cinco diamantes do Cruzeiro do Sul.*¹⁸

Em 1954, em seu volume de memórias intitulado *Notes sans musique*, Milhaud voltaria a se referir a Ernesto Nazareth, dessa vez de uma maneira mais específica, reafirmando a sua grande fascinação pelo mestre carioca.

*Os ritmos dessa música popular me intrigavam e fascinavam. Havia na síncope uma imperceptível suspensão, uma respiração nonchalante, uma ligeira parada cuja apreensibilidade se me afigurava muito difícil. Comprei então grande quantidade de maxixes e tangos, e esforcei-me por tocá-los com suas síncopes que passam de uma das mãos à outra. Meus esforços foram recompensados e pude, enfim, exprimir e analisar esse “quase nada” tão tipicamente brasileiro. Um dos melhores compositores de música desse gênero, Nazareth, tocava piano na sala de espera de um cinema da Avenida Rio Branco. Sua execução fluida, inapreensível e triste ajudou-me igualmente a conhecer mais profundamente a alma brasileira.*¹⁹

Bruno Kiefer, em *História da música brasileira*, dedica a Ernesto Nazareth um espaço equivalente aos destinados a compositores como Carlos Gomes e Alberto Nepomuceno. E compreende-o de maneira diferente dos demais autores.

É hábito classificar Nazareth na categoria de compositor popular. Contudo, a análise de sua obra desmente o estabelecido. Qual seria então a causa da insistência? Será decorrência da popularidade que alcançou? (...) Teriam os títulos de suas peças alguma influência no referido julgamento? (...) Ou quem sabe, limitações formais, falta de domínio da técnica de composição, vulgaridade, como em numerosos compositores da época? (...) Temos a impressão de que a

¹⁸ MILHAUD, Darius. “Música brasileira”. Artigo publicado na revista *Ariel*. São Paulo, abril de 1924. Apud PINTO, Aloysio de Alencar. “Ernesto Nazareth / Flagrantes” (2ª parte). *Revista Brasileira de Música*, ano II, n. 6. Rio de Janeiro: Ordem dos Músicos do Brasil, 1963, p. 47.

¹⁹ Idem. *Notes sans musique*. Paris, 1954, p. 88. Apud PINTO, Aloysio de Alencar. “Ernesto Nazareth / Flagrantes” (2ª parte). *Revista Brasileira de Música*, ano II, nº 6. Rio de Janeiro: Ordem dos Músicos do Brasil, 1963, p. 48.

*causa da resistência está simplesmente nisto: ele não fez outra coisa senão música brasileira, mais especificamente carioca, em boa parte de sua obra. Uma velha dependência cultural da Europa nos fez importar de lá os conceitos de bom e ruim em arte. Nossos modelos são os Bach, Mozart, Chopin, Wagner etc. Nazareth não figurava entre eles. Isso bastava para classificá-lo como popular; distante da grande arte, diga-se da arte europeia. Com isto o fenômeno Nazareth estava liquidado; sua obra classificada.*²⁰

Osvaldo Lacerda tem posição semelhante, e é enfático.

Ernesto Nazareth (...) é um compositor muito importante, a quem ainda não se deu a importância que merece.

Apesar de ter escrito só para piano (como fez o seu ídolo Chopin), e apesar de não ter tido a amplitude universal de um Villa-Lobos, seu papel, na fixação do nacionalismo musical no Brasil, foi de enorme relevo. (...)

*A predominância, na sua obra, de algumas poucas danças da nossa música (tango, maxixe, valsa, polca) e a sua limitação a um só instrumento levam muita gente a classificá-lo como um compositor “popular” ou, na melhor das hipóteses, como um “semierudito”. Ernesto Nazareth, no entanto, é um verdadeiro compositor “erudito”, o que se pode comprovar pela observação de algumas características da sua obra, que o colocam muito acima do sofrível nível técnico e artístico do músico popular: (1) melodias belas e originais, sempre diferentes de uma música para outra; (2) harmonia rica e coerente; (3) ritmo preciso e, dentro do limite imposto pela dança escolhida...variado; (4) acima de tudo, em sua grande produção, uma notável diversidade de soluções de técnica pianística.*²¹

Sabemos que Nazareth realmente sonhou com a possibilidade de vir a ser um pianista de recitais. Como muitos, desejou ter um período de estudos na Europa. Entre 1884 e 1886, por exemplo, pas-

²⁰ KIEFER, Bruno. Op. cit., p. 118.

²¹ LACERDA, Osvaldo. Apresentação do CD *Este Brasil que tanto amo!*, da pianista Eudóxia de Barros. São Paulo: Paulinas, 1995.

sa por um “período de reflexão artística”.²² Talvez estivesse tentando, pela última vez, tornar-se um virtuose. No entanto, as necessidades da vida haveriam de obrigá-lo a ter um dia a dia de músico popular. Considerando o desejo de Nazareth e a realidade do seu cotidiano, parece-nos oportuno abordar o sentido que os conceitos “erudito” e “popular” adquirem no terreno musical. Mais uma vez, quem nos esclarece é Mozart de Araújo, que, em seu brilhante artigo dedicado a Ernesto Nazareth, focaliza essa questão com muita propriedade.

*A música de concerto ou erudita se caracteriza, pois, por sua concepção predominantemente intelectual. Já a música popular, espontânea e intuitiva por definição, deriva de impulsos sensoriais e se apoia cenestesicamente no ritmo que é o elemento fisiológico da música. De fato, na obra erudita o autor se liberta da isocronia rítmica, da simetria métrica e da quadratura estrófica, podendo criar livremente o seu ritmo. Já o autor popular se condiciona a ritmos preexistentes e tradicionais, definidores dos diversos gêneros da música popular universal: ritmo de fandango, de fox-trot, de tango argentino, de fado, de rumba, de samba, de baião, de bolero. (...) Sociologicamente o autor popular funciona como síntese de uma comunidade cultural. Os elementos rítmico-melódicos de que se compõe a obra popular preexistem ao compositor. Na música popular a originalidade não é pessoal, mas nacional.*²³

Considerando o raciocínio de Araújo, seria mais natural, portanto, que classificássemos Nazareth como compositor popular. A discórdia, porém, continua. O pianista Aloysio de Alencar Pinto, em artigo publicado em 1963, no qual lamenta o fato de o centenário de nascimento de Nazareth não estar sendo comemorado com um festival, refere-se ao compositor como

(...) o mais popular dos músicos brasileiros, o único que, justamente por se encontrar no limite exato que separa a música popular da música erudita, se acha em condições de congragar o interesse de

²² SIQUEIRA, Baptista. Op. cit., p. 55.

²³ ARAÚJO, Mozart de. Op. cit., p. 16-17.

*todas as coletividades para um festival de âmbito realmente nacional.*²⁴

Trata-se de uma posição mais aberta, pois vê na produção de Nazareth tanto características populares como eruditas. Observe-se que o autor dá outra conotação ao adjetivo “popular”, compreendido aqui como “capaz de atrair o povo, o público leigo e o público especializado”. Dentre as inúmeras visões dessa problemática, destacáremos a de Brasília Itiberê, que chama a atenção pela profundidade do raciocínio e pelo equilíbrio que apresenta.

Ora, justamente porque em Nazareth encontramos sempre um controle firme da ideia musical, a intenção evidente de sistematizá-la dentro de um princípio construtor; quer melódico, quer rítmico, justamente por isso ele se afasta do popular e constitui perfeita transição para a música culta.

*Nazareth se afasta do popular pela maneira já transfigurada por que aparecem na sua obra os elementos intrinsecamente populares: é uma evolução no sentido de profundidade, de seriedade, de vigor e de depuração. Isto é: a obra musical de Ernesto Nazareth, mergulhando profundamente na terra, exorbita e transcende da arte popular pelos seus processos de criação e pelo seu senso de construção musical.*²⁵

A imagem que temos de Ernesto Nazareth é a de um compositor de polcas, valsas e tangos. No entanto, ao examinar seu catálogo de obras,²⁶ chama a atenção o fato de encontrarmos uma *Marcha fúnebre*, dedicada à memória do presidente paulista Carlos de Campos, e um *Improviso* (estudo de concerto), que dedicou ao seu amigo Heitor

²⁴ PINTO, Aloysio de Alencar. “Ernesto Nazareth / Flagrantes” (1ª parte). *Revista Brasileira de Música*, ano II, n. 5. Rio de Janeiro: Ordem dos Músicos do Brasil, 1963, p. 15-16.

²⁵ ITIBERÊ, Brasília. “Ernesto Nazareth na música brasileira”. *Boletim Latino-Americano de Música*. Rio de Janeiro, abril de 1946, p. 314.

²⁶ ERNESTO NAZARETH. *Catálogo da exposição comemorativa do centenário do nascimento*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1963.

Villa-Lobos, ambas publicadas.²⁷ Além disso, existem manuscritos de um *Noturno*, de uma *Gavota*, de um *Capricho*, de uma *Polonesa* e de uma *Elegia* (para a mão esquerda). Os títulos nos remetem a música de recitais, não a polcas, valsas e tangos.

Na verdade, essas peças podem ser encaradas como “experimentais”. O fato de o próprio compositor ter deixado inédito o seu reduzido repertório de concerto já constitui indício claro de que jamais teve a veleidade de se aventurar à exploração de formas mais livres e mais complexas. Mesmo assim, se deixarmos de lado a busca de elementos de brasilidade, constataremos que algumas dessas peças revelam muito bom gosto e são capazes de nos causar intenso prazer estético. Cite-se como exemplo o *Noturno*, registrado, aliás, como “opus 1”, embora tenha sido composto em 1920, época em que o compositor já tinha editadas mais de 120 peças.²⁸

Na confrontação dos diversos posicionamentos, vimos observando que, quando a análise é feita por compositores, Nazareth é alvo de elogios incondicionais. E, em nossa opinião, são eles autoridades solidamente abalizadas, pois seu dia-a-dia consiste em moldar, ajustar e equilibrar materiais musicais, o que representa talvez a tarefa mais árdua dentre as várias maneiras de exercer a profissão de músico. Junto aos compositores, foram muitos os que prestaram homenagens ao “rei do tango”. Dentre os seus contemporâneos, podemos citar Luiz Lévy (1861-1935), que, segundo seu biógrafo, professor Arnaldo José Senise, compôs duas polcas “construídas sobre as figurações rítmicas e as harmonias de peças de E. Nazareth, mas com melodias contrastantes”. *Vicilino* e *Cativaram-me os seus olhos* seriam respostas musicais às polcas *Beija-flor* e *Os teus olhos cativam*, de Ernesto Naza-

²⁷ Informa-nos Andrade Muricy, em artigo publicado em 25 de setembro de 1963 no *Jornal do Commercio*, referente à posse do padre Jaime Diniz na Academia Brasileira de Música, que o editor de Nazareth, inicialmente, negou-se a publicar esse *Improviso*, reagindo assim: “Ora! um (estudo), do Nazareth!...”

²⁸ Indício de que Nazareth considerava o seu *Noturno* como peça pertencente a um outro contexto, separado da maioria das suas obras: predominantemente polcas, valsas e tangos.

reth.²⁹ As referidas composições de Luiz Lévy foram datadas em 16 de agosto de 1893, numa época em que Nazareth estava vivendo o seu primeiro grande sucesso, com o tango *Brejeiro*. Esse fato ilustra o real interesse de Luiz Lévy. Mesmo vivendo em São Paulo, longe dos salões do Rio de Janeiro, acompanhava com atenção as novidades cariocas. Não podemos esquecer que era irmão do grande Alexandre Lévy, compositor precocemente falecido, que teve grande importância na história da nossa música. O *Tango brasileiro* (1890), de Alexandre Lévy, tornou-se um marco do nosso repertório pianístico.

O próprio Heitor Villa-Lobos prestou diversas homenagens a Ernesto Nazareth. Dedicou-lhe, inclusive, a primeira obra da monumental série de *Choros*, um ciclo que caracteriza magistralmente os anos de 1920, década em que se realizou a Semana de Arte Moderna, em São Paulo. Olhando retrospectivamente, a dedicatória do *Choros nº 1*, para violão solo, é a maior reverência que Villa-Lobos poderia fazer a Ernesto Nazareth. Afinal, hoje o ciclo dos *Choros* é visto como, talvez, o marco mais importante de toda a produção de Villa-Lobos. Portanto, ser alvo de homenagem logo no primeiro capítulo significa muito.

Mas a lista prossegue. Aurélio Bezerra Cavalcanti de Sá (1874-1915) dedicou-lhe uma valsa espanhola: *Soledad*. Henrique Alves de Mesquita, Antônio Cardoso de Menezes e Francisco Mignone, por exemplo, chegaram a escrever peças com o seu nome. Camargo Guarnieri dedicou-lhe o *Ponteio nº 19*; Ernani Braga, suas *Variações sobre o Brejeiro*; e Marlos Nobre, sua *Nazarethiana*, para piano solo. Brasília Itiberê chegou a compor uma *Conversa de Bach e Nazareth*, para dois pianos. Lorenzo Fernández, ao falecer, tinha em mente a ideia de escrever uma *Suíte nazarethiana*. Darius Milhaud, para citar também um compositor estrangeiro, ficou absolutamente fascinado com a música de Nazareth. Na década de 1910, passou uma temporada no Rio de Janeiro como secretário de Paul Claudel. Ficou tão apaixonado pela produção do compositor carioca que acabou compondo

²⁹ ALMEIDA, Luiz Antônio de. *Ernesto Nazareth, Um coração que sente*. Obra inédita, p. 36-37.

uma suíte inteira sobre ritmos e figurações nazarethianas: *Saudades do Brasil*. As peças que formam a suíte levam como títulos nomes de bairros do Rio.³⁰

Qualquer debate que se proponha a definir fronteiras entre música erudita e música popular parece-nos, além de insípido, bastante infrutífero. Entretanto, não temos como evitá-lo ao estudar a história da recepção da música de Ernesto Nazareth. A produção nazarethiana tem estado permanentemente no centro dessa questão. Como pudemos verificar, as opiniões não são absolutamente unânimes. Uns veem Nazareth como compositor popular, outros, como inspiração para os primeiros nacionalistas, havendo até quem o classifique como erudito. De nossa parte, não acreditamos que qualquer rotulação, por mais adequada que possa ser, signifique uma garantia de qualidade. Tanto no âmbito da música de concerto como no terreno da música popular, temos tido contato com criações de níveis muito variados. Tendemos, portanto, a concordar com Elie Siegmeister, que afirma não haver “fronteiras rígidas entre música erudita, música popular e música folclórica, que constantemente se misturam e se derivam uma das outras”.³¹

Referências bibliográficas

ABREU, Maria ; GUEDES, Zuleika Rosa. *O piano na música brasileira*. Porto Alegre: Movimento, 1992.

ALMEIDA, Luiz Antônio de. *Ernesto Nazareth, Um coração que sente*. Obra inédita, p. 36-37.

ANDRADE, Mário de. “Ernesto Nazaré” (1926). *Música, doce música*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1976, p. 121.

ARAÚJO, Mozart de. “Ernesto Nazareth”. In *Revista Brasileira de Cultura*, ano IV, n. 14. Rio de Janeiro: MEC, 1972, p. 20-21.

CERNICCHIARO, Vincenzo. *Storia della musica nel Brasile*. Milão: Fratelli Riccioni, 1926, p. 343-4.

³⁰ A influência de Nazareth faz-se sentir também em outras obras de Milhaud.

³¹ SIEGMEISTER, Elie. *A música e a sociedade*. Lisboa: Cosmos, 1945. Apud ARAÚJO, Mozart de. Op. cit., p. 15.

DINIZ, Jaime C. *Nazareth - Estudos analíticos*. Recife: Departamento de extensão cultural e artística, 1963, p. 9.

ERNESTO NAZARETH. *Catálogo da exposição comemorativa do centenário do nascimento*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1963.

ITIBERÊ, Brasília. “Ernesto Nazareth na música brasileira”. *Boletim Latino-Americano de Música*. Rio de Janeiro, abril de 1946, p. 314.

KIEFER, Bruno. *História da música brasileira*. Porto Alegre: Movimento, 1982, p. 86-7.

LACERDA, Osvaldo. Apresentação do CD *Este Brasil que tanto amo!*, da pianista Eudóxia de Barros. São Paulo: Paulinas, 1995.

MARIZ, Vasco. *História da música no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994, p. 124.

MELLO, Guilherme Theodoro Pereira de. *A música no Brasil (desde os tempos coloniais até o primeiro decênio da República)*. Bahia: Edição do autor, 1908, p. 273-4.

MILHAUD, Darius. “Música brasileira”. Artigo publicado na revista *Ariel*. São Paulo: abril de 1924.

_____. *Notes sans musique*. Paris, 1954, p. 88.

MURICY, Andrade. *Jornal do Commercio*, 25 set. 1963.

PINTO, Aloysio de Alencar. “Ernesto Nazareth / Flagrantes” (1ª parte). *Revista brasileira de música*, ano II, nº 5. Rio de Janeiro: Ordem dos músicos do Brasil, 1963, p. 15-16.

_____. “Ernesto Nazareth / Flagrantes” (2ª parte). *Revista Brasileira de Música*, ano II, nº 6. Rio de Janeiro: Ordem dos Músicos do Brasil, 1963, p. 47.

SIEGMEISTER, Elie. *A música e a sociedade*. Lisboa: Cosmos, 1945.

SIQUEIRA, Baptista. *Ernesto Nazareth na música brasileira*. Rio de Janeiro: Edição do autor, 1967, p. 22.

Resumo

O trabalho estuda a vida e obra de Ernesto Nazareth, músico carioca nascido em 1863. Compositor de polcas, valsas e tangos destacam-se como suas obras: a polca *Apanhei-te cavaquinho*, a valsa *Confidência* e os tangos *Brejeiro*, *Odeon* e *Carioca*. Fazendo um ex-

tenso levantamento historiográfico de estudiosos da música brasileira, o artigo mostra que as opiniões sobre esse músico não são unânimes. Uns o consideram compositor popular, outros com inspiração nacionalista havendo até quem o classifique como erudito.

Palavras-chave: Ernesto Nazareth – compositor carioca – 150 anos de nascimento.

Abstract

The work examines the life and work of Ernesto Nazareth, carioca musician born in 1863. Composer of polkas, waltzes and tangos stand out as his works: the polka gotcha cavaquinho, the waltz Confidence and the Tangos: Brejeiro, Confidentiality, Odeon and Carioca. Doing an extensive historiographical survey of scholars of Brazilian music, the article shows that opinions about this musician are not unanimous. Some consider him popular composer, other nationalist-inspired going on even numbered as scholar.

Keywords: Ernesto Nazareth – composer – 150 years of birth Rio.

OS SALESIANOS NO BRASIL A PARTIR DE NITERÓI (130 ANOS)

Salvador Mata e Silva¹



DOM BOSCO
O fundador da Obra Salesiana

Qualquer conhecimento de História por pequeno que seja, faz-nos imaginar o tempo, as situações, as pessoas. Era tudo tão diferente! Mais simples, talvez. A vida era menos complexa, os homens, com menos possibilidade, com menos riquezas materiais.

A pesquisa histórica nos faculta produzir conhecimentos acerca das condições de chegada, da situação da casa, do número dos primeiros “aventureiros do Senhor” que chegaram a nossa terra.

A meta foi Niterói, a região que atualmente compreende o bairro de Santa Rosa. Graças ao esforço de Dom Lacerda, bispo do Rio de Janeiro, havia para eles aí uma pequena casa. Vinham do Uruguai. Eram seis comandados por Dom Luis Lasagna, o outro dom Bosco das Américas. Corajoso, audaz, empreendedor arauto do Reino

¹ Membro do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro, cadeira nº 39. Patronímica de Olavo Freire. Ex-aluno e ex-professor do Colégio Salesiano Santa Rosa. Ex-Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Niterói, RJ.

para uma juventude mais carente, portador e sinal do amor de Deus aos jovens, especialmente aos mais pobres.

Com esse evento e com esse espírito, começaram a obra e a atuação dos filhos de Dom Bosco no Brasil. Isso há 130 anos.

Podemos repetir o que disse Dom Bosco, no dia 11 de novembro de 1875, na Basílica de Maria Auxiliadora, em Turim, ao enviar os primeiros missionários para a Argentina: “Estamos começando uma grande obra...”

Foi em 1883 que, pela primeira vez, no dia 14 de julho, os filhos de Dom Bosco pisaram o solo brasileiro. Era a concretização do sonho do fundador Dom Bosco, que viu seus filhos multiplicarem-se também na América.

Os salesianos chegaram ao Brasil vindos do Uruguai por ordem do próprio Dom Bosco. O diretor do grupo era o padre Miguel Borghino. Acompanhava-os o inspetor padre Luis Lasagna, que foi inspetor das casas do Brasil até sua morte. Instalaram-se numa chácara que para eles havia adquirido o bispo Dom Lacerda, do Rio de Janeiro. Chegando inesperadamente, e não encontrando as chaves, tiveram que entrar pela janela. Acudiu-lhes, entre outros amigos, o comendador Guilherme Morrissy, que em seu diário deixou preciosos dados sobre os primórdios salesianos.

Aos poucos, os salesianos prepararam a casa para as atividades. Tomados por jesuítas disfarçados (então objeto de ódio), sofreram por anos ataques da imprensa anticlerical, vexames de toda a espécie, até agressões físicas. Mas não se enganou o padre Miguel Rua, em carta de 29-7-1884, ao padre Borghino: “Essa casa, apesar de muito combatida, é de um grande futuro.”

O trabalho foi iniciado com alguns alunos pobres, internos na Escola de Artes e Ofícios, tendo obtido êxito. Dom Pedro Maria de Lacerda conhecera pessoalmente Dom Bosco, na Itália, e foi graças às suas insistências que conseguiu a vinda dos salesianos.

À escola profissional acrescentou-se a seção dos estudantes, e o Batalhão Salesiano tornou-se presença obrigatória em grandes acontecimentos cívicos e religiosos de Niterói e do Rio.

O Oratório Festivo foi, desde o início, atividade inseparável.

Em 1892, IV Centenário da América, o Santa Rosa, dirigido pelo padre Pedro Rota, exímio músico, desenvolveu uma série de programas comemorativos.

Na revolta de parte da esquadra, em 1893, o colégio se transformou em hospital de sangue e os salesianos se converteram em enfermeiros, organizando os socorros para os pobres.

Em 1899, eram 380 os alunos internos. Posteriormente, abriu-se a seção dos externos, a única que funciona hoje.

Para comemorar o IV Centenário da descoberta do Brasil, foi idealizado e construído o Monumento de Nossa Senhora, que domina a Guanabara. “A Virgem da Guanabara!” O monumento foi inaugurado em 2.12.1900, com uma série de festividades. A estátua de cobre, feita em Milão, possui 38 metros de altura. O autor do projeto foi o arquiteto salesiano Domingos Delpiano. O lugar se tornaria centro de romarias.

O padre Zancheta (quarto diretor) deu também início à construção da igreja. Apesar das críticas de que era “grande demais”, manteve-se o projeto. Uma construção vagarosa. Foi inaugurada parcialmente em 1918. Em 1933, no ano do cinquentenário, completou-se o projeto. De estilo gótico, mourisco e proporcionado em suas dimensões, causa impressionante sensação. É o “branco santuário”.

Em 1933, por interesse do bispo diocesano Dom José Pereira Alves, Nossa Senhora Auxiliadora foi declarada padroeira da diocese de Niterói.

Em 1956, dotou-se a Basílica de um órgão, na época, o maior da América do Sul e o terceiro maior do mundo, construído e instalado pela Fábrica Tamburini de Crema, Itália.

Merece destaque a Banda de Música do Salesiano, com 125 anos ininterruptos de existência, hoje sob a direção competente do maestro salesiano Antônio Henrique Seixas.

A tipografia da escola, além das leituras católicas, editou inúmeras obras de cultura.

O Santa Rosa obteve renome nacional, pois recebia alunos de todos os estados.

São inúmeros os ex-alunos ilustres, impossível enumerá-los, mas podemos destacar pelo menos alguns arcebispos: os irmãos Emanuel e Helvécio Gomes de Oliveira, Orlando Chaves e o bispo Dom Henrique Mourão.

O centenário do Colégio Santa Rosa foi comemorado no dia 14 de julho de 1983, sob a direção do padre Ovídio Zancanella (1982 a 1987). Nesse período foi criado o memorial do colégio.

O Memorial Histórico do Colégio Salesiano Santa Rosa, nome dado pelo padre Décio Zandonadi, em 1985, na época inspetor salesiano, e hoje bispo auxiliar do Belo Horizonte, tem um acervo de documentos que contam a história do colégio. Em meio à riqueza dos documentos referentes a essa primeira casa salesiana do Brasil, são encontradas fotografias, móveis, espelhos de cristal, quadros de formaturas, livros de teologia e filosofia, trabalhos de alunos das oficinas das Escolas Profissionais, uma Coleção de Leituras Católicas (livretos publicados pela oficina de tipografia), obras de arte, imagens de santos, crucifixos esculpidos em madeira de lei etc.

Grande parte desse acervo, infelizmente, foi desaparecido no decorrer do tempo, principalmente na época da transformação arquitetônica do Colégio, na década de 1950.

Graças ao empenho do padre Josó, muita coisa pôde ser salva, pelo interesse que tinha na preservação da história do Santa Rosa. Fotos antigas, revistas, recortes de jornais, muitos semiqueimados, foram desinfetados e guardados. Alguns objetos, como negativos de vidro, peças de mobiliários e quadros, estão preservados.

O Memorial está à disposição da comunidade para pesquisas, não só sobre o colégio, mas também sobre a cidade de Niterói.

Em 1984, houve a implantação do curso Pedagógico (antigo curso Normal), uma experiência nova. A intenção do padre Ovídio era oferecer uma formação qualificada aos professores do Ensino Fundamental. Devido à falta de interesse pela profissão, quando a última turma se formou, em 1990, durante a gestão do padre Jayme Teixeira Filho (1988 a 1995), o Curso Pedagógico não teve continuidade.

Nesse período houve a reforma da portaria, do jardim interno, com destaque para o busto de Dom Bosco, que assume novo local, e a construção do Ginásio Dom Bosco, inaugurado em 24 de maio de 1985.

A Banda de Música do Colégio Salesiano Santa Rosa de Niterói apresentou-se em primeira audição oficial no dia 6 de dezembro de 1888, data considerada como de sua fundação. Com atividade ininterrupta até hoje, é seguramente a banda colegial mais antiga do país. Além de quatro LPs gravados e vários campeonatos nacionais conquistado, obteve o 1º lugar no II Festival de Música da Juventude em Zurique, Suíça, no período de 14 a 18 de julho de 1992.

Até hoje, a banda teve como maestros: padre Pedro Rota (diretor do Colégio e seu fundador), Renato Frateschi, Camilo Brito Junior, Otacílio Nunes² (vítima do naufrágio da Barca Sétima, em 1915), Theodorico do Nascimento, Antônio Ferreira, Augusto de Azevedo, João Lucio, Juan Lhorens (regente por mais de 20 anos), João Mace-

² Morreu salvando alunos. Dessa catástrofe, até hoje a banda conserva como relíquia o bumbo que serviu como boia de salvamento.

do, J. Bonelli e Affonso Reis, que desde 1948 esteve à frente da banda. Atualmente conta com o regente Antônio Henrique Seixas.

Por haver uma preocupação em formar novos músicos, os aspirantes da banda recebem grandes incentivos e passam por um período de formação em música. O resultado desse trabalho é a formação da “Big Band”, uma banda composta por um grupo de alunos componentes da banda colegial que se apresenta profissionalmente animando bailes e festas.

Foi construído o prédio sobre o pátio interno onde funcionavam a informática pedagógica, biblioteca, salão de festa e o auditório Dom Lasagna. A construção teve início no dia 10 de novembro de 1992, e foi inaugurado em 14 de julho de 1993 quando o Santa Rosa completava 110 anos de existência.

Em 6 de novembro de 1995, foi comemorado o centenário da morte de Dom Lasagna. Houve uma solenidade em Juiz de Fora, local do desastre que o vitimou. A comemoração ficou a cargo da casa de Barbacena. Foi simples e tocante. Houve um culto religioso, com a participação de mais ou menos 250 pessoas.

Em 2 de maio de 1997, a Basílica de Nossa Senhora Auxiliadora foi reaberta após uma grande reforma. Dom Carlos Alberto Navarro, o arcebispo de Niterói na época, presidiu a cerimônia.

Foram inauguradas pelo padre Joso (Memorial Histórico), no dia 8 de agosto de 1997, as duas quadras cobertas no pátio interno do colégio. Receberam o nome do padre Miguel Borghino, primeiro diretor do Colégio Santa Rosa. Uma justa homenagem.

Nesse mesmo ano, no dia 15 de setembro, foram inauguradas duas salas de vídeo, depois de grandes reformas, e um quiosque atrás do auditório.

Nesse período, foram construídos o prédio e a quadra coberta do Centro Juvenil Oratório Mamãe Margarida (CEJOMM), inaugurados no dia 15 de agosto de 1999, com a presença do padre Tarcísio

Scaramussa, inspetor, do padre Waldemar Zoppé, coadj. Ataídes Joel Cumar, diretor do Colégio Santa Rosa de 1996 a 1999, do padre Jairo, do coadj. Pereira e de outras autoridades.

O coadj. Ataídes precisou se afastar da direção do colégio, por motivo de saúde. Para assumir o seu lugar veio o padre Hélio Comissário da Silva (2000 a 2002), mineiro da cidade de Ervália. padre Helio já esteve à frente de diversas casas salesianas e do Sistema Salesiano de Videocomunicação (SSV). Colocou sua experiência de educador salesiano a serviço do Colégio Santa Rosa, dando continuidade aos projetos pedagógicos e de adequação do espaço físico do colégio, iniciados pelo seu antecessor. Participou ativamente da finalização das obras de restauração do Monumento de Nossa Senhora Auxiliadora e da área em torno. Foi dele a ideia de construir o Museu do Monumento, no qual sua história é contada através de fotografias.

Em 8 de dezembro de 2000, aconteceu a grande festa com uma missa solene, no Monumento, presidida por Dom Carlos Alberto Navarro, arcebispo de Niterói e concelebrado por diversos padres, inclusive pelos padres Josué Francisco da Natividade (Pe. Joso) e Ralfy Mendes de Oliveira, que estavam comemorando suas bodas de ouro sacerdotais.

A banda de música deu brilho à festa. Após a missa, na residência dos salesianos, a festa continuou com um solene coquetel.

Para melhor atender aos alunos, padre Hélio fez algumas melhorias, tais como: a pintura da fachada do colégio; a conclusão da reforma das sala e de aulas, a colocação de ares condicionados nas mesmas; a reforma da capela interna do colégio; a criação de um jardim interno com chafariz, em frente à capela; a inauguração das novas dependências do SOE; a reforma nos pórticos do 1º andar, nos corredores do 2º andar, no laboratório de informática, no parque esportivo e no sítio de Vista Alegre.

Uma novidade do ano 2001 foi a implantação do período integral. Uma opção para os alunos que quiserem ou que necessitarem permanecer no colégio nos dois períodos. Para atender a esses alunos

e a comunidade educativa, foi inaugurado o Restaurante Dom Bosco, com sistema *self-service*, no complexo do parque esportivo.

O Centro Esportivo Dom Bosco ganhou um campo de futebol com grama sintética, com 50 metros de comprimento e 30 metros de largura. Tem pista de atletismo e arquibancadas. Foi a realização de um sonho antigo, inaugurado no dia 31 de agosto de 2001, com grande festa. Cerca de 1.400 pessoas participaram do evento. Além dos alunos do Santa Rosa, estavam presentes as 14 escolas integradas, alunos dos colégios salesianos do Riachuelo, Jacarezinho, Rocha Miranda, Resende, Campos e Vitória. A banda de música continuando, a sua história colaborou também para o brilho da festa.

Desde janeiro de 2013, o Colégio Salesiano Santa Rosa é dirigido pelo padre Pedro José da Trindade, de espírito jovem e empreendedor, nos dando a certeza de que novos caminhos e novas perspectivas se abrirão para que o Santa Rosa esteja sempre em sintonia com os tempos modernos, fazendo uso da tecnologia em prol da educação da juventude e da difusão da filosofia de Dom Bosco.

No momento em que a Família Salesiana se dispõe a comemorar os 130 anos de sua presença em nossa terra, eles parecem lembrar as palavras enternecidas de Dom Bosco: “Tudo é obra de N. S. Auxiliadora.”

Referências bibliográficas

BOLETIM Salesiano. Niterói: ano 32, n. 1, jan./fev. 1982.

FIGUEIREDO, Júlio Xavier de. Santa Rosa e seus moradores ilustres. *Jornal de Santa Rosa*. Niterói, mai. 1983.

Pe. Joso e Denise. Memorial Histórico do Colégio Salesiano Santa Rosa. [s.l.n.d.]

SILVA, Salvador Mata e. Centenário do Colégio Salesiano. *Cadernos do Instituto Histórico e Geográfico de Niterói*, Niterói: nº 2, p. 23-25, 1984.

Resumo

Os salesianos chegaram ao Brasil no dia 14 de julho de 1883, vindo do Uruguai, por ordem do próprio Dom Bosco. Instalaram-se no bairro de Santa Rosa, município de Niterói, RJ. O grupo fundador era dirigido por Dom Luis Lasagna, o outro Dom Bosco das Américas. Aos poucos, preparou a casa para as atividades. Iniciou-se com alguns alunos pobres e internos a escola de Artes e Ofícios. À escola profissional acrescentou-se a seção dos estudantes e o garboso Batalhão Salesiano enchia de vida e alegria a sociedade e tornou-se presença obrigatória em grandes acontecimentos cívicos e religiosos de Niterói e da cidade do Rio de Janeiro, nos séculos XIX, XX e XXI, isto é, começou há 135 anos. O oratório festivo Dom Bosco foi, desde o início, atividade inseparável, assim como a Centenária Banda de música do colégio, fundada em 1888. Desde janeiro de 2013, o colégio Salesiano Santa Rosa é dirigido pelo padre Pedro José da Trindade, de espírito jovem e empreendedor, dando nos a certeza de que novos caminhos e novas perspectivas se abrirão para que o Santa Rosa esteja sempre em sintonia com os tempos modernos, fazendo uso da tecnologia em prol da educação, da juventude e da difusão da filosofia de Dom Bosco.

Palavras-chave: Salesianos – Filosofia de Dom Bosco – Oratório Festivo.

Abstract

The Salesians arrived in Brazil on July 14, 1883, from Uruguay, by order of the King himself Bosco. He settled in the neighborhood of Santa Rosa, Niterói, RJ. The founding group was directed by Don Luis Lasagna, another D. Bosco the Americas. Gradually the house prepared for the activities. It started with some poor students, interns, School of Arts and Crafts. The vocational school was added to the section of the students and the dapper battalion Salesian life filled with joy and society, and became mandatory attendance in large civil and religious events of the city of Niteroi and Rio de Janeiro, in the nineteenth century, XX and XXI, ie began 135 years ago. The Don Bosco oratory, was from the beginning, activity inseparable, like centene-

raria band music college founded in 1888. Since January 2013, the college is run by the Salesian Holy Father Pedro José Trindade, the young and enterprising spirit, giving us the certainty that new ways and new perspectives will open for the Santa Rosa, is always in tune with the time modern, making use of technology for education, youth and spreading the philosophy of Don Bosco..

Keywords: *Salesians; Don Bosco Philosophy; Oratory Festive.*

A REVOLTA DA CHIBATA

*Neusa Fernandes*¹

Durante muitos anos, uma conservadora posição histórica sustentou a tese da irracionalidade da multidão. A partir do século XIX, foram revelados estudos dos cientistas sociais que negaram o conceito de multidão como um segmento incontrolável, que praticava uma violência irracional.

Nos séculos seguintes, estudos a respeito da presença da violência nos conflitos urbanos ressaltaram as tradições orais e éticas que explicam e até justificam essa violência.

George Rudé, em especial trabalho sobre a multidão, afirma que “o crime e o motim, longe de serem companheiros inseparáveis, são apenas companheiros ocasionais”, em determinado momento histórico.

Thompson, o filósofo das classes trabalhadoras, analisando o comportamento e as atitudes populares, relevou as causas, o significado e os métodos que acabam por legitimar a violência coletiva.

Vale lembrar filósofo mais velho, Nietzsche, quando afirmou que “a revolta é a nobreza do escravo, por isso mesmo, sendo legítima e justa a repulsa contra a tirania e os abusos do poder”.

Embora compreensíveis as posições dos consagrados filósofos da História, não se pode, eticamente, justificar a violência, nem considerá-la isoladamente nos movimentos populares ocorridos no Rio de Janeiro, em qualquer de suas fases históricas.

¹ Sócia efetiva do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro e pós-doutora em História.

Entretanto, há semelhanças de comportamentos nos movimentos de multidão, sobretudo quando se colocam em questão castigos físicos, afetando a integridade e a dignidade dos seres humanos.

A Revolta da Chibata é um bom exemplo: movimento social ocorrido na cidade do Rio de Janeiro, dentro das Forças Armadas, especialmente na Marinha do Brasil, entre 22 e 27 de novembro de 1910. Planejada durante dois anos, a revolta foi originalmente marcada para eclodir no dia 5 de novembro de 1910, dez dias depois da posse do Presidente eleito, Hermes da Fonseca.

Em depoimento, no Museu da Imagem e do Som, concedido em 29 de março de 1968, João Cândido, o líder da revolta, revelou o planejamento inicial:

O primeiro grãozinho foi na organização dos Comitês, já com título de comitês revolucionários. A intenção era aquela, logo que tivéssemos o elemento inicial, para impormos às autoridades, a revolta teria que vir.

Vale ressaltar que os assuntos discutidos nas reuniões promovidas por esses Comitês eram divulgados entre os marujos, cabos e sargentos dos outros navios que não podiam comparecer. Assim foi-se estruturando a rebelião, a princípio entre a tripulação do cruzador ligeiro *Bahia*, liderada por Francisco Dias Martins, apontado por alguns historiadores como principal mentor do movimento, Ricardo Freitas e Adalberto Ribas. Os três eram marujos brancos, instruídos, oriundos de famílias com algum recurso. Presente também Marcelino Rodrigues de Menezes, o último marinheiro castigado com chibatadas.

A eles se juntaram os numerosos integrantes dos encouraçados *São Paulo* e *Minas Gerais*, este comandado por João Cândido, que retornava ao Brasil vindo da Inglaterra. Das embarcações, ouviam-se os gritos de “Viva a liberdade”, “Abaixo a chibata”.

E acrescenta João Cândido:

“Nós que vínhamos da Europa, em contato com outras marinhas, não podíamos admitir que na Marinha brasileira ainda o homem tirasse a camisa para ser chibateado por outro homem.”

A viagem à Inglaterra proporcionou aos marujos contato com a conquista de direitos, o que estimulou o desenvolvimento do projeto. Segundo revelou o próprio João Cândido, a organização propriamente dita foi delineada nas reuniões preparatórias dos comitês revolucionários, realizadas nos dias 12 de setembro, 23 e 25 de outubro de 1910, em pontos diferentes: na Vila Rui Barbosa, situada na Rua dos Inválidos, 70, no centro da cidade do Rio de Janeiro; na Rua do Livramento e no Bar da Rua Jogo da Bola, nos bairros da Saúde e da Gamboa.

A causa da rebelião foram os castigos físicos impostos aos marujos pertencentes à Marinha do Brasil, que ainda seguia as regras do período colonial, registradas no Regimento Provisional para o Serviço e Disciplina das Esquadras e Navios da Armada Real, de 1796, complementado com os artigos de guerra, principalmente o de número 60, que decretava punição para os marinheiros “por meio de espada e chibata”.

Esses castigos já haviam sido abolidos por decreto publicado em 1889, um dia após a proclamação da República. Entretanto, voltaram a vigorar no ano seguinte, por meio do Decreto 328, de outubro de 1890. Essas regras republicanas reviviam o uso do açoite imposto aos escravos e abolido por lei, em 1896, ainda no período imperial.

A primeira revolta

Foi a punição aplicada ao marinheiro Marcelino Rodrigues Menezes, do encouraçado *Minas Gerais*, o motivo desencadeante da revolta. O marujo tinha levado bebida alcoólica para o navio e o delataram. Sua imediata reação foi ferir, com uma navalha, o cabo que o delatou.

O marinheiro Menezes foi punido, não com as vinte e cinco chibatadas regulamentares, mas, sim, com duzentos e cinquenta, na presença da tropa formada, dentro do encouraçado que estava navegando para o Rio de Janeiro. Os marinheiros do *Minas Gerais* sublevaram-se, mataram o comandante do navio e mais três oficiais. Era a noite de 22 de novembro de 1910. O comandante Batista das Neves foi atacado pelo marinheiro Álvaro Alberto, o que fez com que o comandante voltasse para o convés onde foi cercado pelos amotinados e intimado a deixar o navio. Atacado pelo restante do grupo, o oficial foi atingido fatalmente na cabeça. Outros dois oficiais que acordaram e também se dirigiram para o convés, foram assassinados. Enquanto isso, o segundo-tenente Álvaro Alberto da Mota e Silva, o primeiro oficial gravemente ferido, conseguiu alcançar o encouraçado *São Paulo* e informou os fatos aos demais oficiais, objetivando obter a adesão do segundo maior navio da Armada naquela época.

À revolta, aderiram também o encouraçado *Deodoro*, o cruzador torpedeiro *Timbira*, que expulsou os oficiais da tripulação, e mais quatro embarcações menores ancoradas na baía. Os navios que não aderiram, na maioria contratorpedeiros, entraram de prontidão para enfrentar os revoltosos.

Após o descontrole, foi organizada uma assembleia no próprio navio para entregar a João Cândido Felisberto o comando geral da esquadra rebelde. Até então, o chefe das reuniões era Vitalino José Ferreira. João Cândido seria somente o comandante do *Minas Gerais*. Mas os marujos optaram ter um comandante-em-chefe, com bom trânsito entre os marinheiros e os oficiais, que gozava do respeito dos companheiros, elogiado em folha três anos antes e merecedor de moção de bom comportamento, recebida meses antes da revolta.

Na manhã seguinte, do dia 23 de novembro, já sob a liderança de João Cândido, foi produzido pelos marujos um ultimato, escrito pelo marinheiro Francisco Dias Martins:

Não queremos a volta da chibata. Isso pedimos ao presidente da República e ao ministro da Marinha. Queremos a resposta já e já.

Caso não a tenhamos, bombardearemos as cidades e os navios que não se revoltarem.

Explicitaram também outras reivindicações, como o fim dos castigos, melhoria na alimentação e anistia para todos os participantes. Caso não fossem atendidos, ameaçavam bombardear a cidade, então capital da República.

O governo respondeu, negando-se a negociar com amotinados. Diante da recusa do Presidente, o líder João Cândido ordenou tiros de canhão sobre o Palácio do Catete, sede do Poder Executivo até 1960, e sobre a Câmara dos Deputados, que, à época, ficava na rua da Misericórdia. Após dar os primeiros disparos, o comandante posicionou-se, fora da baía da Guanabara, fora do alcance do fogo das fortalezas da barra, mas a uma distância suficiente para atacar e destruir a cidade, caso fosse necessário.

Com essa atitude, o líder negro deu uma demonstração de força do movimento que contou com a adesão de 2.400 marinheiros.

Consciente da gravidade, o governo optou por enviar um emissário, o deputado federal capitão de mar e guerra e José da Costa Carvalho, que visitou o encouraçado *São Paulo* e depois foi ao *Minas Gerais* para negociar com João Cândido. Do líder dos revoltosos recebeu o Manifesto, com as reivindicações dos marinheiros sublevados. O emissário transmitiu para o Poder Legislativo as impressões que teve da força e da disposição dos marinheiros, que conheciam todos os nomes dos oficiais presos e tinham a relação dos navios controlados.

Quatro dias depois do motim, o presidente Marechal Hermes da Fonseca declarou aceitar as reivindicações dos amotinados, abolindo os castigos físicos e anistiando os revoltosos que se entregassem. Esses, então, depuseram armas e entregaram as embarcações. Dois dias depois da promessa governamental, o presidente assinou um novo decreto expulsando da Marinha os elementos “inconvenientes à disciplina”.

A segunda revolta

Indignados, os marinheiros ensaiaram uma segunda revolta iniciada na Ilha das Cobras, energicamente reprimida pelo governo, que apelou para o Exército sufocar a rebelião.

Morreram 24 rebelados e outros foram presos em celas subterrâneas da Fortaleza, onde as condições de sobrevivência eram muito pequenas, registrando-se morte de muitos prisioneiros. Cento e cinco presos foram enviados para a Amazônia, condenados a prestar trabalhos forçados na produção da borracha, tendo sido nove deles fuzilados em trânsito.

João Cândido permaneceu sete meses na região, escravizado pelos seringaleiros. Depois, foi transferido para a Ilha das Cobras, onde ficou preso por dois anos. Foi ele o primeiro a ser encarcerado em uma cela solitária, um cubículo encravado em uma pedra, úmido e escuro. Outros trinta e um marujos, considerados “elementos perigosos”, sofreram a mesma punição. Ali ficaram dois dias e, na noite de Natal de 1910, foram contemplados com uma chuva de ácido fênico, a pretexto de desinfecção da cela, o que ocasionou soltura da pele de muitos prisioneiros. No dia seguinte, apenas João Cândido e o soldado naval João Avelino, conhecido como “Pau de Lira”, estavam vivos.

No dia 2 de dezembro foram expulsos oito marinheiros do *Minas Gerais*, entre eles o assassino de Batista das Neves, João José do Nascimento, e oito marinheiros do navio *São Paulo*. Dois dias depois, mais quatro marujos foram presos, acusados de conspiração.

As expulsões, as prisões, os boatos, as provocações só fizeram piorar a difícil situação. Após uma semana, no dia 9 de dezembro, no navio cruzador *Rio Grande do Sul*, um dos que não aderiram à Revolta da Chibata, os oficiais mandaram amarrar e pôr a ferros um marujo no meio do convés. Armaram-se e ficaram de prontidão no passadiço, trajando o uniforme de gala, usado nos dias em que ocorria o “espetáculo da chibata”. À noite, com os marinheiros desesperados com os boatos, com o companheiro amarrado e a possibilidade da volta da chibata, a luz acabou totalmente no navio, e eclodiu um princí-

pio de novo motim, no qual morreram um oficial e um marinheiro. O comandante capitão Pedro Max de Frontin rapidamente controlou a tentativa de revolta.

Ainda no dia 9 de dezembro, os comandantes oficiais da Marinha, já com o comando restituído dos navios anistiados, resolveram abandonar os navios, deixando os marinheiros sozinhos. No mesmo dia, os fuzileiros navais sublevaram-se na ilha das Cobras, sem qualquer exigência e sem qualquer relação com a Revolta da Chibata. Foram bombardeados durante todo o dia seguinte, mesmo após hastearem a bandeira branca.

No dia 10, o governo aprovava no Senado Federal a lei marcial do estado de sítio.

De trezentos revoltosos, sobreviveram pouco mais de cem.

O revolucionário João Cândido

O líder da Revolta da Chibata, o cabo negro João Cândido, era filho do tropeiro João Cândido Felisberto e da doméstica Ignácia Felisberto. Nasceu na Fazenda Covilha Bonita, na cidade de Encruzilhada do Sul, atualmente município Dom Feliciano, no Rio Grande do Sul, em 24 de junho de 1880, após a aprovação da Lei do Ventre Livre. Em 1894, João Cândido ingressou no Arsenal de Guerra do Exército, em Porto Alegre. No ano seguinte, transferiu-se para a Escola de Aprendizes de Marinheiros, na mesma cidade. Foi instruído e instrutor, exercendo diferentes funções em diferentes navios: artilheiro, maquinista, faroleiro, sinaleiro, gajeiro e timoneiro. Aos quatorze anos, foi internado no Hospital da Marinha, para tratamento de tuberculose. Dois anos depois, já se encontrava no Rio de Janeiro, lotado no Quartel Central da Ilha de Villegagnon. Em 1897, foi transferido para o cruzador *Andrade*, que transportou os soldados sobreviventes da Revolta de Canudos.

Aparentava ser um homem rude, entretanto, fez carreira na Marinha. Para tanto, muito estudou e muito viajou. Percorreu todo o

litoral brasileiro, as bacias do Prata e Amazônica, e navegou pela Ásia, África e pelas Américas.

Servindo na Divisão de Instrução do navio-escola Benjamim Constant, desempenhou várias atividades especiais, como artilharia, torpedo, evolução, tiro ao alvo, bloqueio de portos, levantamento hidrográfico e reconhecimento de portos. Em 1900, já se encontrava em Marselha e três anos depois foi promovido a cabo de esquadra.

Elogiado em folha, em 1907, recebeu menção de bom comportamento meses antes da revolta estourar.

Em 1908, foi instrutor na Divisão Naval de Instrução do navio-escola *Primeiro de Março*, quando ensinou exercícios militares para aspirantes da Escola Naval.

Após sua participação na Revolta da Chibata, foi internado no Hospital dos Alienados, na Praia Vermelha, onde permaneceu de 18 de abril até 4 de junho de 1911, quando o levaram de volta à prisão na ilha das Cobras. Essa nova prisão durou dezoito meses. Somente em outubro de 1912 enfrentou o Conselho de Guerra. A Irmandade do Rosário contratou os advogados Evaristo de Moraes, Jerônimo de Carvalho e Caio Monteiro de Barros, que se recusaram a receber qualquer honorário, para a defesa de João Cândido. Absolvido, foi liberado em dezembro de 1912.

Em 1913, João Cândido se casou na Igreja Nossa Senhora da Glória do Largo do Machado, com Marieta, filha de seu amigo carpinteiro que lhe oferecera um quarto em sua casa. Desse seu primeiro casamento, nasceram três filhos. Nessa ocasião, conseguiu emprego em bancos particulares e na Marinha Mercante, como cargueiro, em embarcações que transportavam produtos agrícolas para o sul do Brasil, e como timoneiro, em navio de passageiros que fazia o percurso Rio-Buenos Aires.

Viúvo, quatro anos depois, casou-se com Maria Dolores Vidal, com quem viveu oito anos e teve mais quatro filhos.

Tempos depois, em 1930, João Cândido foi detido pela polícia, acusado, injustamente, de conspiração. O fato transpareceu ao caulejado marujo que ele era um homem marcado e que qualquer motivo o levaria à detenção. Consciente disso, mudou-se para São João do Meriti, na Baixada Fluminense, que na ocasião, era um lugar mais calmo e sossegado, onde poderia usufruir melhor qualidade de vida. Nesse município, fez amizade com a jovem vizinha Ana do Nascimento, que o ajudava na lida doméstica. Foi ela a sua terceira mulher, com quem viveu durante trinta e nove anos. Tiveram três filhos e oficialmente se casaram em 1960. Foi a mais longa união de João Cândido, que teve, ao todo, onze filhos, um deles fora dos casamentos.

A falta de recursos obrigou João Cândido a sair de casa de madrugada para trabalhar descarregando peixe, na Praça Quinze de Novembro.

Durante o governo de Getúlio Vargas, João Cândido, homem politizado, com formação nacionalista, foi cortejado por partidos políticos. Entre os que tinham em comum o nacionalismo, como os partidos comunista e integralista, o marinheiro aderiu ao Integralismo, participando, em 1º de dezembro de 1937, da Marcha Integralista, organizada pelo escritor Gustavo Barroso. Além dessa participação, frequentou alguns comícios promovidos pela Aliança Nacional Libertadora e, aos poucos, foi se afastando e caindo no ostracismo.

João Cândido morreu em 1969 no Hospital Getúlio Vargas e foi sepultado no Cemitério do Caju. Sua mulher, Ana, morreu em 1973.

Homenagens

Foram muitas as homenagens que o “Almirante Negro” recebeu, em vida e *post-mortem*. Vinte anos após o desfecho da Revolta da Chibata, a figura de João Cândido foi tema preferido dos jornalistas e dos escritores de esquerda.

Em 1934, o médico marxista Adão Pereira Nunes, militante comunista, membro do Partido Comunista Brasileiro, publicou, clan-

destinamente, sob o pseudônimo de Benedito de Paulo, o livro *A Revolta de João Cândido*. A publicação foi apreendida pela polícia. No mês de outubro desse mesmo ano, o jornalista, escritor e humorista Aparício Torely, conhecido como Barão de Itararé, publicou no seu jornal *Folha do Povo*, de orientação comunista, uma série de dez capítulos intitulada *A Insurreição dos Marinheiros de 1910*. Entretanto, a série foi interrompida porque o irreverente Barão foi sequestrado e espancado por oficiais da Marinha, fato que o levou a colocar uma placa, na entrada da redação do jornal: “Entre sem bater.”

Na década de 1950, Otávio Brandão, conhecido dirigente do Partido Comunista Brasileiro e um dos principais teóricos marxistas da época, publicou seu livro *O caminho*, abordando a Revolta da Chibata.

Entretanto, a primeira homenagem que João Cândido foi convidado a receber, em 1959, em sua terra natal, foi cancelada por ordem da Marinha.

Somente em 2002, a senadora Marina Silva e o deputado federal Marcos Afonso apresentaram projeto de anistia *post-mortem* a João Cândido e seus companheiros da Revolta da Chibata.

Esse projeto contou com a adesão da Marcha dos 10 Mil, realizada em 2005, que reuniu líderes e participantes dos movimentos pelos direitos humanos e pela inclusão racial. Os participantes rumaram para Brasília, reforçando o pedido de anistia.

No dia 22 de novembro de 2007, quando completavam-se 97 anos da Revolta, foi inaugurada uma estátua de corpo inteiro do “Almirante Negro”, nos jardins do Museu da República, antigo Palácio do Catete, alvo dos tiros disparados durante o levante. A estátua de João Cândido, com o leme em suas mãos, foi afixada de frente para o mar e de costas para o palácio. À solenidade compareceram autoridades, familiares e representantes dos movimentos sociais. Na ocasião, foi exibido o filme *Memórias da Chibata*, de Marcos Manhães Marins, e inaugurada uma exposição fotográfica da Revolta da Chibata, sob a

curadoria do cientista político e juiz de direito João Batista Damasceno.

Em 20 de novembro de 2008, a estátua foi transferida dos jardins do Palácio do Catete para a Praça Quinze de Novembro, no centro da cidade do Rio de Janeiro. A solenidade contou com a presença do então presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, a família de João Cândido e milhares de pessoas. A Marinha do Brasil, subordinada ao Ministério da Defesa, por sua vez, subordinado ao presidente da República, chefe hierárquico máximo das Forças Armadas, não compareceu, alegando não poder comemorar porque a Marinha preza a disciplina e a hierarquia.

Em 23 de julho de 2008, o presidente Luís Inácio Lula da Silva sancionou a Lei 11.756, que concede anistia *post-mortem* a João Cândido e outros marinheiros participantes da Revolta da Chibata. No dia seguinte, ao se completarem 39 anos depois da morte de João Cândido Felisberto, a Lei foi publicada no Diário Oficial da União.

No dia 7 de maio de 2010, no Estaleiro Atlântico Sul (EAS), em Ipojuca, em Pernambuco, a Transpetro, a pedido do presidente da República, batizou com o nome de *João Cândido* o primeiro navio do Promef (Programa de Modernização e Expansão da Frota). Foi o primeiro petroleiro produzido em estaleiro nacional, após um intervalo de mais de 13 anos.

O Almirante Negro também é o homenageado na música *O mestre-sala dos mares*, de autoria de João Bosco e Aldir Blanc, que tanto sucesso fez, na década de 1980, na voz da cantora Elis Regina.

Referências bibliográficas

CÂNDIDO, João. *Memórias de um marinheiro*. Rio de Janeiro: Gazeta de Notícias, 1913.

GRANATO, Fernando. *O negro na chibata*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

KUPPER, Agnaldo e; CHENSO, Paulo André. *O navegante negro e a Chibata: a revolta dos marinheiros de 1910*. São Paulo: FTD, 2001.

LOPES, Moacir C. *O Almirante Negro: Revolta da Chibata, a vingança*. Rio de Janeiro: Quartet, 2000.

MAESTRI, Mário. *1910: a revolta dos marinheiros. Uma saga negra*. 3 ed. São Paulo: Global, 1982.

_____. *Cisnes negros: 1910: a revolta dos marinheiros contra a chibata*. São Paulo: Moderna, 1998.

MARTINS, Hélio Leôncio. *A revolta dos marinheiros – 1910*. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1985.

MORAES, Paulo Ricardo de. *João Cândido*. 2 ed. Porto Alegre: União Editorial/Secretaria Municipal de Cultura, 2000.

MOREL, Edmar. *A Revolta da Chibata*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1959.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. *Cidadania, cor e disciplina na revolta dos marinheiros de 1910*. Rio de Janeiro: Mauad, 2008.

ROLAND, Maria Inês. *A Revolta da Chibata*. São Paulo: Saraiva, 2000.

SILVA, M. A. da. *Contra a Chibata: marinheiros brasileiros em 1910*. São Paulo: Brasiliense, 1982. (Coleção Tudo é História)

Atlas histórico /Brasil 500 anos. São Paulo: Editora Três, 2000, p. 98. Periódicos:

ALMEIDA, Sílvia Capanema P. de. O Almirante Negro: glória a uma luta inglória. *História Viva*, ano II, n. 27. Duetto Editorial, p.74-80 janeiro 2006.

Resumo

Conhecida como Revolta da Chibata, a rebelião dos marinheiros ocorreu em 1910, no Rio de Janeiro, durante o governo do marechal Hermes da Fonseca. Liderados pelo cabo negro João Cândido, os marujos exigiam a abolição dos castigos corporais que lhes eram impostos, melhoria na alimentação e anistia. Diante da recusa do presidente, os rebeldes conseguiram o apoio do encouraçado *São Paulo* e avançaram pela baía da Guanabara. Mediante a gravidade da situação, o presidente aceitou as reivindicações dos amotinados, que depuseram

armas e entregaram as embarcações. O governo, entretanto, voltou atrás e a revolta foi sufocada.

Palavras-chave: revolta – chibata – marinheiros.

Abstract

Known as the Whip Rebellion, the revolt of sailors, took place at 1910, in Rio de Janeiro, during the government of president Hermes da Fonseca. The leader of the movement João Cândido wrote a letter claiming for the end of body punishment, better food and amnesty for all. The government did not fulfill it. The commander-in-chief and other officers, they had the support of the sailors of the battleship São Paulo and advanced by Guanabara Bay. Because of the gravity of the situation, the government decided to consent the claims of the revolts. Meanwhile the government did not keep his word and the revolt was suffocated.

Keywords: whip – sailors.

LEGADO DOS 450 ANOS DA CIDADE E DO ACERVO DO AGCRJ

Beatriz Kushnir¹

Em ocasiões comemorativas, não faltarão no ano de 2015 eventos a respeito do significado e do legado dos 450 anos de fundação da “mui leal e heroica cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro” para a história brasileira. A proposta aqui, como não poderia ser outra, é refletir sobre uma instituição que se origina concomitante a essa urbe.

Por esforços acadêmicos universitários e desta instituição, existem excelentes estudos sobre o processo de fundação da cidade do Rio de Janeiro. Apenas para sublinhar, ainda em 1565, depois de a Câmara Municipal ter recebido o título de concessão da sua primeira sesmária, Estácio de Sá distribuiu as primeiras cartas forais para os que o auxiliaram na fundação da cidade. Esses estavam dispostos a povoar e a cultivar as vastas áreas em toda a extensão da baía de Guanabara e nas suas maiores ilhas.

As informações sobre a doação de sesmarias aos primeiros povoadores são incompletas e imprecisas. O segundo Livro de Registro das suas escrituras, que abarcava o período entre 1º de julho de 1565 e 11 de novembro de 1566, desapareceu, possivelmente consu-

¹ Historiadora, diretora-geral do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Doutora em História Social do Trabalho (Unicamp, 2001), pós-doutora júnior (Cemi/Unicamp 2005) e pós-doutora sênior (UFF 2007-8). Autora de *Baile de Máscaras: mulheres judias e prostituição. As polacas e suas associações de ajuda mútua* (Imago, 1996); *Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988* (Boitempo, 2004). Organizadora de *Perfis cruzados: trajetórias e militância política no Brasil* (Imago, 2001) e *Maços na gaveta: reflexões sobre a mídia* (EdUFF, 2009).

mido no incêndio que destruiu parte dos papéis do Arquivo da Câmara, em 1790.

As Ordenações do Reino determinaram que o primeiro escrivão da Câmara Municipal, Diogo de Oliveira, estava incumbido de registrar “(...) em livros próprios e de guardar em uma ‘arca grande e boa’ as Cartas de doação de sesmarias concedidas por Estácio de Sá aos jesuítas, à municipalidade e aos primeiros povoadores, as Cartas Forais, os Termos de Provimento dos cargos municipais, as Provisões civis dos porteiros, pregoeiros, alcaides, carcereiros, tabeliães, escrivães, ouvidores, provedores da Fazenda e dos demais oficiais da municipalidade”. Essa “arca grande e boa” é a origem do acervo do Arquivo da Câmara Municipal.

Ainda, como era determinado pelas Ordenações do Reino, coube ao escrivão da Câmara Municipal lançar, nos respectivos Livros de Registros os autos, os alvarás, os editais e todos os atos expedidos pelos camaristas, pelo governador da capitania, pelo governador-geral e pela Coroa que fossem relativos à municipalidade. Na “arca grande e boa”, o escrivão também deveria guardar as Provisões eclesiásticas, os Livros dos Tombos dos bens municipais, os Livros de Privilégios, das Escrituras e dos Registros de infrações às Posturas, bem como os Livros de Atas das reuniões e as demais escrituras produzidas no curso das atividades da Câmara Municipal.

O escrivão recebeu a incumbência de zelar pela guarda e conservação de todos os documentos que, com o passar do tempo, foram constituindo os fundos do Arquivo da Câmara Municipal. Foi encarregado, igualmente, de guardar uma das três chaves da “arca grande e boa” ou “arca forte”, e também de auxiliar o ouvidor e os juízes ordinários nas funções de justiça, nos impedimentos do procurador.²

² O escrivão da Câmara Municipal era um oficial maior que desempenhava diversas funções relativas à produção, à guarda e à conservação dos documentos emanados dos camaristas e repartições do governo local. Ver SALGADO, G. (coord.) *Fiscais e Meirinhos: a administração no Brasil Colonial*. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985, p. 154.

Desde a fundação da cidade do Rio de Janeiro, a sua Câmara Municipal foi dotada de um oficial superior destinado a “(...) escrever, ler, publicar, guardar e conservar a documentação produzida e acumulada pela municipalidade”. Esse oficial – o escrivão – exerceu suas funções com relativa autonomia e independência durante o período colonial, tanto em relação aos documentos referentes à municipalidade, produzidos pelos camaristas cariocas, quanto no que se refere aos papéis emanados do governo da capitania, ainda que procedesse à sua guarda e conservação de forma muito irregular e desordenada.

Além disso, devido à posição proeminente que a cidade do Rio de Janeiro ocupou no Império português, desde sua fundação, o escrivão da Câmara Municipal, ao mesmo tempo, foi incumbido de guardar os atos e os documentos provenientes dos governadores-gerais e, mais tarde, dos vice-reis do Estado do Brasil, da Coroa e dos órgãos metropolitanos, referentes à municipalidade carioca, durante o período colonial.

Desde os primórdios da história da cidade até o fim do período colonial, o Arquivo da Câmara incorporou documentos não apenas produzidos pelo governo municipal, mas também os emanados de outras esferas do aparelho de Estado português. Por isto, a documentação sob a sua custódia possui uma abrangência, uma relevância e uma natureza mais amplas do que é comum em um arquivo municipal, geralmente depositário de uma documentação de caráter local.

Os acervos documentais do Arquivo da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, nos períodos colonial e imperial, e do Arquivo da Prefeitura da Cidade, que herdou aqueles acervos, no período republicano, extrapolam a esfera municipal, pois expressam a *capitalidade*,³ ou seja, a condição de cidade-capital, de centro de articulação política que o município carioca exerceu, desde a sua fundação até a década de 1960, como cidade-capital da Colônia, do Império e da República.

³ Os conceitos de *capitalidade* e *cidade-capital* tais como desenvolvidos por ARGAN, Giulio. *L'Europe des capitales*. Genebra: Albert Skira, 1984.

Talvez seja oportuno sublinhar que o conceito de *capitalidade* expressa um fenômeno urbano que se caracteriza pela constituição de uma esfera simbólica cosmopolita e universalista em uma cidade que centraliza e difunde essas orientações para fora do seu território geográfico. A constituição dessa esfera simbólica decorre do maior contato da cidade com novas ideias e novos valores, expresso na experiência do cosmopolitismo e da capacidade da cidade de operar sínteses a partir dos valores e ideias que recepciona.

A *capitalidade* consagra a cidade em um espaço de sacração de fatos políticos e culturais de um país, tornando-a uma referência para as demais que recebem sua influência, evoluindo ao apreender e assimilar novas experiências, que passam a constituir a sua tradição urbana. Considera-se que a capitalidade exercida pelo Rio de Janeiro se manifesta na natureza e no caráter da documentação acumulada no Arquivo da Câmara Municipal, nos períodos colonial e imperial, e no Arquivo da Prefeitura da Cidade, no período republicano. As características especiais e particulares da documentação arquivada por esses sucessivos órgãos arquivísticos a distinguem dos documentos recolhidos e preservados por outros arquivos municipais do país, constituindo registros de fatos determinantes, não apenas da história da formação social carioca e fluminense, mas também da brasileira.

No período imperial, da independência do país até a queda da monarquia e a proclamação da República, o Arquivo da Câmara arquivou uma documentação produzida pela municipalidade de inegável valor para a história brasileira. Essa documentação, representada especialmente pelos Livros de Autos de Vereanças, expressa a participação determinante dos representantes cariocas nos momentos decisivos da evolução do país.

Assim, na documentação arquivada pelo Senado da Câmara, destaca-se o Livro de Autos de Vereanças, no qual a célebre sessão do dia 9 de janeiro de 1822, presidida por José Clemente Pereira, foi registrada, assinalando a decisiva atuação dos camaristas cariocas no processo de independência do Brasil.

O “Auto do Fico”, título pelo qual ficou conhecido esse documento, registrou a deliberação dos edis de encaminharem ao príncipe regente, D. Pedro, tanto as petições dos cariocas quanto as que receberam dos representantes de municípios paulistas, mineiros e até gaúchos, solicitando que Sua Alteza Real permanecesse no Reino do Brasil, episódio que ficou conhecido como o Dia do Fico. Esse documento, produzido pelos camaristas cariocas, não deve ser confundido com o Ato do Fico, documento que expressou a determinação do príncipe regente em permanecer no Brasil, que está depositado no Arquivo Nacional. O “Auto do Fico” foi inscrito no Programa Memória do Mundo, Brasil de 2007. Concedendo ao Arquivo Geral da Cidade do RJ (AGCRJ) seu detentor, tal título.

Outro documento do acervo do Arquivo municipal que atesta a participação dos representantes cariocas em outro momento crucial da história nacional é o Termo de Reconhecimento do Governo Republicano Provisório pela Câmara Municipal, datado de 16 de novembro de 1889. Esse documento expressa a adesão da edilidade carioca à recém-proclamada República e tem uma especial relevância na legitimação do novo regime.

Outros conjuntos documentais de importância nacional, depositados no órgão arquivístico da cidade, são formados, ainda, por uma coleção de papéis sobre a Guerra do Paraguai (1864-1870) e a coleção do político Saldanha Marinho, dirigente do Partido Republicano Fluminense.

No período republicano, os acervos documentais do Arquivo da Câmara Municipal foram transferidos para o Arquivo Geral do Poder Executivo. O Arquivo da Prefeitura da cidade passou a recolher e a guardar principalmente a documentação produzida e acumulada pela administração pública municipal.

O Arquivo da Cidade também recebeu importantes coleções de documentos de instituições privadas, como a empresa têxtil Nova América e a agência Lux, e de personalidades da história da cidade, que se projetaram em termos nacionais, como os prefeitos Pereira Pas-

sos e Marcos Tamoyo e os governadores Carlos Lacerda e Antônio Chagas Freitas.

Em decorrência do fato de, sucessivamente, o Arquivo da Câmara e o Arquivo da Prefeitura guardarem e preservarem a documentação oficial relativa à história e à administração do Rio de Janeiro, no decorrer do tempo, estabeleceu-se uma relação indissolúvel e inseparável entre a história da cidade e a desses órgãos arquivísticos.

Essa relação determina que a história da instituição arquivística municipal não possa ser investigada de forma dissociada do contexto sociopolítico e cultural, de âmbito regional e nacional, no qual se desenvolveu a sua trajetória na estrutura administrativa da municipalidade. E foi nessa perspectiva que o livro “A travessia da arca grande” se deu.

Além disto, a documentação do Arquivo municipal registra também a permanente intervenção dos governos centrais na vida da municipalidade, desde a monarquia portuguesa, no período colonial, passando pela monarquia brasileira, no período imperial e alcançando os presidentes do Executivo federal, no período republicano. A interferência destes poderes no âmbito municipal manifesta-se tanto em aspectos administrativos e políticos, como em assuntos financeiros, econômicos e culturais, refletindo-se na natureza e no caráter da documentação arquivada no órgão.

O processo histórico vivenciado pela cidade do Rio de Janeiro é marcado por uma intervenção constante e permanente dos poderes centrais na organização e no seu funcionamento político-administrativo e na sua vida social, econômica e cultural. Essa intervenção é decorrente da posição que o município do Rio de Janeiro desempenhou na história brasileira e da capitalidade que exerceu e ainda exerce sobre outras cidades e regiões do país.

Desde os primeiros tempos da história carioca, a intervenção do Estado português sobre a cidade pode ser notada na documentação arquivada pelo governo local. As primeiras manifestações dessa intervenção ocorreram depois que o governador-geral Mem de Sá aportou

na cidade, no começo de janeiro de 1567. De fato, em 1627, o ouvidor João de Souza Cardena⁴ ordenou a criação de um novo Livro para lançar a sua correição como corregedor da comarca do Rio de Janeiro. Desta forma, Souza Cardena iniciou a organização da documentação da Câmara Municipal, que se encontrava muito dispersa e desordenada. Também instituiu um Livro de Tombo das terras aforadas, para salvaguardar os direitos e interesses da municipalidade sobre o seu patrimônio territorial e imobiliário, determinando que ambos fossem guardados no Arquivo da Câmara.

Por volta de 1630, o ouvidor Luiz Nogueira de Brito, por sua vez, determinou que cada novo escrivão que passasse a trabalhar na Câmara Municipal seria incumbido de inventariar anualmente o conjunto dos livros, das cartas e dos outros papéis do seu Arquivo, para evitar que se extraviassem.

Depois, Miguel Cysne de Faria, ouvidor e também provedor da Fazenda dos Defuntos e Ausentes,⁵ ordenou aos oficiais e ao escrivão da Câmara a criação de um Livro de Registro das cartas que os camaristas dirigissem às demais Câmaras, ao governador da capitania, ao governador-geral e ao rei. E também um Livro de Registro das cartas recebidas de qualquer procedência, dando origem ao registro da correspondência ativa e passiva da instituição.

Essas medidas foram tomadas no momento em que a Câmara Municipal alcançou um grande prestígio político junto às autoridades governamentais e aumentou a sua intervenção sobre os negócios da cidade. Portanto, sua produção documental desenvolveu-se e diversificou-se, exigindo o estabelecimento de novas formas de organização e de controle, que, entretanto, não foram adotadas de forma sistemática e eficiente.

⁴ O cargo de ouvidor-geral era regido por um regulamento próprio. Ver *Coleção Cronológica da Legislação Portuguesa*, 1854-59, v. 6, pp. 461-464.

⁵ O cargo de provedor da Fazenda dos Defuntos e Ausentes no Estado do Brasil foi criado e regulamentado por uma Provisão Régia, em 10 de dezembro de 1613.

Em 1630, finalmente, a Câmara Municipal recebeu permissão régia para se transferir do morro do Castelo para a várzea, começando a construir um sobrado para sediar seus trabalhos. As obras arrastaram-se por mais de um decênio, devido às modificações e ampliações do projeto original proposto pelos camaristas. Porém, ao final das obras de construção da sede do governo municipal, os *edis* continuaram a compartilhar a edificação com a cadeia pública. Esta permaneceu no pavimento térreo do prédio, enquanto os camaristas instalaram-se, mais uma vez, no andar superior.

A construção do prédio assobradado da Câmara Municipal, concluída em 1640, foi feita sob a direção do mestre de obras Francisco Monteiro. O prédio se localizou à rua da Misericórdia, na lateral da igreja de São José, próximo ao então denominado Largo do Carmo, depois designado de Largo do Paço, na atual Praça Quinze de Novembro.

Segundo Vieira Fazenda, os camaristas passaram a ocupar o edifício a partir de 1636, quando deixaram de se reunir no morro do Castelo e se transferiram para a nova sede, antes das obras de construção terem se encerrado definitivamente.⁶ A partir de 1638, o ouvidor Diogo de Sá Rocha determinou que o escrivão da Câmara Municipal tratasse de forma mais organizada e metódica a documentação produzida nos trabalhos da edilidade, fazendo um esforço para superar a desordem e a confusão daqueles papéis, que muitas vezes foram denunciadas nos relatórios anuais dos presidentes do órgão.

O ouvidor Diogo de Sá da Rocha, entre outras medidas adotadas para melhorar a organização e o controle sobre a documentação arquivada, determinou a realização de um Inventário anual pelo escrivão, que deveria assiná-lo. Esses inventários deveriam abarcar todos os Livros de Registros, a correspondência expedida e recebida e os demais papéis que deveriam ser guardados de forma permanente no Arquivo da Câmara. Além disto, o ouvidor proibiu a retirada de

⁶ Ver VIEIRA FAZENDA, J. “Antiquilhas e Memórias do Rio de Janeiro”, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 1921. Tomo 86, Vol. 140, pp. 38-39.

qualquer documento original daquela repartição, por qualquer pessoa, autorizando apenas a feitura de traslados autenticados dos mesmos.

Esse ouvidor também mandou registrar os nomes dos oficiais que possuíam as chaves do Arquivo e do cofre da Câmara, responsabilizando-os pela sua guarda, por meio da expedição de um Termo, no qual deveriam ser registrados os nomes desses oficiais. E estipulou que os referidos oficiais pagassem uma multa de cinquenta cruzados para as obras da Câmara, caso não cumprissem com as determinações que ele criou.

Todas essas medidas foram adotadas com o intuito de aumentar o controle sobre a documentação arquivada e impedir a perda ou o extravio dos documentos que eram fundamentais para a comprovação de direitos da municipalidade. E o ouvidor Diogo de Sá da Rocha ainda ordenou a criação de um Livro de registro das fianças dos vendedores, em litígio com a municipalidade.



As investidas objetivadas desde abril de 2005, quando assumi a direção-geral do AGCRJ, centraram-se em mapear e organizar – via a construção de um Guia de Fundos, igualmente via *web* (arquivo virtual) – a trajetória de uma instituição com uma longa e produtiva história, problematizando suas estruturas e suas formas de organização e de funcionamento, revelando as suas características particulares e seus problemas, destacando os seus principais sujeitos e atores sociais. Especialmente se tratando de uma instituição das mais antigas do gênero em funcionamento contínuo no Brasil, como o Arquivo da Cidade do Rio de Janeiro.

Uma instituição que atravessa os 447 anos do Rio de Janeiro, funcionando de forma contínua e permanente, detendo a custódia de um acervo documental de inestimável valor histórico e probatório, pois possibilita a reconstituição não apenas da organização política e administrativa da cidade do Rio de Janeiro, mas também da sua história social, demográfica, econômica e cultural.

A documentação arquivada no órgão compreende diversas modalidades, desde as tradicionais, como a textual manuscrita e impressa, a iconográfica e a cartográfica, até as modernas audiovisuais e virtuais, que compreendem discos, fitas gravadas, filmes, CDs, DVDs e arquivos informatizados *on-line*.

Essa documentação registra as grandes transformações e rupturas que ocorreram no espaço urbano, nas estruturas de governo e de administração da cidade, no solo, no relevo, na hidrografia, no clima e nas atividades desenvolvidas pela população carioca, informando sobre o cotidiano da urbe e dos seus habitantes, o traçado e o prolongamento das ruas, o abastecimento de água e de alimentos, os transportes e os serviços públicos, como a saúde, o saneamento, a assistência e a instrução.

Os documentos arquivados fornecem dados fundamentais sobre a regulamentação de profissões e atividades econômicas, o provimento de cargos públicos e as competências e atribuições dos governantes e funcionários municipais, desde a época da fundação da cidade, no século XVI, até a época atual, no século XXI, demonstrando a continuidade e a permanência de valores, tradições e práticas que marcaram a evolução da instituição arquivística municipal e dos seus dirigentes, mas também dos governantes da cidade e dos agentes sociais que atuaram na vida pública local.

Além disto, a documentação também expõe o cotidiano dos homens e das mulheres cariocas, ilustres ou comuns, de diversas épocas, que compartilharam entre si experiências, ideias e costumes, estabelecendo alianças e pactos ou vivenciando conflitos e antagonismos que caracterizam a história urbana, desde as lutas iniciais pela conquista da terra, a fixação dos primeiros moradores da cidade, a montagem do governo municipal e a distribuição de sesmarias, no período colonial, passando pelas lutas, tensões e conflitos que marcaram o período monárquico, até alcançar os tempos republicanos, desde a proclamação do novo regime até os dias atuais, nos quais a cidade do Rio de Janeiro se insere no amplo processo de mundialização econômica, social e cultural em curso.

Assim, a documentação arquivada, além de expressar as determinações legais e políticas adotadas pelos governantes da cidade em relação à sua administração e ao órgão arquivístico municipal, registra também as tradições, os costumes, as festas, as comemorações populares, as solenidades oficiais, as reivindicações, as lutas e os conflitos, os pactos e as alianças que caracterizam o cotidiano da população carioca nos mais de quatro séculos de existência da municipalidade.

Considerando a riqueza dessa documentação e a importância que o Arquivo da Cidade tem na preservação das fontes documentais de caráter administrativo, político, social e cultural da história carioca, torna-se imprescindível sublinhar a trajetória do Arquivo municipal nos diversos contextos políticos, administrativos e culturais em que se inseriu durante a sua longa trajetória histórica, desde o período colonial até o começo do século XXI. Esses dados, coletados, selecionados e analisados nos acervos institucionais, compreendem os documentos manuscritos e impressos, as coleções de Leis, Decretos e outros Atos administrativos, e os diversos organogramas e fotografias.

Nessa trajetória de longa duração, no período mais recente da história do Arquivo municipal carioca, foi inaugurado com a transferência definitiva do Arquivo da Câmara Municipal para o âmbito da Prefeitura do Distrito Federal. Tal transferência foi consolidada legalmente, com a instituição da Diretoria-Geral de Arquivo na estrutura da administração do então Distrito Federal, pelo Decreto Nº 44, de 5 de agosto de 1893.

Esse fato foi encarado como um verdadeiro ato de criação do Arquivo no âmbito do Poder Executivo municipal. Nesse momento, o Arquivo da Cidade ocupou a posição de órgão de primeiro escalão na estrutura administrativa local, com um *status* equivalente ao de uma secretaria municipal atual.

O Arquivo permaneceu nessa posição destacada por um curto período. As mudanças que se seguiram levaram o órgão a ocupar um *status* cada vez mais periférico na estrutura administrativa da Prefei-

tura da cidade, ainda que sempre tenha se mantido no âmbito do Poder Executivo municipal.

Durante o século XX, portanto, o Arquivo da Cidade enfrentou grandes dificuldades para desempenhar suas funções especializadas, pois foi afastado dos centros decisórios das políticas adotadas em relação à gestão e à preservação da documentação produzida pela Prefeitura municipal.



Em diversos momentos da trajetória do Arquivo da Cidade, a equipe da instituição pensou em desenvolver um estudo voltado para o levantamento e reconstituição da organização administrativa do Rio de Janeiro, com o objetivo de contribuir para o arranjo do acervo documental custodiado pelo órgão. Lamentavelmente, esse trabalho foi inúmeras vezes interrompido por outras demandas, então consideradas prioritárias.

Embora alguns estudiosos tenham se debruçado sobre o estudo da organização administrativa brasileira, resultando em trabalhos de excelência, ainda pairam um grande desconhecimento e enormes lacunas no que diz respeito à história da administração da cidade do Rio de Janeiro, tanto em épocas remotas como em tempos mais recentes. Sobretudo, porque se trata de uma cidade que conheceu múltiplas organizações administrativas: foi capital do Vice-Reino, Município Neutro da Corte, Distrito Federal, Estado da Guanabara e, finalmente, capital do Estado do Rio de Janeiro, após a fusão. Além disso, o Rio de Janeiro, diferentemente de outros municípios brasileiros, pelo fato de ter sido a sede da administração do país por um longo período, palco de experiências políticas, sociais e econômicas diversas, transformou-se em um centro cosmopolita, absorvendo e ressignificando ideias e comportamentos, tornando-se, assim, referência para outras cidades e regiões do país.

Por esses motivos, a cada mudança de regime, ou no nível institucional, a cidade-capital conhecia profundas modificações em toda a sua estrutura organizacional, fosse para se adequar à nova realidade

que se impunha, fosse para atender aos interesses das camadas dirigentes. Portanto, mergulhar nos intrincados meandros da administração do Rio de Janeiro é um desafio e, concomitantemente, um trabalho de fôlego, que exige tempo, pesquisa minuciosa e rigor teórico-metodológico. Mas é uma tarefa que deve ser enfrentada com desassombro, se quisermos realmente entender como funciona essa complexa máquina que passou por tantas mutações no decorrer dos séculos.

Outro problema a ser enfrentado reside no fato de que os gestores passam, assim como suas ações, e muito pouco fica registrado; quase tudo se perde nos caminhos tortuosos das repartições públicas. A cada fim de governo, e, muitas vezes, em tempo menor do que o estabelecido por lei para a vigência de uma gestão, mudam os responsáveis e suas equipes, projetos são cancelados, ações são abortadas, os novos administradores assumem detendo poucos conhecimentos sobre o que foi realizado anteriormente, devido à quase total ausência de registros. Poucos foram os titulares das pastas que se preocuparam em arquivar e preservar a memória da sua administração; raríssimos os que tiveram a diligência de enviar ao Arquivo Municipal – instituição que seria o destino natural e oficial dos documentos originários dos órgãos municipais – o conjunto documental produzido durante o exercício do seu mandato.

Evidentemente, se essa atitude já tivesse se tornado uma prática cotidiana, hoje as fontes que permitem reconstituir a história da Prefeitura do Rio estariam organizadas e reunidas, facilitando o trabalho do pesquisador. Em boa hora, foi estabelecido o Decreto Nº 29.028, de 28 de fevereiro de 2008, que dispõe que os arquivos dos prefeitos sejam recolhidos ao Arquivo da Cidade, possibilitando que, dessa data em diante, a instituição possa, enfim, cumprir, em sua totalidade, a principal das suas finalidades, a de ser a fiel depositária da memória da Prefeitura do Rio.

O Arquivo da Cidade, pela sua natureza, ou seja, pela sua função de guardião da documentação produzida pela administração da cidade do Rio de Janeiro, deve ter um papel adicional ao de preservar e dar acesso a seu acervo, que é o de pensar a administração, analisá-la,

problematizá-la, refletir criticamente sobre ela, pois, apesar do recolhimento intermitente, detém parte significativa das fontes necessárias para empreender essa reconstituição. Entendemos, então, que um bom começo seria conhecer a nossa própria história, mais próxima e familiar, ou seja, a história do Arquivo da Cidade, partindo do particular ao geral para, posteriormente, trilhar o caminho inverso e alçar voos mais amplos.

Inventariar os seus primórdios, a partir do episódio em que Mem de Sá ordenou que se separasse uma “arca grande e boa” para guardar a documentação produzida pela administração da cidade recém-fundada, mostrou-se uma das possibilidades e resultou num primeiro mapeamento dos mais de 400 anos de existência. A partir disso, estabeleceu-se um outro corte cronológico, com um dos marcos fundamentais da história da instituição – a sua investidura como Arquivo do Poder Executivo do Rio de Janeiro, ocorrida em 1892, por ocasião da criação da Prefeitura, figura inexistente no período anterior, quando cabia à Câmara Municipal administrar a cidade.

Esta análise estende-se até os dias atuais, portanto, aborda mais de cem anos de uma história contada por meio das fontes documentais oficiais e privadas e da bibliografia especializada no assunto, trabalho elaborado pela pesquisadora do Arquivo da Cidade, Maria Célia Fernandes.⁷

Entretanto, das conversas e entendimentos estabelecidos entre os membros da equipe, surgiu a ideia de ampliar esse relato com o depoimento de quem vivenciou essa história, arcou com as responsabilidades de tomar as decisões, enfrentou toda sorte de dificuldades, realizando um trabalho que garantiu ao Arquivo da Cidade uma sobrevivência, para além do descaso com que a instituição foi tratada em vários momentos da sua trajetória.

Passamos, então, das fontes escritas e impressas para a oralidade. As lembranças de nossos entrevistados emergem como uma tor-

⁷ FERNANDES, Maria Célia. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. A travessia da arca grande e boa na história carioca. RJ, Prefeitura do Rio, 2011.

rente, numa correnteza que muitas vezes encontra remanso nos esquecimentos ou nos silêncios pensativos ou propositais. A memória tem o poder do reviver espontâneo, é muitas vezes fugaz, frequentemente nos trai, consiste na interpretação e na representação de fatos vividos, trespassados pela emoção e pelos sentimentos de quem os testemunhou. Reside, portanto, no reino da subjetividade. A História, como ciência, consiste em uma operação intelectual, que subentende mediação, triagem, distância, crítica. Porém, ao recorrermos aos relatos e testemunhos de épocas passadas, estabelecendo conexões e relações, conferimos sentido a fatos esparsos, aparentemente desencadeados, formando um todo inteligível, transformando as narrativas orais em fontes imprescindíveis para a História.

Este livro reúne 17 entrevistas que foram divididas em quatro capítulos e abarcam o período de 1955 a 2008. No entanto, cumpre assinalar que a ordem das entrevistas no livro não obedeceu às datas de sua realização, isto porque foram aglutinadas segundo a sua afinidade e/ou o período em que o entrevistado exerceu cargos na administração pública, de modo que em algumas entrevistas há referências a outras que só aparecerão nas páginas seguintes.

O primeiro bloco de entrevistas cobre cerca de 20 anos, que vão dos anos finais do Distrito Federal, passando pela criação do Estado da Guanabara (1960) e desembocando no início da gestão do prefeito Marcos Tamoyo (1975). Está centrado nas precárias instalações do Arquivo da Cidade em São Cristóvão, no prédio hoje ocupado pela Imprensa Oficial. Ali funcionava a Divisão de Patrimônio Histórico e Artístico, ao qual o Serviço de Arquivo Histórico era subordinado, e, ainda, o Serviço de Museus.

A museóloga Maria Augusta Machado, que trabalhou no Museu da Cidade, abre a série de entrevistas, e discorre sobre as várias sedes que aquela instituição ocupou no seu trajeto, mudanças que foram muitas vezes realizadas sem os cuidados requeridos pelo acervo, e por razões que nunca foram devidamente esclarecidas, surpreendendo seus funcionários. Ela foi testemunha da situação difícil em que se encontravam o acervo do Arquivo da Cidade e o prédio que o abrigava,

pois o Serviço de Museus dividia o espaço com o Arquivo e com a Divisão de Patrimônio, separados por finas divisórias que mantinham as equipes em convívio permanente e impedia que os territórios institucionais fossem rigidamente demarcados.

Cybelle de Ipanema, que ocupou cargo comissionado na Divisão de Patrimônio Histórico e Artístico, deu um depoimento sobre sua atuação e a de Marcello de Ipanema, diretor da Divisão e seu companheiro, não só na vida profissional como na vida afetiva. Em que pese a criação, no governo Carlos Lacerda, de um órgão municipal para tratar da preservação do patrimônio histórico e artístico carioca, a escolha do prédio onde foi instalado e a sua posição na hierarquia do governo estadual, subordinado ao Departamento de Cultura da Secretaria de Educação e Cultura, não lhe conferia autonomia e poder decisório, instrumentos essenciais para atuar decisivamente na preservação de um patrimônio de inquestionável valor histórico e arquitetônico.

Por Cybelle, ficamos sabendo que o desempenho da Divisão de Patrimônio Histórico e Artístico dependeu principalmente do esforço despendido por Marcello e pelos arquitetos do Serviço de Tombamento. Funcionários públicos dedicados, atuaram sempre na defesa do patrimônio arquitetônico da cidade do Rio de Janeiro, atuação que terminou, já no governo Marcos Tamoyo, em disputas e querelas que afastaram profissionais de suas atividades, como Marcello e Olínio Coelho. Embora ressentidos, ambos felizmente não abdicaram de prosseguir nessa luta. Olínio Coelho foi um dos ardorosos defensores da preservação do solar Monjope e um pesquisador que nos dá o justo valor do acervo do Arquivo da Cidade, que conhecia muito bem, pois o consultava diariamente para subsidiar suas ações de tombamento. Cybelle e Marcello trabalharam no sentido de preservar o acervo do Arquivo e divulgá-lo – apesar das dificuldades de pessoal especializado e de recursos –, mormente por ocasião do IV Centenário da Cidade do Rio de Janeiro, quando a instituição realizou uma série de eventos comemorativos.

Júnia Guimarães e Silva perpassa boa parte do período abordado (1976-2008), uma vez que começou sua vida profissional no Museu dos Esportes, mas logo foi transferida para o Serviço de Arquivo Histórico, acompanhando por cerca de 32 anos a sua trajetória. Júnia é a memória viva da instituição, desde antes que o órgão ocupasse as novas instalações. Trabalhou com todos os dirigentes do período em que esteve em atividade, viveu as agruras e as alegrias de quem tem a paixão pelo ofício que escolheu, contribuindo com a sua visão sobre a rotina da instituição e revelando que, em todo o percurso, obstáculos e problemas repetiram-se à exaustão.

No segundo capítulo, optamos por orientar as nossas perguntas para a gestão do ex-prefeito Marcos Tamoyo, porque foi dele a iniciativa de erguer um prédio com todos os requisitos técnicos exigidos para a preservação do acervo do Arquivo da Cidade. Também foi ele que aquinhoou a instituição com uma nova estrutura, na qual o órgão ascendeu de Serviço a Diretoria e foi rebatizado com o nome de Arquivo Geral, denominação que havia perdido no seu transcurso e que tem um significado especial, uma vez que confere à instituição o *status* de ser um Arquivo de toda a Prefeitura do Rio. No último dia de seu governo, doou à instituição seu acervo, tanto o de caráter público como o privado, que constituiu fonte significativa para a elaboração do roteiro das entrevistas. Sua secretária de Educação e Cultura, professora Terezinha Saraiva, e o comandante Martinho de Carvalho – este último, lamentavelmente, não pudemos entrevistar, porque faleceu logo após ter marcado uma data para nos receber –, foram incansáveis na batalha para que a construção do novo prédio do Arquivo da Cidade chegasse a bom termo.

Marcos Tamoyo foi uma figura polêmica, principalmente por ter sido indicado para o cargo de prefeito pelo governo federal na época da ditadura civil-militar. Sua gestão foi repleta de realizações nos campos educacional e da saúde, na aquisição, construção ou reforma de equipamentos urbanos. Teve a difícil incumbência de montar uma Prefeitura sem sequer contar com uma infraestrutura mínima, nem mesmo com uma sala para estabelecer fisicamente o novo ente municipal, como ficamos sabendo pela entrevista da professora Terezi-

nha Saraiva, consultora do ex-prefeito, sua secretária de Educação e executora das medidas destinadas a aprimorar o ensino na cidade do Rio de Janeiro. Essa gestão está por merecer um estudo aprofundado, sobretudo porque, paradoxalmente, o ex-prefeito preocupou-se com o patrimônio documental a ponto de assegurar-lhe uma morada com todos os requintes técnicos que eram ainda desconhecidos no Brasil – e que os arquitetos projetistas tiveram que buscar em experiências externas e na expertise da diretora e do corpo técnico da instituição –, mas não se empenhou para proteger outros importantes bens patrimoniais.

César Hack Serôa da Mota, seu chefe de Gabinete, foi testemunha e partícipe da montagem do seu governo, assim como Samuel Szyglic, secretário de Planejamento, que foi o segundo titular de uma secretaria recém-criada. Ambos descerraram um pouco a cortina que obscurece o intrincado processo de fusão do Estado da Guanabara com o Estado do Rio de Janeiro, discorreram sobre as relações estabelecidas entre o ex-prefeito, o ex-governador Faria Lima, o presidente Geisel e Golbery do Couto e Silva, e as razões da sua indicação para o cargo de prefeito. Revelaram-nos, ainda, a participação dos engenheiros na condução da máquina administrativa, apontando para um fato que deveria ser mais bem investigado, ou seja, a dimensão que adquiriram esses profissionais-funcionários no âmbito da administração da coisa pública, elaborando e desenvolvendo projetos que os levaram a conhecer profundamente a urbe carioca nos seus mais variados aspectos, conhecimento que iria lhes garantir a ocupação de postos-chave no serviço público.

A entrevista do imortal Domício Proença sublinha um possível destaque à cultura, a partir da gestão de Marcos Tamoyo, paulatinamente adquirindo prestígio. Ele conferiu um crédito especial nesse processo ao comandante Martinho de Carvalho, que esteve à frente do Departamento de Cultura. Além disso, fez aflorar o tema da participação dos intelectuais no aparelho de Estado, do qual o próprio Domício é um exemplo.

No terceiro bloco, entrevistamos os arquitetos Valdir Ribeiro e Marcos Konder Neto, buscando informações sobre o processo de ocupação da área da Cidade Nova pelo poder público e por que se construiu o Arquivo da Cidade em um terreno tão pouco propício. Desejávamos saber como se deu a escolha do local, como foi executado o plano para a Cidade Nova e a inclusão do Arquivo nesse plano. Valdir Ribeiro foi o fiscal que acompanhou a obra quase desde o início até o seu fim, descreveu os percalços da construção em uma área de mangue e as soluções que encontrou para driblar as dificuldades impostas pelo meio ambiente, já que a região era, na época de D. João VI, ocupada pela lagoa da Sentinela e pelo mangal de São Diogo. Apesar dos aterros sucessivos, continua a ser uma área sujeita a alagamentos.

Marcos Konder Neto, conceituado arquiteto, projetista de obras famosas, como o Monumento aos Pracinhas, foi também funcionário público, responsável pelo projeto do Centro Administrativo São Sebastião, que abriga a Prefeitura, secretarias e outros órgãos municipais, e pela construção do restaurante Rio's, no Parque do Flamengo, além de autor de um plano diretor da Cidade Nova, que não foi implementado na sua íntegra. Ambos demonstram como o Executivo municipal contava e conta com quadros diligentes e de excepcional qualidade, ao contrário do que pensam alguns detratores do serviço e do funcionalismo público.

No quarto momento, entrevistamos⁸ os dirigentes do Arquivo da Cidade, com o objetivo de entender como eles pensaram a gestão de um arquivo e quais os avanços que o órgão obteve em suas administrações; como agiram para dirimir conflitos intestinos e com os seus superiores, como se situaram frente às dificuldades que se antepuseram às suas realizações, que projetos realizaram e quais deixaram de concretizar por falta de apoio e de incentivo. Sua primeira diretora, Lia Temporal Malcher, foi responsável pelo traslado do acervo do

⁸ Por problemas de espaço, tivemos que elaborar uma síntese dos depoimentos, mas eles poderão ser consultados na íntegra na Subgerência de Documentação Especial do Arquivo da Cidade.

inacreditável prédio de São Cristóvão para as novas instalações na Cidade Nova.

Lia Malcher foi sucedida por Helena Corrêa Machado, arquivista de renome, uma das mais atuantes profissionais no processo de oficialização da carreira e na criação da Associação de Arquivistas, reconhecida por todos como uma das principais técnicas na conceitualização e na prática da arquivística brasileira. Depois de uma pequena interinidade, assumiu a direção do Arquivo da Cidade, indicada por Helena Correa Machado, a professora municipal Eliana Rezende Furtado de Mendonça, outra historiadora que passou a se dedicar à organização de arquivos, marcando uma tendência que pode ser observada no decorrer da trajetória da instituição.

José Maria Jardim, professor universitário, que também saiu da História para entrar na Arquivologia, trouxe o cabedal de conhecimentos que a disciplina histórica lhe conferiu, e é hoje reconhecido como uma autoridade no campo da Arquivística. Sua intervenção no Arquivo da Cidade, embora breve, trouxe um aporte de informações e reflexões que iriam subsidiar, posteriormente, a elaboração da Política Municipal de Arquivos Públicos e Privados, que alçou o Arquivo da Cidade a uma posição privilegiada na gestão da documentação produzida no âmbito da municipalidade. Foi substituído por Paulo Elian dos Santos, outro historiador, ex-professor do município, que passou a dedicar-se à organização de acervos documentais e que hoje ocupa cargo de direção na Casa de Oswaldo Cruz.

O depoimento de Lélia Coelho Frota, intelectual brilhante, cuja passagem pelo Arquivo da Cidade engrandece a instituição, nos emociona, pois uma figura tão importante para a área cultural partiu muito cedo, privando-nos da sua criatividade, do seu espírito empreendedor e de suas ideias inovadoras. Deixou-nos um importante legado cultural e uma parte dessa sua experiência está relatada na entrevista que concedeu à instituição.

Finalizando, o livro, Beatriz Kushnir, atual diretora do Arquivo da Cidade, fala sobre as dificuldades que encontrou e sobre seus planos e projetos, sobre os que conseguiu implementar e sobre

aqueles que gostaria de ver concretizados futuramente ou em próximas administrações. Discorreu sobre a relação estreita estabelecida com as universidades – que considera uma das mais importantes decisões para superar o isolamento que o Arquivo conheceu nos últimos anos – e sobre o uso intensivo das Leis de Incentivo, que possibilitou a realização de muitos projetos de envergadura.

Neste último bloco, esta entrevistadora se encontrou, inúmeras vezes, contracenando com os entrevistados. O retorno a um passado do qual foi partícipe, revisitando situações sobre as quais tinha uma leitura por vezes diferente, foi instigante, mas, ao mesmo tempo, acarretou muitos questionamentos. Ter sido a diretora de Pesquisa de muitos diretores do Arquivo da Cidade poderia comprometer a imparcialidade. A tentativa de ter uma visão afastada e crítica dos acontecimentos constituiu muitas vezes um desafio, porque ligações de afeto, companheirismo, respeito e admiração haviam se firmado no transcorrer das atividades profissionais. Mas, como Domício Proença, que, ao discorrer sobre o seu livro que versa sobre um personagem de Machado de Assis, e no qual ele disse que “deixou a moça falar”, referindo-se à Capitu, protagonista de *Dom Casmurro*, tentei interferir o mínimo possível e espero ter sido bem-sucedida nessa empreitada. O que me deixou mais confortável nesse processo foi o fato de que compartilhei o papel de entrevistadora com Sandra Horta, gerente de Pesquisa, e com a então pesquisadora Maria Célia Fernandes, que entrevistaram quando necessário e corrigiram o rumo por ocasião de algum desvio não intencional.

De qualquer forma, foi muito interessante observar, a cada entrevista, o quanto os diretores realizaram no seu período de gestão e como uma retrospectiva pode, muitas vezes, mudar a nossa percepção. Ficou claro que, ao se procurar ter uma visão crítica de qualquer uma das gestões do Arquivo da Cidade, é imperativo ponderar que a Arquivística vem evoluindo bastante, tem modificado e aprimorado conceitos, como qualquer outra área do conhecimento. Então, o que nós nos perguntamos hoje muitas vezes não constituía questionamento possíveis de ser colocadas em épocas passadas. Esta é uma primeira variável, que temos que considerar. A segunda é que agora nós temos

ciência de que a procura de diálogo com as demais secretarias, a ausência de recursos e a falta de formação de uma equipe especializada foram recorrentes. A formação de um corpo técnico constituiu sempre um problema para o Arquivo, que contou com a mão de obra do professor para preencher as lacunas. Inclusive, também isso tem um aspecto positivo, porque sem os professores o Arquivo e, sem exagero, boa parte dos órgãos da área cultural, não teriam desenvolvido a maioria de suas atividades.

Lamentavelmente, não pudemos entrevistar todos os que gostaríamos, mas, na expectativa de que esse projeto tenha continuidade, outras entrevistas serão realizadas proximamente, levando adiante um projeto cujo objeto de estudo está em permanente mutação e, portanto, é impossível considerá-lo concluído. Abro um parêntese para comentar que, dos diretores do período de 1979 a 2008, que não constam deste primeiro livro de entrevistas, um encontra-se no exterior, outro não conseguimos localizar e a autorização para uma das entrevistas não chegou a tempo, mas poderão integrar uma próxima publicação.

Gostaríamos de assinalar que as entrevistas foram interessantíssimas, por revelar que cada diretor que passou pela instituição, apesar de todos os entraves citados, realizou um bom trabalho, deixou marcada a sua passagem pelo órgão nos projetos concluídos, e todos, sem exceção, demonstraram competência, um grande apreço pelo Arquivo e pela sua documentação, e uma preocupação constante em criar mecanismos para atender com eficiência, rapidez e eficácia ao cidadão.

O *estado das coisas* (*state of affairs*) é um conceito presente nas ciências humanas e talvez o seu mote impulsionador. Buscá-lo é delinear um diagnóstico de uma sociedade, um grupo, uma instituição. Essa descrição (minuciosa) de algo demarca um quadro aceitável por muitos, mas não necessariamente por todos. Mais do que um *flash*, é um *trailer* dos bastidores – o *making off* –, uma visão, uma contribuição à análise.

Imbuída por essa vontade de compreender a trajetória do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro – cuja direção assumi em

abril de 2005 –, idealizei este livro. Porém, mais do que isso, norteou o projeto o desejo de apreender – por vício e virtude de profissão – os rumos que conduziram a instituição a esse estado/lugar. O *estado das coisas*, ou as fronteiras de uma *situação*, permite(m) *proposições*.

Mergulhar na feitura dessas entrevistas, portanto, derivou da aspiração de nos situar como instituição arquivística, espaço de guarda e reflexão, lugar de comprovação de direitos. No mesmo sentido, essa produção de fontes – que é o processo da História Oral – permitirá, espero, delinear caminhos e propor metas, aprendendo com as boas experiências e perseguindo-as.

Gostaria, assim, de primeiramente agradecer a todos que dispuseram do seu tempo e memória para nos ajudar a novamente demarcar os passos desta instituição multicentenária; igualmente, pela paciência que tiveram entre a coleta dos registros e o lançamento deste volume, que só foi possível devido ao Edital APQ-3 da Faperj e ao apoio da Imago Editora.

Mesmo datadas, as entrevistas são um olhar do presente para o que passou. Assim como o processo do historiador, que indaga, a partir do contemporâneo, o passado que o inquieta.

Resumo

O texto trata da história da organização documentária do Rio de Janeiro. Mostrando as origens do arquivo da cidade do Rio de Janeiro, desde o período colonial, suas atividades nos períodos imperial, republicano e atual, procura-se mostrar o projeto atual do Arquivo: a reconstituição dessa história e memória trabalhando com História Oral e com várias entrevistas a dirigentes, fossem eles arquitetos e/ou administradores. Por meio desses depoimentos, o Projeto constrói a evolução do quadro da administração pública da cidade do Rio de Janeiro.

Palavras-chave: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro – História – depoimentos.

Abstract

The text deals with the history of the organization's documentary Rio de Janeiro. Showing the origins of the city archive of Rio de Janeiro, since the colonial period, their activities in the imperial period, the Republican and current, it attempts to show the current project File: reconstitution of that history and memory working with Oral History and several interviews with leaders, be they architects and / or administrators. Through these testimonies Project builds the evolution of the public administration of the City of Rio de Janeiro.

Keywords: *General Archive of the City of Rio de Janeiro – History – testimonials.*

HADDOCK LOBO AO OLHAR DE NORONHA SANTOS: APROXIMAÇÕES NOS INTERESSES E NOS MÉTODOS DE TRABALHO. E MAIS O 4º CENSO DA CIDADE¹

Nelson de Castro Senra²

É em trabalhos utilitários e perseverantes de intelectuais que se pode estudar e rebuscar a origem de certas questões sociais, bem assim submetê-las à ordem analítica, para exemplificar individualidades, cujos nomes definem o aspecto de uma época. Noronha Santos

Introdução

Noronha Santos e Haddock Lobo têm ações comuns em relação a história da cidade do Rio de Janeiro, que, para aquele, era o Distrito Federal, e para o segundo, o Município Neutro, ou Corte. Ambos recuperaram documentos históricos, e deles extraíram histórias da cidade, e como convém à história, trouxeram o passado ao presente, com vistas ao futuro. Suas contribuições foram e seguem sendo inestimáveis.

Mas o tempo de ambos em dedicação aos arquivos da cidade foi diferente. Noronha Santos, por assim dizer, viveu no e para o arquivo municipal, recuperando documentos, organizando-os e catalogando-os. Assim, para além de utilizá-los, aplicou boas práticas no sentido de viabilizar sua utilização por outros pesquisadores. Já Haddock

¹ Dedico este texto à Dra. Cybelle de Ipanema, em cujo final de gestão à frente do IHGRJ tomei posse (em 14 de julho de 2011) como sócio efetivo na cadeira cujo patrono é Noronha Santos.

² Doutor em Ciência da Informação, pela UFRJ (e mais o IBICT). Pesquisador aposentado do IBGE. Professor colaborador do Programa de Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais, da Escola Nacional de Ciências Estatísticas – ENCE / IBGE. E-mail: ncsenra@gmail.com.

Lobo, por sua vida múltipla, como médico e como político, não atuou como gestor no arquivo municipal, mas como usuário, nele tendo estado muito tempo. Ambos, embora tivessem interesses históricos amplos, deram muita atenção ao entendimento do território da cidade, o que lhes marca uma nova coincidência. Suas obras seguem valiosas.

Pois este texto trata de ambos, e no sentido dessas semelhanças.

O texto não é feito a partir de fontes diretas, o que, em especial para Noronha Santos, seria exigente e demorado. Vale-se de fontes indiretas. Para falar de Haddock Lobo segue-se o próprio Noronha Santos, que dele traçou um perfil. Já para falar de Noronha Santos, vale-se do perfil dele traçado por Paulo Berger, responsável pela bibliografia integrante da reedição de seu livro sobre as freguesias da cidade.

Mas como Noronha Santos, no perfil de Haddock Lobo, pouco (quase nada) fala do 4º censo da cidade, feito em 1849, e por ele conduzido, por certo uma de suas obras centrais, o fazemos em acréscimo. Para tanto, valem-nos do relatório de Joaquim Norberto de Souza e Silva, feito em 1870.

Relevos de Haddock Lobo

A epígrafe deste artigo é o início do texto “Traços biográficos”, de Noronha Santos, sobre Haddock Lobo. Ele, que escreveu centenas de textos, em diferentes tamanhos, e os publicou em diversos veículos, esmerou-se a perfilar duas pessoas, Vieira Fazenda e Haddock Lobo. E em ambos destacou o interesse pela história da cidade, um interesse que também o distinguia, a ele, Noronha Santos.

Entre os primazes que investigaram documentos administrativos de nossos maiores ninguém o pode exceder. Seu imorredouro nome está ligado às tradições desta amada cidade e à opulentíssima vida municipal. Em livros que consagram minuciosas páginas à conquista do território, destacando a verdade histórica, em crônicas de jornais e revistas, que atestam nosso caminhar, e, melhor ainda, no

*monumento de saber e esforço a que denominou Tombo das Terras Municipais, o investigador ilustre vive e revive através dos tempos.*³
(Grifo no original)

O *Tombo*, obra publicada em 1864, com 246 páginas, é dado como “o destaque máximo da vida de Haddock Lobo”. Nele estão reunidos “subsídios numa série de pesquisas e estudos”, para levar “a todos a certeza”, dessa forma “concorrendo sobremodo para aumentar a renda municipal dos foros seculares”. Para tanto, “tomou a seus ombros o hercúleo trabalho de muitas gerações”; pouco a pouco “ia verificando dúvidas, quanto a diferentes quadras ou grandes aforamentos anteriores ao alvará de 10 de abril de 1810”. O trabalho metódico, sem desânimo, sempre disposto e corajoso, encetado por Haddock Lobo no Arquivo Municipal é exaltado por Noronha Santos.⁴

*Do método, critério e paciência que foram necessários para lidar com manuscritos, selecionando-os, ajustando detalhes, organizando a prova histórica, ninguém pode fazer ideia exata; e num verdadeiro caos que era o Arquivo Municipal, venceu empecilhos que se afiguravam insuperáveis, sobretudo para decifrar centenas de escritos – provisões, cartas de ordem de sesmarias e registros – datados de duzentos anos, num cursivo atravessado e as mais das vezes pessimamente redigidos, com letra quase apagada pela incúria dos tempos, e noutros pontos destruídos pela traça e pelo cupim.*⁵

Para além do Arquivo, dito um caos, “procurou documentos particulares, percorreu cartórios de tabeliães”, e foi à “Recebedoria do Município para verificar os lançamentos do imposto predial e livros de transmissão de propriedades”, afora realizar “estafantes caminhadas”, em que “visitou arrabaldes” e “viu a transformação topográfica” de vários bairros da cidade. Afiança, admirado, deliciado mesmo, que “raríssimos papéis sobre aforamentos municipais ou religiosos – existentes no depósito, que outra coisa não era o Arquivo Municipal –

³ SANTOS, Noronha. Haddock Lobo. Traços biográficos. Rio de Janeiro: Revista do IHGB, n. 127, p. 273-283, 1913. P. 275-276. [A epígrafe acima está na p. 275].

⁴ Idem, p. 280.

⁵ Idem, p. 281.

deixaram de passar por suas mãos”. Atento, Haddock Lobo, segundo Noronha Santos, “tudo anotou e de tudo decidiu”.⁶

Roberto Jorge Haddock Lobo abriu horizontes ilimitados à história da cidade do Rio de Janeiro; venceu a inveja pequenina de alguns críticos improdutivos, legando às novas gerações a glória de seu nome benemérito e para sempre lembrado. “Mas venci, ele bem o disse, porque o capricho e a tenacidade me deram força de vontade para separar todos aqueles incômodos”.⁷

Afora essa verve de historiador, foi médico, clínico atuante. Em 1842, formou-se pela Academia de Medicina do Rio de Janeiro, apresentando à congregação a tese “Dissertação acerca do tumor da fistula lacrimal”. Em 1846, publicou “Necrológio da cidade do Rio de Janeiro”, dita “uma das primeiras publicações sobre Demografia sanitária do Brasil”, o que lhe dá especial relevo. Sem fixar data, afirma que Haddock Lobo ainda submeteu à Imperial Academia de Medicina (da qual era membro) o trabalho “Cura do tétano traumático pelo tártaro emético em alta dose”, resultante “da sua experiência clínica”. Dele, saiu ainda nos Anais Brasilienses de Medicina o trabalho “Bosquejo histórico e filosófico acerca da cirurgia; Resultado da clínica particular do Dr. R. J. Haddock Lobo, durante o tempo da epidemia de febre amarela que grassou no Engenho Velho; Higiene Oficial – Projeto de lei e criação de um hospital militar”.⁸

Foi ainda “homem de negócios”, e sócio da prestigiosa Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. Teve “cargos públicos”, todos na freguesia do Engenho Velho, onde morava: delegado da Inspetoria da Instrução Pública da Corte, subdelegado de polícia e juiz de paz.⁹ Sem olvidar que foi vereador da Câmara Municipal por três legislaturas, de 1853 a 1864. Recebeu a Ordem de Cristo e a Ordem da Rosa.

⁶ Idem, p. 281.

⁷ Idem, p. 281.

⁸ Idem, p. 277-279.

⁹ Idem, p. 277.

Em 1849, Haddock Lobo teve a seu cargo o 4º Censo da cidade, mandado realizar por Eusébio de Queiróz, ministro da Justiça. Pois sobre essa grandiosa atividade, Noronha Santos pouco fala, não mais do que três pequenos parágrafos. Ora, ela pode e deve ser ombreada ao historiador, e, por certo, o seu inegável sucesso muito dependeu do minucioso pesquisador que Noronha Santos realça, bem assim do domínio que possuía da história da cidade, e dos seus papéis em arquivos. A ele daremos destaque adiante, mas antes convém mostrar a proximidade das trajetórias do biografado e do biógrafo.

E nos resta ainda registrar algumas datas. Roberto Jorge Haddock Lobo, em geral apenas Haddock Lobo, nasceu em 19 de fevereiro de 1817, “na antiga vila de Cascaes, dos tempos romanos, e à qual pertence hoje essa pitoresca freguesia de N. S. d’Assunção de Cascais, comarca de Cintra”, lembrada como uma “afamada e conhecida estação balneária da sociedade lisboeta”.¹⁰ Faleceu em 30 de dezembro de 1869, no Rio de Janeiro, na rua que hoje leva seu nome (no mesmo antigo Engenho Velho). E Noronha Santos conclui: “Ele foi grande, porque teve a fortaleza dos abnegados com a fé sem esmorecimento dos vencedores.”¹¹ Tinha-lhe admiração.

Identidades com Noronha Santos

A bibliografia de Noronha Santos é muito vasta, e em diferentes formatos, alguns longos e outros curtos: textos para jornais e revista, na grande maioria; vários índices de arquivos, num grande esforço de catalogação; alguns livros. A cidade era seu foco.

Quando dos preparos do IV Centenário, 1565-1965, sua obra ajudou a dirimir dúvidas diversas. E quando desses festejos, em justa homenagem, teve uma obra reeditada, *As freguesias do Rio Antigo*, vista como de grande interesse para a história da cidade. Nela contou a história das 21 freguesias, desde a primeira, que foi a da Candelária, criada em 1634, à última, criada em 1873, e que foi a da Gávea. Essa

¹⁰ Idem, p. 276.

¹¹ Idem, p. 283.

divisão da cidade, muito usada ao longo do tempo, acabou sofrendo mudanças, e dando lugar a novas divisões: administrativa, judiciária, tributária, policial, fiscal, eleitoral. Coube a Paulo Berger dirigir essa reedição, e lhe acrescentou comentários.

Noronha Santos não teve estudos formais longos, contudo, passou pela Escola Militar, do qual se desligou por motivo de doença. Em 1893, nos primórdios da República, no difícil governo Floriano Peixoto, ingressa no serviço público municipal, como “praticante da Diretoria da Fazenda Municipal”. Aos 17 anos, luta pelo governo contra a revolta da Armada, sendo “galardoado com o posto de tenente honorário do Exército”. Volta ao posto municipal, no qual fica até 1910, donde seguirá caminhos mais afinados à vocação de historiador da cidade, a que já mostrara ter aptidão.¹²

É transferido, então, para o Arquivo Municipal, onde “procurou e conseguiu salvar preciosos documentos do passado carioca, relacionando-os e organizando-os, recompondo fragmentos dispersos e identificando textos indecifráveis, com grande e sábia paciência”.¹³ Segundo o modelo de Haddock Lobo, foi metódico, cuidadoso, paciente, foi feliz com pequenos sucessos, sem se deixar jamais esmoecer diante das enormes e frequentes dificuldades. Organizou documentos e deles extraiu uma história.

Dispondo de pouco pessoal, ele mesmo arrumava, catalogava e arquivava, num trabalho beneditino, aquela vasta documentação. Transformou, assim, todo aquele valioso lixo histórico num conjunto ordenado, codificando e imprimindo os respectivos catálogos.

Com este trabalho, Noronha Santos conseguiu preservar esse patrimônio valiosíssimo para a História Carioca e, principalmente, para o direito de propriedade territorial da cidade, cujas raízes profun-

¹² BERGER, Paulo (org.). *As freguesias do Rio Antigo, vistas por Noronha Santos*. Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, p. 149-150, 1965. [Ao final, p. 149-180, traça-lhe uma biobibliografia.

¹³ Idem, p. 150.

das em velhos forais e sesmarias, às vezes, com mais de um século de lavratura, servem hoje para dirimir questões jurídicas correlatas.

Quanto à verba, esta era irrisória no início – duzentos mil réis (ou seja, duzentos cruzeiros atuais), posteriormente elevada, graças ao apoio do Prefeito Dr. Amaro Cavalcanti,¹⁴ a 25 contos de réis, para a encadernação dos documentos e instalação de estantes e armários.

Noronha Santos não tinha horário de encerrar o seu expediente, permanecendo muitas vezes até tarde da noite, trabalhando sozinho. E assim é que certa ocasião recebeu a visita do Prefeito Dr. Amaro Cavalcanti que necessitava de consultar um documento já fora das horas do expediente normal, o qual chegando ao Arquivo Municipal percebera as luzes acesas e verificando que o seu chefe e dedicado pesquisador ainda lá estava, como de hábito. Desde então passou a apoiar o dedicado pesquisador, dando-lhe toda a assistência necessária. Habitou-se assim o Prefeito Dr. Amaro Cavalcanti a visitar o Arquivo Municipal muitas vezes, sem se preocupar com a hora, pois tinha certeza de sempre encontrar o seu devotado organizador.¹⁵

Antes de seguir, três notas a partir desta citação. Quando Noronha Santos chega ao Arquivo Municipal, são transcorridos mais ou menos 50 anos da ação de Haddock Lobo, e o acervo daquela repartição é apresentado como de novo estando em perigo, estando desorganizado, e lá reinando soberano o mesmo caos. Segundo, o tema focal dele é o território, os limites das terras, portanto, *mutatis mutandis*, o mesmo assunto de Haddock Lobo; e é razoável imaginar que nessa faina se terá valido do Tombo, de Haddock Lobo. Por fim, note-se a presença de uma autoridade “fazendo” pesquisa em Arquivo Público, ou seja, o prefeito Amaro Cavalcanti, em pessoa, indo ao Arquivo não em visita protocolar, passageira, mas buscando um documento, e não enviando um preposto; atitude hoje rara, aliás, mais que isso, difícil de imaginar algo semelhante: um prefeito, ou um secretário, ou um parlamentar etc. em pessoa buscando a trabalho o Arquivo Municipal.

¹⁴ Amaro Cavalcanti foi prefeito do antigo Distrito Federal de janeiro de 1917 a novembro de 1918, portanto, no governo Wenceslau Braz.

¹⁵ BERGER, Paulo (org.), op. cit., p. 150-151.

Noronha Santos continua no Arquivo Municipal até 1928, quando se aposenta, já sendo seu chefe desde 1917. “Ali exerceu extensa atividade como historiador, traduzida em trabalhos memoráveis.”¹⁶ Certa ocasião, exonerou-se, “alegando a impossibilidade de produzir”, ao que o então prefeito, João Carlos Vital,¹⁷ recusando, responde: “Noronha Santos não se demite nem a pedido próprio. Quando lhe for possível, compareça.” Por tudo que laborou, recebeu várias honrarias, merecendo destacar duas: o ter-se tornado membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (em 1912) e sócio de honra da Sociedade Brasileira de Geografia (após 34 anos de laboriosa dedicação).

A identidade com Haddock Lobo está clara; os mesmos princípios, a mesma dedicação, o distinto interesse pela história da cidade. Isso visto, voltemos a Haddock Lobo, com o 4º Censo da cidade, não sem antes registrar algumas datas: Francisco Agenor de Noronha Santos, normalmente conhecido como Noronha Santos, nasceu no Rio de Janeiro, em 1º de outubro de 1876, na Rua de S. Diogo, depois General Pedra.¹⁸ Faleceu a 15 de março de 1954, na Rua Conselheiro Ferraz, onde morava. Hoje, no Largo do Estácio, há uma Rua Noronha Santos, e na Presidente Vargas, pouco depois do prédio de controle de tráfego do Metrô, há o Parque Noronha Santos. Justas homenagens.

O 4º censo da cidade

Noronha Santos apenas passa pelo censo feito por Haddock Lobo. E por essa razão valerá dar-lhe o relevo merecido. Afora pouco mais, informa que “o resultado do recenseamento de 1849, com dez mapas correspondentes a igual número de freguesias da cidade do Rio de Janeiro, e um mapa geral, seguido de considerações gerais sobre a operação censitária e a utilidade deste importante serviço público”, saiu, em apenas uma parte, e o foi assim “com aquiescência do seu autor, no Almanaque Laemmert, de 1851”. Pois uma consulta ao Al-

¹⁶ Idem, p. 151.

¹⁷ João Carlos Vital foi prefeito do antigo Distrito Federal de abril de 1951 a dezembro de 1952, portanto, no segundo governo de Getúlio Vargas.

¹⁸ Que não mais existe.

manaque é agradável apenas na versão impressa, sendo sua versão digital nada simples, a exigir muita paciência.

Não obstante, considerando a motivação deste texto, optamos por utilizar uma versão síntese daquele relatório. A existente no relatório de Joaquim Norberto de Souza e Silva, “Investigações sobre os recenseamentos da população geral do Império e de cada província de per si tentados desde os tempos coloniais até hoje”, de 2 de maio de 1870, e dirigido a Paulino José Soares de Souza, ministro do Império, no gabinete presidido por Joaquim José Rodrigues Torres, o Visconde de Itaboraí, que mandara realizá-lo. O censo feito por Haddock Lobo está na seção “Corte”,¹⁹ no qual é transcrito fortemente, o que nos favorece, já que será o próprio que falará.

Pois o censo é feito em 1849, a pedido de Eusébio de Queiróz, ministro da Justiça no gabinete presidido por José da Costa Carvalho, o Marquês de Monte Alegre.²⁰ O natural, à época, é que um censo fosse ordenado pelo ministro do Império, e não pelo ministro da Justiça, o que sugere que aquele tinha alguma motivação de ordenação policial da cidade (policial, talvez, num sentido administrativo). Antes de seguir, vale notar que esse censo feito teria sido útil ao censo geral de 1850, já convocado, mas não realizado, em face de uma revolta popular.²¹

¹⁹ A seção “Corte” está nas páginas 97 a 105, e Haddock Lobo é transcrito nas páginas 100 a 105.

²⁰ Como primeiro censo da cidade, é considerado aquele feito em 1790 pelo Conde de Rezende. O segundo viria em 1821, e seria feito por Joaquim José de Queiróz (avô de Eça de Queiróz). E o terceiro (primeiro sob o país já independente) ocorreria em 1837, tendo sido mandado realizar por Bernardo Pereira de Vasconcelos, ministro do Império (na regência de Pedro de Araújo Lima, o Marquês de Olinda).

²¹ Sobre essa revolta, ver: SENRA, Nelson de Castro. O povo (sem senso?) em armas contra medidas racionais do governo imperial brasileiro (1851-1852). In: CARVALHO JÚNIOR, César Vaz et al (org.). Em Associação das Américas, as estatísticas públicas como objeto de estudo. Salvador: SEI – Superintendência de Estudos Sociais e Econômicos, Série Estudos e Pesquisas n. 90, 2011, p. 97-127.

Segundo Joaquim Norberto, o ministro Euzébio de Queiróz não poupou auxílio a Haddock Lobo, mas este “teve ainda que lutar com grandes dificuldades e enormes obstáculos que lhe prolongarão os trabalhos, cansando-lhe as forças, por mais de oito meses, primeiro que conseguisse vê-los coroados do desejável resultado”.²² E daí em diante, irá ceder espaço ao próprio Haddock Lobo, e é ele próprio que estará adiante falando, até que digamos o contrário.

Começa Haddock Lobo copiada oferece um retrato do brasileiro: “O maior dos males que têm afligido e há de entorpecer por muito tempo a marcha natural e progressiva deste vasto, imenso e rico território da América Meridional provém de se haver entendido que a palavra dificuldade é muitas vezes sinônimo de impossível!” E conclui: “Erro falta que por tanto tempo nos tem feito jazer no atraso em que nos vemos”.²³

Pois, sendo ciente de que uma operação censitária “depende exclusivamente da exatidão dos alistamentos chamados de famílias, mormente se ele é o primeiro a que com regra se procede”,²⁴ a isso deu a maior atenção. Começou pedindo ao Chefe de Polícia (afeto ao ministro da Justiça) que mandasse os subdelegados, pro intermédio dos inspetores de quarteirões, preparar “um minucioso alistamento, por modo que de cada fogo ou casa se lhe remetesse uma lista, na qual deverão constar não só todas as pessoas que a habitavam, com declaração de sexo, nacionalidade, idade, estado, profissão e condição, mas ainda (...) nome da rua e número da casa”.²⁵ Isso foi feito. Essas informações lhe seriam essenciais, em especial as últimas, e justo elas lhe serão um grande problema a resolver:

²² SILVA, Joaquim Norberto de Souza. Investigações sobre os recenseamentos da população geral do Império e de cada província de per si tentados desde os tempos coloniais até hoje. Em 2 de maio de 1870. Anexo ao relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa, na abertura da 2ª sessão da 14ª legislatura, em 1870, pelo ministro e secretário dos Negócios do Império, Paulino José Soares de Souza, p. 100.

²³ Haddock Lobo apud SILVA... 1870, p. 100.

²⁴ Idem, p. 100.

²⁵ Idem, p. 101.

*É sabido de todos o estado lastimoso em que se acha a numeração dos prédios da cidade. Em todas as ruas se veem prédios sem numeração e outros numerados por letras do alfabeto; e ruas inteiras há que nem um só número tem! Dessa sorte, como nos poderia ser fácil o exame que pretendíamos fazer?*²⁶

Sua segunda tentativa foi trabalhar sobre os “livros do lançamento da décima urbana, existentes na Recebedoria do município, onde com a maior perfeição e clareza achamos descritos todos os prédios, seus pavimentos, nomes de proprietários e inquilinos”.²⁷ Então, corrigiu as listas feitas pelos inspetores de quarteirões e pediu outras, as que não haviam vindo; com elas todas, enfim, daria início ao censo, ou seja, faria a visita às famílias. Veio então outra dificuldade, a omissão de chefes de famílias que não informavam o solicitado, ou o diziam errado; como saída, os inspetores, numa “salvadora tangente”, diziam “que o prédio se achava desocupado na época em que haviam procedido ao alistamento, quando, pelo lançamento da décima, se via completamente o contrário”.²⁸ A luta para suprir esses senões seria árdua, e ele foi, em pessoa, aos lugares. E diz então:

Não é para fazer praça dos sacrificios, que fizemos, que descemos a uma exposição tão minuciosa, mas adrede minguada, e de fato muito abaixo do que na realidade sucedeu; nesta parte não receamos um apelo para todas as pessoas de boa-fé que por este respeito se relacionarão conosco. Nosso fim, entrando em tanta particularidade, é o de mostrar com evidência todo o cuidado e diligência que empregamos para que o alistamento fosse o mais exato possível. Tampouco queremos irrogar a menor censura aos Srs. Inspetores, que de uns nem para tanto teríamos razão e de outros deve-lhes servir de defesa, não só a falta de educação que há ainda da parte do nosso povo para este gênero de trabalho, como também o desrespeito que entre nós se vota quase geralmente às autoridades menos graduadas como se ante os olhos severos e restritos da lei se devam admitir graduações na voz que a intima ou no poder que a executa. E com tal educação e tais costumes, quem é que, servindo esse cargo

²⁶ Idem, p. 101.

²⁷ Idem, p. 101.

²⁸ Idem, p. 101.

*oficiosamente e por considerações particulares, se querem expor à injúria de uns e à vingança de outros? Longe, mui longe nos levaria o desenvolvimento destas considerações, e forçoso nos é voltar ao ponto de que elas nos arredaram.*²⁹

Ao fim, teve em mãos 21.336 listas, de um total de 21.694 fogos, donde ficaram faltando 358 famílias, “cujos chefes se negaram absolutamente a entregá-las”, o que considera “insignificante”, de pronto criando cálculos compensatórios. E se valeu da décima urbana. Já quanto às oito freguesias de fora da cidade, como não sofriam a décima urbana, não pôde aplicar o mesmo controle, partindo para informações de particulares e se valendo de conhecimentos pessoais.³⁰ E os fogos foram visitados.

Então, com a maior atenção, partiu para a difícil tarefa de apuração, “lista por lista, indivíduo por indivíduo, e todas as suas respectivas classificações”. Mas abandonou as classificações de cor e de profissões. A primeira, porque, “além de odiosa, deveria sair imperfeita pela infidelidade com que cada indivíduo faria de si próprio a necessária declaração”. A segunda, porque “todo indivíduo cujo meio de vida não é muito decente dá-se de ordinário como vivendo de agências”.³¹

Os números da população resultantes foram: 203.906 para as oito freguesias da cidade e 60.560 para as oito freguesias de fora da cidade. E Haddock Lobo então pergunta: “Será esta a sua verdadeira população?” E parte para sustentar os resultados alcançados, fazendo comparações internacionais (por certo perigosas, dadas as muitas diferenças brasileiras), e é claro que os aprova. E com suas análises complexas, mostra estar afinado com as análises estatísticas então existentes.³²

²⁹ Haddock Lobo apud SILVA... 1870, p. 101-102.

³⁰ Idem, p. 102.

³¹ Idem, p. 102.

³² Idem, p. 104.

Eis então o censo. Uma tarefa difícil, ainda hoje, com todos os recursos e experiências disponíveis. Donde a tarefa levada a cabo com denodo por Haddock Lobo mais o glorifica, e Noronha Santos não lhe devia ter visto tão de relance.

Ainda sobre censos na cidade

Depois do censo acima ainda, haverá no Império dois outros censos apenas na cidade: o de 1856, conduzido por Antônio Thomaz de Godoy, também no âmbito do Ministério da Justiça, Nabuco de Araújo (no gabinete presidido por Honório Hermeto Carneiro Leão, o Marquês de Paraná); e o de 1870, às vésperas do Censo Geral de 1872, já no âmbito do Ministério do Império, mandado fazer por Paulino José Soares de Souza (no gabinete presidido por Joaquim Rodrigues Torres, o Visconde de Itaboraí), conduzido por Jerônimo Martiniano Figueira de Mello. Logo viria o Censo Geral de 1872, e nele a cidade seria, naturalmente, posta em números, e nada mais haveria no Império.

Já na República, a cidade seria vista nos censos gerais de 1890 e de 1900, censos bastante criticados pelos estudiosos. E por isso mesmo, o prefeito Pereira Passos faria o Censo de 1906, um censo de inflexão positiva na trajetória censitária brasileira. Ele será conduzido pelos médicos Aureliano Portugal e Bulhões Carvalho e será o último censo feito apenas na cidade.³³ Daí em diante, a cidade seria vista apenas nos censos gerais; o de 1920, ainda na Primeira República, e depois já sob o IBGE, a partir de 1940, regularmente.

A questão do nome das ruas e do número das casas, que tanto atrapalhou a operação censitária de Haddock Lobo, permaneceu ao longo do tempo, e segue presente em parte da cidade, nas comunidades (antes ditas favelas), agora tendo presentes as Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs). Nelas o Instituto Pereira Passos (IPP), como órgão máximo de planejamento da urbanização do município,

³³ Ver SENRA, Nelson de Castro. Em 1906, o bom senso do censo e seus bons frutos. Prefácio à reedição fac-similar de O Censo de 1906 do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro: Instituto Pereira Passos, 2012), p. 11-68.

vem fazendo um trabalho cuidadoso, bastante difícil, por certo, de dar nome às ruas, e número às casas. Isso é essencial para a melhoria dos serviços públicos, afora o fazer dos censos futuros. Oxalá se chegue a bom porto, e em se conseguindo, por certo Haddock Lobo, e muitos outros que se seguiram a ele enfrentando problemas semelhantes, estarão aliviados e orgulhosos...

Referências bibliográficas

BERGER, Paulo (org.) *As freguesias do Rio Antigo, vistas por Noronha Santos*. Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1965, p. 149-150.

SANTOS, Noronha. Haddock Lobo. Traços Biográficos. Rio de Janeiro: *Revista do IHGB*, n. 127, p. 273-283, 1913.

SENRA, Nelson de Castro. Em 1906, o bom senso do censo e seus bons frutos. Rio de Janeiro: Instituto Pereira Passos, 2012, p. 11-68.

SENRA, Nelson de Castro. O povo (sem senso?) em armas contra medidas racionais do governo imperial brasileiro (1851-1852). In: CARVALHO JÚNIOR, César Vaz et al (org.). *Em Associação das Américas, as estatísticas públicas como objeto de estudo*. Salvador: SEI – Superintendência de Estudos Sociais e Econômicos, Série Estudos e Pesquisas n. 90, 2011, p. 97-127.

SILVA, Joaquim Norberto de Souza. Investigações sobre os recenseamentos da população geral do Império e de cada província de per si tentados desde os tempos coloniais até hoje. Os 2 de maio de 1870. Anexo ao relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa, na abertura da 2ª sessão da 14ª legislatura, em 1870, pelo ministro e secretário dos Negócios do Império, Paulino José Soares de Souza, p. 100.

Palavra final

Este texto, grosso modo, terá mostrado o quanto, *mutatis mutandis*, Haddock Lobo e Noronha Santos foram metódicos e sistemáticos em seus modos de trabalhar, e o quanto seus interesses convergiram. Por demais, terá mostrado que a admiração de Noronha Santos por Haddock Lobo só teria aumentado, se tivesse adentrado pelo cen-

so de 1849, seja pelo esforço de historiador ali subjacente, seja pelo modo de trabalhar.

Resumo

O artigo compara as atividades de dois excelentes historiadores e funcionários do governo do antigo Distrito Federal: o médico e político Haddock Lobo e o arquivista e historiador Noronha Santos. Ambos se dedicaram à história da cidade do Rio de Janeiro seguindo princípios e métodos idênticos de pesquisa e levantamento de fontes primárias. Procuraram coletar os dados antigos sobre a população dessa cidade utilizando as listas demográficas feitas por quarteirões. Organizaram publicações com esse objetivo. O artigo trata ainda do 4º Censo da cidade.

Palavras-chave: Haddock Lobo – Noronha Santos – identidades e métodos de pesquisa.

Abstract

The article compares the activities of two excellent historians and government officials of the former Federal District: the doctor and politician Haddock Lobo and archivist and historian Noronha Santos. Both were dedicated to the history of the city of Rio de Janeiro following similar principles and methods of research and survey of primary sources. Sought to collect data on the population of this ancient city lists using demographic made by blocks. Publications organized for this purpose. The article also deals with the 4th Census of the city.

Keywords: Haddock Lobo - Noronha Santos - identities and research methods.

REVISTA do INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO DE JANEIRO
ano 20, número 20, 2013



SAUDAÇÕES E DISCURSOS

SAUDAÇÃO À MARIA DA CONCEIÇÃO DE MORAES COUTINHO BELTRÃO*

Rogéria de Ipanema¹

Conheci Maria Beltrão quando de uma exposição individual minha na Grande Galeria do Centro Cultural Cândido Mendes em 1989, no dia 1º de março, na rua Primeiro de Março, no antigo Convento do Carmo, no Centro. Era então o aniversário da cidade do Rio de Janeiro, data preciosa para este Instituto. Lá estava Maria Beltrão, uma amiga de meu pai, colegas de universidade, no vernissage da exposição, “8 diamantes, 4 portas, 2 interiores, 1 teia...”

Convergente nome nas orientações do Programa de Pós-graduação em Artes Visuais da Escola de Belas Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro, passei a conviver novamente com as referências da professora, quando entrei para o mestrado da Escola, em 1990. Neste programa a Dra. Maria da Conceição Beltrão orientou na Área de Concentração de Antropologia, por exemplo, as dissertações, *Imagens da Pré-História: as mãos na pintura rupestre no Alto Sertão baiano* (1997), *Culturas e sistemas simbólicos: melting pot na arte rupestre da Bahia* (1998) e a pesquisa *A tradição cosmológica em imagens pré-históricas na Chapada Diamantina* (2000). Cito estes trabalhos para se pensar as interfaces dos campos da Arte, Antropologia, Arqueologia, Comunicação e a Linguagem Visual do homem pré-histórico. Contam-se outras participações em bancas de exame de defesa em áreas institucionais de ensino da UFRJ. Assumindo as disciplinas, de Arqueologia aplicada à Preservação, do Mestrado em Conservação e Restauração do Patrimônio Cultural da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, participou do exame da pesquisa *Conservação de sítios*

* Discurso de Saudação apresentado na Sessão Solene de Posse de Maria da Conceição de Moraes Coutinho Beltrão de 12 de julho de 2012.

¹ Historiadora da Arte, Profa. Dra. da Escola de Belas Artes /UFRJ, Sócia Efetiva do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro – IHGRJ.

arqueológicos com pintura rupestre no Alto Sertão Baiano (1999), e da disciplina de Comunicação e Antropologia no Programa de Pós-graduação em Comunicação e Cultura da Escola de Comunicação, foi da banca de *A arte rupestre no Brasil: questões de transferência e representação da informação como caminho da interpretação* (2001). Em Geografia, examinou as teses, *Introdução ao estudo do Quaternário superior do Brasil* (1979) e *O homem e a geohistória da região de Saquarema* (1999). No exterior, compôs a banca de defesa da tese, *La région de Rio Claro, Brésil: contribution a l'étude des occupations précéramiques du site Alice Boër*, Institut de Paléontologie Humaine, Paris, França (1990).

Presença também em bancas de livre-docência da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo – USP, caso dos títulos das disciplinas de Pré-história do Departamento de História, e de Arqueologia Brasileira e Arqueologia Clássica da Área de Museologia, assim como foi membro de concursos públicos de magistério, para o Departamento de Antropologia do Museu Nacional e o Departamento de Geologia do Instituto de Geociências.

Exemplos de totais de mais de 50 anos de atividades acadêmicas que conjugam orientações e coorientações, além dos programas já citados, os de Aperfeiçoamentos e os de Estágios de Iniciação Científica, que visam a inclusão de jovens estudantes, como a pesquisa vencedora do Prêmio de Honra ao Mérito de Iniciação Científica Junior, na XXVIII Jornada Giulio Massarani de Iniciação Científica, Artística e Cultural, e os Projetos de Extensão, com coordenadoria de rubricas também premiadas, nas Menções Honrosas e dos Prêmios da Fundação Universitária José Bonifácio, obtidos no 1º, 2º, 5º e 7º Congressos de Extensão, correspondentemente aos anos de 1999, 2001, 2008 e 2010, desenvolvidos na UFRJ.

No universo das instituições de fomento às Ciências, Maria Beltrão foi colaboradora da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, do Estado de Minas Gerais, do Estado de Pernambuco e do Distrito Federal. É conselheira do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, coordenadora científica do

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq e presta consultoria à CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

E porque de tudo isso, porque Maria Beltrão é professora e seu grande território é o Museu Nacional, com vínculos de atuação profissional iniciados em 1959, assumiu de 1960 a 1999, o Setor de Arqueologia e a Coleção do Museu Nacional, Clássica, Pré-clássica e Pré-histórica. Aí sua representatividade é intensa onde conquistou o mais alto nível da carreira de magistério superior, a categoria de Professora Titular do Setor de Arqueologia. No Museu foi contemporânea dos antropólogos Luiz de Castro Faria, Berta Ribeiro e com Maria Heloisa Fénelon é coautora de diversos trabalhos em Etnoarqueologia, como *Documentos visuais como elementos da informação cultural*, publicado na *Revista Dédalo* de 1974. Realizou vários eventos na instituição, muitos configurados para a maior interatividade e integração do público ao universo arqueológico, desenvolvendo oficinas de escavação e de arte rupestre, em parceria com Martha Locks.

Como prática extensiva de educação e cultura foi responsável por mais de 90 exposições temáticas, com participações no exterior, em *Amazônia*, no World Trade Center, em Nova York, 1996 e *Brasile Preistorico*, no Museo Luigi Pigorini em Roma, 2000. No Brasil, montou *Oreretama: a Terra do índio*, em comemoração aos 500 anos do Descobrimento do Brasil, além de *Pré-história e Modernidade*, *Das origens da América*, *A idade do homem brasileiro*, e a exposição permanente do Museu Arqueológico de Central, no município de Central, na Bahia.

Sua competência é formada em matrizes institucionais sob a titulação de Doutora em Antropologia na área de Arqueologia, em 1969, com a pesquisa *Pré-história do Estado do Rio de Janeiro* sob orientação de Annette Laming-Emperaire, e Doutora em Geologia, com a pesquisa *Ensaio de Arqueogeologia: uma abordagem transdisciplinar*, de 1998, ambas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Foi aluna na França, do etnólogo André Leroi-Gourhan e do antropólogo Roger Bastide, e na Universidade de South Dakota, nos

Estados Unidos da América, do arqueólogo Wesley Hurt. Possui especialização em Metodologias Etnológicas e de Escavação cursadas nas Universidades, Estadual e Federal do Paraná, Universidade de Paris Sorbonne e Musée de L'Homme, e diversas extensões em Arte, Religião, Paleolítico Superior e Pré-histórias da América e da França.

Atua na grande área das Ciências Humanas, das Ciências Sociais Aplicadas e das Ciências Exatas e da Terra.

É membro da Associação Brasileira de Antropologia, Sociedade de Arqueologia Brasileira, Sociedade Brasileira de Paleontologia, Academia Brasileira de Arte, Academia Brasileira de Filosofia, Academia Brasileira de Ciências Morais e Políticas, Academia Fluminense de Letras e Pen Club do Brasil – Centro da Associação Mundial dos Escritores. No exterior, da Society for American Archeology e da International Environmetrics Society, integrando ainda os quadros do Conselho Permanente da Union Internationale des Sciences Pré-historiques et Protohistoriques e da Association Internationale pour l'Etude de la Paléontologie Humaine, ambas da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura – UNESCO. É Sócia Emérita do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o IHGB, e representante das academias de História: Academia Portuguesa da História, Real Academia de la Historia da Espanha, da Academia Nacional de la Historia da Argentina, Academia Paraguaya de la Historia e Instituto Historico y Geografico del Uruguay. Qualificações que a tornaram e tornam nome integrante de conselhos editoriais de periódicos especializados.

Em 1980 foi escolhida a Mulher do Ano na Área de Ciências, pelo Conselho Nacional de Mulheres, em 1984 a Mulher Cientista do Ano pelo Conselho Estadual de Cultura do Rio de Janeiro, e em 1992, Mulher Internacional do Ano pelo The International Biographical Center of Cambridge. Em julho de 2004 foi condecorada com a Ordre de Chevalier des Arts et des Lettres, prêmio outorgado pelo Ministério da Cultura do governo francês, distintivo aos autores que contribuíram para o desenvolvimento das Artes e das Letras no mundo, e em 2010

recebeu em sua residência, a comenda da Legião de Honra da França, em nome do presidente, Nicolas Sarkozy.

Não posso deixar de mencionar que a ipanemíssima “Carioca de Macaé”, Maria Beltrão, foi inspiração temática do Bloco Virtual, na composição do artista Xico Chaves e coautorias, com o samba de carnaval, *Na Idade da Pedra*.

Uma panorâmica de sua produção bibliográfica compreende 13 livros e mais de centenas de trabalhos a partir das descobertas, revelações e interpretações arqueológicas, com resultados apresentados em academias de Ciências e encontros especializados, juntamente com as publicações em periódicos e anais de congressos brasileiros e internacionais, representadas em Portugal, Espanha, França, Alemanha, Áustria, Itália, Israel, Canadá, Estados Unidos da América, México, Colômbia, Bolívia, Argentina. Destaque para os votos de congratulação por sua apresentação na Universidade de Oxford, atestando a existência do homem na América do Sul em pelo menos há 20.000 anos.

No Brasil, Maria Beltrão teve e tem trabalhado em três estados com maior intensidade e profundidade, o que é próprio de sua natureza profissional, escavando e remontando à época do Pleistoceno - período Quaternário, era Cenozóica -. No início da década de 1960 trabalhou no Sítio Arqueológico Alice Boër, em Rio Claro, no Estado de São Paulo, com levantamentos geológicos, tratamentos estratigráficos, datações combinadas, como o C14 e tecnologias contemporâneas como a Termoluminescência. Nos anos 70 estuda a Arqueologia e Pré-história do Estado do Rio de Janeiro, retornando durante os anos 2000 ao município de Itaboraí, no revelado Sítio Arqueológico Histórico Fazenda Macacu. A partir de 1982, entra no Estado da Bahia.

O grande Projeto Central, já com 30 anos de pesquisa no interior baiano, na região de Central, a 110 km a oeste do Rio São Francisco e 435 km a oeste do oceano Atlântico, encampa mais de 300 sítios arqueológicos e paleontológicos, reunindo aproximadamente 250 cidades e vilarejos, com maior concentração ao norte da região, na planície calcária da Chapada Diamantina. Por sua vez, a mobilidade da pesquisa fez avançar também para as serras quartzíticas onde se

situam vastos exemplos da pintura rupestre brasileira. Segundo a autora, a problemática de preservação destes sítios tem se ampliado para além da erosão natural, mas incidida pelo vandalismo e destruição do homem, o que dividimos, que somente sob políticas públicas de informação sobre o importantíssimo lugar das escavações arqueológicas na construção das histórias da História do Brasil, poder-se-á cooptar a sociedade como um todo e as populações locais em específico, num processo de envolvimento e pertencimento da necessidade de conservação, respeito e prestígio ao acervo nacional, com evidentes ganhos para a história brasileira e o seu lugar geocultural na grande história das civilizações.

Em Central, destaque para a Toca da Esperança, localizada a 37 m abaixo do nível da base do plano, configuração que pode, informa Maria Beltrão, abrigar o homem pré-histórico que “evitou desta maneira, a confrontação com a megafauna pleistocênica”. Das 760 amostras de ossos de animais recolhidas, revelou-se a existência de uma excessiva fragmentação, sendo possível, dada a compreensão do comportamento dos mamíferos do período, descartar este fenômeno pela ação do único grande carnívoro da região, o *Smilodon* populador populador - o tigre-dente-de-sabre -, porque este, afirma Beltrão, não utilizava a Toca como refúgio. Os estudos paleontológicos afirmam que os caninos superiores do *Smilodon* serviam para cortar e rasgar e não para perfurar os ossos de suas presas. Logo se tratava de um refúgio ocupado sim pelo homem, que se favorecia das depressões estratégicas da Toca, com suas verdadeiras armadilhas naturais de caça, concluindo-se que os vestígios ósseos encontrados em seu interior, não podem ser explicados senão pela própria atividade cultural humana da descarnação. Ao tempo em que o material indica fraturas no eixo do osso próximo às extremidades compostas de tecidos esponjosos – epífises -, e que o homem pré-histórico brasileiro se alimentava da medula óssea - o tutano animal -, onde os equídeos e os camelídeos formavam as principais fontes de alimentação, constatados pela maioria dos ossos e dentes de cavalos e da paleolhama encontrados em torno das fogueiras. A arqueóloga também justifica pela dimensão cultural e não natural, a presença de outros vestígios ósseos na Toca, como os do tatu-gigante, o *Glyptodonte* clavipes, por ele não ser ca-

paz de alcançar a profundidade do local e pela razão de tampouco se constituírem em animais rupícolas, ou seja, animais que vivem nas rochas, tanto quanto também não o são as preguiças-gigantes - *Ere-motherium laurillardii* -, espécie com 4 metros de altura, incompatível com o espaço livre da Toca. Em relação aos materiais ósseos, registram-se ainda em Esperança, a presença de ossos pontiagudos “fura-dos” pelo homem, sugerindo a existência da prática de produção e uso de vestimentas de couro, e um único osso de tigre-dente-de-sabre muito jovem. Até o momento, a presença do homem americano neste território está evidenciada apenas pela inserção cultural praticada pela descarnação, extração do tutano e confecção de utensílios, e não pelas ossadas humanas.

Pelos sítios arqueológicos, Maria Beltrão propõe a reconstrução do povoamento da América do Sul, de um Brasil pré-histórico, pelos artefatos ósseos, líticos, conchíferos, pictóricos e cerâmicos. No caso da cerâmica, os cacos descobertos em Central atestam uma idade de 1032 a 3000 anos a. C., recolhidos dos Abrigos da Aranha, do Cipó, das Cobras, do Euzébio e Waldemar, e das tocas, nome local dado às grutas, como a Gruta da Janela dos Macacos, dos Búzios e da Lapinha I. As técnicas de manufatura cerâmica possuem as mesmas características nos 517 fragmentos cerâmicos estudados. Trata-se da técnica de formação pelo acordelado e modelado, da queima oxidante, onde as superfícies internas e externas apresentam variações cromáticas de sítio para sítio: amarelo, marrom, vermelho e preto. São muitos os exemplos dos elementos antiplásticos acrescidos às pastas cerâmicas, variando de quartzos, quartzitos às cinzas vegetais, passando pelo calcário, mica e carvão vegetal. Em relação aos aspectos morfológicos, dada a espessura, os vasos são de pequeno formato e simples contornos, de base plana e cônica, com bordas aplainadas, arredondadas ou pontiagudas, com um exemplo de borda denteada, e com pouquíssimos elementos decorativos. Denota-se uma semelhança, em 11 sítios, observada pela uniformidade entre as características dos vestígios, refletindo provavelmente um modelo cultural para a região onde foram localizados, e a hipótese de proximidade da Tradição Aratu, onde as mesmas características indicam o tronco linguístico Macro-Jê. Citam-se outros exemplos recolhidos de uma específica produção encontrada

na Toca do Cosmos, realizada já em contato com o colonizador, como a presença do grogue - argila cozida e triturada – adicionada à pasta cerâmica, e no Abrigo da Lesma, vestígios de vasos cerâmicos realizados no torno, contribuições explícitas da manufatura europeia.

A Toca da Esperança expõe outro importante acervo referencial da pré-história brasileira, a arte rupestre pictórica com representações de animais. Contributos para a arqueóloga tecer uma rede de conexões possíveis de um repertório interpretativo das imagens registradas na região da Serra da Pedra Calcária, denominada localmente como Serra Brava ou Serra Preta. Maria Beltrão entende que estas representações zoomorfas evidenciam não só o convívio do homem pré-histórico com determinadas espécies faunísticas para alimentação e produção de artefatos, mas tratar-se de um convívio determinado antes mesmo do processo de intelectualização cultural humana em abstraí-las em formas gráficas, registrando-as nas pinturas das paredes dos cânions de Esperança. A prova de datação desta afirmativa vem a partir do método do urânio-tório que registrou a idade de 295.000 anos para três ossos, contando uma mandíbula do *Arctodus* brasiliense, o urso-de-cabeça-pequena, classificado em 1841, pelo cientista dinamarquês Peter Lund. As espécies de animais representadas em Central não são encontradas, por exemplo, nas pinturas pleistocênicas do Piauí, mas segundo Beltrão, podem equivaler-se ao mesmo recuo crono-temporal da Serra da Capivara, que por sua vez também é posto em paralelo à arte rupestre na França, ou seja, de 30.000 anos a. C..

O conjunto de pinturas dos sítios arqueológicos da Bahia, realizado nas cores vermelho, amarelo, branco e preto, proporciona a distinção de determinadas espécies: as de ocorrência nas regiões secas, com o cavalo *Equus neogaeus*, animal herbívoro que vive ao ar livre, com hábitos diurno e noturno; as espécies que habitam as zonas úmidas, o herbívoro *Toxodon platensis*, representado com olhos, orelhas e nariz em linha reta, sugerindo aos hábitos anfíbios ou semelhantes aos do tapir; e as representações dos animais de ambientes montanhosos, o *Hippidion principale*, outro tipo de cavalo habituado às montanhas, com membros muito menores, lembrando as pequenas mulas, também classificado por Lund, a *Paleolama major*, um tipo de lhama desapa-

recida das regiões de montanha de clima frio e ainda o *Arctodus brasiliense*. Destaque para uma composição pictórica do Canion do Riacho Largo, descrevendo uma vigorosa cena de caça, e segundo a autora carregada de sentidos mágicos, onde um grupo de reduzido número de caçadores, representados com pés da ave nandu enfrenta frontalmente um enorme toxodonte com pés de cervídeos. E mais, mastodontes, felinos, cervídeos e lagartos. A partir das análises de descrição das imagens de animais, da taxionomia, casos inclusive de identificação morfológica sexual, do número de indivíduos, do estudo de comportamento, da bioestratigrafia, do levantamento do paleoclima da região, é possível reconhecer as mudanças paleoambientais desde o Pleistoceno até os tempos históricos. Todas fontes e contributos determinantes para a reconstituição do desenvolvimento dos ecossistemas da América do Sul brasileira.

Em outras localidades, as representações pictográficas inserem-se em configurações geometrizadas, avaliadas pelo homem pré-histórico brasileiro em sua inscrição cosmológica. Na Toca dos Búzios, três representações da Via Láctea, pintadas sobre o calcário cinza-escuro, tratam “ao que tudo indica”, por conhecerem “perfeitamente” toda a sua trajetória no céu, “uma maneira segura de marcar as estações”, afirma Maria Beltrão. Na Toca do Cosmos, em Xique-Xique, a arqueóloga levanta a representação “mais espetacular” de um cometa, em uma das maiores imagens pré-históricas registradas sobre o tema. Com um formato de 1,63m de comprimento e a típica cauda de poeira encurvada, característica dos jovens cometas, está associado à representação da estrela Vênus. O homem de Central também conhecia muito bem os sistemas fenomênicos solares – nascer e por - e as lunações. Em algumas inscrições em Búzios, sugere-se a existência de um calendário do ano lunar, interpretações arqueoastrômicas da ciência pré-histórica desenvolvidas em parceria com o astrônomo Ronaldo Rogério de Freitas Mourão, quando a autora compõe por uma paleoiconologia, as justificativas de um argumento histórico-geo-cultural, disponibilizadas pelas imagens, e medidas em razão subexistencial do homem na garantia da alimentação pela caça, pesca, coleta de frutos e grãos selvagens. Ou seja, ao ler as imagens do céu brasileiro da Pré-história, podemos expandir, a arqueóloga proporciona a visão de

liberdade. Por ser a imagem uma das formas determinantes de arquivamento do patrimônio cultural de um grupo, traduzida em códigos da linguagem visual, possui em síntese gráfica e no universo da arte, a construção do pensamento humano dos longínquos antepassados que povoaram a América do Sul. E tudo isso porque a imagem neste momento é a regulação do caos, e a regulação do caos é uma das mais primitivas capacitações simbólicas da ordenação do pensamento cosmogônico, e das codificações cosmogônicas à construção simbólica do espaço-tempo, e da construção simbólica do espaço-tempo à própria constituição da história. E para manter contato permanente com o universo e dele tomar parte, o homem do Paleolítico inventou a arte para narrar a história, simbolizando a sua própria trajetória, ao imprimir suas mãos cheias em meio a esta obra celestial rochosa. Trago, da dimensão humana de Mircea Eliade, a construção do símbolo e do mito como parte integrante do ser humano, e de Ernest Cassirer, para quem o símbolo se constitui na própria chave de compreensão da natureza humana, a diferença específica do homem, não como animal racional e sim como animal simbólico.

Finalizando e pensando com a obra de Maria Beltrão, dispus de uma pequeníssima apresentação da cientificidade investigativa e interpretativa mariabeltroniana para a Arte e Arqueologia mundial. Maria Beltrão é historiadora, historiadora das histórias antes da História, da Pré-história brasileira.

Mais do que aproximação, quando organizei com, a então presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro, Cybelle de Ipanema, a escolha dos patronos para os sócios recém-eleitos, o fizemos pelo sentido acadêmico-científico que interligava os novos membros, aos campos de pesquisas pioneiras de seu patrono, atualizados na contemporaneidade das perspectivas e abordagens da nova ciência. Para Maria Beltrão, Teodoro Fernandes Sampaio, cadeira n. 47, era a melhor cadeira dentre as relacionadas um dia pelos acertados fundadores deste Instituto, ao contemplarem as diversificadas áreas, campos e setores da grande História e Geografia. Teodoro Sampaio era baiano nascido em 1855, filho de escrava, historiador, geógrafo, geólogo, com inserção também aos estudos das pinturas rupestres bra-

sileiras, tal como as áreas de atuação de Maria Beltrão. A arqueóloga é autora de *Arte rupestre: as pinturas rupestres da Chapada Diamantina* e o *Mundo mágico-religioso do homem pré-histórico brasileiro*, lançado em 1994, dialogando com a obra de Teodoro Sampaio, *O rio São Francisco e a Chapada Diamantina*, de 1916. Em 1898, Teodoro Sampaio entra no Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, e em 1902, torna-se membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, ambos os institutos detentores em seu quadro social do prestigiado nome da pesquisadora.

Maria da Conceição de Moraes Coutinho Beltrão toma posse no Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro, em 12 de julho de 2012, na Sala Pedro Calmon, 12º andar do Prédio do IHGB, evento em que tenho a grande honra de fazer sua saudação, e repito, com enorme respeito e profunda admiração.

Assim, concluo, Maria Beltrão é um nome da Arqueologia Nacional e dois para a Cultura Brasileira.

UMA HISTÓRIA DE MILHÕES DE ANOS

Maria Beltrão¹

Senhor Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro,

Senhores Acadêmicos,

Meus senhores e minhas senhoras,

Amigos,

É uma honra extraordinária ser recebida pela terna colega e amiga Rogéria de Ipanema, membro deste Instituto Histórico que, entre outros títulos é Professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense – UFF, Mestre em História e Crítica da Arte pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ e Bacharel em Gravura pela Escola de Belas Artes – UFRJ. Professora Adjunta da Escola de Belas Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Historiadora da Arte, Artista Visual e Designer Gráfica. Pesquisadora da imagem impressa; do desenho de humor na imprensa do Império do Brasil e Primeira República; da gravura brasileira e a produção artística do século XIX, É sócia do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro – IHGRJ, Membro do Conselho Editorial e responsável pela Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro. É membro da Associação Nacional de História – ANPUH. Tem experiência nas áreas de Artes Visuais, História da Arte, História da Arte no Brasil, História do Rio de Janeiro e Cultura Brasileira.

Hoje nos reunimos nesta Casa de Ciência e Saber onde a sede de conhecimento de nossa história e de nossa terra sempre foi cul-

¹ Sócia Efetiva do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro – IHGRJ.

tivada com grande esmero. Nesse sentido é que escolhi como tema de minha fala desta noite, convidá-los à reflexão sobre os dados que obtive através da pesquisa que desenvolvo já há alguns anos em Itaboraí. Mais especificamente, quero falar da área hoje compreendida pelo Parque Paleontológico de São José de Itaboraí, parque este sinônimo da minha luta com outros colegas pesquisadores. Mas por que Itaboraí? Poderia ser nossa primeira ponderação. O que de tão singular haveria nesta porção de nosso Estado que justifique sua eleição para este momento tão especial?

O Parque foi implantado com o objetivo de proteger os remanescentes mais importantes da bacia calcária de São José de Itaboraí, uma das menores bacias brasileiras, de alto teor fossilífero, que se impõe em importância por sua historicidade iniciada a muitos milhares de anos, se estendendo até nossos dias. Em outras palavras, a Bacia Calcária de São José se destaca no cenário paleontológico brasileiro como a única área científica onde se tem o mais antigo registro de mamíferos terrestres, datados do Período Paleoceno Superior, há cerca de 60 milhões de anos. Abriga testemunhos de derramamentos vulcânicos através da falha geológica conhecida como Falha de São José – possível cicatriz da formação de nosso planeta? – e mais, detém características únicas no Brasil e na América Latina, podendo ser correlacionada, em termos de conteúdo fossilífero, a regiões como a da Patagônia e Noroeste Argentino.

Embora crescente número de pesquisadores acredite que o homem só habitou a América entre 20 e 40 mil anos, há uma parcela deles dissonante, na qual me incluo que acredita que a América foi ocupada em data anterior a glaciação denominada Wisconsin, isto é, há mais de 120 mil anos. Este foi apenas o começo de tudo.

Os dados geológicos e arqueológicos considerados vis-à-vis e ao mesmo tempo numa transversalidade, assim considerados, sugerem uma ocupação muito antiga, anterior ao Wisconsin, podendo alcançar, pelo menos, o Pleistoceno Médio, talvez o Pleistoceno Inferior. Em termos de datas poderíamos chegar a mais de 1 milhão de anos

Assim, a possibilidade de uma ocupação humana na América em tão alta antiguidade (mais de 1 milhão de anos) se reforça quando examinamos os dados disponíveis para outras partes do Globo, fora da África, no campo da Paleontologia Humana, que vêm desestabilizando o chamado “modelo africano”, que preconiza que o homem emergiu e evoluiu dentro da África e a partir daí se espalhou pelo “Velho Mundo”. Persistirei nesta afirmação e cobrança aos meus colegas investigadores das maravilhas deste planeta.

Entre esses dados listamos, na Europa, a presença, na Espanha, do *Australopithecus* (o pré-humano mais próximo do homem) e também, significativamente, de um *Dryopithecus laietamus* encontrado na Catalunha, que aparentemente tem ligação, de um lado, com primatas quadrúpedes de 18 milhões de anos e de outro com homínídeos bípedes de 3,5 milhões de anos.

Além disso, ainda na Espanha, em Atapuerca, achados surpreendentes parecem comprovar que as transformações que fizeram surgir o *Homo sapiens neandertalenses* teriam começado há, no mínimo, 760 mil anos, talvez há 1 milhão de anos. Ora, na África os *neandertalenses* conhecidos são muito mais recentes.

Na Ásia (Sudeste Asiático) foram achadas mandíbulas de um *Australopithecus* com dentes semelhantes aos do *Homo erectus*. Como explicar esses achados se a transição de pré-humanos para humanos se processou na África?

Se, de acordo com o “modelo africano”, o *Homo erectus* evoluiu na África, então como explicar a presença dele na Ásia, em Djetsi, Java, há quase 2 milhões de anos enquanto que na África ele é registrado há cerca de 1,5 milhão de anos?

Como explicar a presença de um *sapiens sapiens* de 92 mil anos em Qafzeh, Nazaré, Israel, com idade mais antiga do que qualquer *sapiens sapiens* em qualquer lugar do mundo, o que fez Chris Stringer do renomado Museu Britânico declarar que a teoria da evolução tinha “virado de cabeça para baixo”?

Também na Ásia, na Sibéria, configura-se como possível a existência de um sítio arqueológico datado pelo método do paleomagnetismo em 2,5 milhões de anos, isto é, tão velho ou pouco mais velho que o sítio mais antigo da África (datado em 2.3 milhões de anos) na faixa cronológica correspondente ao *Homo habilis*.

Essas extraordinárias descobertas reforçam, no meu entender, os surpreendentes resultados obtidos para o sítio de Itaboraí, a partir da datação de sedimentos e das manchas climáticas depositadas sobre os artefatos, que sugerem antiguidades, situadas, no mínimo, no Pleistoceno Médio, talvez no Pleistoceno Inferior.

A Bacia Calcária e o Sítio Arqueológico de Itaboraí

Assim, o Sítio de Itaboraí está localizado no bordo da bacia calcária de São José de Itaboraí - uma depressão de forma elíptica com cerca de 1.000 m de comprimento por 500 m de largura - situada a 700 m do bairro de São José, no Município de Itaboraí, Estado do Rio de Janeiro.

Segundo Souza Cunha (1985) trata-se da “menor bacia geológica conhecida no Brasil e, possivelmente, no mundo”. Como atestamos no início de nossa fala, nela há ocorrências de derrames de lavas vulcânicas; fósseis vegetais; invertebrados (gastrópodes pulmonados); vertebrados do Paleoceno sul-americano, como anfíbios e aves, e, também répteis (crocodilos, tartarugas e lagartos); vertebrados pleistocênicos (mastodontes e preguiças gigantes); vegetais cujos caroços calcinados são abundantes, etc.

Um marsupial fóssil documenta a união de Itaboraí com o Continente Antártico. Fósseis de anfíbios, aves, vegetais e de gastrópodes pulmonados documentam a deriva continental a partir do Gondwana. Assim, a Bacia de Itaboraí é considerada o “berço dos mamíferos”, por abrigar os restos de animais e vegetais que compuseram a paisagem da região nos períodos Paleoceno (entre 70 e 55 milhões de anos atrás) e Pleistocenos (há 2 milhões de anos).

Quanto a idade da Bacia de Itaboraí, Klein, Francis e Souza Cunha (1983) propõem uma idade mais antiga do que a admitida (Paleoceno Superior 70 e 65 milhões) sugerindo que sua idade chegaria do Cretáceo Superior ou Paleoceno Inferior.

O Sítio Arqueológico de Itaboraí que descobri em 1970, está localizado em uma “rampa de colúvio”, isto é, em uma inclinação da superfície da encosta resultante do seu deslocamento a partir do topo da elevação. Nos bordos da bacia a rampa pode alcançar 70 m. De fato, em toda a borda da Bacia são encontrados sítios arqueológicos nas superfícies colinosas. Por essa razão, pode-se dizer que é um sítio litorâneo, localizado estrategicamente em uma elevação, demonstrando que o homem pré-histórico evitava o confronto, nas planícies, com a megafauna pleistocênica em uma região onde as grutas são raras.

Na bacia há, efetivamente, pelo menos quatro setores de significativa ocorrência arqueológica: o primeiro no bordo leste, denominado Morro da Dinamite; o segundo no bordo norte, nomeado sítio do Sílex; o terceiro no bordo sul, chamado sítio Paleontológico e o quarto, Morro Verde, localizado, também, no bordo norte.

Do ponto de vista geológico, possui registros de rochas que variam de cerca de 70-65 milhões de anos até depósitos recentes relacionados ao homem pré-histórico (8.100 anos). Trata-se de uma bacia sedimentar, isto é, uma depressão preenchida por sedimentos que, neste caso em particular, estão representados principalmente pela deposição química de calcários em uma depressão associada a fenômenos tectônicos que originaram a Serra do Mar. Também são encontrados depósitos detriticos. Alguns autores associam a origem do calcário à dissolução dos mármorees do embasamento cristalino por ação de fenômenos de vulcanismo. Por essa razão, em suas bordas são encontradas lavas vulcânicas (rocha denominada ankaramito), cuja idade foi datada por método absoluto em 52 milhões de anos. Esta lava metamorfoseou os sedimentos da base da bacia, carbonizando pedaços de vegetais, evidenciados pela presença de galhos e troncos fósseis.

Em suma, a Bacia Calcária de São José de Itaboraí é um importante monumento natural-cultural do Estado do Rio de Janeiro.

Além de ser o mais antigo registro brasileiro da fauna e provavelmente também da flora fóssil continental que se desenvolveu após a extinção dos dinossauros, no final do período Cretáceo; é a única área geológica do Brasil que contribuiu para a coluna estratigráfica internacional: o andar Itaboraense.

A bacia guarda igualmente vestígios de ocupação humana pré-histórica de alta antiguidade afora testemunhos históricos referentes à ocupação indígena e colonial até o período atual.

Ou seja, a localidade onde se situa o Parque Paleontológico de São José de Itaboraí, antiga área de mineração, mais do que guardar o registro dos últimos 60 milhões de anos do planeta Terra, explicita em sua paisagem remanescente traços culturais particulares que denunciam a riqueza da vivência cotidiana das tradições de diferentes épocas.

A Estratigrafia do Sítio de Itaboraí

A estratigrafia do sítio de Itaboraí é composta por camadas areno-argilosas e cascalheiras (depósitos de cascalho). O Sítio de Itaboraí integra um conjunto de sítios da Região Arqueológica de Mangueiros. Esses sítios são, de modo geral, formados por uma sucessão de camadas quaternárias que repousam sobre sedimentos Terciários (formação Macacu) ou sobre o embasamento pré-cambriano.

No caso particular do Sítio de Itaboraí os processos sedimentares foram mais atuantes e o paleo-declive acentuado provocou o deslocamento das camadas para os bordos do Morro, retendo no cume das elevações, apenas umas poucas camadas. Por essa razão, o perfil que nos bordos da depressão é mais profundo, apresenta cascalheiras em muito maior número. Assim, embora o homem pré-histórico tenha habitado o topo é nos bordos que se poderá melhor avaliar a evolução tecnológica da indústria lítica (única presente no sítio).

Todas as camadas coluviais e linhas de seixos (cascalheiras) possuem artefatos. No topo da encosta o perfil estratigráfico que estu-

dei, abrange 7 m de profundidade por 600 m de extensão, mostrando cascalheiras e camadas intermediárias contendo artefatos.

Vale observar que, por se tratar de rampa de colúvio, a interligação artefato-estratigrafia é muito complexa. Assim, por exemplo, na parte principal do Sítio de Itaboraí – Morro da Dinamite – as camadas podem ser mais recentes do que os artefatos nela contidos. Além disso, os processos sedimentares que atuaram na formação das rampas de colúvio de Itaboraí fizeram com que fossem depositados em uma mesma camada artefatos de Tradições diferentes.

As cascalheiras de Itaboraí liberaram exemplares de megafauna pleistocênica (Price e Campos, 1970). Os fósseis foram encontrados de modo geral fragmentados e friáveis, entretanto foram encontrados dentes completos de mastodontes (*Haplomastodon*) e um grande fêmur completo de preguiça gigante (*Eremotherium*). Esses animais indicam idade pleistocênica para o depósito.

Segundo Price e Campos (opus cit.) a “litologia do cascalheiro permite inferir que o mesmo formou-se sob condições torrenciais” e “a fauna indica um ambiente climático próximo ao que permite o desenvolvimento de savanas”.

Artefatos de Itaboraí

Várias observações podem ser feitas com relação aos artefatos de Itaboraí:

1. A matéria prima utilizada pelo homem pré-histórico, em Itaboraí, pode ser encontrada localmente, isto é, não foi importada. Entre os minerais e rochas utilizados, aparecem por ordem de preferência, o quartzo (62,2%), o sílex (18%), o calcário (16,6%), quartzito (1,8%) e outras rochas nas quais se incluem o gnaiss e a calcedônia (1,4%).

2. Havia entre os ocupantes pré-históricos de Itaboraí uma preferência pela rocha que apresentasse maior homogeneidade o que facilitava a manufatura dos objetos. Foram descartadas pelo homem

pré-histórico peças heterogêneas e com fraturas naturais porque no momento da confecção dos artefatos as rochas que apresentassem essas características produziram efeitos e resultados inesperados ou indesejados.

3. Foi possível observar uma diferença na escolha da matéria prima segundo a distribuição geográfica do Sítio.

4. As peças de quartzo - a matéria prima mais utilizada na confecção dos artefatos - não foram submetidas a muitos retoques porque o quartzo prescinde de retoques para obtenção de gumes cortantes.

5. A distribuição de artefatos de acordo com a estratigrafia foi prejudicada porque as primeiras escavações realizadas compreenderam trabalhos de salvamento.

6. Quanto aos artefatos retirados de escavações em que os dados estratigráficos foram mais precisos, adotei como proveniência para estes a convenção de CAMADA SUPERIOR para os artefatos retirados do colúvio castanho-amarelado e da cascalheira superior e da CAMADA INFERIOR para aqueles retirados do colúvio vermelho.

7. Foi possível observar, segundo a distribuição estratigráfica, uma modificação na escolha do tipo de quartzo na localidade do Morro da Dinamite. Na Camada Inferior observei uma maior percentagem do quartzo do tipo branco, quase hialino. Na Camada Superior havia maior número de artefatos em quartzo do tipo não homogêneo (textura sacaroidal).

8. A relação dos artefatos encontrados no topo da rampa de colúvio bem como em vários pontos da rampa, cortada pela estrada, que correspondem às cascalheiras inclui : choppers, raspadores laterais em lascas extremamente espessa, raspador com entalhe em lasca, facas de dorso, faca-perfurador, buris em lasca, fragmentos de ponta sem pedúnculo, etc.

9. A evolução tipológica dos artefatos da base para a superfície do Sítio pode ser observada através dos núcleos:

- a) Núcleos volumosos a partir de seixos rolados ou de blocos;
- b) Núcleos cônicos de onde foram retiradas lascas e que poderiam ser utilizadas como plainas ou raspadores;
- c) Núcleos poliédricos dos quais foram retiradas lascas no sentido do comprimento.

10. O estudo tipológico dos artefatos, encontrados em estratigrafia, revelou uma evolução na técnica de retoque. Na camada inferior, os artefatos foram retocados unifacialmente, e na Camada Superior bifacialmente. Beltrão e Sarciá (1987)

Datações obtidas para o Sítio de Itaboraí

O Sítio de Itaboraí revelou, pela datação obtida através do Carbono¹⁴, uma idade mínima de 8.100 ± 75 BP² para uma das camadas superficiais.

Por razões metodológicas diversas não foi possível datar as camadas mais antigas do que a datada pelo C¹⁴. Por essa razão recorri a duas técnicas que forneceram datações relativas: relação silte-argila e grau de atividade de ferro (relação ferro livre-ferro cristalizado).

A análise do material de Itaboraí através da técnica silte-argila – desenvolvida por van Wambeke (1962) na África Central, para solos tropicais revelou uma incoerência entre os valores obtidos e aqueles esperados pela posição dos colúvios em estratigrafia. A amostra da formação Macacu, de idade Terciária, apresentou valores semelhantes aos colúvios castanho-amarelados situados em posição estratigráfica mais elevada e onde existem artefatos manchados de amarelo-alaranjado. Além disso, entre os colúvios vermelhos e os castanho-amarelados há também uma inversão de valores: valores maiores foram obtidos nos colúvios vermelhos que estão em posição estratigráfica

2 C¹⁴ 9.100 ± 75 BP com a correção proposta para as datações de c¹⁴ por Stuiver e Braziunas (1992), in *Journal Radiocarbon*.

inferior e os valores menores para os colúvios castanho-amarelados situados, estratigraficamente, em posição superior.

Apesar disso, os resultados obtidos estão de acordo com o modelo geomorfológico de retrabalhamento de colúvios proposto por Moura e Meis (1980). Assim, os colúvios mais recentes, resultando de retrabalhamentos mais antigos, alcançaram maturidade maior do que a de seus geradores.

A técnica do grau de atividade do ferro foi desenvolvida por Renk (1977) em sedimentos aluvionares na África e usada pela primeira vez no Brasil por Santos (1981-inédito) e Muhe (1983) em falésias lagunares de Maricá, Rio de Janeiro.

Os resultados obtidos por essa técnica nos colúvios de Itaboraí também foram incoerentes. Os valores mais elevados da relação silte-argila foram obtidos para os colúvios vermelhos situados estratigraficamente em posição inferior e os mais baixos para os castanho-amarelados situados em posição superior. Mais uma vez o já mencionado modelo de retrabalhamento dos colúvios torna coerente os resultados obtidos.

Vale acrescentar que, em Itaboraí, alguns artefatos do colúvio castanho-amarelado (com manchas amarelo-alaranjadas) são tipologicamente idênticos, embora de aspecto mais rudimentar do que alguns artefatos do colúvio vermelho. Além disso, os artefatos da camada vermelha apontam claramente para uma evolução tecnológica, indicando mais de uma Tradição com relação às técnicas usadas na confecção dos artefatos. Portanto, as características tipológicas dos artefatos da camada vermelha não são conflitantes com a possibilidade da existência de uma inversão estratigráfica.

Manchas climáticas sobre os artefatos de Itaboraí

Há artefatos em Itaboraí que apresentam pátina brilhante e amarelada; outros pátina incolor e escorregadia, etc. Prefiro fazer uma distinção entre as pátinas, que recobrem os artefatos, e as manchas cli-

máticas depositadas na superfície destes, embora ambas possam servir como indicadores cronológicos.

A pátina propriamente dita recobre toda a superfície dos artefatos e não desaparece quando lavada. As manchas climáticas ficam restritas a algumas partes da superfície dos artefatos e de modo geral tendem a sair quando lavadas. Algumas manchas climáticas “tem sua origem, ao que apreço, nos sedimentos que sofreram precipitações pelos óxidos de ferro”. (Beltrão et ali., 1982).

A saudosa geomorfóloga Maria Regina Mousinho de Meis, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, depois de quinze anos de estudos, concordou com a hipótese que formulei sobre o grau de antiguidade das manchas climáticas de Itaboraí. Segundo sua avaliação essas manchas climáticas foram depositadas sobre os artefatos no Pleistoceno Médio. Sugeriu, então uma avaliação, a guisa de confirmação, a partir do grau de maturidade dos sedimentos. As duas técnicas utilizadas, já mencionadas, apontaram para idades ainda mais recuadas, provavelmente situadas na faixa cronológica correspondente, do Pleistoceno Inferior.

As mais antigas manchas climáticas, a julgar pela posição estratigráfica, pareciam ser as da cascalheira inferior, o que não se confirmou pelas técnicas empregadas para avaliação da maturidade dos sedimentos. São de cor vinho e, nos artefatos de quartzo sub-hialino, aparecem sobre uma pátina acinzentada parcialmente brilhante, parcialmente opaca. Nos artefatos de sílex a pátina é opaca. Há casos em que os sedimentos da camada vermelha, de aspecto mosqueada, (formação Macacu - idade Terciária) aparecem grudados em pequenas porções da superfície dos artefatos da cascalheira inferior.

Os artefatos e quartzo sub-hialino da camada vermelha, quartzária, apresentam-se manchados de vermelho por toda a superfície, embora não uniformemente. São, igualmente, muito antigos, embora não tão antigos quanto os artefatos de quartzo sub-leitoso ou sub-sacacoidal da camada castanho-amarelada. Neste caso a mancha climática se confunde com a pátina propriamente dita. Em razão da exposição dos artefatos aos sedimentos por um período muito longo a mancha

climática vermelha, transformada em pátina, não desaparece mesmo quando lavada e penetra nas micro-fraturas existentes na superfície dos artefatos.

A julgar pelas mencionadas técnicas indicativas de maturidade dos sedimentos, e, pela análise tipológica, os artefatos com manchas climáticas amarelo-alaranjadas que provêm do colúvio castanho-amarelado são mais antigos que os do colúvio vermelho.

A utilização das manchas climáticas como método de datação relativa, conjugado às técnicas indicativas de maturidade dos sedimentos, apresentam as seguintes vantagens:

1º) Poderão ser usadas por geólogos e arqueólogos na determinação relativa de idades;

2º) Artefatos muito simples, como “choppers” e lascas unifaciais resultantes de percussão violenta que caracterizam as ocupações mais antigas da humanidade podem ocorrer, eventualmente, em faixas cronológicas muito recentes. As manchas climáticas indicariam as ocupações mais antigas.

3º) Em períodos mais recuados as transformações tipológicas são menos marcantes tornando-se difícil, por exemplo, reconhecer se um artefato é do Pleistoceno Inferior ou do Pleistoceno Médio ou ainda dentro do Pleistoceno Médio quais seriam os mais antigos. As manchas climáticas parecem indicar que, dentro do Pleistoceno Médio (ou seria Pleistoceno Inferior?) os artefatos antigos seriam os tingidos de amarelo-alaranjado.

Contextualização cultural e histórica da Bacia Calcária

A área da bacia vem sendo estudada por pesquisadores brasileiros e estrangeiros desde o início da década de 1930, após a descoberta de uma jazida de calcário na antiga Fazenda de São José pelo engenheiro Carlos Euler. Além de ser extraordinário depósito de fósseis, a jazida revelou grande potencial de exploração de calcário para a produção de cimento.

Desta forma, durante mais de cinco décadas (entre 1932 e 1984) a jazida de calcário foi explorada pela Companhia de Cimento Portland Mauá para abastecer sua fábrica de cimento em Guaxindiba (São Gonçalo). A partir de 1985, a empresa encerrou as atividades de exploração, abandonando a área sem promover qualquer ação voltada para a recuperação ambiental local.

Dada a relevância científica da bacia, a Comissão Brasileira de Sítios Geológicos e Paleobiológicos – SIGEP examinou e aprovou a proposta encaminhada, em de julho de 2003, de descrição desse sítio geológico com vistas ao seu encaminhamento para registro como Patrimônio Mundial da Humanidade (World Heritage Committee - UNESCO).

É fundamental que se ressalte que o Estado do Rio de Janeiro não possui nenhum outro local similar a este, nem tampouco um espaço educacional e cultural símile dotado de tão importante acervo arqueológico e paleontológico estruturado sob a forma de um parque. Por essa razão seu reconhecimento internacional é perfeitamente compreensível.

O Parque se situa em uma área originalmente considerada como rural, a 20 minutos da sede municipal. Está localizado em região de forte expansão urbana, sob inúmeras pressões de assentamentos irregulares, até agora timidamente contida pela administração municipal. Tem sido alvo de constantes intervenções por parte dos pesquisadores para que não seja irreversivelmente invadido e ocupado.

São José hoje é um bairro e possui escola municipal de Ensino Fundamental, uma Escola Estadual de Ensino Médio, uma igreja católica, duas igrejas evangélicas e um diminuto comércio. Seus 2000 habitantes são, na maior parte, trabalhadores urbanos e pequenos sitiantes. Há algumas chácaras e fazendas de gado *vacum* na mesma região que outrora fora grande produtora de laranjas, hoje em decadência.

Atualmente a região vive uma reestruturação na sua paisagem sociocultural. Diante das novas perspectivas de desenvolvimento industrial para todo o Leste Fluminense do Estado do Rio de Janeiro

com a construção do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro – COMPERJ (empreendimento da Petrobras, do Grupo Ultra e do BNDES), espera-se que haja um maior desenvolvimento regional, além da formação de um conjunto de alternativas econômicas com inserção de novos investimentos. O COMPERJ está sendo construído numa área de 45 milhões de metros quadrados no município de Itaboraí. Por sua dimensão, o COMPERJ certamente irá transformar o perfil socioeconômico da região de influência do empreendimento como o Parque Paleontológico São José de Itaboraí e seus bairros vizinhos, Cabuçu e Curuzu.

Atualmente projetos multidisciplinares e multiinstitucional estão sendo desenvolvidos visando a retomada da pesquisa básica e aplicada. Essa nova fase envolve a participação de alunos do Ensino Médio através do Projeto Jovens Talentos para a Ciência do consórcio CECIERJ-FAPERJ. Através dessa iniciativa busca-se sensibilizar os jovens para a importância da pesquisa científica estimulando o gosto da descoberta que as pesquisas nas três áreas de conhecimento presentes no Parque: geologia, paleontologia e arqueologia podem proporcionar.

Destarte, completam-se as ações voltadas para a preservação do Parque Paleontológico de São José de Itaboraí consolidando-o e trazendo a tão almejada sustentabilidade que permitirá que outras gerações venham a conhecê-lo e a desfrutar de suas potencialidades educativas, culturais e científicas que o torna um patrimônio singular.

REVISTA do INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO DE JANEIRO
ano 20, número 20, 2013



DOCUMENTOS

A POSSE DA PRIMEIRA CÂMARA DA VILA DE SÃO SALVADOR, CAMPOS DOS GOYTACAZES

*Larissa Manhães e Rafaela Machado*¹

As vilas são as primeiras instituições regulares da nossa evolução político-social, primeiros passos da Nação, células das Capitâneas, Províncias e do futuro Estado. Para que uma vila fosse de fato criada, era necessária a instituição de uma Câmara, que por estar próxima da população local, tinha a incumbência de regular e organizar a vida dos moradores de determinada localidade.

Em 1652, de acordo com Alberto Lamego², a capitania de São Tomé contava com um número de 70 moradores (livres), que sentiram a necessidade de uma maior organização e erigiram a Vila de São Salvador, o que significava ter um representante da Coroa na sua região, já que naquela época a comarca mais próxima era a de Cabo Frio, cuja Câmara Municipal estava distante para resolver as questões relativas ao cotidiano do interior da capitania. O pedido foi deferido pelo Ouvidor-Geral João Velho de Azevedo. Ao ver a petição deferida, foi feita no mesmo ano uma eleição para a Câmara que tomou posse em sua primeira sessão de 1º de janeiro de 1653, legitimando a criação da vila.

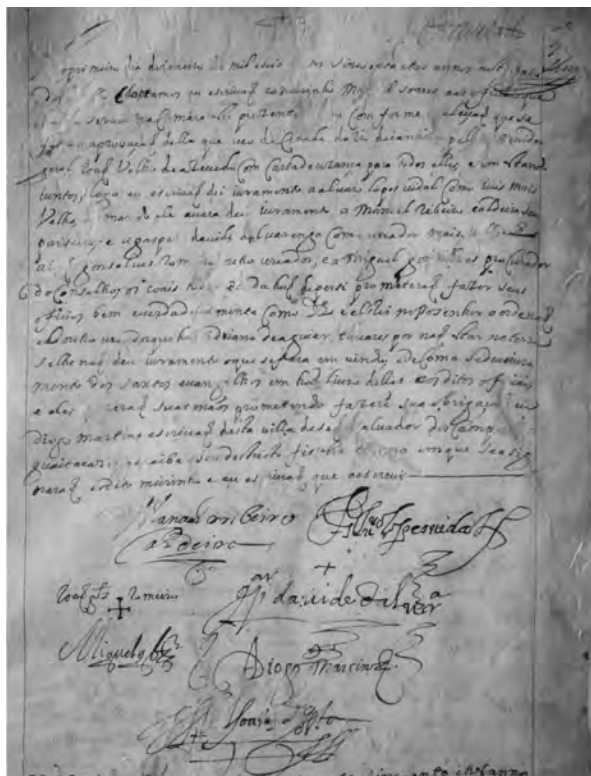
O documento a seguir consiste deste registro de posse dos vereadores da primeira câmara de Campos dos Goytacazes. O registro se encontra na folha noventa - pela numeração atual e folha vinte da numeração original - do Livro de Notas de 1649, que pertence ao fundo de Documentos da Administração Pública Municipal, no Arquivo

¹ Historiadoras do Arquivo Público Municipal Waldir Pinto de Carvalho, Campos dos Goytacazes, RJ.

² LAMEGO, Alberto. *Terra goytacá*, Bruxelas, L'Édition D'Art, 1913. vol. I, p. 91.

Público Municipal Waldir Pinto de Carvalho, da cidade de Campos dos Goytacazes.

A data de fundação da Vila de São Salvador era assunto de divergências entre historiadores e memorialistas da região, problema este que foi elucidado através da descoberta do referido documento. A elucidação deste documento através das técnicas de análise paleográfica trouxe luz às hipóteses já levantadas em pesquisas prévias, isto é, levando-se em consideração a posse dos vereadores da primeira câmara em 1653, Campos tem então 360 anos, e não os 178 anos que são comemorados. Atualmente, a data considerada como de surgimento da cidade ainda é a data de elevação da Vila à categoria de cidade – 28 de março de 1835. Esta é a data comemorada e de acordo com ela, a cidade teria apenas 178 anos. Além disso, a cidade de Campos, ainda na condição de vila, era um importante pólo econômico desde a atividade da criação de gado no século XVII aos engenhos de beneficiamento de cana-de-açúcar. Chegou inclusive a cogitar-se a possibilidade de Campos se tornar a capital do Estado do Rio de Janeiro. Portanto segue o documento e a sua transcrição.



Transcrição

[Francisco]

Ao primeiro dia de ianeiro de mil seis c[en]tos sincoenta e tres 20
annos nest[e] passo

90

do C[onse]lho [est]amos eu escrivão e o meirinho Ma[noe]l So-
ares aos oficiais que [h]ao de servir na C[a]mara ahi pr[es]ente Nunes
[????] Com forme a eleição que se fes, e a aprovação della que
veo da Cidade do Rio de ianeiro pello ouvidor Geral João Velho
de Azevedo Com Carta de uzança para todos elles, e em estan-
do iuntos, logo eu escrivão dei iuramento a alvaro Lopes Vidal
Como iuis mais Velho, e [to]mando ele avara deu iuramento a
Manoel Ribeiro caldeira seu parseiro, e a Gaspar davide dalva-
renga Como vereador mais Velho e a i[oão] gonsalves Romeiro

outro vereador; e a Miguel gon[çalv]es procurador do Conselho; os coais todos e cada hum depersi prometerão fazer seus officios bem e verdadeiramente Como DE[us] e El Rei nosso senhor o ordenarão e O outro ureador que he Adriano de aguiar Tavares por não estar na terra se lhe não deu iuramento o que se fará em vindo; e de Como se deu o iruramento dos Santos evangelhos em hũ livro delles aos ditos officiais e eles pozerão suas mãos prometendo fazerẽ sua obrigação eu diogo martins escrivão desta villa de S[ao] [S]alvador dos Campos dos quaitacazes e paraíba e seu districto fiz este termo em que se assignarão e o dito meirinho e eu escrivão que o escrevy.

Manoel Ribeiro Caldeira

Alvaro Lopes Vidal

João gonçalvez Romeiro

Joan davide dalvarenga

Miguel Gonçalvez

Diogo Martinz

Manoel Soares da Costa

REVISTA do INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO DE JANEIRO
ano 20, número 20, 2013



RESENHAS

ABREU, Maurício de Almeida. *Geografia Histórica do Rio de Janeiro – 1502-1700*. Andrea Jakobson Estúdio, 2010.

CASTELAR, Armando e VELOSO, Fernando.(org.) *Rio de Janeiro: um estado em transição*. Instituto Brasileiro de Economia, FGV, 2012.

RIO DE JANEIRO: os olhares no passado e no presente

*Roberto Schmidt de Almeida*¹

A ideia de resenhar essas duas obras surgiu, quando Paulo Knauss, presidente do IHGRJ, me passou o livro da FGV, perguntando se seria possível fazer uma análise dos temas ali apresentados. Após uma primeira leitura, lembrei-me da obra de Maurício de Almeida Abreu, que já nasceu clássica, e que foi seu derradeiro trabalho, após 15 anos de pesquisa (ele faleceu meses depois de seu lançamento em 2010). Nela estavam os pressupostos sobre as questões econômicas que se delinearam para o Rio de Janeiro, nos séculos XVI e XVII, e que agora, no século XXI, seriam objeto de análise da equipe do IBRE/FGV. Assim sendo, resolvi encarar o desafio de juntar as pontas desses cordéis econômicos que se distanciam 511 anos entre si. É óbvio, que os temas abordados em uma ou outra obra, se diferem muito, em virtude das mudanças tecnológicas que ocorreram nesse período abordado, mas, o que nos interessa primordialmente, é a verificação dos mecanismos de organização econômica e social que tiveram lugar nos espaços fluminense e carioca. Mecanismos esses, que foram ações governamentais e de agentes privados, que sempre estiveram vinculados em todas as etapas desses processos.

¹ Doutor em Geografia – Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro.

Um olhar no Passado

O Rio de Janeiro e sua economia entre 1502 e 1700.

O volume 1, Parte I “O Processo de Conquista” da obra de Abreu nos leva, do projeto francês de tentativa de colonização de uma parte do território português em meados do século XVI, até aos primórdios do estabelecimento lusitano no Rio de Janeiro, passando pela decisão real do estabelecimento de uma capitania vinculada diretamente ao rei de Portugal, para fazer frente às ameaças francesas, e pelo ato de fundação de uma cidade portuguesa nas margens da baía da Guanabara, com todos os seus processos logísticos e administrativos até a composição dos agentes econômicos que iriam desenvolver a capitania. As ações administrativas tomadas por Estácio de Sá e Mem de Sá garantiriam os espaços econômicos para as primeiras produções agrícolas visando à exportação, além do extrativismo do Pau-Brasil, que já era uma atividade econômica em franca expansão.

O capítulo 4 que explana o mecanismo de submissão do indígena para a consolidação do processo produtivo, nos mostra dois esquemas de “uso” compulsório dos indígenas nas tarefas de produção dos portugueses os “aldeamentos” e os “descimentos”. Os aldeamentos reuniam os indígenas em locais predeterminados pelos colonizadores, para fins de controle e para o uso dessa mão de obra na estrutura produtiva a ser organizada, principalmente nos engenhos de açúcar e na extração de madeira. Os “descimentos” deveriam ser os deslocamentos dos indígenas para áreas ou aldeamentos próximos dos portugueses, que, em princípio, os catequizariam e os defenderiam dos inimigos. Esses deslocamentos deveriam ser voluntários e acompanhados por Jesuítas que garantiriam sua segurança. É claro que esses termos restaram “letra morta”, e a realidade econômica dos séculos XVI e XVII no Rio de Janeiro mostrou um uso compulsório cada vez maior dos indígenas como mão de obra escrava. Processo que, acrescido das lutas entre indígenas e colonos e das doenças trazidas pelos europeus, findaram por exaurir essa população autóctone e biologicamente frágil, o que pode ser constatado pelas pesquisas de Abreu no início do século XVIII.

Na Parte II, Abreu comenta o método de apropriação do território fluminense e a estruturação da sociedade colonial e de suas estratégias econômicas em consonância com as diretrizes portuguesas ditadas pela Coroa. As ações de doação de sesmarias urbanas e rurais se estruturaram com objetivo de garantir uma produção de matérias primas para a exportação, além de garantirem a subsistência da população local. Abreu alude às duas grandes categorias de produtores que se estabeleceram no Rio de Janeiro: os religiosos e os conquistadores de primeira hora, geralmente nobres e militares e seus parentes, vindos de Portugal para se estabelecerem nessas terras, mas também de plebeus com algum conhecimento técnico ou administrativo (mesmo escravos), que, mais tarde foram denominados de “Nobreza da Terra”. Os religiosos tenderam a se estabelecerem nas sesmarias urbanas, principalmente os Beneditinos e os Carmelitas, mas algumas ordens também conquistaram espaços rurais de grande porte, com gerenciamento de estruturas produtivas de grande envergadura, principalmente engenhos para fabricação de açúcar, como os Jesuítas, que possuíram uma grande extensão de terras e engenhos produtivos, até sua expulsão, no século XVIII, ordenada pelo Marques de Pombal.

Outras atividades extrativas como a obtenção de barro para as olarias e a curtição de couros de animais foram também atividades que ocuparam os habitantes do Rio de Janeiro nos primeiros tempos de sua formação. No contexto urbano, Abreu nos mostra as primeiras organizações profissionais que se estruturaram no Rio de Janeiro, copiando a legislação portuguesa. A ênfase foi dada aos ofícios mecânicos, artesãos de diferentes especializações se estabeleceram com os primeiros donatários e ordens religiosas. Um ponto interessante da pesquisa de Abreu foi a constatação de que se deveria “burlar” determinadas determinações legais para que se pudesse organizar minimamente a cidade. Apesar de serem vedados aos oficiais mecânicos alguns cargos da alta administração urbana, o Governador Geral Mem de Sá em 1568, nomeou um sapateiro como escrivão da cidade e justificou seu ato, considerando o artesão a pessoa mais capacitada para o cargo naquele momento. Abreu também fez um detalhado levantamento dos profissionais que organizavam suas estruturas de controle de suas atividades no século XVII (pgs. 390 e 392). Outro ponto a destacar,

foi a análise da atividade dos ourives, que apesar das restrições legais determinadas pela Corte, foi uma das que mais se ampliou no final do século XVII, com a descoberta do ouro nas Gerais.

Na visão de Abreu, outro grande grupo começou a se estabelecer no sistema econômico do Rio de Janeiro foram os comerciantes atacadistas e os chamados Homens de Negócios. Grupo, que em conjunto com os da “Nobreza da Terra” (alguns deles pertencentes aos dois grupos concomitantemente), comandaram as atividades econômicas do Rio de Janeiro e a conduziram à futura condição de capital do Brasil em 1763. Desse grupo, um assunto que levou Abreu a debruçar-se mais detalhadamente foram os chamados “cristãos-novos” ou “marranos”, como eram denominados os judeus que haviam assumido compulsoriamente a religião católica em Portugal, inclusive trocando de nomes, em virtude da Inquisição. As relações fortes entre o comércio e as atividades financeiras no Rio de Janeiro moldaram um grupo coeso de famílias “cristãos-novas”, que no século XVIII virão ser motivo de perseguições religiosas inquisitoriais.

No volume 2, Parte 3 Abreu desenvolve as relações entre o Rio de Janeiro e o comércio internacional e aí retrata os esforços dos homens de negócios, produtores rurais, governantes, religiosos na estruturação de ligações comerciais, tanto com Portugal, quanto com as economias espanholas no Rio da Prata, estruturadas em função da mineração da prata de Potosi, e do consequente aumento do contrabando nas praças portuárias que faziam o comércio na região, como Buenos Aires.

Para Abreu, as dificuldades de ampliação do comércio de cabotagem e de longo curso (problemas de navegação, distancia, incipiente frota mercante, etc.) foram se solucionando aos poucos, e o comércio com a nascente Buenos Aires, foi um dos incentivos à ampliação da produção fluminense. Ademais, também se amplia o comércio com a África, com a reconquista de Angola aos Holandeses, abrindo assim um leque de opções de relações comerciais com os reinos africanos. É importante notar que o comércio de escravos africanos começava a se ampliar, em virtude do declínio do uso de mão

de obra indígena, característico dos primeiros tempos. O crescimento da produção de açúcar, que se espalhava além dos limites da cidade e alcançava as terras do que se convencionou chamar de “Baixada Fluminense”. Paradoxalmente, o que não se desenvolve a contento, levando-se em conta a ampliação da rede comercial de cabotagem e de longo curso, foi a construção naval, que somente se deslancha no século seguinte com a inauguração do Arsenal de Marinha.

Essa é apenas uma visão bem superficial do imenso e detalhado trabalho de pesquisa realizada por Maurício Abreu, num período de 15 anos, que culminou com uma das mais fidedignas análises do Rio de Janeiro de seus primeiros tempos.

Um Olhar no Presente

O Rio de Janeiro e sua economia no Século XXI

A coletânea de textos de pesquisadores publicada pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas nos traz à nossa realidade econômica dos dez primeiros anos do século XXI, bem diferente das incipientes atividades descritas por Maurício Abreu nos séculos XVI e XVII, mas com alguns pontos em comum, a posição portuária ainda em destaque, o açúcar no Norte Fluminense ainda marca presença no estado, não mais com a importância que teve em tempos passados. Por outro lado, o café que estruturou a economia do Rio de Janeiro no século XIX, não aparece mais nas análises. E o extrativismo, que fez a riqueza e o poder da cidade no século XVIII, com o ouro de Minas Gerais, que era exportado exclusivamente pelo porto do Rio de Janeiro, foi substituído no século XX pelo ferro, carvão e outros minérios, também vindos de outros lugares (o ferro de Minas continua com a dobradinha) para a fabricação do aço em Volta Redonda e, finalmente, pelo petróleo, agora encontrado na costa fluminense.

Uma boa comparação com as análises de Abreu pode ser operada pelo setor serviços, que tem no comércio e suas ramificações financeiras e logísticas um ponto de contato entre os séculos XVII e o XXI. Elas continuam sendo cruciais na atuação de uma cidade portuária como o Rio de Janeiro, ontem e hoje.

O Instituto Brasileiro de Economia da FGV convocou 27 pesquisadores para dar uma visão do Rio de Janeiro na primeira década do século XXI em 17 textos, e apresentou esse livro prefaciado pelo ex-ministro Marcílio Marques Moreira, prefácio este, que dá uma ótima visão do que nos traz o livro.

A obra está dividida em três grandes partes: a primeira analisando a economia, a segunda tratando das instituições políticas e de gestão fiscal, e a terceira enfocando as questões sociais.

No segmento econômico o artigo de Regis Bonelli e Fernando Veloso traça a evolução econômica do RJ e analisa com detalhe o forte incremento dado à economia fluminense pelo setor petrolífero e a ampliação ainda maior do setor serviços.

Sob o título de “Características dos ciclos econômicos do estado do Rio de Janeiro” Aluísio Campelo Jr., Sarah Piasi M. Lima e Hilton H. Notini apresentam um estudo sobre os recentes ciclos econômicos por que passou o RJ e os compara com outras unidades de federação, com ênfase nos estados do sudeste. Fica caracterizado o peso do setor petróleo de gás nos últimos estágios desses ciclos.

A análise de Maurício Canêdo Pinheiro trata especificamente do setor petrolífero mostrando o assunto pela visão de um economista analisando a produtividade dos setores econômicos do estado e comparando-os e mostrando estatisticamente o enorme poder do setor na economia fluminense.

A Agroindústria fluminense é o alvo do trabalho de Mauro Rezende Lopes, Ignaez Vidigal Lopes, Daniela de Paula Rocha e Rafael de Castro Bonfim, que mostram as principais características estruturais da agroindústria do estado, e analisam os principais componentes do setor, como área, força de trabalho, insumos, tecnologia empregada etc. Tratam também dos tipos de lavouras (permanentes e temporárias) e estudam suas características, técnicas e de rendimento e produtividade, além de questões ligadas a capacitação da força de trabalho e a falta de gestão mais qualificada que resultam numa fraca sinergia entre os setores.

O setor de exportação é focalizado por Lia Valls Pereira que explana a transformação sofrida nas pautas de exportação do RJ em virtude do poder do setor de petróleo e gás e fala numa “maldição dos recursos naturais” que vincula perigosamente a economia a um só setor dependente dos recursos naturais finitos. Focaliza também outros segmentos de bens e serviços com bom potencial de exportação, inclusive os vinculados indiretamente à cadeia do petróleo e gás.

Armando Castelar Pinheiro trata do setor financeiro do RJ e mostra um painel evolutivo das principais serviços financeiros, suas vinculações com os diversos setores produtivos e analisa o futuro dos diversos segmentos financeiros que poderão garantir o desenvolvimento do RJ.

As pequenas e médias empresas são o objeto de análise de Adriana Fontes e Valéria Pero, que fazem uma investigação nos mecanismos institucionais que facilitam ou dificultam o surgimento e a permanência na economia dessas empresas. Questões como formalização, treinamento gerencial, ambiente de negócios são os principais pontos tocados pelas autoras.

Fernando de Holanda Barbosa Filho trabalha com o mercado de trabalho e mostra sua evolução nos últimos dez anos, focalizando questões como escolaridade, qualificação e expansão do setor no segmento petróleo e gás.

A “Economia Verde” é o tema que Suzana Kahn Ribeiro aborda para nos mostrar as diferentes possibilidades de mensuração desse segmento e apresenta as possibilidades que o RJ tem adotado para assegurar um modelo de sustentabilidade para o estado.

No segmento das instituições políticas e de gestão fiscal, o artigo de Carlos Pereira e Maurício Carlos Ribeiro trata de explicar a questão da convergência de interesses ou sinergia nas relações entre as instancias de governo teve papel positivo nas realizações administrativas e de gestão. Para os autores o mecanismo de “*checks & balances*” (*freios e contrapesos*) é um fator importantíssimo na composição das ações de governo, pois permite um controle sobre os agentes públicos

evitando desvios de decisões e delimitando com segurança o poder de cada agente. Eles exemplificaram com o processo de criação das Unidades de Polícia Pacificadoras (UPPs), relações entre o Executivo e o Tribunal de Contas do Estado, as relações entre Estado e Município do Rio de Janeiro e outras como sendo o processo para a melhora do desempenho das políticas públicas no RJ e seus parceiros.

O texto de Joana C. M. Monteiro sob o título “A riqueza mineral é o passaporte para o futuro? A experiência dos municípios beneficiados com *royalties* do petróleo” expõe uma dura realidade quanto aos verdadeiros benefícios dos *royalties* advindos da exploração petrolífera nos municípios beneficiados. A legislação política/eleitoral é o principal entrave na manutenção de prefeitos incompetentes e/ou corruptos e aliados à uma fraca estrutura de fiscalização, fazem com que os benefícios advindos do petróleo não cheguem à população em forma de melhoria dos bens públicos e dos serviços essenciais.

A análise de Samuel Pessoa e Fernando de Holanda Barbosa Filho mostra como deveria ser gerida, em termos fiscais, a renda do petróleo pelo governo do RJ, objetivando uma maximização dos benefícios e fazem uma verificação se esses pressupostos estão sendo seguidos pelos governos do RJ.

Mansueto Almeida e Alexandre Manoel examinam a evolução das contas fiscais do RJ, mostrando as relações entre as instâncias governamentais, principalmente as da instância federal com o RJ. Analisaram as políticas de ajuste fiscal coordenadas pelo governo federal após o Plano Real, verificaram alguns itens de receita e despesa no RJ comparando as com alguns estados do Sudeste, detalham as contas fiscais de um período específico (2007 a 2011) e fazem uma comparação de estruturas de gastos entre o RJ e o Governo Federal.

No segmento Aspectos Sociais são analisadas alguns resultados de ações sociais que foram implementadas em diferentes níveis para a população do RJ.

Rodrigo Leandro de Moura enfoca a questão dos retornos da educação investigando a taxa interna de retorno no RJ e avaliando sua

evolução por cada segmento específico: ensino fundamental, ensino médio, ensino profissionalizante, ensino superior e pós-graduação. Discute também problemas metodológicos que podem afetar a taxa interna de retorno na educação.

Sergio Guimarães Ferreira e Maína Celidonio tratam da avaliação do acesso a serviços públicos e níveis de informalidade nas favelas cariocas investigando bases de dados gerados pelas pesquisas domiciliares e de estabelecimentos realizadas em anos recentes. Questões como definições sobre o que é ou não é favela, habitação, acesso à saúde e segurança. Além da definição correta sobre os diferentes níveis de informalidade, tanto empresarial, quanto pessoa física. Energia, água, telefone, impostos etc.

O artigo de Leandro Piquet Carneiro trata do processo de pacificação ocorrido em algumas favelas cariocas, explorando o mecanismo de formação das UPPs e seus resultados na psique da sociedade carioca e analisando algumas estatísticas que trataram dos fatos.

Finalmente Marcelo Neri aborda o que ele chamou de novo federalismo social, isto é, as ações da instância federal em vinculação com os estados visando a uma melhora dos indicadores sociais como saúde, educação e renda. Na segunda parte de seu trabalho Neri enfoca o RJ e especialmente do município do Rio de Janeiro avaliando os dados sobre alguns indicadores de demonstram uma melhoria dos avaliados.

Conclusões

A análise dos dois títulos mostrou a grande evolução por que passou o Rio de Janeiro nesses 511 anos. De uma terra em que a cultura da cana era o principal esteio econômico, para um período em que o petróleo e o gás natural são as forças econômicas. De um período em que os indígenas, e depois os africanos eram os “não cidadãos”, encarados apenas como instrumentos de trabalho, para um tempo em que “pobre, preto e favelado” ainda é um “título” a ser extirpado de nossos vocabulários.

REVISTA do INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO DE JANEIRO
ano 20, número 20, 2013



**INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO
DO RIO DE JANEIRO**

DISCURSO DE POSSE DE DIRETORIA

08-III-2012

Paulo Knauss¹

Prezada Profa. Neusa Fernandes, vice-presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro,

Prezados confrades do IHGRJ,

Prezados amigos e amigas do IHGRJ,

Senhoras e Senhoras,

Em primeiro lugar, gostaria de manifestar, em nome de todos dos colegas de Diretoria, Conselho Fiscal e Comissões Especiais, nossa gratidão pela confiança que em nós foi depositada pelos confrades do IHGRJ. Assumimos a missão de dirigir nosso instituto, imbuídos da responsabilidade de enfrentar o desafio de liderar a continuidade de sua missão institucional em promover o estudo da história, da geografia e do patrimônio cultural carioca e fluminense, da cidade e do estado do Rio de Janeiro anunciado desde 1957, ano de sua criação.

Neste instante, não posso, porém, deixar de homenagear a Dra. Cybelle de Ipanema, que por razões de força maior não pode estar presente nesta solenidade. Mesmo assim, gostaria de manifestar meu reconhecimento e agradecimento à nossa presidente até esta data, por ter conduzido nosso Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro (IHGRJ) nestes últimos anos, mantendo viva a chama deste círculo acadêmico, fazendo da cidade e do estado do Rio de Janeiro

¹ Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro.

motivo de estudo e pesquisa, mas igualmente de cultivo da cultura local e regional em sua diversidade, tal como fizeram seus antecessores. Quis o destino, que a data desta solenidade coincide-se com a data do Dia Internacional da Mulher. A feliz coincidência, permite também por meio da profa. Cybelle e da presidente desta sessão, Profa. Neusa Fernandes, homenagear também todas as mulheres presentes. Certamente, esse legado torna o nosso desafio ainda maior, pois significa que teremos pela frente, junto com os companheiros de Diretoria, Conselho Fiscal e Comissões Especiais que conduzir este instituto fiel à memória feminina. Muitos acreditam que a alma do Rio de Janeiro é feminina, dominada pelas curvas do horizonte, a sinuosidade das montanhas, a vaidade da paisagem que gosta de se fazer olhar, pela presença da passista do samba e sem esquecer do mito da Garota de Ipanema – isso pode facilitar nossa tarefa, pois afinal como habitantes da terra já estamos acostumados com estes atributos.

Ao longo de sua trajetória, o IHGRJ assumiu uma tarefa singular de se constituir em casa da memória da cidade e do estado do Rio de Janeiro, fórmula original entre as agremiações similares. Não há como deixar de reconhecer que essa originalidade é fruto também da história peculiar de nossa cidade e do nosso estado – da cidade que foi capital federal, da cidade que se transformou em estado da Guanabara, do antigo estado do Rio de Janeiro que constituiu a nova unidade federativa criada pela fusão de dois antigos estados dando origem ao novo e atual estado do Rio de Janeiro. Assim, o instituto que nasceu dedicado à memória da cidade, terminou tendo que assumir a tarefa de dedicar-se a uma memória da cidade-estado, para então ser conduzido a demarcar seu foco em torno do novo estado. Esse percurso fez do IHGRJ não apenas uma instituição acadêmica original, mas afirma uma tarefa ousada de lidar com a dimensão local e regional da história e da geografia ao mesmo tempo. Do ponto de vista intelectual, nosso Instituto é fortalecido pela sua capacidade de conjugar o carioca e o fluminense, reunindo-os na mesma casa. Este projeto faz desta casa uma instituição contemporânea e faz da sua missão uma tarefa mais do que atual.

Desde os tempos de Nilo Peçanha, na época da Primeira República, que a política fluminense esteve pautada pela inserção na ordem nacional. O que dizer então da cidade que imbuída da sua capitalidade sempre marcou presença na cena política brasileira, resumida na caracterização de “tambor de ressonância do Brasil”, considerando que aquilo que é dito aqui repercute por todo o país. Outra expressão comum é a de que o Rio é a síntese do Brasil. A cultura do Rio de Janeiro também acompanha essa tendência em se nacionalizar. Disso decorre a dificuldade de reconhecermos intelectuais, literatos ou artistas como representantes da expressão local e regional – para mencionar apenas o exemplo de Antonio Parreiras e Oliveira Viana, Euclides da Cunha e Casimiro de Abreu, cujas memórias são promovidas por instituições públicas estaduais, que enfrentam o desafio de valorizar a inserção social local e regional destes personagens de destaque, mas cuja obra tem um significado que pouco se refere ao seu lugar de origem e mais do que isso que se tornou símbolo da promoção da nação e suas grandes questões.

Esse mesmo dilema se coloca de modo geral para os que se dedicam à história e a geografia do estado e da cidade do Rio de Janeiro, pois em sendo local ou regional sempre tende a se afirmar como nacional. A historiografia do Rio de Janeiro é plena desses exemplos, começando pelo fato de que temas importantes da história da cidade e do estado sempre foram tratados no Instituto Histórico e Geográfico do Brasil – nosso estimado IHGB. Vieira Fazenda, um dos maiores nomes da historiografia carioca, era bibliotecário do IHGB e seus escritos tinham como espaço de publicação principal a Revista do IHGB. Do mesmo modo, a historiografia do patrimônio cultural do Rio de Janeiro não conseguiu produzir obras de afirmação da particularidade do acervo carioca ou fluminense, como no caso de Minas Gerais ou de São Paulo, caracterizando uma expressão regionalista. Ao contrário, o que se produziu de modo recorrente foram interpretações gerais da arquitetura religiosa colonial no Brasil, relacionando edificações do Rio de Janeiro com outros exemplos do país e até mesmo da Europa. No magnífico livro erudito de sobre a Igreja da Ordem Terceira de São Francisco da Penitência do Rio de Janeiro de Mario Barata, nosso confrade saudoso, por exemplo, apresenta a conclusão conduz a afirmar

a caracterização de seu vínculo com o contexto geral da arquitetura luso-brasileira, como se não houvesse hipótese de explorar um quadro de relações particulares que pudesse esclarecer porque a arquitetura do Rio de Janeiro em sendo luso-brasileira revelava um processo histórico de construção de formas arquitetônicas próprias – o que foi enfrentado por Sandra Alvim em outra obra muitos anos depois. Outra dimensão desse dilema se reflete em nossos arquivos públicos, pois é no Arquivo Nacional que encontramos os documentos da história da capitania do Rio de Janeiro; é no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro que encontramos os documentos da história do processo da Independência do Brasil; é no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro que encontramos os documentos históricos da polícia política do Brasil – o que exemplifica a dificuldade de se afirmar o que é local, regional e nacional a partir do Rio de Janeiro.

Carlos Lessa definiu, a certa altura, que o Rio sofria da dificuldade de ser bairrista. Dito de outro modo, trata-se da questão de como enfrentar as próprias qualidades e mazelas por sua própria medida e horizonte e para si próprio. Mauro Osório, em seus diversos estudos, retornou a esta questão chamando atenção para aspectos que demonstram que essa perspectiva nacional de pensar o Rio de Janeiro, nos dias de hoje, cria mais problemas que soluções. Acrescente-se a isso a tarefa de reposicionar a capital na ordem estadual, depois da fusão, fato de poderosas consequências. No plano simbólico, o Pão de Açúcar como montanha símbolo da capital rivaliza com o Dedo de Deus, o pico da Serra dos Órgãos que se constitui em emblema estadual inscrito no pavilhão e no brasão oficial. Hoje, mais do que nunca, diante do fato de que demograficamente e economicamente a capital perde sua hegemonia no estado, impõe-se a necessidade de se olhar de modo renovado a posição social do Rio de Janeiro.

Esta é a atualidade da missão do nosso Instituto do Rio de Janeiro: como fazer da memória carioca e fluminense motivo para rever lugares comuns sobre a história e a geografia local e regional da nossa capital e do nosso estado dialogando com os desafios do presente.

A partir dessa mirada é que defendemos que no próximo biênio nossa instituição acadêmica continue fortalecendo suas atividades regulares e iniciativas especiais no sentido de afirmar sua presença na esfera pública em favor da promoção do patrimônio cultural carioca e fluminense.

No contexto atual, a perspectiva das comemorações dos 450 anos da fundação da cidade do Rio de Janeiro, no ano de 2015, apresenta-se como oportunidade para animar a vida intelectual do IHGRJ e contribuir para a renovação de enfoques e abordagens do pensamento sobre os rumos da sociedade carioca e fluminense diante do seu tempo histórico e de seu espaço construído. Consideramos importante garantir a inserção institucional do IHGRJ no processo de mobilização em torno da efeméride dos 450 anos da cidade do Rio de Janeiro e que representa também marco decisivo do processo histórico de construção da antiga capitania do Rio de Janeiro, origem do atual estado fluminense. Essa oportunidade deve ser tratada no sentido de afirmar a atualidade da missão do nosso Instituto.

A partir dessa orientação, devemos defender que as atividades do IHGRJ sejam inspiradas por essa pauta geral, animando o diálogo e a boa convivência entre os sócios, mas igualmente servindo para construir relações institucionais, de modo a inserir o Instituto num campo ampliado de ações sociais e políticas públicas.

A historiografia sobre a fundação da cidade do Rio de Janeiro é recheada de polêmicas pontuais. Uma sempre recorrente é sobre o local da fundação da cidade do Rio de Janeiro e que opôs as teses do arquiteto Afonso Morales de los Rios e do bibliotecário Vieira Fazenda. Pode-se considerar que, do ponto de vista dos historiadores, a questão se resolve durante o Primeiro Congresso de História Nacional, promovido pelo Instituto Histórico e Geográfico e Brasileiro (IHGB), realizado na cidade do Rio de Janeiro em setembro de 1914. Seguindo deliberação do Congresso foi inaugurado na Urca o monumento comemorativo de fundação da cidade em 20 de janeiro de 1916, fixando o lugar do ato de fundação da cidade. Mesmo assim, não se pode desprezar o fato de que nos documentos de época, como

nos famosos *Instrumentos do governador Mem de Sá*, fica explícito que o sítio edificado por Estácio de Sá na área da atual Urca não era mais que para se defender em tempo de guerra. Sendo assim, pode-se considerar que a cidade surge efetivamente no Morro do Castelo, localização que foi escolhida por ser a mais adequado para estabelecer a cidade. Nessa polêmica, não posso deixar de incluir ainda a referência às pesquisas de Vasco Mariz sobre a França Antártica que defende que o Rio de Janeiro, como Buenos Aires teria duas fundações, relacionando ainda a referência francesa de Henriville, o que nos remeteria à foz do Rio Carioca.

Outra questão que sempre insiste é sobre a data da fundação da cidade. Nas páginas dos jornais se pode acompanhar a confusão que se instala em torno do 20 de janeiro e do 1º de março. É na página de *O Globo* de 2 de março de 1957 que se lê que pela primeira vez se comemorava o aniversário da cidade na data de 1º de março, sublinhando que a data sempre era comemorada em 20 de janeiro, data do padroeiro. Essa data surge não apenas como data do estabelecimento português no Morro do Cara de Cão, mas igualmente como data do estabelecimento da cidade no Morro do Castelo, como indica a efeméride de Antenor Nascentes, por exemplo. O que cabe sublinhar é que a confusão de datas ressalta o fato de que a fundação da cidade não é produto de um ato isolado, mas construção de um processo de afirmação do domínio colonial lusitano na América. O fato é que a expedição de Estácio de Sá parte das terras de São Vicente, da Ilha de São Sebastião, em janeiro de 1565, próximo à data de São Sebastião. Desde o início, quando a expedição saiu originalmente de Salvador da Bahia, tinha por patrono São Sebastião, pois iniciara sua jornada no dia do santo em 1564, indo para São Vicente onde realmente se armou para ir estabelecer o domínio português na área da baía de Guanabara. Sobre o desembarque dos portugueses na região do atual bairro da Urca é comum a crônica se referir a princípios de março, mas convencionou-se assumir a referência do padre José de Anchieta e de frei Vicente do Salvador que registram a data de 1º de março, fixando assim o primeiro estabelecimento junto ao Cara de Cão, o Pão de Açúcar e o morro da Urca.

Tendo em vista estas referências, gostaria de dedicar um pouco de atenção a alguns documentos de época relativos á história da cidade do Rio de Janeiro e interrogar o sentido da fundação da cidade, ou mais precisamente o sentido do termo fundação.

Recorro, inicialmente, a um dos textos básicos sobre o movimento de afirmação da presença portuguesa na área da capitania: a *Carta da Baía de 1565*, redigida pelo jesuíta José de Anchieta – tida por alguns como a “certidão de nascimento” da cidade do Rio de Janeiro. Esse documento de época, rico em informações, descreve os acontecimentos, sem, no entanto, usar a palavra *fundação* ou qualquer derivado verbal. Os enunciados que se apresentam são: *povoação* e *povoar*. Nesse sentido, o processo histórico de fixação da presença de portugueses na área é definido como *ação de povoamento* e, por decorrência, o logradouro de assentamento dos habitantes é definido como *povoação*.

Outro documento significativo para o tratamento do advento histórico da cidade do Rio de Janeiro é o *Instrumento dos Serviços...*, de Mem de Sá, datado de 1570, prestando conta dos seus atos de Governador-Geral. Aqui cito: “(...) escolhi um sítio que parecia mais conveniente para edificar nele a cidade de São Sebastião (...)”. Com essa passagem, quero destacar o verbo a que recorre o líder da ação portuguesa na área, ou seja, *edificar*. Ao lado desses dois textos, destaco, ainda, o *Tratado Descritivo do Brasil*, de 1587, de autoria de Gabriel Soares de Souza, em que surgem os dois enunciados indicados até aqui: *povoar* e *edificar*, ajuntando, ainda, o de *assentar*, sempre em referência à cidade e a sua fortificação.

Nessas referências, o enunciado fundamental que caracteriza a ação de fixar contingentes lusitanos na área compõe-se da seguinte tríade: *povoar-edificar-assentar*. É preciso salientar, porém, o fato de que o depoimento de Gabriel Soares de Souza não é um testemunho, ao contrário dos outros documentos citados.

Para não incorrer no perigo de simplificar as coisas, destaco que mesmo nos relatos de época as palavras também percorrem um movimento. O mesmo Anchieta que vimos destacar o ato de “povoar”,

em sua *Informação da Província do Brasil*, que constitui uma espécie de relato descritivo datado de 1585, refere-se à cidade de São Sebastião da seguinte forma: “É cidade intitulada de S. Sebastião, que *fundou* (grifo nosso) el-rei D. Sebastião, de boa memória (...)”. Paradoxalmente, ao recordar os fatos que vivenciou pessoalmente, o jesuíta faz usa do verbo *fundar* e cujo sujeito é um rei que não esteve presente aos acontecimentos e que no momento do registro, o ano de 1585, já não estava mais vivo. É como se o tema da *fundação* estivesse relacionado com a lembrança dos fatos, diferenciando-se do tratamento do registro da experiência vivenciada – caracterizando o movimento percorrido entre o *testemunho* e a *memória*.

Curiosamente, o tratamento memorialístico dado por Anchieta se repete na obra de frei Vicente do Salvador, de 1627, quando em sua *História do Brasil*, no título do capítulo XII, do livro terceiro se refere “de como o governador Mem de Sá tornou ao Rio de Janeiro e *fundou* (grifo nosso) nele a cidade de São Sebastião (...)”. Ao longo do texto, frei Vicente repete outras vezes a utilização do verbo *fundar* à maneira de Anchieta.² De toda maneira, nos dois textos em que se revela, não o testemunho, mas a atitude memorialística, a relação construída com a caracterização dos acontecimentos, está associada ao ato de *fundação da cidade* – contrastando com a atitude do testemunho que baseia a caracterização pelo enunciado de *povoar-edificar-assentar*.

Complementarmente, Rocha Pita, na *História da América Portuguesa*, do início do século XVIII, destaca, em seu livro terceiro, a atuação (“passagens”, segundo o texto) do governador Mem de Sá, pelo Rio de Janeiro, salientando a vitória sobre os franceses. O autor

² Fazendo uma única concessão, no trecho em que diz: “(...) escolheu o governador sitio acomodado ao edificio de uma nova cidade (...)”. Ai vemos surgir o enunciado dos testemunhos, por mais que não seja essa a postura predominante no conjunto do texto, mas a exceção à regra. De qualquer forma, cabe destacar o fato de que frei Vicente do Salvador viveu no Rio de Janeiro na virada do século XVI para o XVII, sem, no entanto, que tenha vivenciado os primeiros momentos da fixação de portugueses na região da cidade, mas, por certo, conviveu com o testemunho oral de habitantes originais, fazendo com que sua obra tenha guardado a memória contemporânea dos acontecimentos.

pouco enfatiza o estabelecimento do núcleo urbano. Contudo, ao tratar o fato, prefere o uso do termo *fundar* – de acordo com o tom de memória da sua obra, de inspiração classicista, acompanhando os outros autores destacados anteriormente.

Ainda no terreno específico da historiografia, o mesmo tratamento caracteriza o texto de Monsenhor Pizarro & Araújo, autor da primeira obra dedicada especificamente ao Rio de Janeiro. Já em seu título, *Memórias Históricas do Rio de Janeiro*, desperta o espírito memorialístico que motivou a escritura, publicada em 1820. Pizarro & Araújo se vale aí, também, do mesmo verbo *fundar* para referir-se ao estabelecimento da cidade. Idêntico tratamento do evento vai se evidenciar, ainda, em *Annaes do Rio de Janeiro*, de autoria de Balthasar da Silva Lisboa, editado em 1834. Ao debruçar-se sobre a história da presença portuguesa na região da baía de Guanabara, o ex-Presidente da Câmara da Cidade, vai recorrer, igualmente, ao verbo *fundar*, reafirmando assim o tema da *fundação da cidade*. É preciso frisar que as duas obras – de Pizarro & Araújo e a de Silva Lisboa – são as duas maiores crônicas históricas da cidade do Rio de Janeiro e sua região, sendo que ambas, apesar de suas diferenças de concepção, convergem para a consagração da temática da *fundação*.

Finalmente, na virada do século XIX para o século XX, quando a querela historiográfica do local da fundação da cidade foi resolvida com a inauguração do *Marco Comemorativo da Fundação da Cidade*, como ato oficial, apoiado pela municipalidade e incentivado pelos membros do IHGB. Na ocasião foi lavrada uma ata, acompanhando a ocasião com uma conferência de José Vieira Fazenda afirmando o tratamento, a partir da idéia de “primitiva fundação portuguesa desta cidade”.

Verificamos, portanto, que ao tratar o passado, a historiografia vai reelaborar os termos dos documentos históricos mais antigos para fixar o termo usado pela produção de memória - *fundação da cidade*. O interesse nessa ocasião – para ir caminhando para conclusão do argumento – é que o conceito de fundação é um conceito da ordem da memória, que se sustenta em base afetiva e sacralizadora – e que

permitiu a José de Anchieta fazer do rei de Portugal, que nem se encontrava no palco do processo histórico da baía de Guanabara, um sujeito decisivo dos acontecimentos – margeando o terreno do mito.

Assim, essa digressão em torno de documentos históricos e da afirmação do conceito de fundação na historiografia da cidade, permite considerar que o pretexto de reunir nosso Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro em torno das comemorações dos 450 anos da fundação da cidade do Rio de Janeiro, e porque não dizer da capitania do Rio de Janeiro como seu corolário, representa, na verdade, uma tarefa de investigação sobre a história da memória, provocando uma situação em que a memória transporta a história, como discurso crítico e sistemático, ao mesmo tempo, que a história transporta a memória, ao promover o estudo da memória conduzindo sua atualização com as demandas e expectativas da sociedade dos nossos tempos.

Para concluir de fato, alguns sabem da minha fantasia de reviver nos 450 anos uma iniciativa dos festejos do 4º centenário em 1965, concebida por Marcelo de Ipanema, que resultou no lançamento por avião sob as praias da Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro, de um libreto com pequeno resumo da história da cidade. A distribuição se fez por pequenos paraquedas que permitiam que, em condições seguras, as informações históricas fossem compartilhadas em larga escala com os habitantes da cidade que viam a História cair do céu. A curiosidade era inevitável. O inusitado atraiu atenção. O que seria reviver essa experiência em 2015? O que resultaria da comparação, fazer da memória da cidade pretexto de celebração das formas de se comemorar na cidade? Seguramente, os fatos da história narrados seriam os mesmos, mas a mobilização da memória seria muito diferente. Sinal dos tempos do viver o Rio de Janeiro. É o desafio que propomos ao nosso IHGRJ.

Muito obrigado!

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES ANO DE 2012



A TRANSIÇÃO PARA A AUTONOMIA ADMINISTRATIVA

O Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro, no ano de 2012, sofreu uma grande mudança, no que se referiu a sua autonomia administrativa, em virtude do afastamento da Professora Cybelle de Ipanema, do cargo de Presidente do IHGRJ, após 12 anos de direção, e da posse do Professor Paulo Knauss no mesmo posto. A Professora Cybelle era, e é a Primeira Secretária do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e acumulava a Presidência do IHGRJ. Por conta disso, suas atuações de rotina nessas duas instituições ocorriam sempre no décimo andar do prédio do IHGB, tendo como suporte administrativo o staff do IHGB.

Quando de seu afastamento, e da subsequente posse do novo presidente, o IHGRJ passou a ocupar, efetivamente, a sala do 12º e percebeu-se a carência de equipamentos e de pessoal para a condução da instituição que, de agora em diante, não mais teria o apoio rotineiro do IHGB. A primeira providência foi a compra de um computador de mesa, para ser acoplado à impressora que já havia sido adquirida na gestão anterior. A segunda ação foi trabalhada em conjunto com a diretoria do Colégio Brasileiro de Genealogia, com o qual dividimos a sala do 12º. A aquisição de uma linha telefônica e de um serviço de acesso à rede internet (Oi Velox), que partilhamos as despesas mensais de uso.

Nossas ligações com o CBG se estreitaram sobremaneira, já no ano de 2012, através de algumas ações compartilhadas, como atividades de campo (sessões itinerantes) e reciprocidade na presença das sessões ordinárias ou solenidades de cada instituição. Para 2013 já estão em projeto atividades conjuntas em termos de seminários ou palestras que atenderão os objetivos das duas entidades.

Outro ponto importante foi a iniciação do processo de organização de nossa biblioteca, levado a efeito por Paulo Knauss e auxiliado por Thais Estruc, além da organização da documentação histórica do IHGRJ.

Três outros projetos também estão em andamento, o primeiro, sob a coordenação de Eliana Furtado de Mendonça que organiza o Guia dos Institutos Históricos e Geográficos Municipais, o segundo, coordenado por Paulo Knauss, que organiza a bibliografia fluminense, com ênfase na História dos Municípios e o terceiro, coordenado por Roberto Schmidt de Almeida e auxiliado por Priscila Terra, que organizou o material de pesquisa inicial para a futura confecção das biografias dos Patronos, Fundadores e demais sócios do IHGRJ.

OS CUSTOS DA TRANSIÇÃO

Organizar uma secretaria para que se pudesse operar condigualmente o nosso instituto não foi uma tarefa barata e fácil. Dispúnhamos na conta 3183-6 do Bradesco, em 1º de dezembro de 2011 da quantia de R\$ 792,62, mais R\$ 197,20 em espécie em caixa. No entanto, em virtude das tramitações burocráticas de mudança dos titulares e das novas exigências da Receita Federal, nossa conta só foi efetivamente operada no final de 2012. Até lá, o Primeiro Secretário e o Presidente bancaram as despesas correntes e serão ressarcidos à medida que as finanças do instituto se estabilizarem. Para isso contamos com o auxílio do contador Sergio Alves Pereira e da gerência financeira de Jeferson dos Santos Teixeira.

PROGRAMAÇÃO CULTURAL

SESSÕES ORDINÁRIAS

Março

Sessão Solene de Posse da Diretoria para o Biênio 2012-2013

Às quinze horas do dia 08 de março de 2012, realizou-se na Sala Pedro Calmon, do Instituto Histórico de Geográfico Brasileiro, a sessão solene de posse da Diretoria do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro para o biênio 2012-2013, sob a presidência da

vice-presidente em exercício da gestão anterior, Professora Pós-Doutora Neusa Fernandes e secretariada pela segunda secretária em exercício da gestão anterior, Professora Pós-Doutora Miridan Falci. A presidente em exercício abriu a sessão e formou a mesa, já com a segunda secretária em exercício, convidando o presidente do IHGB, Professor Pós-Doutor Arno Wheling e o vice-presidente do IHGB, Doutor Victorino Chermont de Miranda. Dando início à cerimônia de posse a presidente discursou sobre a história do IHGRJ, relatando o trajeto da instituição até sua chegada ao IHGB, onde está acolhido. Historiou também o trabalho dos seus sócios fundadores e de seus presidentes até a presente data, enfatizando os últimos 12 (doze) anos da gestão da presidente Cybelle de Ipanema, que na hora se encerrava. Em seguida passou a palavra ao presidente do IHGB, Professor Pós-Doutor Arno Wheling, que agradeceu o convite e desejou ao IHGRJ, do qual é também membro efetivo, o manutenção do trabalho acadêmico de pesquisar a História, e a Geografia da cidade e do Estado do Rio de Janeiro e divulgar seus resultados. Finalizando, garantiu o total apoio do IHGB nessa tarefa. Em seguida, a segunda secretária em exercício Miridan Falci leu a ata da Assembleia Geral de 08 de dezembro de 2011, que elegeu a diretoria que tomava posse e, em seguida, a presidente em exercício convidou os membros da nova diretoria a virem à mesa e assinarem seus respectivos termos de posse. Em seguida convidou o novo presidente eleito, Professor Doutor Paulo Knauss de Mendonça a tomar seu lugar à mesa e proferir seu discurso de posse. O novo presidente agradeceu o voto de confiança dos consócios e apresentou sua plataforma de trabalho, enfatizando o estreitamento das relações do IHGRJ com as instituições que geram conhecimento sobre a Cidade e o Estado do Rio de Janeiro, além das já tradicionais pesquisas acadêmicas realizadas pelos consócios. Lembrou também as futuras comemorações dos 450 anos da fundação da Cidade do Rio de Janeiro, a serem realizadas em 2015 e recordou os 50 anos das comemorações dos 400 anos, nas quais a figura de Marcelo de Ipanema foi uma peça fundamental na fixação daquele acontecimento na memória dos cariocas, com o lançamento, por paraquedas, de um pequeno livreto sobre a história da cidade na orla do Rio de Janeiro. Ao encerrar a sessão a presidente em exercício agradeceu a

presença de todos, convidando-os para a confraternização no Terraço.
E eu Miridan Falci, lavrei essa Ata que assino com a presidente.

Diretoria

Presidente: Paulo Knauss de Mendonça
Vice-presidente: Esther Caldas Bertoletti
1º Secretário: Roberto Schmidt de Almeida
2º Secretária: Miridan Britto Falci
1º Tesoureiro: Fernando Tasso Fragoso Pires
2º Tesoureiro: Alex Nicolaeff

Conselho Fiscal

Efetivos

Eliana Resende Furtado de Mendonça
Marco Aurélio Martins Santos
Roberto Guião de Souza Lima

Suplentes

Lúcia Helena Pereira da Silva
Rachel Esther Figner Sisson
Ronaldo Rogério de Freitas Mourão

Comissões Especiais

Admissão e Exclusão de Sócios:

Lúcia Maria Paschoal Guimarães
Neusa Fernandes
Victorino Coutinho Chermont de Miranda

História, Geografia e Cartografia:

Arno Wehling
Maria de Lourdes Viana Lyra
Nelson de Castro Senra

Ciências Auxiliares da História:

Jaime Antunes da Silva
Ondemar Ferreira Dias Jr.
Vera Lúcia Bottrel Tostes

Redação da Revista e/ou Anuário:

Angela Ancora da Luz
Olinio P. Gomes Coelho
Surama Conde Sá Pinto

Abril

Sessão Ordinária “Patrimônio Cultural Carioca”

Às quinze horas do dia 12 de abril de 2012, realizou-se na sala da Cephas, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a seção ordinária do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro (IHGRJ), sob a presidência do Professor Doutor Paulo Knauss de Mendonça e secretariado pelo Professor Doutor Roberto Schmidt de Almeida para tratar do tema Patrimônio Cultural Carioca. O presidente Paulo Knauss ao abrir os trabalhos, apresentou as desculpas pela ausência do primeiro palestrante Washington Fajardo, Subsecretário de Patrimônio Cultural da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, em função de um sinistro ocorrido no Corredor Cultural do Centro e apresentou a segunda palestrante Professora Doutora Beatriz Kushnir, Diretora do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Em seguida passou a palavra ao primeiro secretário para as leituras; da ata da seção solene de 08 de março de 2012, que tratou da posse da atual diretoria do IHGRJ e das efemérides cariocas de Roberto Macedo referentes ao dia 12 de abril. O presidente então passou a palavra à Professora Beatriz Kushnir, que explanou a história dos processos de arquivamento da documentação da cidade do Rio de Janeiro através do enfoque de dois livros: *Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro: a travessia da “arca grande e boa” na história carioca* de autoria de Maria Célia Fernandes (2011) e *Memórias do Rio: o Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro em sua trajetória republicana* organizado por Beatriz Kushnir e Sandra Horta (2011), ambos editados pela Secretaria Municipal de Cultura. A palestrante historiou as origens do Arquivo da Câmara Municipal em 1565, através dos atos de doação de sesmarias e demais documentos administrativos da cidade, devidamente registrados e guardados em uma “arca grande e boa” sob a guarda de Diogo de Oliveira, o primeiro escrivão da Câmara Municipal, apresentou também os principais fatos históricos desse processo que deu origem ao atual Arquivo Geral da Cidade. Fatos como a chegada da corte do príncipe regente D. João em 1808, a aclamação de D. João VI em 1818 e as ações concernentes ao novo status de reino, agora como Arquivo do Senado, foram os fatos lembrados pela Professora Beatriz. O “Auto do Fico”, que referendou a permanência de D. Pedro no Brasil, e o documento “Termo de Reconhecimento” da cidade ao novo

governo republicano foram alguns dos outros marcos históricos lembrados pela palestrante. Do período republicano, Beatriz fez referência também a alguns fatos importantes e explicou o aparecimento de uma nova tecnologia que gerou um novo documento, ampliando fortemente as bases de conhecimento da evolução da cidade, a fotografia. Falou sobre as coleções dos fotógrafos Augusto Malta e Ari Maciel. Em seguida, explanou detalhadamente o processo de mudanças físicas do arquivo em vários prédios e bairros da cidade até sua atual sede na “Cidade Nova”. A segunda parte de sua exposição foi referenciada ao segundo livro que tratou do resgate da memória dos principais 17 funcionários responsáveis pelo acervo documental da cidade, entre 1955 e 2008. Primeiramente, Beatriz explicou o uso da História Oral como ferramenta de análise para o entendimento de fatos e ações que são percebidas de modo diferenciado pelos entrevistados, dependendo de sua posição hierárquica na cadeia de comando, suas idiossincrasias e ideologias, além de suas heterogêneas formações profissionais, entre eles, arquitetos, arquivistas, historiadores, sociólogos, educadores e bibliotecários. Fatos como a indicação para o cargo de Prefeito da cidade do Rio de Janeiro do engenheiro Marcos Tamoio e o processo de construção da atual sede do Arquivo Geral da Cidade foram alguns dos temas que geram uma visão multifacetada, e nem sempre homogênea, por parte dos depoentes. Após a apresentação da professora Beatriz Kushnir, o presidente Paulo Knauss fez uma avaliação do papel dos arquivos das três instâncias do poder público, federal, estadual e municipal na vida da cidade do Rio de Janeiro, sobretudo nos campos político e cultural, em função de suas atribuições de capitalidade e, conseqüentemente, como palco de inúmeras ações se tornaram referências históricas de alta relevância para a nação brasileira. Discorreu também sobre a intensa colaboração que existe entre os profissionais desses arquivos, objetivando uma compatibilização entre assuntos e uma maior divulgação entre os usuários, tanto os especialistas, quanto o público leigo. Em seguida foram abertos os debates que enfocaram a importância dos arquivos e suas dificuldades, com algumas colocações de profissionais que exerceram funções de direção em órgãos detentores da memória administrativa e cultural da cidade. Ao encerrar a sessão o presidente teceu algumas considerações sobre as próximas ações do IHGRJ e convidou a todos para a confraternização

no terraço. E eu Roberto Schmidt de Almeida, lavrei essa Ata que assino com o presidente.

Maio

Sessão Ordinária “Comemorações”

Ata da Seção Ordinária de 10 de maio de 2012

Às quinze horas do dia 10 de maio de 2012, realizou-se na sala da Cephas, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a seção ordinária do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro (IHGRJ), sob a presidência do Professor Doutor Paulo Knauss de Mendonça e secretariada pelo Professor Doutor Roberto Schmidt de Almeida para tratar do tema Comemorações. O presidente Paulo Knauss ao abrir os trabalhos, apresentou o escopo da linha das sessões temáticas do IHGRJ e apresentou as duas palestrantes, a museóloga Ruth Levy e a historiadora Cláudia Mesquita. Em seguida passou a palavra ao primeiro secretário para as leituras; da ata da seção solene de 12 de abril de 2012, que tratou do tema Patrimônio Cultural Carioca e das efemérides cariocas de Roberto Macedo referentes ao dia 10 de maio. O presidente então passou a palavra à museóloga Ruth Levy, que iniciou sua apresentação explicando os objetivos de suas pesquisas sobre a relação entre o meio arquitetônico carioca e suas influências sobre as duas maiores exposições comemorativas realizadas na cidade do Rio de Janeiro, a primeira em 1908, comemorando o centenário da Abertura dos Portos às Nações Amigas e a segunda em 1922, em comemoração ao centenário da Independência do Brasil. A primeira, como tese de mestrado e a segunda como tese de doutoramento, ambas defendidas na Escola de Belas Artes da UFRJ. Ruth Levy enfocou o ecletismo como o estilo arquitetônico que referenciou um período de transição entre o “velho” e o “novo” na arquitetura urbana carioca. Transição que pode ser analisada comparando os estilos dos pavilhões da exposição de 1908 e os da de 1922. A palestrante analisou também os dois momentos de renovação urbana do Rio de Janeiro. O primeiro ocorrido no início do século XX (1902-1906) sob a direção do Prefeito Pereira Passos (a abertura da Avenida Central e a urbanização da orla marítima entre o centro e a Urca) e o segundo, no início dos anos 1920, comandado pelo Prefeito Carlos Sampaio (o desmonte do Morro do Castelo e a urbanização do centro). Em ambos,

as respectivas exposições foram as referências maiores desses períodos. Ruth também tratou dos processos criadores dessas exposições, relacionadas aos impactos sociais derivados dos avanços tecnológicos que ocorreram no final do século XIX e início do XX. Os exemplos das exposições de Londres (1851), Paris (1855), Londres (1862), Paris (1867), Viena (1873), Filadélfia (1876), Paris (1878), Paris (1889, com a inauguração da Torre Eiffel), Chicago (1893), Paris (1900) e Saint Louis (1904) mostram bem a preocupação de apresentar à sociedade os avanços industriais, agrícolas e de comunicações, que estavam ocorrendo naqueles tempos. Ruth Levy finalizou sua apresentação mostrando dois contrastes que as exposições brasileiras procuravam mostrar. A primeira enfocando o nacionalismo, contrastando o “velho” (Império), com o “novo” (República) e a segunda contrastando estilos arquitetônicos e de urbanização, retratando a transição do ecletismo para o modernismo.

Em seguida, o presidente passou a palavra para a historiadora Cláudia Mesquita que, analisando as comemorações do Quarto Centenário da Cidade do Rio de Janeiro, focalizou especificamente a criação, pelo então Governador do Estado da Guanabara Carlos Lacerda, do Museu da Imagem e do Som, num prédio da exposição de 1922, na Esplanada do Castelo, no centro do Rio de Janeiro. O trabalho foi o resultado de sua tese de mestrado no Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ. Cláudia fez, inicialmente, uma análise panorâmica do período histórico do início dos anos 1960 da cidade, em termos políticos e sociais, focalizando a mudança da Capital da República do Rio para Brasília e a consequente criação do novo Estado da Guanabara, do qual Carlos Lacerda foi o primeiro Governador. A palestrante mostrou os problemas e as soluções encontradas pelo novo governo para dirimir as frustrações decorrentes da perda de status do Rio. Mostrou também as campanhas na imprensa sobre o fato (Vai-se a Capital, mas o “Rio será sempre o Rio”) e focalizou o processo da criação do Museu da Imagem e do Som como uma referência histórica importante para a cidade. Fez uma análise do espaço escolhido para ser a sede do novo museu mostrando a evolução da área da Esplanada do Castelo desde 1922 até os anos 1960, culminando com as comemorações do Quarto Centenário da cidade. Fez uma cronologia do prédio escolhido, o antigo Pavilhão do Distrito Federal na Exposição

do Centenário da Independência, historiando suas múltiplas funções, explicou também os processos políticos e financeiros que deram corpo ao novo museu, focalizando o mecenato do Banco do Estado da Guanabara e as ações de Carlos Lacerda para que a inauguração do primeiro museu audiovisual do Brasil, da qual a compra do arquivo de nosso sócio fundador Henrique Foreis Domingues (Almirante) foi a mais icônica. Mostrou também os problemas técnicos, decorrentes dos diferentes acervos que se constituiriam em “imagens” com os que se constituíram em “sons”, exemplificando o caso dos acervos do Império. Historiou também as diferentes fases do MIS até a atualidade, dando como exemplo o projeto de nossa sócia Neusa Fernandes, no final dos anos 70, de levar um conjunto de museus: MIS, dos Teatros e Carmen Miranda para o espaço que hoje abriga o Bosque da Barra, na Barra da Tijuca, plano que não vingou, até o atual projeto de construção do futuro museu na Av. Atlântica, em Copacabana. Finalmente Cláudia teceu considerações sobre algumas ações que ocorreram no âmbito das festividades do Quarto Centenário, que juntamente com a inauguração do MIS, abrilhantaram o Rio de Janeiro, o Primeiro Festival de Cinema, a criação da logomarca do Quarto Centenário por Aluísio Magalhães, o espetáculo musical de Silvio Caldas e Eliseth Cardoso e a iluminação da estátua do Corcovado pelo Papa, via rádio.

Ao encerrar a sessão o presidente teceu algumas considerações sobre as próximas ações do IHGRJ e convidou a todos para a confraternização no terraço, lembrando sobre o lançamento dos livros das palestrantes. E eu Roberto Schmidt de Almeida, lavei essa Ata que assino com o presidente.

Junho

“Não houve atividades em virtude de obras”

Julho

Sessão de Posse de Sócio

Às 17:00h do dia 12 de julho de 2013 tomou posse como sócia efetiva do IHGRJ a Professora Doutora *Maria da Conceição de Moraes Coutinho Beltrão* proferiu a conferência “Um Histórico de Milhões de Anos” sobre a bacia calcária e o sítio arqueológico de Itaboraí, área trabalhada pela autora desde 1970. A professora discor-

reu sobre os aspectos geológicos e paleontológicos da bacia calcária, assim com de sua luta para a pesquisa arqueológica e preservação da área para os futuros pesquisadores. A Professora Maria Beltrão foi saudada pela sócia Rogéria de Ipanema.

Agosto

Seção Ordinária “História Fluminense”

Às quinze horas do dia 09 de agosto de 2012, realizou-se na sala da Cephas, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a seção ordinária do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro (IHGRJ), sob a presidência do Professor Doutor Paulo Knauss de Mendonça e secretariado pelo Professor Doutor Roberto Schmidt de Almeida para tratar do tema História Fluminense. O presidente Paulo Knauss ao abrir os trabalhos, lamentou comunicar o falecimento em julho, na França, de nosso sócio correspondente Professor Alain Ruellan e dedicou essa sessão ao falecido professor. Em seguida apresentou o escopo da linha das sessões temáticas do IHGRJ, enfatizando que as comunicações que seriam mostradas nessa sessão, tinham em comum o uso da tecnologia audiovisual através do DVD e apresentou os dois palestrantes, o pesquisador Roberto Guião, sócio efetivo do IHGRJ e a Historiadora da Universidade Federal Fluminense, Professora Hebe Mattos.

Dando continuidade aos trabalhos, passou a palavra ao primeiro secretário para as leituras; da ata da seção de 10 de maio de 2012, que tratou do tema Comemorações, que enfocou as Exposições Internacionais de 1908 e 1922 e das efemérides cariocas de Roberto Macedo referentes ao dia 09 de agosto.

O presidente então passou a palavra ao pesquisador Roberto Guião que apresentou o DVD “Arquivo RGSL – História do Café e sua gente”. Produto de mais de 30 anos de pesquisas e recolhimento de informações sobre as cidades e as fazendas do Vale do Paraíba do Sul Fluminense e Paulista e parte da Zona da Mata Mineira, com ênfase nas produtoras de café e nas que tiveram um papel importante na História do Segundo Império. Organizado num espaço específico de sua residência, na cidade de Volta Redonda, o arquivo engloba, até agosto de 2012, informações digitalizadas e em papel sobre mais de 1.300 fazendas e também sobre 542 cidades das áreas pesquisadas,

além de uma biblioteca de 1.174 títulos sendo, portanto, um importante referencial para os pesquisadores da História do Café no Vale do Paraíba do Sul. Ao finalizar a apresentação do DVD Roberto Guião mostrou uma tabela com os dados mais recentes de suas pesquisas recolhidos após a produção do DVD gravado em fevereiro de 2011.

Em seguida o presidente passou a palavra à Professora Hebe Mattos, do Laboratório de História Oral e Imagem da UFF, que explicou a produção de uma série de filmes sobre depoimentos de quilombolas, familiares de ex-escravos que contam a história do Sul Fluminense sob a ótica dos que herdaram terras dos antigos senhores fazendeiros do Vale do Paraíba do Sul, no espaço que corresponde entre a Serra da Bocaina e o Litoral Sul Fluminense (Bracuy e Angra dos Reis), com ênfase no poder da família Souza Breves, uma importante liderança econômica e política da época do Segundo Império na região. No DVD em questão, “Passados Presentes: memória negra no Sul Fluminense” os depoimentos exploram a arquitetura das fazendas (atualmente bem degradada), suas histórias, enfatizando as relações de trabalho entre senhores e escravos, e solidificando alguns mitos que são passados pelos mais velhos para os mais novos através da oralidade, além de mostrar a importante tradição da dança do Jongo, através dos depoimentos de alguns mestres jogueiros da região e da gravação dessas manifestações culturais. O DVD interage bem com os mapas da região, mostrando a localização das fazendas e o traçado das estradas que cortam a área estudada.

Ao encerrar a sessão o presidente teceu algumas considerações sobre as próximas ações do IHGRJ, reiterando o próximo Encontro dos Institutos Municipais em outubro e convidou a todos para a confraternização no terraço. E eu Roberto Schmidt de Almeida, lavrei essa Ata que assino com o presidente.

Setembro

Sessão Ordinária “Arquitetura da Cidade do Rio de Janeiro”

Às quinze horas do dia 13 de setembro de 2012, realizou-se na sala da Cephas, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a seção ordinária do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro (IHGRJ), sob a presidência do Professor Doutor Paulo Knauss de Mendonça e secretariado pelo Professor Doutor Roberto Schmidt de

Almeida para tratar do tema Arquitetura da Cidade do Rio de Janeiro. O presidente Paulo Knauss ao abrir os trabalhos, lamentou comunicar o falecimento da sócia Therezinha Sarmento, informando sobre a missa a ser realizada na Igreja da Candelária no dia 21/09/2012 e dedicou essa sessão à falecida professora. Em seguida apresentou o escopo da linha das sessões temáticas do IHGRJ, enfatizando que as comunicações a serem mostradas nessa sessão, apresentariam as diferentes visões das ações governamentais no planejamento urbano da área central da cidade do Rio de Janeiro em dois momentos do tempo. As obras de alargamento, no início do século XX, na Rua Uruguaiana, pela pesquisadora convidada Paula de Paoli e a Proposta de Tombamento da Área do Entorno da Praça da Cruz Vermelha no século XXI, pelo sócio José Nonato Duque Estrada Regis.

Dando continuidade aos trabalhos, passou a palavra ao primeiro secretário para as leituras; da ata da seção de 09 de agosto de 2012, que tratou do tema Ocupação do Vale do Rio Paraíba do Sul e Litoral Sul Fluminense e das Efemérides Cariocas de Roberto Macedo referentes ao dia 13 de setembro.

O presidente então convidou a pesquisadora Paula de Paoli para expor seu trabalho. A expositora comentou que essa pesquisa foi realizada para o cumprimento das exigências do seu doutoramento na UFRJ e cobriu uma parte das ações de reforma urbana do Prefeito Pereira Passos no início do século XX, no Rio de Janeiro, no caso, o alargamento da Rua Uruguaiana. Primeiramente, Paula enfocou o confronto entre os mitos e as realidades sobre a atuação das ações de Pereira Passos na cidade: a ideia de modernidade versus tradicionalismo na arquitetura urbana que sempre foi muito propalada, na visão de Paula não se consubstancia integralmente, pois a maioria das edificações antigas (de caráter colonial) continuou na paisagem urbana do Rio de Janeiro, tendo algumas sofrido apenas alterações de fachada. Paula mostrou uma comparação de plantas arquitetônicas que provam essa assertiva. No caso específico da Rua Uruguaiana o tratamento dos terrenos edificados (terrenos esses com uma conformação colonial ou medieval – estreitos na largura das fachadas e longos para o interior), a maioria assobradados, com atividade comercial ou de serviços no andar térreo frontal e abrigando moradia em sua área interna e superior

não foram motivo de reformulações radicais por parte da prefeitura em toda a extensão da Uruguaiana, e sim, apenas de um lado e, assim mesmo, evitando o desmembramento dos terrenos já consolidados (o exemplo de uma fachada nova abrigando três plantas antigas é uma referência ótima desse tipo de ação), facilitando assim a negociação entre os antigos proprietários e a prefeitura. Para Paula, é possível considerar que no conjunto de ações de Pereira Passos houve uma modernização aparente da cidade, sendo a abertura da Avenida Central sua obra mais icônica, além da reorganização do litoral (porto e litoral sul até a Urca). Mas que essa modernização está baseada numa estrutura de uso do solo colonial que não foi desmontada, e sim, pontualmente modificada, da qual a Rua Uruguaiana foi um bom exemplo.

Em seguida o presidente passou a palavra ao sócio José Nonato que expos seu projeto de tombamento da área do entorno da Praça da Cruz Vermelha para o IPHAN do Rio de Janeiro, projeto que não foi aprovado inicialmente, mas que, segundo seu autor, ainda poderá ser revitalizado no futuro. Nonato explicou que as decisões sobre tombamento urbano foram direcionadas para Brasília, mas que no médio prazo isso não conseguirá ser operacionalizado para todo o Brasil, havendo assim uma esperança que a Prefeitura ou o Estado possam levar à frente esse projeto. Primeiramente Nonato explicou a formação da Praça da Cruz Vermelha, resultado do desmonte do morro do Senado e aterro da Lagoa da Sentinela. Falou sobre o prédio da sede da Cruz Vermelha Brasileira e seu atual abandono e deterioração. Lembrou também os embates técnicos e burocráticos entre as instâncias municipal, estadual e federal no processo de tombamento do prédio em si e da área do entorno. Finalmente, através de uma sequência de fotos mostrou as principais linhas arquitetônicas dos prédios do entorno, a maioria construídos nos anos 30 e 40 do século XX, com ênfase no ecletismo, característico da arquitetura daqueles anos.

Ao encerrar a sessão o presidente teceu algumas considerações sobre as próximas ações do IHGRJ, reiterando o próximo Encontro dos Institutos Municipais em outubro e convidou a todos para a confraternização no terraço. E eu Roberto Schmidt de Almeida, lavrei essa Ata que assino com o presidente.

Outubro

II Colóquio de Institutos Históricos Municipais do RJ

Às 17 horas do dia 09 de outubro de 2012, realizou-se na sala Pedro Calmon, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro a sessão plenária do II Colóquio de Institutos Históricos e Geográficos Municipais do Estado do Rio de Janeiro, contando com a presença de 50 participantes, sob a presidência do Professor Doutor Paulo Knauss de Mendonça e secretariado pelo Professor Doutor Roberto Schmidt de Almeida para tratar da análise das atividades dos institutos municipais que compareceram ao colóquio e levantar moções para ações futuras, tanto individuais, quanto em grupo. O presidente iniciou sua fala agradecendo aos presentes o empenho em consolidar uma estrutura que garanta uma homogeneidade de ações dos institutos fluminenses em prol de uma ampliação do conhecimento da História, da Geografia e dos Movimentos Culturais de nosso estado. Em seguida explicou a primeira moção a ser colocada em votação, a elaboração de um Guia dos Institutos Municipais a ser coordenado pelas sócias do IHGRJ Eliana Rezende Furtado de Mendonça e Esther Bertoletti e em seguida, passou a palavra a Eliana para a explanação técnica do Guia. Utilizando as imagens de um data-show Eliana expos os principais itens que serão coletados junto aos institutos para a formação de um arquivo de dados que será partilhado com essas instituições. Essa moção foi aprovada por unanimidade. A sócia do IHGRJ e do IHGV, Professora Pós-Doutora Neusa Fernandes lembrou que por ocasião do I Colóquio levantou uma moção que contemplava a organização de uma bibliografia dos municípios fluminenses, mas que ainda não se consolidou. Ela mesma lembrou que isso demanda tempo, mas que é de suma importância para a difusão da cultura e do conhecimento. Por isso, solicita a aprovação dessa moção sob a forma de um ofício a todos os Institutos Municipais para se que organize, no âmbito de seus territórios e municípios limítrofes ou de sua área de influência, uma bibliografia básica sobre o espaço em questão. Sua moção foi aprovada por aclamação. Nas discussões subsequentes a sócia do IHGRJ Esther Bertoletti levantou a questão do arquivamento dos órgãos de imprensa municipais e o sócio do IHGRJ Roberto Schmidt lembrou a garantia um espaço próprio para as ações educacionais nos institutos. O sócio Heraldo Mesquita de Sousa do IHGBJ falou sobre a organização de

um blog de fotos de famílias de Bom Jardim, que iniciou incipiente e depois se tornou uma referência para os habitantes. Marcus Vinícius, sócio do IHGSG levantou a questão dos acervos bibliográficos municipais, em especial atenção com as obras raras que se encontram em bibliotecas privadas e que necessitariam de uma referência para uma futura aquisição pelos órgãos públicos de cultura. Da mesma forma, Chabrel Chedier do IHGSJM lembrou os acervos iconográficos e, no caso de São João de Meriti, acervos eclesiásticos também. Luis Carlos Gomes do IHGP solicitou o encaminhamento dos contatos dos representantes dos institutos para que se inicie um conagraçamento e uma troca de informações entre os pesquisadores do estado. Finalmente a sócia do IHGRJ Eliana Rezende explicou que será encaminhado, oportunamente, aos institutos o questionário para a organização do guia dos municípios. Não havendo mais nada a tratar o presidente deu como encerrada a plenária e convidou os presentes para o vinho de honra no terraço. E eu Roberto Schmidt de Almeida, lavei essa ata que assino com o presidente.

SESSÃO ORDINÁRIA

Novembro

“Sessão Itinerante no Convento de Santo Antônio”

Às 15:00 horas do dia 08 de novembro de 2012, realizou-se no Convento de Santo Antônio, no Largo da Carioca, a sessão itinerante de 2012, sob a coordenação do sócio Olíbio Paschoal Coelho, arquiteto e professor, responsável pelo processo de restauração do convento. Trata-se do conjunto arquitetônico colonial mais importante da cidade, cuja pedra fundamental foi lançada em 1608. O conjunto reúne claustro, capelas, sala capitular, biblioteca, refeitório, cárcere, aqueduto e mausoléu, além da igreja dedicada a Santo Antônio. Vinte e oito pessoas se inscreveram e acompanharam as explanações sobre as diversas etapas de restauro da edificação, indo das estruturas, até aspectos artísticos que compõem o convento, além das obras de ampliação das áreas de convivência e circulação. Ao término, foi projetado um vídeo que apresenta as principais fases da restauração e foram dadas as informações concernentes a cada fase do projeto. Ao final, o presidente agradeceu ao Professor Olíbio e convidou os presentes a se

deslocarem para Confeitaria Colombo para um lanche. E eu Miridan Falci, lavrei essa ata que assino com o presidente.

Dezembro

Sessão Magna de Encerramento das Atividades de 2012

Às quinze horas do dia 13 de dezembro de 2012, realizou-se no Salão Nobre e na Sala Barão do Rio Branco, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a sessão solene de encerramento das atividades do ano de 2012 do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro, sob a presidência do Professor Doutor Paulo Knauss de Mendonça e secretariado pelo professor doutor Roberto Schmidt de Almeida para tratar do tema “O Piano Carioca”.

Para compor a mesa foram convidados o presidente do IHGB, Professor Doutor Arno Wehling, e o vice-presidente do IHGB, o advogado Victorino Coutinho Chermont de Miranda. O presidente Paulo Knauss proferiu as palavras iniciais de agradecimento ao IHGB pela tradicional acolhida ao IHGRJ, historiando as atividades ocorridas durante o ano e agradecendo aos que participaram das reuniões técnicas, do Colóquio de Institutos Históricos Municipais e saudando a nova sócia que tomou posse em julho, a Professora Doutora Maria da Conceição de Moraes Coutinho Beltrão. Agradeceu também o trabalho do arquiteto Olinio Gomes de Paschoal Coelho ao coordenar a já tradicional sessão itinerante ao Convento de Santo Antônio, realizada em novembro. Em seguida passou a palavra ao primeiro secretário para a leitura da ata da sessão itinerante e as efemérides cariocas de Roberto Macedo referente ao dia 13 de dezembro.

Em seguida, o presidente convidou a todos a se dirigirem a Sala Barão do Rio Branco para dar seguimento à segunda parte da sessão, a ser proferida pelo Professor Doutor Marcello Verzoni da Escola de Música da UFRJ, sobre o tema “O Piano Carioca”. O palestrante conjugou algumas explicações sobre a importância do piano nas camadas mais letradas da sociedade carioca no final do século XIX e início do XX, com a execução de peças de autores desses períodos, culminando com Ernesto Nazareth.

Finalizando a apresentação, o presidente agradeceu ao músico e ofertou o livro “O Rio Antigo- Pitoresco & Musical: Memórias

e Diário” de C. Carlos Wehrs, traduzido pelo nosso confrade Carlos Wehrs, neto do autor, que historia a vida de um instrumentista e construtor de pianos, de descendência alemã, no século XIX, em terras cariocas e fluminenses. Em seguida convidou os presentes para o lançamento da Revista do IHGRJ, n. 19 e a tradicional confraternização dos sócios e amigos do IHGRJ no terraço. E eu Roberto Schmidt de Almeida, lavrei essa ata que assino com o presidente.

PROGRAMAÇÃO ADMINISTRATIVA

REUNIÕES DE DIRETORIA

09 de fevereiro de 2012

Reunião da Diretoria Executiva

Ata da Reunião de Diretoria de 09 de Fevereiro de 2012

Às 15 horas do dia nove do mês de fevereiro de 2012, realizou-se a primeira reunião da Diretoria Executiva da gestão 2012 2013 do IHGRJ sob a presidência de Paulo Knauss e secretariado por Roberto Schmidt de Almeida, contando com a presença da vice-presidente Esther Bertoletti e dos diretores Fernando Tasso Fragoso Pires (primeiro tesoureiro) e Alex Nicolaeff (segundo tesoureiro), tendo sido justificada a falta da segunda secretária Miridan Falci. Abrindo os trabalhos, o presidente agradeceu a presença de todos e explanou sobre as principais metas de sua plataforma de gestão para os dois próximos anos do IHGRJ, focando na mobilização das comissões especiais, definidas estatutariamente, para a consecução das diretrizes gerais da instituição, em comum acordo com a diretoria executiva. A realização de dois encontros acadêmicos, o II Encontro dos Institutos Históricos e Geográficos municipais do Estado do Rio de Janeiro e o IV Congresso de História e Geografia Fluminense, respectivamente em 2012 e 2013. A continuidade do programa editorial do instituto, tendo como elemento principal o manutenção da qualidade editorial da Revista do IHGRJ. A ampliação das formas de comunicação do instituto, tanto em âmbito interno, quanto no externo, com a reformulação do site do instituto e da difusão de um boletim informativo para os sócios e, finalmente, planejar a programação de atividades acadêmicas para os

dois anos próximos objetivando ampliar o dialogo entre o IHGRJ e as instituições que operam nos segmentos de Historia, Geografia, Ciências Sociais e Exatas, além das que cuidam do patrimônio cultural da cidade e do Estado do Rio de Janeiro. Em seguida o presidente passou a palavra ao primeiro secretário Roberto Schmidt de Almeida, que apresentou algumas tarefas que pode realizar nesse período de transição entre gestões. A atualização da listagem dos patronos e seus respectivos sócios, completando assim o trabalho realizado em 2001 pelos sócios Antonio Pimentel Winz e Miridan Brito Falci. Essa pesquisa serviu para a definição do numero de vagas existentes no Instituto (atualmente nove), que deverá ser motivo de organização de um plano de complementação dessas vagas no mais curto espaço de tempo. A montagem de um quadro integrado de informações sobre seus associados para facilitar a comunicação entre o IHGRJ e eles (principalmente os telefones e os endereços de e-mail, além das informações pertinentes, que as instituições solicitam quando da qualificação para cargos de diretoria). A montagem do calendário das atividades de 2012, para que a diretoria possa completá-lo com as ações planejadas. Aquisição do livro Efemérides Cariocas de Roberto Macedo e a organização do calendário concernente às atividades das seções, para que possam ser lidas no dia correspondente. Finalmente, foi apresentado um esboço de um planejamento de atividades para as seções ordinárias, produto de uma reunião anterior do secretário com o presidente Paulo Knauss, que deve ser motivo de uma primeira discussão com a diretoria, para o devido encaixe no calendário de 2012. O presidente, em seguida, levantou a questão do II Encontro dos Institutos Municipais e convidou a vice-presidente Esther Bertoletti para coordená-lo, juntamente com a sócia Eliana R. Furtado de Mendonça, a ser futuramente convidada. Em seguida passou-se a discutir a formalização da seção de posse da nova diretoria, no dia 08 marco de 2012, ficando acertado que deveríamos convidar a Professora Cybele para proferir a conferência inaugural, em caso de impossibilidade, deveria ser tentado o Embaixador Alberto da Costa de Silva. Ficou determinada a fixação das datas de posse das duas últimas sócias que ingressaram em 2011, Mary Del Priory e Maria Beltrão. Para concluir, foi tentada uma primeira aproximação de um planejamento das atividades das seções de 2012 que, pelo adiantado da hora, não foi possível concluir, ficando o presidente

encarregado de finalizar essa tarefa. Eu, Roberto Schmidt de Almeida lavrei esta ata que assino juntamente com o Presidente.

16 de fevereiro de 2012

Reunião da Diretoria Executiva com a Comissão de Admissão e Exclusão de Sócios

Ata da Reunião de Diretoria de 16 de Fevereiro de 2012 com a Comissão de Admissão e Exclusão de Sócios

Às 15 horas do dia dezesseis do mês de fevereiro de 2012, realizou-se a segunda reunião da Diretoria Executiva da gestão 2012 2013 do IHGRJ sob a presidência de Paulo Knauss e secretariado por Roberto Schmidt de Almeida, contando com a presença dos dois componentes da Comissão de Admissão e Exclusão de Sócios, Victorino Chermont e Neusa Fernandes. A sócia Lúcia Maria P. Guimarães justificou sua ausência. Abrindo os trabalhos, o presidente agradeceu a presença de todos e explanou sobre as principais metas de sua plataforma de gestão para os dois próximos anos do IHGRJ, focando na mobilização das comissões especiais, definidas estatutariamente, para a consecução das diretrizes gerais da instituição, em comum acordo com a diretoria executiva. A criação de uma comissão extraordinária para organizar as comemorações dos 450 anos da fundação da cidade do Rio de Janeiro. A realização de dois encontros acadêmicos, o II Encontro dos Institutos Históricos e Geográficos municipais do Estado do Rio de Janeiro e o IV Congresso de História e Geografia Fluminense, respectivamente em 2012 e 2013. A continuidade do programa editorial do instituto, tendo como elemento principal a manutenção da qualidade editorial da Revista do IHGRJ. A ampliação das formas de comunicação do instituto, tanto em âmbito interno, quanto no externo, com a reformulação do site do instituto e da difusão de um boletim informativo para os sócios e, finalmente, planejar a programação de atividades acadêmicas para os dois anos próximos objetivando ampliar o diálogo entre o IHGRJ e as instituições que operam nos segmentos de História, Geografia, Ciências Sociais e Exatas, além das que cuidam do patrimônio cultural da cidade e do Estado do Rio de Janeiro. Em seguida o presidente passou a palavra ao primeiro secretário Roberto Schmidt de Almeida, que apresentou algumas tarefas que

pode realizar nesse período de transição entre gestões. A atualização da listagem dos patronos e seus respectivos sócios, completando assim o trabalho realizado em 2001 pelos sócios Antonio Pimentel Winz e Miridan Brito Falci. Essa pesquisa serviu para a definição do número de vagas existentes no Instituto (atualmente nove), que deverá ser motivo de organização de um plano de complementação dessas vagas, principal motivo dessa reunião. Foi levantado também o início de organização de um arquivo de informações sobre os 50 patronos e, posteriormente, sobre os associados (um mini-curriculo). O presidente, então, passou a palavra ao sócio Victorino Chermont que explanou um pouco da história do processo de admissão, tanto no IHGB, quanto no IHGRJ. A partir dessas discussões iniciais ficou como consenso iniciar um processo de análise de possíveis candidatos que preencham alguns requisitos considerados importantes pelos participantes, tais como, conhecimento e experiência em assuntos ligados a cidade do Rio de Janeiro e ou ao Estado, ampliando o espectro de áreas de especialização em direção a aspectos culturais mais abrangentes. Em seguida passou-se a discutir a formalização da seção de posse da nova diretoria, no dia 08 março de 2012, em função da impossibilidade de comparecimento da Professora Cybele para proferir a conferência inaugural. Ficou decidido que a vice-presidente da gestão anterior Professora Neusa Fernandes faria os ritos estatutários de transmissão de posse. Eu, Roberto Schmidt de Almeida lavrei esta ata que assino juntamente com o Presidente.

10 de abril de 2012

Reunião da Comissão de Redação da Revista IHGRJ

Ata Reunião da Comissão de Redação da Revista IHGRJ

Às 14:30h do dia 10 de abril de 2012, realizou-se na sala do IHGRJ, a primeira reunião da Comissão de Redação da Revista do IHGRJ, sob a presidência da coordenadora, a segunda secretária do IHGRJ, a Professora Doutora Miridan Falci e secretariado pelo primeiro secretário Professor Doutor Roberto Schmidt de Almeida. Estavam presentes, o Presidente do IHGRJ Professor Doutor Paulo Knauss de Mendonça e os componentes da comissão: o Arquiteto Doutor Olínio Coelho e a Professora Doutora Surama Conde. A Professora Doutora Ângela da Luz justificou sua ausência. A coordenadora apresentou os

arquivos em CD, que foram compilados pela primeira secretária da gestão 2008-2011, a Professora Doutora Rogéria de Ipanema. Ficou decidido que a organização desses artigos, comunicações e discursos de saudações seriam trabalhadas pela coordenadora e a Professora Surama e os demais membros da comissão auxiliariam na verificação dos referidos textos. A coordenadora ficou de verificar a possibilidade de contratação de um profissional de editoração para dar conta do processo de preparação e digitalização dos textos para a impressão na gráfica oficial do Estado do Rio de Janeiro. Sobre esse tema, Paulo Knauss se ofereceu para negociar com Douglas, Olínio com Gustavo e Miridan com o Léo. Nesse mesmo contexto foi discutida a possibilidade de contratação da revisora Sandra Pássaro, principalmente para o processo de preparação de livros, que venham a ser editados pelo IHGRJ. O primeiro secretário se prontificou a preparar CDs com os artigos para os demais componentes. Encerrada a temática da revista, o presidente solicitou uma reflexão sobre os rumos da revista e propôs uma nova estrutura que coubessem três vetores: os artigos livres, as comunicações e uma área que se chamaria de dossiê, onde fosse possível convidar especialistas sobre um determinado tema para escreverem neste segmento da revista, que poderia ser uma seção ou mesmo um número especial, conforme a importância do tema. Citou um exemplo de tema: "Mulheres no Rio de Janeiro" com trabalhos de Hildete, Miridan, Beatriz Kushnir e Ismênia. Foram propostos também alguns temas para futuras discussões, como: Imprensa Fluminense, Indústria Fluminense (Têxtil e Naval). Foi proposta uma discussão sobre um futuro Conselho Editorial composto por pareceristas que efetivamente possam colaborar com a revista, lendo criticamente os trabalhos enviados, em prazo compatível com os objetivos da comissão editorial. Nada mais havendo a tratar, a coordenadora deu por encerrada a reunião, que eu Roberto Schmidt de Almeida lavrei a seguinte ata que vai assinada pela coordenadora da comissão editorial e por mim.

REVISTA do INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO DE JANEIRO

Lançamento – ano 19, número 19, 2012

A Organização e edição da Revista 19 (2012) foi realizada em duas etapas distintas, a primeira, correspondendo a coleta de artigos e demais matérias o correu no ano de 2011, sob a responsabilidade da editora da gestão da Professora Cybelle de Ipanema, a Professora Rogéria de Ipanema. O material foi passado, por ocasião da transferência de gestão, num pen drive, que foi devidamente editado pela nova comissão editorial eleita para a gestão 2012-2013, acrescido de outras matérias que foram incorporadas no correr do ano de 2012. O sumário constou de nove artigos, 14 saudações e discursos de posse, duas resenhas, um discurso de encerramento das atividades do ano de 2011, proferido pela Professora Cybelle de Ipanema na seção magna de 08 de dezembro de 2011 e o relatório de atividades relativo ao ano de 2011, além das relações nominais dos sócios fundadores, dos patronos, e do quadro social, com as devidas homenagens aos sócios falecidos em 2011, além da relação dos Institutos Históricos e Geográficos Estaduais do Brasil. A edição contou com 388 páginas e foi impressa na Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro – IOERJ, em continuidade ao convênio firmado entre a Professora Cybelle de Ipanema, pelo IHGRJ e o Governador do Estado do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral em 2010.

SITE DO IHGRJ E CORREIO ELETRÔNICO

Foram feitas alterações no site, tanto no que se refere ao provedor de acesso à rede Internet (Hospedanit), quanto ao formato da página, porém foram mantidos as titularidades do site **www.ihgrj.org.br** e do e-mail: **ihgrj@ihgrj.org.br**.

O atual formato está assim estruturado:

Home – Página inicial com uma sumária descrição sobre o IHGRJ, um link para a Revista do IHGRJ e outro para a Agenda do mês, onde aparece a programação acadêmica do mês em curso.

O Instituto – História a saga do IHGRJ desde sua fundação em 1957 e explica sua migração por diferentes sedes até sua acolhida

pelo IHGB, onde está até hoje. Apresenta também suas diferentes denominações, em virtude das modificações ocorridas na nomenclatura do Rio de Janeiro, enquanto Distrito Federal, Guanabara e finalmente com a fusão com o Estado do Rio de Janeiro. Lista seus presidentes desde a fundação até nos dias. Relata a estrutura da biblioteca e finalmente registra o Estatuto e o Regimento que normatizam as ações do IHGRJ.

Diretoria – Apresenta a atual diretoria (Biênio 2012-2013).

Publicações – Apresenta as principais publicações do IHGRJ, mostrando as normas de publicação e historia o principal órgão de divulgação do Instituto A Revista do IHGRJ.

Sócios – Lista todos os associados do IHGRJ, no caso dos efetivos, com os respectivos patronos das cadeiras e todos sócios que as ocuparam, sejam eles falecidos ou que migraram para outras classificações, como Beneméritos, Eméritos e Honorários. Lista também os sócios correspondentes nacionais e estrangeiros.

Instituições – Lista os Institutos Históricos e Geográficos dos estados, com os seus endereços e seus respectivos presidentes, os Institutos municipais do Estado do Rio de Janeiro e também lista uma série de instituições com as quais o IHGRJ tem relações acadêmicas, apresentando seus respectivos links de seus sites na Internet.

Anuidade – Instrui aos sócios as modalidades de pagamento da anuidade vigente.

Agenda – Historia a programação do ano e tem um link com a Agenda que está no home, onde indica a programação do mês em curso.

Fale Conosco – abre um e-mail para o nosso correio eletrônico ihgrj@ihgrl.org.br para uso em informações e consultas.

TESOURARIA

O Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro tem a sua receita advinda da Anuidade dos Sócios, no valor atual de R\$150,00 (cento e cinquenta reais) e com eventual venda de alguns números da Revista A partir do ano de 2010, podem-se somar à receita, os valores de venda consignada com algumas livrarias, de dois títulos do Instituto: História e Geografia Fluminense e D. João e a Cidade do Rio de Janeiro. Acrescenta-se ainda a venda de colares acadêmicos para os novos sócios. Com a contribuição estatutária e os valores destas vendas, advindas ao longo do ano, pudemos manter os gastos absolutamente imprescindíveis da Casa, para com a Revista: diagramação; com a Divulgação: o sítio e o e-mail na internet, o registro do domínio, serviços de atualização do site e as despesas para com a Tesouraria e Secretaria: contador, assessor administrativo e financeiro, a encadernação do livro Diário e Razão, cadastro eletrônico para a Receita Federal, renovação da Utilidade Pública Estadual, registro em cartório do Livro de Ata, pastas para arquivamento de documentação, bloco de nota fiscal avulsa, despesas de correio, tinta e papel para os certificados e diplomas e para as cabeças do livro de Presença, copinhos de água. Enfim, com estes serviços básicos encontramos legalmente corretos e em dia, legitimados em importância oficial, pelo Estado do Rio de Janeiro, com a edição impressa da produção científica do Instituto, em parceria com a Imprensa Oficial do Estado, como podemos estar visíveis, presentes e atuais no canal de divulgação da internet.

CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal do IHGRJ, representado pelos sócios Eliana Rezende Furtado de Mendonça e Roberto Guião de Souza Lima como membros efetivos e Marco Aurélio Martins Santos como suplente, reuniu-se na Sala do IHGRJ, no 12º andar do Edifício Pedro Calmon, no dia 00 de 000 de 2013, emitindo parecer favorável às contas do Ano Fiscal de 2011. O material de análise foi apresentado pela presidente e o 1º tesoureiro, Fernando Tasso Fragoso Pires, constituído pela encadernação do Livro Diário e Razão do Exercício de 2011, realizada pelo contador, Sergio Alves Ferreira- CRC n.0947440 a partir da Pasta de Documentação/2011, realizada pelo assessor adminis-

trativo e financeiro, Jeferson dos Santos Teixeira – CRA n.33537127. Informa-se tratarem-se estes, de serviços prestados por terceiros e remunerados e que o Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro encontra-se em dia com os deveres das documentações fiscalizáveis e tributáveis. O parecer favorável do Conselho Fiscal foi noticiado nos Informes Administrativos da Sessão Ordinária de 13 de novembro de 2013.

NOTAS DE FALECIMENTO

05 de julho

Professor Doutor Alain Ruellan

Falecimento do sócio correspondente na França o Professor Doutor Alain Ruellan. Filho do renomado geógrafo francês Francis Ruellan, formador de inúmeras gerações de pesquisadores brasileiros nos anos 40 e 50. O professor Alain dedicou-se ao estudo dos solos tropicais e, assim como seu pai, também formou várias gerações de pesquisadores no Brasil e na França, principalmente nos anos 80 e 90 do século XX.

A sessão ordinária de 09 de agosto de 2012 do IHGRJ foi dedicada e ele.

24 de agosto

Professora Doutora Therezinha Maria Lamego de Moraes Sarmento

Falecimento da sócia efetiva Therezinha Maria Lamego de Moraes Sarmento, ocupante da cadeira 27 cujo patrono é José Cândido Guilhobel.

A prof^a Therezinha Sarmento graduou-se pela turma de 1958 e foi professora do Curso de Museologia (atual Escola de Museologia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro UNIRIO) entre 1968 a 1993. Ocupou a chefia do Departamento de Estudos e Processos Museológicos de 1975 a 1978, e a coordenação do Curso de Museologia, de 1988-89. Com a criação da Escola de Museologia, tornou-se sua primeira diretora, entre 1989-92. Foi Vice Decana e Decana do Centro de Ciências Humanas e Sociais da UNIRIO, entre

1988-89. Foi sócia-fundadora (1963) e Presidente (1979-82) da Associação Brasileira de Museologia.

Como profissional de museologia, Therezinha Sarmiento trabalhou também no Museu da República no início de sua instalação, onde foi, posteriormente, Chefe da Seção de Pesquisa (1977-82). Orientou na classificação e catalogação de acervos em inúmeros museus e instituições culturais de todo o país, como o Museu Villa-Lobos, o Palácio das Laranjeiras, o Museu Naval e Oceanográfico, o Museu da Escola Naval, a Fundação Casa de Rui Barbosa, o Palácio Rio Negro, a Ordem Terceira do Carmo – RJ, a Casa de Benjamin Constant, o Museu Histórico do Estado do Rio de Janeiro, o Museu do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, o Museu do Cacau, o Museu da Caixa Econômica Federal – DF, o Museu Regional de São João del Rey, o Museu do Estado do Pará, dentre vários outros. Implantou o Museu da Irmandade da Candelária (1972-73) e reformulou o Museu Mariano Procópio de Juiz de Fora (1982-83) e o Museu da Irmandade da Glória do Outeiro (1982-85).

A sessão ordinária de 13 de setembro de 2012 do IHGRJ foi dedicada a ela.

Roberto Schmidt de Almeida

1ª Secretário
do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro
(Biênio 2012-2013)

Miridan Britto Falci

2ª Secretária
do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro
(Biênio 2012-2013)

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO DE JANEIRO

QUADRO SOCIAL

1º janeiro 2013



SÓCIOS EFETIVOS (por ordem alfanumérica)

Patronos

01	Alex Nicolaeff	23
02	Angela Ancora da Luz	12
03	Arno Wehling	48
04	Christóvão Dias de Ávila Pires Jr.	37
05	Cláudio Moreira Bento	13
06	Dahas Chade Zarur	31
07	Edmo Rodrigues Lutterbach	15
08	Eliana Rezende Furtado de Mendonça	14
09	Esther Caldas Bertoletti	45
10	Fernando Tasso Fragoso Pires	18
11	Francisco de Vasconcellos	44
12	Guilherme de Andréa Frota	20
13	Humberto de Moraes Franceschi	34
14	Jaime Antunes da Silva	21
15	João Maurício de Araújo Pinho	49
16	José Antônio Nonato Duque Estrada de Barros	07
17	Lucia Helena Pereira da Silva	22
18	Lucia Maria Paschoal Guimarães	24
19	Marco Aurélio Martins Santos	36
20	Marcus Antônio Monteiro Nogueira	35
21	Maria Augusta Machado da Silva	46
22	Maria da Conceição de Moraes Coutinho Beltrão	47
23	Maria de Lourdes Viana Lyra	30
24	Mary Lucy Murray Del Priore	25

25	Nelson de Castro Senra	38
26	Neusa Fernandes	06
27	Ney Oscar Ribeiro de Carvalho	11
28	Olinio Gomes Paschoal Coelho	32
29	Ondemar Ferreira Dias Júnior	17
30	Paulo Knauss de Mendonça	05
31	Rachel Esther Figner Sisson	16
32	Roberto Guião de Souza Lima	09
33	Roberto Schmidt de Almeida	28
34	Rogéria Moreira de Ipanema	10
35	Ronaldo Rogério de Freitas Mourão	33
36	Salvador Mata e Silva	39
37	Stelio Emmanuel de Alencar Roxo	29
38	Stella Leonardos	26
39	Surama Conde Sá Pinto	08
40	Therezinha de Moraes Sarmiento	27
41	Vera Lúcia Bottrel Tostes	01
42	Victorino Coutinho Chermont de Miranda	02

CADEIRAS E PATRONOS (por ordem numérica)

Cadeiras

Sócios Efetivos

01	Júlio Afrânio Peixoto	41
02	Alberto Frederico de Moraes Lamego	42
05	Manuel de Araújo Porto Alegre, barão de Santo Ângelo	30
06	Ariosto Espinheira	26
07	Baltazar da Silva Lisboa	16
08	José Maria da Silva Paranhos Júnior, barão do Rio Branco	39
09	José Barbosa Rodrigues	32
10	Basílio de Magalhães	34
11	Batista Caetano de Almeida Nogueira	27
12	Benevenuto Berna	02
13	João Capistrano de Abreu	05
14	João da Costa Ferreira	08
15	D. Pedro II	07
16	Luís Gastão d'Escrangnolle Dória	31
17	Everardo Bachheuser	29

18	Augusto Fausto de Souza	10
20	Frei José Mariano da Conceição Veloso	12
21	Frei Vicente do Salvador	14
22	Frederico Hermeto Pereira Lima	17
23	Cónego Januário da Cunha Barbosa	01
24	João Batista Ribeiro de Andrade	18
25	Joaquim Manuel de Macedo	24
26	Joaquim Norberto de Souza Silva	38
27	Joaquim Cândido Guillobel	40
28	Luís Gonçalves dos Santos	33
29	Armando Magalhães Correia	37
30	Max Fleiuss	23
31	Alexandre José de Melo Morais	06
32	Alexandre José de Melo Morais Filho	28
33	Cândido Mendes de Almeida	35
34	Monsenhor José de Sousa Azevedo Pizarro e Araújo	13
35	Manuel Duarte Moreira de Azevedo	20
36	Alfredo Moreira Pinto	19
37	Manuel da Nóbrega	04
38	Francisco Agenor de Noronha Santos	25
39	Olavo Freire	36
44	José Francisco da Rocha Pombo	11
45	Rodolfo Augusto Amorim Garcia	09
46	Edgar Roquette Pinto	21
47	Teodoro Fernandes Sampaio	22
48	Francisco Adolfo de Varnhagen, visc. de Porto Seguro	03
49	José Vieira Fazenda	15

SÓCIOS BENEMÉRITOS

01	Carlos Wehrs
02	Cybelles Moreira de Ipanema
03	Miridan Britto Falci

SÓCIOS EMÉRITOS

01	Luiz de Castro Souza
02	Thalita de Oliveira Casadei

SÓCIOS HONORÁRIOS

- 01 Guarany Nunes de Carvalho

SÓCIOS CORRESPONDENTES BRASILEIROS

(por unidade da federação)

ALAGOAS (IHGAL)

- 01 Jayme Lustosa de Altavila

AMAZONAS (IGHA)

- 02 José Geraldo Xavier dos Anjos

BAHIA (IGHB)

- 03 Consuelo Pondé de Sena

CEARÁ (Instituto do Ceará)

- 04 José Augusto Bezerra

DISTRITO FEDERAL (IHGDF)

- 05 Adirson Vasconcelos

- 06 Affonso Heliodoro dos Santos

ESPÍRITO SANTO (IHGES)

- 07 Gabriel Augusto de Mello Bittencourt

- 08 Getúlio Marcos Pereira Neves

GOIÁS (IHGG)

- 09 Aidenor Aires

- 10 José Mendonça Teles

MARANHÃO (IHGM)

- 11 Telma Bonifácio Reinaldo dos Santos

MINAS GERAIS (IHGMG)

- 12 Francisco Augusto Xavier Brandão

- 13 Celso Falabella Figueiredo Castro

PARANÁ (IHGPR)

- 14 Ernani Costa Straube

PERNAMBUCO (IAHGP)

- 15 George Félix Cabral de Souza

- 16 Reinaldo José carneiro Leão

PIAUÍ

- 17 José Elmar de Mello Carvalho

- RIO GRANDE DO NORTE (IHGRN)
- 18 Jurandyr Navarro da Costa
- RIO GRANDE DO SUL (IHGRGS)
- 19 Luis Alberto Cibilis
- 20 Miguel Frederico do Espírito Santo
- SÃO PAULO (IHGSP)
- 21 Adilson Cezar
- 22 Geraldo Barbosa Tomanik
- 23 Hernâni Donato
- 24 Nelly Martins Ferreira Candeias

SÓCIOS CORRESPONDENTES ESTRANGEIROS

ITÁLIA

- 01 Giulio Sanmartini

INSTITUTOS HISTÓRICOS E GEOGRÁFICOS ESTADUAIS

(por unidade da federação)

- 01 Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas (IHGAL)
- 02 Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas (IGHA)
- 03 Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB)
- 04 Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico)
- 05 Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal (IHGDF)
- 06 Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo (IHGES)
- 07 Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (IHGG)
- 08 Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão (IHGM)
- 09 Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso (IHGMT)
- 10 Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul (IHGMS)
- 11 Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais (IHGMG)
- 12 Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGPA)
- 13 Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP)
- 14 Instituto Histórico e Geográfico do Paraná (IHGPR)
- 15 Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP)
- 16 Instituto Histórico e Geográfico do Piauí (IHGPI)
- 17 Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro (IHGRJ)
- 18 Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN)

- 19 Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS)
- 20 Instituto Histórico e Geográfico de Rondônia (IHGRO)
- 21 Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina (IHGSC)
- 22 Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP)
- 23 Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE)

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO DE JANEIRO

FUNDADORES



Afonso Várzea

“Almirante” (Henrique Foreis Domingues)

Antonio Carneiro Leão

Ariosto Berna

Augusto Maurício Queirós Ferreira

Douglas Sidney Amora Levier

Eduardo Tourinho

João Batista de Matos

Manuel Paulo Teles de Matos Filho

Mário da Veiga Cabral

Nelson Costa

Odorico Pires Pinto

Pedro Calmon Monis de Bittencourt

Sílvio Salema Garção Ribeiro

REVISTA do INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO DE JANEIRO
ano 20, número 20, 2013



NORMAS DE PUBLICAÇÕES

**REVISTA DO
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO DE JANEIRO**

NORMAS DE PUBLICAÇÃO

1. Os textos deverão ser entregues em uma cópia impressa em formato A4, no endereço do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro e em um arquivo pelo e-mail: ihgrj@ihgrj.org.br.
2. Os arquivos devem ser salvos na extensão “doc” ou “rtf”, digitados em programa de editor de texto no padrão Microsoft Office Word, edição 98 ou superior.
3. Utilizar a Fonte Times New Roman, corpo 12, espaçamento 1,5 e alinhamento justificado.
4. Os textos devem conter no máximo 15 (quinze) laudas (ou até 35.000 caracteres com espaços).
5. Os textos devem começar na altura da 8ª linha da página depois da linha do autor, de forma contínua, sem pular nenhuma linha e não deverão conter tabulação, colunas e separação de sílabas hifenizadas.
6. Somente os parágrafos devem iniciar-se com 1,5 cm de recuo.
7. Margens: superior 3 cm, inferior 2 cm, esquerda 3 cm e direita 2 cm.
8. As páginas devem ser numeradas, com exceção da primeira, na margem superior direita.
9. O título do trabalho deve ser apresentado em letra maiúscula, negrito e centrado, na primeira linha da página. Quando houver subtítulo, este deve ser em letra minúscula, separado do título por dois pontos, (ex. TÍTULO: subtítulo)
10. A autoria deve vir abaixo do título, em itálico, separado por uma linha em branco, alinhado pela direita e acompanhado da nota de rodapé - número 1 (um). Nesta nota, deve conter a titulação máxima do autor, mais 1 (uma) informação sobre o cargo ou função que exerça em uma instituição em que trabalhe ou a que pertença. Se o autor for sócio do IHGRJ, incluir ainda no fim, antecedido por vírgula, a categoria: Sócio Efetivo, Emérito, Correspondente... do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro – IHGRJ.
11. As notas devem vir no rodapé, na fonte Times New Roman, em corpo 10 e espaçamento simples. Devem ter apenas o caráter explicativo/complementar e ser numeradas em algarismos arábicos sequenciais. (Ex.: 1,2, 3 etc.)

12. Evitar palavras, expressões ou frases em *itálico*, **negrito** ou sublinhado.

13. As palavras estrangeiras devem vir obrigatoriamente em *itálico*.

14. Caso o trabalho contenha imagens, estas deverão ser escaneadas em 300 “dpi” no formato TIF ou JPG, dimensionadas no formato aproximadamente, de no máximo 8 x 8 cm, contendo legenda e fonte, e na quantidade máxima de 5 (cinco) imagens, inseridas no próprio documento, na posição correta, como também reunidas em arquivo separado.

15. As tabelas devem ser digitadas seguindo a formatação padrão de tabela do programa editor de texto.

16. As citações até 3 (três) linhas devem constar entre aspas, no corpo do texto, com o mesmo tipo e tamanho de fonte do texto normal. As referências devem indicar entre parênteses, o último sobrenome do autor em letras maiúsculas, o ano de publicação e o número da página ou das páginas, antecedido da letra p. : (SOBRENOME, ano: p. número da página).

17. As citações a partir de 4 (quatro) linhas devem estar em fonte Times New Roman, corpo 10, *itálico*, espaço simples, com recuo esquerdo de 4 cm. As referências das mesmas devem constar no final do texto recuado, entre parênteses, como no exemplo acima.

18. As Fontes e as Referências bibliográficas deverão ser colocadas no final do texto, precedidas da palavra correspondente em **negrito** (ex.: Fontes (em primeiro, quando houver, e Referências bibliográficas) e deverão respeitar as regras da ABNT, dispostas em ordem alfabética por autor, como nos exemplos:

. Livro no todo:

SOBRENOME, Nome. Título em *itálico*: subtítulo em normal (quando houver). Cidade: Editora, ano.

Quando se tratar de segunda ou mais edições, referendar depois do título (ex.: 2 ed., 3 ed.).

. Capítulo em livro:

SOBRENOME, Nome. Título do capítulo. In: Título da obra em *itálico*. Cidade: Editora, ano. p. -

. Artigo em revista:

SOBRENOME, Nome. Título do artigo. Título da revista. Cidade: Editora, a., v. , n. , p. -, data/ano. (quando for o caso de trimestre ou bimestre, abreviar os meses (exemplo: jul./set. 2009.)

. Artigo em jornal:

SOBRENOME, Nome. Título do artigo. Título do jornal. Cidade, nome do caderno ou coluna (quando houver), p. ... - ..., data. (exemplo: 05 jan. 2009).

19. Após as Referências bibliográficas, que encerram os textos, incluir, no alinhamento justificado, Resumo e Abstract ou Resumé ou Resumen com até 6 (seis) linhas cada, acompanhados de 3 (três) Palavras-chave e 3 (três) Key-words ou Mots-clés ou Palabras-clave respectivamente, separados por ponto e vírgula. Exemplo:

Resumo

(texto)

Palavras-chave: ; ;.....

Abstract ou Resumé ou Resumen

(texto)

Key-words ou mots-clés ou palabras-clave: ; ;.....

O Conselho Editorial reserva-se o direito de recusar os trabalhos, que não atendam às normas estabelecidas ou que não correspondam aos objetivos e interesses da Revista.

Os trabalhos não aceitos pelo Conselho Editorial deverão ser retirados na Instituição com agendamento prévio pelo e-mail: ihgrj@ihgrj.org.br

Os textos devem ser entregues ou remetidos para:

Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro
Miridan Britto Falci (Editora)
Av. Augusto Severo, n. 8 – 12º andar – Glória
20021-040 – Rio de Janeiro – RJ

Visite a nossa página: www.ihgrj.org.br

REVISTA do INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO DE JANEIRO
ano 19, número 19, 2012



Capa: Rogéria de Ipanema
Diagramação: Leandro S. Lima



A impressão da nova fase da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro* é realizada pela Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, uma parceria iniciada pela publicação do número 17, do ano de 2010.



Textos de:

Beatriz Kushnir

Carlos Eduardo Alves Barbosa

Cláudia Mesquita

Isabela Torres de Castro Innocencio

Larissa Manhães

Marcelo Verzoni

Marco Santos

Maria Beltrão

Miridan Britto Falci

Mônica da Silva Ribeiro

Nelson de Castro Senra

Nelson Ferreira Marques Júnior

Neusa Fernandes

Paula Silveira De Paoli

Paulo Knauss

Rafaela Machado

Roberto Schmidt de Almeida

Rogéria de Ipanema

Ruth Levy

Salvador Mata e Silva

Sirlene de Andrade Rocha

Vinck Vitório Ribeiro de Carvalho